

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LITERATURA

BEATRIZ PASSOS TRIMER

**QUEM ELES DEVEM SER, QUEM ELES QUEREM SER E QUEM
ELES SÃO**

**Os deslocamentos das identidades nacionais em *Enquanto os dentes*
(2017) e *Todos nós adorávamos caubóis* (2013)**

SÃO CARLOS -SP

2022

BEATRIZ PASSOS TRIMER

**QUEM ELES DEVEM SER, QUEM ELES QUEREM SER E QUEM
ELES SÃO**

**Os deslocamentos das identidades nacionais em *Enquanto os dentes*
(2017) e *Todos nós adorávamos caubóis* (2013)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-
Graduação em Estudos de Literatura da Universidade
Federal de São Carlos, como base dos requisitos para
obtenção do título em Mestra em Literatura

Área de concentração: Literatura, história, cultura e
sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Gisele Novaes Frighetto

São Carlos-SP

2022

Trimer, Beatriz Passos

Quem eles devem ser, quem eles querem ser e quem eles são: Os deslocamentos das identidades nacionais em Enquanto os dentes (2017) e Todos nós adorávamos caubóis (2013) / Beatriz Passos Trimer -- 2022. 180f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Profa. Dra. Gisele Novaes Frighetto

Banca Examinadora: Profa. Dra. Rejane Cristina Rocha, Profa. Dra. Cláudia Maria Ceneviva Nigro

Bibliografia

1. Nacionalismo. 2. Homoafetividade. 3. Literatura brasileira contemporânea. I. Trimer, Beatriz Passos. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Beatriz Passos Trimer realizada em 31/10/2022.

Comissão Julgadora:

Prof. Dra. Gisele Novaes Frighetto

Prof. Dra. Rejane Cristina Rocha

Prof. Dra. Claudia Maria Nigro

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura.

*Às lésbicas
Às gueis
Às bees
Às trans*

*Também as não binaries
Às cis
Às demi
E às pans*

*Não esqueço das interssexuais
Das assexuais
Das poligâmicas
E das monô*

*Às que fazem a kátia
Às do amapô
Aos bofes
E às Irenes*

*Tem as cola velcro
Fanchas
Caminhoneiras
Machorras
E buches*

*Às destruidoras
Às monas
Às pocs
Às queridas
E às recalçadas*

*Às na academia
Às das artes
Nas empresas
Na política
Na rua
E às positivas*

Para nós todes

AGRADECIMENTOS

Meu desejo era agradecer primeiro meus pais, César e Simone, e aos pais dos meus pais, Rodney, Ilda, Nelma e Marco. Talvez isso já seja um início de agradecimento. Mas, as primeiras pessoas a serem aqui reconhecidas são a todes aqueles *queer* e LGBTs em suas pluralidades identitárias. Foram estas pessoas, incríveis, indestrutíveis e poderosíssimas, que possibilitaram a existência deste trabalho. Sem a resistência, a força e ao dizer quem são, não seria possível que nós pudéssemos nos expressar, abertamente (ainda que com certa insegurança). Portanto, meu agradecimento inicial é a todes aqueles que choraram, gritaram, amaram, marcharam e morreram para que nós, hoje, pudéssemos existir.

Em segundo lugar, agradeço aos meus pais, César e Simone. Não só por me proporcionarem todos os caminhos para que eu pudesse conquistar este título, mas, também, por tentarem me compreender, me acalentarem e me ajudarem, nas mais diferentes situações externas a esta dissertação. Também a Mariana e Letícia, minhas irmãs, simplesmente por estarem próximas durante todo o processo.

Agradeço, também, a minha orientadora, professora doutora Gisele Novaes Frighetto, por, além de me orientar, me acolher, do início ao fim, no processo de execução deste trabalho. E a todo o corpo docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da UFSCar, por me auxiliarem em dúvidas, reclamações, elogios e discussões. Nestes, agradeço em especial à professora doutora Rejane Cristina Rocha, por ter sido a primeira a estender a mão a mim e me apresentar à Gisele.

Agradeço a todas as considerações levantadas e à leitura deste trabalho à professora doutora Cláudia Maria Ceneviva Nigro e à professora doutora Rejane Cristina Rocha, por aceitarem participar da banca avaliadora da qualificação e da defesa da presente dissertação. A participação das duas professoras foi primordial para a consolidação desta pesquisa.

A Anne, meu amor, e às minhas amigas, agradeço aos desabafos ouvidos, aos conselhos dados, ao apoio e às risadas. Junto de vocês, meu trabalho tornou-se mais leve e com pitadas de amor e indignação, inevitáveis, que se eternizaram em várias memórias.

E, por fim, aos órgãos públicos que me auxiliaram. Ao SUS (Sistema Único de Saúde), que me acolheu junto ao tratamento psicológico, primordial para que eu conseguisse terminar este texto. À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior) e a UFSCar, agradeço pelo financiamento e pela estrutura acadêmica para consolidação desta pesquisa.

mulher depressa

vamos lá, companheiro
vamos lá que eu tenho pressa, companheiro
o mundo inteiro está mudando, companheiro
e você está trancado no banheiro
o dia inteiro, o que se passa, companheiro
está com medo da mudança, companheiro
você sabia que esse dia, companheiro
estava chegando e mesmo assim você se encontra
trancafiado no banheiro, companheiro
não tem revolução que aguento, companheiro
dor de barriga a gente entende, companheiro
mas já é tarde, está na hora, estou com pressa
vamos embora, a história não espera, companheiro
ah, já escuto a descarga, companheiro
é o amanhecer da nova era, companheiro
então se limpe e lave as mãos e vamos todos
dar as mãos, viva a revolução, companheiro

(Angélica Freitas, *um útero é do tamanho de um punho*)

RESUMO

TRIMER, Beatriz Passos. **Quem eles devem ser, quem eles querem ser e quem eles são: Os deslocamentos das identidades nacionais em Enquanto os dentes (2017) e Todos nós adorávamos caubóis (2013).** 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

Este trabalho parte da análise cruzada entre a epistemologia da teoria política e das diferenças, para classificar o nacionalismo (ANDERSON, 2008; HOBBSAWM, 1990), como fenômeno que implica na crise das identidades não-hegemônicas (DUBAR, 2009; APPIAH, 2018). Elegendo a homoafetividade como uma destas identidades excluídas, esta dissertação conceitua a crise das identidades diante dos romances *Enquanto os dentes* (2017), de Carlos Eduardo Pereira, e *Todos nós adorávamos caubóis* (2013), de Carol Bensimon. Dividida em dois capítulos teóricos e um de análise, esta dissertação inicia-se com a conceituação do nacionalismo e da construção dos Estados nacionais (ANDERSON, 2008; HOBBSAWM, 1990; HALL, 2006; CANCLINI, 2015). Esclarecidos estes princípios, eles são aplicados na realidade brasileira diante da sua consolidação como Estado nacional, com seus reflexos na literatura (SANTIAGO, 2019 a, 2019 b; CANDIDO, 2006, 2000; SCHWARZ, 2014, 1987; SUSSEKIND, 2005; DALCASTAGNÈ, 2002). Entrecorrendo isto, este trabalho aborda, no capítulo segundo, a construção da epistemologia das diferenças (CONNELL, 2012, 2020; HALL, 2017) e os embasamentos do que se considera crises identitárias em conflito (APPIAH, 2018; HALL, 2014). Ao final da abordagem teórica, será possível compreender as concepções de poder e os lugares que ocupam as identidades homoafetivas (BUTLER e SPIVAK, 2020; BUTLER, 2017). Depois de finalizada a pontuação das condições da literatura homoafetiva no cenário brasileiro contemporâneo (POLESSO, 2018; DALCASTAGNÈ, 2012), sob os quais defende-se que as constituições identitárias partem de demandas moralistas do corpo social e da intelectualidade, intercede-se na análise dos objetos. Neste sentido, estabelece-se que existem outros dispositivos discursivos que questionam o cânone literário e refletem o local que as pessoas homoafetivas ocupam na sociedade brasileira. A partir disso, a dissertação conclui que as identidades dos protagonistas Antônio, Cora e Julia, são resultados desta exploração e encontra-se junto ao caráter homogeneizante e discriminatório da retórica ideológica que estrutura os Estados-nação brasileiro. Isto é, este trabalho demonstra como os aparelhos estatais e suas ideologias segregativas são orientadas para dominação e normalização dos corpos homoafetivos.

Palavras-chaves: nacionalismo; homoafetividade; literatura brasileira; ficção contemporânea.

ABSTRACT

TRIMER, Beatriz Passos. **Who they should be, who they want to be and who they are:** The displacements of the nation identities in *Enquanto os dentes* (2017) and *Todos nós dorávamos caubóis* (2013). 2022. Master's dissertation (Master's degree in literature studies) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

This master's dissertation starts from the cross-analysis between the epistemology of political and difference theory and classifies nationalism (ANDERSON, 2008; HOBSBAWM, 1990) as a phenomenon that implies the crisis of non-hegemonic identities (DUBAR, 2009; APPIAH, 2018). It selected homoaffectivity as one of these excluded identities and conceptualizes the crisis of these identities in the face of the novels *Enquanto os dentes* (2017), Carlos Eduardo Pereira's, and *Todos nós adorávamos caubóis* (2013), Carol Bensimon's. Split into two theoretical and one analytical chapter, this dissertation begins with the conceptualization of nationalism and the construction of national states (ANDERSON, 2008; HOBSBAWM, 1990; HALL, 2006; CANCLINI, 2015). Following those principles, it was applied to the Brazilian reality in the face of its consolidation as a national state, with their reflections in the literature (SANTIAGO, 2019 a, 2019 b; CANDIDO, 2006, 2000; SCHWARZ, 2014, 1987; SUSSEKIND, 2005; DALCASTAGNÈ, 2002). In chapter two, this dissertation approaches the constructions of the epistemology of differences (CONNEL, 2012, 2020; HALL, 2017) and the underpinnings of what are considered conflicting identity crises (APPIAH, 2018; HALL, 2014). At the end of the theoretical analysis, it is possible to understand the conceptions of power and the places that homoafetive identities occupy (BUTLER e SPIVAK, 2020; BUTLER, 2017). After finalizing the punctuation of the conditions of homoafetive literature in the contemporary Brazilian scenario (POLESSO, 2018; DALCASTAGNÈ, 2012), under which it is argued that identity constitutions depart from moralistic demands of the social body and the intellectuality, intercedes in the analysis of the objects. In this sense, it was established that other discursive devices question the literary canon and reflect the place that homo-affective people occupy in Brazilian society. From this, the dissertation concludes that the identities of the protagonists Antônio, Cora, and Julia, are the results of this exploration and lie alongside the homogenizing and discriminatory character of the ideological rhetoric that structures the Brazilian nation-states. That is, this work demonstrates how the state apparatuses and their segregative ideologies are oriented towards domination and normalization of homo-affective bodies.

Key words: nacionalism, homo-affective; brazilian literature; ficcion contemporary

SUMÁRIO

O PREPARO DAS MALAS: A INTRODUÇÃO E PEQUENOS ADENDOS.....	17
CAPÍTULO I. QUEM ELES DEVEM SER: O NACIONALISMO NO MUNDO E NO BRASIL, SUAS ESTRUTURAS DE PODER.....	26
1.1 A construção do nacionalismo: figurações e modulações dos séculos XVIII ao XXI.....	27
1.2 O reflexo do cenário político na literatura: as bases do nacionalismo brasileiro.	45
1.2.1. <i>Nacionalismo colonial</i>	47
1.2.2. <i>Nacionalismo romântico</i>	50
1.2.3. <i>Nacionalismo realista</i>	57
1.2.4. <i>Nacionalismo modernista, na primeira metade do século XX</i>	62
1.2.5. <i>Nacionalismo, na segunda metade do século XX</i>	70
1.2.6. <i>O nacionalismo na contemporaneidade</i>	79
CAPÍTULO 2. QUEM ELES QUEREM SER: AS IDENTIDADES HOMOAFETIVAS, A CONSTRUÇÃO DE INDIVIDUALIDADES.....	83
2.1. O discurso e suas exclusões: a abordagem diante da epistemologia das diferenças.....	84
2.1.1. <i>O conceito de discurso nas ciências sociais: breve discussão da sociologia das diferenças</i>	84
2.1.2. <i>As constituições de poder: os aparatos de construção do eu</i>	92
2.1.3. <i>Os (a)normais: dinâmicas históricas e legitimação das individualidades homoafetivas</i>	101
2.2. Tradições reinventadas: os parâmetros da literatura brasileira contemporânea.....	111
2.2.1. <i>A literatura LGBT brasileira</i>	121
CAPÍTULO 3. QUEM ELES SÃO: AS IDENTIDADES NACIONAIS BRASILEIRAS E CONFIGURAÇÕES HOMOAFETIVAS EM ENQUANTO OS DENTES E TODOS NÓS ADORÁVAMOS CAUBÓIS.....	129
3.1. Antônio é muito maior que sua cadeira de rodas: sobre o romance <i>Enquanto os dentes</i>	132
3.2. Cora e Julia, dois opostos numa relação conturbada: o romance <i>Todos nós</i>	

adorávamos caubóis..... 153

**ESVASIANDO AS MALAS: UMA CONCLUSÃO E INFINITAS
POSSIBILIDADES DE RECOMEÇOS**..... 172

REFERÊNCIAS..... 179

O PREPARO DAS MALAS: A INTRODUÇÃO E PEQUENOS ADENDOS

Pouco depois do exame de qualificação desta pesquisa, em maio de 2022, recebi um e-mail com a proposta de preencher um formulário avaliativo sobre o curso de graduação do qual sou egressa. Isto é, a avaliação do curso de Bacharelado em Turismo pela UFSCar. Respondendo ao questionário, deparei-me com a pergunta sobre se eu seguia ou não na área do turismo e, se não, que eu explicasse os motivos da troca. Respondi que havia, sim, trocado de atuação, mas não totalmente. Ora, para uma universitária, apaixonada por museus e coisas de gente velha – como me diziam -, que se encontrava meio perdida em inúmeras possibilidades de estudo, cuja graduação se debruçou na investigação do conceito de ideologia aplicado ao Museu Republicano de Itu, uma pesquisa em mestrado analisando a noção de identidade nacional, a partir de dois romances brasileiros, não me parecia uma continuação muito clara do que eu desenvolvia na graduação. A grande questão que surgiu da iniciação científica para depois se aperfeiçoar nesta pesquisa foi: se a ideia de nação, representada neste museu, foi constituída por homens, brancos, da elite cafeicultora paulista, hetero-cis-normativos e com ideias eurocêntricas, onde é que pessoas, como eu, estão incluídas no que chamamos de nacionalidade brasileira?

Não me cabe aqui, por ora, tratar do meu lugar de fala – debate bastante controverso no cenário de polarização política nas últimas duas décadas -, mas me aproximo de outro vespeiro que necessita que eu localize meu lugar de discurso. Como uma mulher, branca, nascida e criada no interior paulista, estudante de todo ensino básico em escola particular e lésbica, eu não me via representada no rótulo identitário “brasileira”. Veja, ainda que eu carregue características que me concedam privilégios sociais e que me coloquem mais ou menos próxima daqueles sujeitos que delinearam a ideologia política do Brasil no início do século XX, ainda sim, olho para minha pessoa como excluída daquilo que eu supostamente seria: eu não me via como totalmente brasileira. Em meio a uma crise identitária própria, semelhante à que os personagens dos romances escolhidos também sofreram, procurei contornar o projeto inicial para investigar as perspectivas nacionalistas na literatura deste país. Pois bem, antes que eu aprofunde os fundamentos e perguntas desta dissertação, devo, antes, explicar o que compreendo por nacionalismo, minha base investigativa.

Partindo da epistemologia do inglês Benedict Anderson (2008) e do alemão Eric Hobsbawm (1990), nomeia-se nacionalismo toda exaltação de qualidades de um povo e,

consequentemente, a atribuição dos outros como inferiores. Ainda, este fenômeno político-social resultou na confluência e delimitação dos Estados modernos. Como saliento no capítulo primeiro, inicialmente sob perspectiva mundial para, depois, afunilar em contexto brasileiro, pode-se compreender como nacionalismo a fundação ideológica de unificação de um povo para afirmar, em primazia, a atividade econômica coletiva de uma nação, com fins na manutenção do liberalismo (ANDERSON, 2008). Esta unificação, a qual chamamos de Estado-nação, funda-se na força política singular daquela unidade nacional, a qual não deve ser compreendida a partir da simples análise objetiva das conjunturas de consolidação de poder. Deve-se, pois, ser assimilada a uma ligação entre todos os sujeitos nascidos na unidade territorial de determinado Estado. Estes, inspirados na formulação de unidade, devem trabalhar com vista aos ideais burgueses e sua, conseqüente, manutenção de privilégios (LEITE, 2017).

Diante, também, das perspectivas de Anderson e Hobsbawm, o antropólogo brasileiro Dante Moreira Leite (2017) afirma que a “[...] maior dificuldade para uma explicação coerente do nacionalismo é o fato de apresentar formas e origens muito diversas, de acordo com a época e o país em que se manifesta” (p. 28). É daqui que partiu o incômodo inicial desta pesquisa: como mulher lésbica, eu me incluo ou não neste conceito de ser brasileira? Ora, expliquei acima que o que se considera ideologicamente como Brasil partiu de um grupo bastante segregado. Se seu discurso foi fundado no conceito formulado por sujeitos que detinham o poder político e econômico, as classes dominantes e as elites, o cenário político-social do nosso país não deixa de nascer de uma figuração redigida em uma retórica discriminatória. Eric Hobsbawm já salientava isso em sua obra *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade* (1990). Nela, ele acrescenta que a conceituação da geopolítica mundial foi fundada no século XIX, sob a qual se estabeleceu um modo de classificar indivíduos em extensões culturais e, primordialmente, territoriais.

A partir disso, devemos considerar que a ideia de nação, que nomeia um corpo social mutável, estabeleceu-se em um recorte recente da História mundial. Relacionado a uma unidade política em forma de Estado, o corpo nacional é situado na intersecção entre tecnologia, transmutação social e política. Os estudos de Anderson (2008) e Hobsbawm (1990) estabelecem que o nacionalismo objetificou a propaganda nacional para benefício dos princípios e objetivos da elite intercomunicante. Por este motivo, o que busco demonstrar, ainda no capítulo primeiro, diante da realidade brasileira, é que a consciência nacional não é uniforme a todos os seus participantes (IANNI, 1996; DUBAR, 2009). Isto já condiz com os incômodos suscitados ao longo da minha iniciação científica. Todavia, ainda não satisfeita,

debruicei-me nas condições de identidade brasileira na contemporaneidade, com um recorte temporal do final do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI.

Os debates cunhados neste recorte histórico procuram elucidar como as figurações dos Estados nacionais, e seus poderes, dispõem mudanças resultantes do processo massivo de mundialização econômica (RESINA, 2004; CANCLINI, 2015; HALL, 2006). Isto significa que, se o nacionalismo é de um conceito ideológico que defende a unificação de um povo heterogêneo para implementação e fortalecimento de uma ordem capitalista, seu benefício está no fortalecimento e na manutenção da elite intercomunicante. Independente da perspectiva globalizada ou não, como explicarei mais à frente, isto resultou no meu incômodo e no conseqüente movimento contrário que esta pesquisa faz a esta lógica. Em outras palavras, o princípio deste trabalho partiu do campo da teoria política, diante dos limites discursivos da construção de um Estado-nação brasileiro, para investigar as conseqüências nas construções identitárias dos sujeitos submetidos a esta ordem. Coloquei, pois, os holofotes sobre esses sujeitos, olhando para os corpos semelhantes ao meu, os homoafetivos.

Para tanto, antes de adentrar na segunda base epistemológica que insiro nesta pesquisa, é necessário pontuar que quando me refiro aos aparelhos estatais e suas ideologias estou orientada a condizer na dominação sobre nossos corpos homoafetivos. Em outras palavras, as esferas micro e macro da política brasileira estão baseadas na dominação e normalização dos corpos em detrimento aos ideais masculinos, brancos, heteronormativos, euro-centrados e pertencentes à elite. A exploração identitária que apresento a frente, portanto, encontra-se no recorte teórico da perspectiva nacionalista, diante de seu caráter normalizante e discriminatório.

É aqui que a segunda base epistemológica deste trabalho faz-se oportuna. Tratei, no primeiro capítulo, sobre a formulação do conceito do nacionalismo mundialmente, diante da teoria política, e depois em perspectiva sobre o Brasil. A escolha dos autores canônicos foi proposital para demonstrar a perspectiva, também canônica, da formação ideológica brasileira. Tal como contextualiza Raewyn Conneell (2012; 2020), este norte canônico intercede nas origens do pensamento imperial e seus poderes. Quando buscamos fugir e/ou questionar estes princípios, elucidamos um conjunto de textos e estudos que alicerçam a interpretação de mundo por parte, especificamente, do grupo no poder. Ainda que a lógica deles fosse a manutenção de seus privilégios, eles usufruíram dos conceitos da diferença para alicerçar seu discurso como correto ou mais apropriado. Isto significa que, estes estudos partem dos temas da diferença – raça, gênero e sexualidade – para fortalecimento dos seus fundamentos nacionalistas, sem embargo ao cuidado e em defesa da continuidade aos

princípios imperiais.

Ao tratar exclusivamente da perspectiva homoafetiva, é necessário contextualizar que, entre os séculos XX e XXI, este tema tornou-se “[...] objeto privilegiado do olhar de cientistas, religiosos, psiquiatras, antropólogos, educadores, passando a constituir, efetivamente, numa ‘questão’” (LOURO, 2020, p. 25). Sobre isto, Guacira Lopes Louro (2020) afirma que instituições tradicionais, como a igreja, a ciência e, a propósito, o Estado, estão em constante questionamento sobre sua institucionalização de princípios, diante de suas verdades e ética. Jeffrey Weeks (2019) parte da mesma lógica argumentando que quando se circunda os temas da sexualidade implicaram-se, no ocidente, nas preocupações do Cristianismo e a filosofia moral até o século XIX. No século subsequente, estas questões ganharam interesse próprio, sob a qual a sexualidade passou de uma preocupação individual para uma questão política e crítica. Por este motivo, a sexualidade merecia “[...] uma investigação e uma análise histórica e sociológica cuidadosas” (*idem.*, 2019, p. 48).

Não é meu objetivo tratar da história da sexualidade e suas interfaces diante da construção estatal mesmo que, por fins didáticos, tenha feito isto brevemente, no capítulo primeiro, perante a literatura. O objetivo deste trabalho parte da concepção de que a sexualidade é uma construção social, originária na investigação histórica do corpo, sob a qual encontram-se em conflito as transformações na noção de identidade nacional para os sujeitos não incluídos na ordem canônica e hetero-cis-normativa. Em outras palavras, a segunda base epistemológica que utilizo nesta pesquisa parte dos conceitos que abarcam as implicações da sexualidade nos corpos físicos – uma vez que ela intercede no sexo e nas identidades de gênero -, como parte das crenças, ideologias e imaginações que salientam o corpo e, por extensão, atingem as identidades, inclusive as nacionalmente imaginadas.

Antes de adentrar na dissertação, é necessário que eu esclareça que, quando trato das dimensões morais e comportamentais que adentram no tema sexual, inúmeras outras preocupações são colocadas em debate. Dentre elas, as relações hierárquicas de raça, classe e/ou de gênero, a questão familiar, de desvio sexual e as diferenças de relações entre adultos e crianças. Isto porque “[...] a sexualidade não é um domínio unificado”, nas palavras de Weeks (2019, p. 68). É justamente através destas diferenças de poder que os mecanismos de controle sobre as relações amorosas e pessoais tornam-se tão complexas e sobrepostas, tal como saliento nos objetos analisados. Porém, é fundamental esclarecer que a organização social da sexualidade depende do contexto social e histórico daquele que a porta e/ou a julga. Nisto estão os motivos do tema da sexualidade ser tão complexo e instável, tal como o tema

suscitado inicialmente ao abordar a gênese e os desenvolvimentos do nacionalismo¹.

Tratando um pouco mais do contexto contemporâneo, mudanças já são notadas diante da forma de relacionamentos e de compreensão dos corpos e de suas necessidades sexuais. Todavia, é importante aqui esclarecer que toda problematização acerca da sexualidade parte do sexo biológico – o atribuído em nascimento, macho ou fêmea -, do papel ou comportamento sexual – feminino ou masculino, ao que chamamos gênero -, sob o qual vai definir as formas de socialização e educação dos indivíduos e, finalmente, a sexualidade, sob a qual se encontra o desejo sexual (DORLIN, 2021). Tal como Weeks (2019), Elsa Dorlin (2021) parte do pressuposto de que todo corpo é político – um fato que aprofundi no segundo capítulo. Se por assim o é, logo, todo questionamento sobre os corpos homoafetivos é político, o que os obriga a combater os poderes do discurso medicinal, psicanalista, moralizante, filosófico, histórico e antropológico que os colocam como inferiores em perspectiva aos corpos hetero-cis-normativos.

Junto aos romances *Enquanto os dentes* (2017) e *Todos nós adorávamos caubóis* (2013), o que indago nesta pesquisa não é somente a perspectiva de incluir-se ou não na identidade brasileira, mas a possibilidade de dissolver seu sentido e seu poder coercitivo, ou mesmo a de se pensar uma concepção heterogênea a partir das representações literárias. Soma-se a isto, inevitavelmente, a conceituação e o questionamento do jogo político nacionalista. Nas palavras de Elsa Dorlin (2021), esta construção social parte dos “[...] processos historicamente determinados por meio dos quais os indivíduos ou grupos dominantes forjam para si uma identidade política a partir da qual lutam e se afirmam como sujeitos de sua libertação” (p. 92). Isto é mais claro quando elucidado diante da perspectiva dos sujeitos *queer* e, conseqüentemente, da sua teoria.

Ao que será aprofundado junto aos objetos, chamamos de “práxis *queer*”, a epistemologia que questiona a teia normativa sobre o sexo e o gênero, a qual repreende as práticas e identidades sexuais nisto dissidentes. Ao refutar os preconceitos sexistas, homofóbicos, racistas e machistas, estas práticas condizem em minar as utopias acerca do “sexo” e de seu sistema dominante. A este funda-se no “[...] *diformismo* (macho/fêmea,

¹ Ao contrário do que realizo no capítulo primeiro, o capítulo segundo não tem como propósito aprofundar as concepções e a história da sexualidade. Tratei da conceituação do nacionalismo porque o julgo necessário para esclarecimento das críticas que trago junto à análise comparativa. Todavia, caso seja do interesse do leitor compreender um pouco mais sobre as condições e a historicidade da sexualidade, sugiro a leitura do ensaio de Jeffrey Weeks, *O corpo e a sexualidade*, presente no livro organizado por Guacira Lopes Louro, *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2019), e traduzido por Tomaz Tadeu da Silva. Também indico o livro de Elsa Dorlin, *Sexo, gênero e sexualidade: introdução à teoria feminista* (2021), traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo.

masculino/feminino), no *causalismo* (anatomia/*ethos*, sexo/gênero, [...] entendidos como significados cultural e socialmente aceitos [...]) e no *heterossexismo* (heterossexualização do desejo falocentrista)” (DORLIN, 2021, p. 111).

É importante salientar que o gênero fundamenta o caráter que não se constrói do sexo. Em outras palavras, é do caráter do gênero que se salienta a perspectiva do sexo. Tratando exclusivamente do corpo, Butler (2017) e Dorlin (2021) compreendem que todo corpo é sexuado. Todavia, este argumento não é inabalável, mas sim a base da hierarquia e de divisões sociais. Isto significa que “[...] o corpo sexuado não é a causa – nem mesmo a ocasião – de uma relação de poder, mas sim o efeito desta, no sentido de que é moldado e disciplinado por esta relação, que remete a um sistema de dominação à heterossexualidade compulsória” (DORLIN, 2021, p. 112). Estes argumentos são aprofundados diante dos objetos analisados. Neles, será possível compreender como isso ocorre nas diferentes realidades dos três personagens: Antônio, Cora e Júlia. Devo frisar que o gênero constitui uma parte importante da identidade dos sujeitos, incluídos em uma matriz heteronormativa e refletida no contexto nacional, e reproduz um modo de compreensão do corpo pessoal, daquele que o porta, para com seu corpo no meio social, como os outros vão compreendê-lo.

Se, na sociedade de matriz binária e heterossexista, os indivíduos são hierarquizados conforme seu sexo, seu gênero e sua sexualidade, ao tratarmos das identidades pessoais daqueles que não identificam com esta ordem disciplinadora, confluímos para o que Weeks (2019) e Claude Dubar (2009) intitulam “crise das identidades”. Este conceito partiu de elucidações pós-estruturalistas, para o segundo filósofo, e das propostas por Butler (2017), para o primeiro. O que nos é interessante aqui é que, dialogando com a obra de Michel Foucault, particularmente *A história da sexualidade*, Butler (2017) constitui todo sujeito como instituído pelo seu gênero, marcado e definido através dos efeitos dos discursos e atos sociais. Quando proponho a análise formativa da homoafetividade, recorro à dimensão performativa das identidades sexuais. Para Elsa Dorlin (2021) isto tem efeito como “[...] se certas performances fossem imediatamente representadas como originais, autênticas, reais [o caso das identidades hetero-cis-normativas], enquanto outras são paródicas e inautênticas [as homoafetivas]” (p. 119).

Ora, se em primeiro momento eu trato da base ideológica nacionalista brasileira como excludente e preconceituosa para com os corpos não-normativos para, depois, tratar da construção destes corpos destituídos de poder, logo, indago, ao longo do corpo desta pesquisa, as conceituações sobre a cidadania, nacionalidade, identidade e pertencimento. Isto ficará mais claro ao aprofundar as perspectivas territoriais e as conceituações de crise

identitária homoafetiva com base nos romances estudados. Antes disso, é fundamental que eu esclareça as perguntas: por que estou abordando em literatura comparada os estudos globais e a teoria *queer*? O que desta pesquisa os pesquisadores de literatura podem utilizar para pensar a literatura e os estados globais? Em qual posição estou para utilizar desta base epistemológica? E, por fim, qual a conceituação de Estado a que eu me refiro?

Estas perguntas foram realizadas por Judith Butler à Gayatri Chakravorty Spivak no livro, de conjunta autoria, *Quem canta o Estado-nação? Língua, política, pertencimento* (2019). Butler inicia o diálogo com Spivak já esclarecendo que a própria perspectiva de Estado são “[...] locais de poder, mas não são tudo o que em termos de poder. O estado não é sempre o Estado-nação” (p. 15). Ora, se eu coloquei acima que esta pesquisa parte da perspectiva estatal, por que considero, agora, que o Estado-nação não é sempre um Estado? Isto se esclarecerá nos capítulos subsequentes, contudo, trato do termo Estado como estruturas legais – jurídicas – e institucionais que delimitam ações cidadãs em determinado território. Contudo, da mesma forma que um Estado unifica os cidadãos, como já coloquei acima, ele também desagrega e exclui outros.

Se o estado é o que ‘agrega’, com certeza é também o que pode desagregar e de fato desagrega. E se o estado agrega em nome da nação, evocando – forçosa senão poderosamente – certa versão da nação, então ele também desagrega, libera, expulsa e bane. Se for esse o caso, ele não age sempre por meios emancipatórios, ‘liberando’ ou ‘colocando em liberdade’; ele expulsa precisamente por meio de um exercício de poder que depende de obstáculos e prisões, no sentido de certa contenção. Não estamos fora da política quando estamos destituídos desta maneira. (BUTLER & SPIVAK, 2019, p. 17)

Uma das formas de exclusão e manutenção desta ordem é a própria estrutura do discurso nacionalista. E, por que tratar isso via literatura comparada? O fato de eu debruçar esta pesquisa no campo da literatura liga-se à conjuntura em que o próprio nacionalismo se fortaleceu através das perspectivas literárias, entre os séculos XVIII e XIX. Neste sentido, encontrei alguns problemas trazidos pela crítica literária contemporânea apresentados no ensaio publicado pelo suplemento literário *Pernambuco*, em abril de 2019, sob o título *Podemos deixar o assunto para lá?: como obras de autoras lésbicas ajudam a entender a ‘heterossexualidade compulsória’, que apaga, na crítica literária, as diferenças*. Nele, Carol Almeida contesta os incômodos que as escritoras lésbicas Adrienne Rich (1929 – 2012) e Gloria Anzaldúa (1942 – 2004) destinados à crítica literária americana.

Almeida (2019) argumenta que adjetivos semelhantes ao “lésbica” – aqui podemos incluir todos aqueles que fazem menção a corpos não-hetero-cis-normativos -, os quais a própria autora coloca como pesados e estranhos, são instituídos e postos em contraste à “[...]”

crítica literária heteronormativa (infelizmente, é preciso pontuar, a heteronormatividade não é uma premissa apenas da crítica literária, mas de toda crítica de arte)” (p. 12). O ensaio continua com a contextualização de duas polêmicas no cenário literário brasileiro, nos quais as sexualidades das autoras, primordiais para a compreensão de seus textos, foi apagada e, conseqüentemente, acionaram estes problemas:

[...] o pensamento sobre a crítica literária precisa também para se ser apenas uma reação a eventos e episódios para ser uma ação em si, uma construção ativa e constante de novos parâmetros de análise crítica. O fato de que, para questionar a heteronormatividade no exercício analítico, seja necessário que duas situações evidentemente caricaturescas se sobressaíam é testemunho de que estamos indagando o suficiente. (*idem.*, 2018, p. 13)

Para a autora, o apagamento de escritoras lésbicas e bissexuais² dá-se pelo motivo de elas fugirem “[...] de tudo que, na crítica literária, atende pelo nome de ‘universalidade’, essa régua invisível que alguns sujeitos estabeleceram como critério fundados para apreciação crítica da prosa e da poesia” (p. 13). Regina Dalcastagnè (2002; 2012) parte da mesma conceituação para afirmar o quanto a crítica literária brasileira é excludente. Isso é condizente ao discurso nacionalista refletido no cânone literário, visto por estas duas autoras, e delineado no decorrer deste trabalho, como “[...] um pensamento não apenas unificador de todas as diferenças, como falsamente conciliatório dessas distinções, já que o ‘universal’ sempre partiu de uma observação do sujeito branco hegemônico” (ALMEIDA, 2019, p. 13). Quando tratamos de conteúdos destoantes desta lógica, como os objetos desta pesquisa, uma parte da crítica literária, em um posicionamento normativo e de antemão, ignora ou constitui esses objetos literários enquanto inferiores.

Se a própria perspectiva da crítica literária, assim como o discurso nacionalista brasileiro, coloca obras não-hetero-cis-normativas como menores, no momento em que a teoria *queer* questiona esta lógica, ela indaga no questionamento de efeitos sociais para os quais esta ordem normalizadora concorre. O objetivo principal desta pesquisa, portanto, está em compreender as transformações da noção de identidade nacional a partir da diversidade e

² Estes adjetivos serão substituídos no corpo desta dissertação por corpos homoafetivos. Além disso, utilizo do conceito de corpos ‘não-hegemônicos’ para também me referir a eles. Meu objetivo aqui não é me debruçar na sexualidade dos personagens propriamente dita, isto é, aos rótulos que eles carregam consigo para dizer que são ou não homoafetivos. O que me é importante é que os dois romances apresentam corpos e romances que se relacionam com pessoas do mesmo sexo ou gênero, daí o motivo de utilizar ‘homoafetivos’, acredito que os torna mais inclusos na epistemologia e nos objetos analisados. Além disso, é importante frisar que conceituações como Outros, *queer*, homossexuais, também serão encontrados ao longo da contextualização teórica dos capítulos primeiro e segundo. Isto porque acompanho o pensamento teórico que resgato na análise, sendo primordial que eu utilizasse a mesma conceituação dos autores citados. Por fim, nos encontramos em um momento de revisão das conceituações sexuais e de gênero, o que dificultou a eleição de um conceito neutro que fosse aplicável a ambos os objetos da maneira mais igualitária possível.

da heterogeneidade representadas nos romances *Enquanto os dentes* (2017), de Carlos Eduardo Pereira *Todos nós adorávamos caubóis* (2013), de Carol Bensimon. Estudei como o princípio de exclusão homogeneizante dessa mesma identidade é entendido e enfrentado pelos personagens Antônio, no primeiro romance, e Cora e Julia, no segundo, além de buscar compreender suas múltiplas perspectivas de identificação afetiva, social e nacional.

Precisei identificar as tensões entre as identidades regionalmente fundadas, no território gaúcho e litoral carioca, em contraponto com a hibridização cultural em meio a uma sociedade globalizada e examinar duas formas de representação de uma literatura de diferença. Esta última considero como dispositivo de afirmação política, com enfoque sobre como a literatura brasileira contemporânea pode ser um recurso para recombinar os discursos de nacionalidade com vista aos corpos não-heteronormativos. A metodologia comparativista, por fim, centrou-se na construção e condução dos personagens pelo enredo dos respectivos romances, considerando também outras categorias narrativas e suas implicações, tais como as possibilidades trazidas pelas diferenças de foco narrativo e a interação entre esses personagens e os espaços em que transitam. Combinou-se o dado geral ao particular, enfocando esses corpos periféricos que desenham a possibilidade de existir identidades de diferença naquilo pode vir a se compreender como brasileiro, apesar da subsunção a relações e poderes sociais. Neste sentido, apresento-lhes minha dissertação de mestrado, diluída nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO I. QUEM ELES DEVEM SER: O NACIONALISMO NO MUNDO E NO BRASIL E SUAS ESTRUTURAS DE PODER

Antes de adentrar no capítulo e na contextualização do fenômeno nacionalista no mundo e no Brasil, é necessário esclarecer a escolha dos objetos de pesquisa. Já pontuei que ela partiu da minha identificação própria com as crises identitárias que Antônio, em *Enquanto os dentes* (2013), e Cora e Julia, em *Todos nós adorávamos caubóis* (2013), sofreram. Com o intuito de presidir em como a literatura brasileira redesenha a noção uniforme e segregada da identidade nacional, considere os romances como expressões do tempo presente, isto é, da perspectiva pós década de 2010, com as singularidades próprias dos personagens. Considerando que eles se assemelham no processo de representação das subjetividades homoafetivas, cada qual a sua maneira, sinalizei suas dissimilaridades para poder traçar o panorama teórico e crítico que abaixo apresento. Depois, considerando as diferentes formas de construção das identidades pessoais, recombinei suas semelhanças, apresentadas no segundo capítulo. Apresento, neste primeiro, as perspectivas de construção nacionalista e de identidade nacional que repercutirão na análise dos objetos. Isto significa que, no presente capítulo abordo os processos de autoritarismo e imposição das ideias morais para consolidação de uma identidade, bem como do processo de desterritorialização das individualidades. Ambas as perspectivas são aprofundadas e aplicadas nos romances, entretanto, a primeira problemática, o autoritarismo, é melhor enquadrado no romance de Carlos Eduardo Pereira; enquanto a segunda, a desterritorialização, encontra-se no romance de Carol Bensimon.

Deste modo, *Enquanto os dentes* (2017) é protagonizado por um cadeirante negro na faixa de seus quarenta anos de idade. Enquanto realiza a sua trajetória de retorno a casa dos pais, Antônio relembra acontecimentos importantes da sua vida, que definiram enquanto indivíduo. Já *Todos nós adorávamos caubóis* (2013), as personagens Cora e Julia tem pouco menos de trinta anos e retornam dos países que residem, França e Canadá respectivamente. Com o intuito de fazerem uma viagem pelo interior do estado do Rio Grande do Sul, elas veem-se diante de uma sociedade conservadora enquanto lembram conflitos pessoais de quando conheceram-se na universidade. A similitude principal das duas narrativas parte da tensão identitária e suas formas plurais e orgânicas. Enquanto no primeiro romance a narração empreende-se em terceira pessoa e o segundo em primeira pessoa, Carlos Eduardo Pereira e Carol Bensimon constroem identidades complexas quando analisadas junto as

perspectivas de gênero e nacionalidade. Parto, portanto, das diferentes visões de mundo e suas particulares perspectivas para demonstrar, nesta dissertação, as tensões e dificuldades, pessoais e coletivas, de afirmação pessoal e plural em um país de imaginário conservador. Justamente por esta perspectiva, que o presente capítulo faz-se necessário para esclarecer os processos de criação deste imaginário político segregador. Apresento-lhes, abaixo a perspectiva da criação nacionalista no mundo, para explanação das suas construções e modulações para, depois aplica-los na perspectiva brasileira. Esta última apresento-a junto as perspectivas da construção canônica da literatura.

1.1. A CONSTRUÇÃO DO NACIONALISMO: FIGURAÇÕES E MODULAÇÕES DOS SÉCULOS XVIII AO XXI

Benedict Anderson (2008) argumenta que as construções sociais e políticas das nações foram historicamente dispostas nos propósitos de unificação de um povo, com suas plurais semelhanças e desavenças. Isto teve como objetivo, no despontar dos nacionalismos, viabilizar o liberalismo econômico por meio da emergência dos Estados modernos. Sob esta perspectiva, o historiador inglês intitula o nacionalismo e sua modulação, alicerces para formação dos Estados-nação, de *comunidades imaginadas*.

Assim, a ideia de nacionalidade é constituída pela comunhão imaginária entre sujeitos em um mesmo território e, conseqüentemente, pela sua não distinção (ANDERSON, 2008). É neste sentido que o presente capítulo visa a esclarecer como a teoria política alicerça o conceito de nacionalismo e suas modificações entre os séculos XVIII e XXI. Para isso, consideramos que a construção do Estado nacional parte da convergência de valores dispostos aos sujeitos, quando incluídos³, e abraçados pela sua suposta camaradagem horizontal.

[...] tanto a nacionalidade [...] quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos. Para bem entendê-los, temos de considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneira seus significados se transformam ao longo do tempo, e por que dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda. [...] No entanto, depois de criados, esses produtos se tornaram ‘modulares’, capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas. (ANDERSON,

³ As inclusões dos sujeitos cidadãos nos corpos dos Estados nacionais condizem com a estrutura social da época em que se refere. Isto significa que, em determinadas épocas, pessoas com características específicas eram consideradas os cidadãos, ao passo que qualquer sujeito diferente era, inversamente, excluído do corpo social. Isto será aprofundado no capítulo 2.1. *O discurso e as exclusões: a abordagem diante da epistemologia social*.

Outro historiador que se debruçou na constituição dos Estados-nação foi Eric Hobsbawm (1990). Ele adicionou às ideias de Anderson que estes corpos político-sociais determinam valores específicos para legitimidade universal de sua vida política. Isto significa que, toda nação só existe a partir da fundamentação de seu nacionalismo. É diante deste conjunto dos valores, por meio do nacionalismo, que a unidade territorial e as circunstâncias do processo político, econômico e, sobretudo, social se fortalecem. Hobsbawm (1990) afirma que, para a compreensão do fenômeno nacionalista, é importante ressaltarmos o que em 1830, na Era das Revoluções, se compreendia por ‘nação’:

O significado fundamental de ‘nação’, e também o mais frequentemente ventilado na literatura, era político. Equalizava ‘o povo’ e o Estado à maneira das revoluções francesa e americana, uma equalização que soa familiar em expressões como ‘Estado-nação’, ‘Nações Unidas’ ou a retórica dos últimos presidentes do século XX. [...] Na era das revoluções, fazia parte ou cedo se tornaria parte do conceito de nação que esta deveria ser ‘una e indivisa’ [...]. Assim considerada, a ‘nação’ era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como uma expressão política. Pois, fosse o que fosse uma nação, ela sempre incluiria o elemento da cidadania e da escolha ou participação de massa. (p. 31)

Por isso, partimos da concepção que o nacionalismo é o principal sustentáculo para existência de todo Estado-nação (HOBSBAWM, 1990; ANDERSON, 2008; BENDIX, 2019). Todavia, há certa dificuldade de a teoria política demarcar, com precisão, o momento exato em que ele nasceu. Isto porque ele é um fenômeno social: sua construção foi lenta e gradual, começando pelo século XV para atingir seu auge durante os séculos XVIII e XIX. Foi em meados de 1780 que importou aos Estados a demarcação de sua nacionalidade, tendo como ponto histórico a Revolução Francesa (HOBSBAWM, 1990). Absortos pelos ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade”, os sentimentos e atitudes, dos cidadãos e do corpo estatal, começaram a estruturar o aparelho nacional como hoje conhecemos. Contudo, as aspirações do Estado não coincidiam, exclusivamente, com as necessidades reais de seus cidadãos. Isso porque o reconhecimento do caráter nacional partia do preenchimento dos desacordos de identificação individual à algum lugar e alguma cultura (ANDERSON, 2008; HOBSBAWM, 1990).

Para compreensão da formação das nações modernas, é necessário ressaltar que, na fase pré-nacional, a delimitação dos centros e das fronteiras eram permeáveis e plurais (ANDERSON, 2008). As soberanias dos Estados estavam limitadas a partir da configuração de seus reinos dinásticos. Isto significa que suas fronteiras eram facilmente substituídas e esvaziadas umas pelas outras, alargando-se conforme as guerras territoriais e os casamentos

dinásticos. Isso mudou ao longo do final do século XVIII e início do século XIX. A razão foi que “[...] estava ocorrendo uma transformação fundamental nos modos de apreender o mundo, a qual, mais do que qualquer outra coisa, possibilitou ‘pensar’ a nação” (*idem*, 2008, p. 52). O nacionalismo, desse modo, germina no declínio das línguas sagradas e das linhagens dinásticas no continente europeu e se reflete nas colônias europeias a partir de uma outra performance dos ideais de construção estatal.

A perspectiva da construção dos Estados americanos independentes funda-se contra o domínio político das metrópoles e a favor dos interesses políticos da burguesia⁴ descontente. Enquanto a independência dos Estados Unidos se dera em 1776, os membros das altas classes crioulas⁵, hispânicas e portuguesas, insatisfeitas com seu desfavorecimento financeiro, iniciaram o processo de afrouxamento de seus vínculos identitários com suas respectivas metrópoles entre os anos de 1808 e 1828 (ANDERSON, 2008). Isto foi resultado da arquitetura burocrática e protoabsolutista de administração colonial. Por serem importantes para afirmação de meios políticos, militares e culturais dos territórios colonizados, os crioulos estavam economicamente submetidos e explorados nas atividades primordiais de estabilidade dos impérios (*idem*, 2008). Existia um fluxo de peregrinos, os chamados *homines novi*, que, entre a colônia e a metrópole, intercambiavam informações e necessidades do aparelho burocrático estatal. Enviados por bispos e vice-reis, sua disposição estabelecia uma centralidade de poder próprio independente para estes sujeitos viajantes. Era esta atividade que garantia a unificação entre os cidadãos livres e os detentores do poder monárquico. Essa subordinação trabalhista, por sua vez, exercia uma singular relação estatal, resultando no descontentamento dos colonos e, conseqüentemente, na consciência nacional americana. Datadas até o final do século XVIII, “[...] as peregrinações restritas dos vice-reis não teriam nenhuma consequência decisiva enquanto a extensão territorial não pudesse ser imaginada como uma nação – em outras palavras, enquanto não surgisse o capitalismo tipográfico” (*ibidem*, 2008, p. 101).

O conceito de capitalismo tipográfico, apresentado por Anderson (2008), refere-se ao desenvolvimento dos jornais e da imprensa. Isto é, foi diante da problemática da linguagem

⁴ Entende-se aqui por burguesia toda a elite que compunha as colônias hispânicas e portuguesas. Elas não estão somente nos constructos óbvios de poder – político, econômico e religioso – mas, também, na nova burguesia com ascensão social. Inclui-se neste termo os intelectuais e todos aqueles que se favoreciam pelos setores culturais.

⁵ A palavra *crioula*, utilizada ao longo de todo o trabalho de Benedict Anderson (2008), aqui é derivada de *creole (criollo)*. Seu significado é destinado a pessoas com descendência pura europeia, isto é, com o pai e a mãe nascidos em solo europeu, porém, ele próprio era nascido em qualquer outro território fora da Europa. Isto condizia com o imaginário da criação social em que estes sujeitos eram vistos como inferiores aos europeus, justificativa para que eles ocupassem somente cargos trabalhistas com subordinação.

que decaiu a interferência da religião católica como agente de consolidação da unidade política. Isto porquê as “[...] invenções deliberadas e sofisticadas do católico setecentista espelham o realismo ingênuo do século XIII, mas agora a ‘relativização’ e a ‘territorialização’ são profundamente conscientes, e com intenções políticas” (*idem.*, 2008, p. 46). Foi através da eleição da fé cristã como superior, ou ‘mais verdadeira’, que se sucedeu a detecção da territorialização dos credos, ou seja, a partir da prenúncia da linguagem. Logo, com o desenvolvimento do capitalismo tipográfico, esta lógica estava sendo contestada.

Nos territórios europeus e nas colônias lusa e hispânica, o rebaixamento do latim como língua sagrada, significou o início do processo desafogado de pluralização, territorialização e fragmentação das nações modernas. O nascimento das línguas latinas - o francês, português, espanhol e italiano - abriu o espaço para a formação de outros fluxos linguísticos. Sua modulação em função das classes dominantes, difundiu-se na educação pública, nos mecanismos administrativos e na comunicação entre seus cidadãos (ANDERSON, 2008). Podemos afirmar que foi este processo o alicerce de desenvolvimento das primeiras comunidades imaginadas dos Estados modernos (*idem*, 2008). Como já argumentado, a construção do imaginário social precisava do acordo entre todos os membros da nação. Este suporte linguístico, além de unificar, também, possibilitou a eleição de uma língua nacional, perante a ordem supra terrena de poder.

A partir daí as antigas línguas sagradas – o latim, o grego e o hebreu – foram obrigadas a se misturar em pé de igualdade ontológica com uma variada multidão plebeia de vernáculos rivais, num movimento que complementava sua anterior depreciação no mercado por obra do capitalismo editorial. Se agora todas as línguas tinham o mesmo estatuto (intra) mundano, então todas eram, em princípio, igualmente dignas de estudo e admiração. Mas de quem? Logicamente de seus donos, os falantes – e leitores – nativos de cada língua, pois agora nenhuma pertencia a Deus. (*ibidem.*, 2008, p. 111)

O desenvolvimento da imprensa, durante os séculos XVIII e XIX, foi decisivo para a divulgação das línguas modernas, bem como para a criação de imaginários nacionalmente compartilhados. Sua importância está na delimitação da criação de signos, os quais norteavam a identidade nacional dos cidadãos no recente Estado-nação. A estabilização do estatuto de línguas impressas⁶ contribuiu para a criação de processos inconscientes, os quais “[...] resultaram da interação explosiva entre o capitalismo, a tecnologia e a diversidade

⁶ Isto foi resultado de três principais elementos. Em primeiro lugar, intervém na criação consubstancial de intercâmbio comunicativo entre o latim e as demais línguas consideradas, ainda dispostas acima dos castiços usados pela massa. Também, fundamentou o fortalecimento do capitalismo tipográfico, embasando para a criação de uma imagem de antiguidade. E, por último, a Revolução filológica-lexicográfica possibilitou a invenção de outras línguas para além das castiças já existentes (ANDERSON, 2008).

linguística humana” (ANDERSON, 2008, p. 81). Uma vez que disposta junto ao corpo social, houve a transmutação dos modelos formais, já estabelecidos, para outros. Isto, para Benedict Anderson (2008), contribuiu para uma nova consciência capitalista e tecnológica, o que implicou na diversidade das linguagens concebidas das diferentes comunidades imaginadas.

Em cenário americano, a língua, como elemento que diferenciava os crioulos da metrópole, implicou na criação de dialetos e idiomas. Todavia, isto não foi primazia nas questões da liberação nacional. Os Estados estavam “formados e liberados por gente que tinha a mesma língua e a mesma ascendência do adversário a ser combatido” (ANDERSON, 2008, p. 84 - 85). É evidente, pois, que o nacionalismo teve sua ascensão para o Estado moderno a partir do batismo político das classes inferiores. É neste sentido que os jornais exerceram papel fundamental para a criação destas comunidades crioulas (*idem*, 2008). Havia publicações que não condiziam apenas com as informações necessárias à metrópole, mas, sobretudo, atendiam aos interesses dos cidadãos americanos. Eles uniam as informações de casamentos, decretos e comércio com a própria estrutura da administração colonial e o sistema mercantil. Conforme o capitalismo tipográfico se fortalecia, ao longo dos anos, eram somente os cidadãos americanos que se beneficiavam pelas informações nos jornais dispostos. A relação estreita entre a imprensa local e seus leitores estabelecia o intercâmbio direto de informes absortos nos seus interesses políticos:

Um traço fecundo desses jornais era sempre o caráter local. Se pudesse, um crioulo colonial lia um jornal de Madri (que não lhe diria nada sobre o próprio mundo), mas um funcionário reinol, morando na mesma rua, *não* leia, caso fosse possível, a edição de Caracas. Os jornais hispano-americanos do final do século XVIII eram redigidos com a plena consciência de outros habitantes de província em mundos paralelos aos deles. (ANDERSON, 2008, p. 102 - 103)

A estreita prospecção do imaginário difundido e fortalecido pelos jornais supuseram uma refração da perspectiva política dos cidadãos. A partir das relações sociais, os colonos americanos desfrutavam da criação de uma comunidade imaginada, o que confluía na simultaneidade sólida e longínqua (ANDERSON, 2008). Também é importante ressaltar que os ajustes das suas comunidades religiosas – através dos ícones sagrados, dos rituais e das diferenciações entre as manifestações da fé - resultaram no fortalecimento da realidade possível para fundar estas comunidades (*idem*, 2008). Isso é corroborado por Eric Hobsbawm (1990), que afirma que a consciência nacional e a religião possuem laços estreitos em todos os critérios, embora a esta segunda possa fortalecer e, ao mesmo tempo, enfraquecer o nacionalismo. Se os limites impostos pelas religiões transnacionais - ressaltando aqui o catolicismo – são condizentes com a afirmação do monopólio dos Estados nacionais, logo

eles fortalecem a lealdade de seus cidadãos⁷ (*idem*, 1990). Estas restrições religiosas funcionavam como medidas para distinguir os diferentes povos: “[...] parece claro em primeiro lugar que uma religião étnica é escolhida porque um povo sente-se diferente de outros povos e Estados vizinhos” (*ibidem*, 1990, p. 84).

Além disso, de acordo com Hobsbawm (1990), a fundamentação de laços “protonacionais” foi relevante para a construção dos Estados e movimentos nacionais. Eles mobilizaram o vínculo emotivo coletivo e atuaram na identificação entre os sujeitos da comunidade imaginada, bem como dos Estados modernos – um exemplo disso é a Inconfidência Mineira no Brasil⁸. Foi necessário, então, que os Estados-nação constituíssem o protonacionalismo popular, em uma escala macropolítica, absorvendo na criação de laços afetivos entre todos os sujeitos. Seu benefício estava na “[...] descoberta dos sentimentos [afetuosos ao corpo estatal] das pessoas não alfabetizadas, que formavam a maioria absoluta da população mundial antes do século XX” (*idem*, 1990, p. 65). Em diálogo direto com o pensamento de Benedict Anderson, Eric Hobsbawm (1990) afirma que haviam dois elementos essencialmente importantes para a definição do corpo nacional: a linguagem e a etnicidade.

Focando primeiro no segundo elemento, ele estava vinculado à compreensão de “parentesco” e “sangue”, dispondo características comuns entre os membros do Estado-nação (HOBBSAWM, 1990). Conforme o povo identificava-se com a estrutura política que o atravessa, mais visíveis são suas divisões étnicas e linguísticas. Isto significa que, a partir do momento em que se traça as “[...] diferenças visíveis na psique óbvias demais para serem desprezadas” (*idem*, 1990, p. 81), há a demarcação, ou reforço, das distinções, aos olhos de seus cidadãos, perante os demais corpos nacionais. Esclarecemos que houve, desde o começo dos agrupamentos humanos, a separação das comunidades em estratos. Todavia, suas diferenciações atuam e atuaram tanto de forma horizontal, dentro das classes sociais, como vertical, de uma classe para outra.

Se os Estados modernos necessitavam da centralidade política durável, logo eles estabeleciam, pelo caráter nacional, uma base consolidada (HOBBSAWM, 1990). As ações estatais, atendendo os favores de seu povo, constituíram o patriotismo moderno. Somando a

⁷ Isto é cabível nas realidades de países como País de Gales, Irlanda, Rússia, Alemanha e Polônia, da mesma forma, que as confluências entre as variadas religiões poderiam ajudar a criar diferentes nacionalidades. Porém, a criação e a diferenciação de identidades religiosas separadas não são claras. A tendência moderna, posto isto, foi de assinalar ambos como um estado de multicorporação. Isto, medindo para além das religiões, constitui uma determinada independência ao “[...] adquirir ativos literários e religiosos que, mais tarde, podem ajudá-los a se tornarem nações e a se estruturarem como tal” (HOBBSAWM, 1990, p. 86).

⁸ Ver capítulo 1.2. *O reflexo do cenário político na literatura: as bases do nacionalismo brasileiro.*

necessidade de vigência econômica à da unificação popular, outros movimentos nacionais incentivavam a criação de uma memória histórica minimamente palpável⁹ (*idem*, 1990). Nessa perspectiva, o capitalismo tipográfico e a atividade literária tomaram força como agentes diretos da construção das identidades nacionais. Todavia, como aprofundaremos no próximo capítulo, os meios de comunicação eram arquitetados pela elite. Seu monopólio centrava-se naqueles que, além de pertencerem ao principal público leitor, também, financiavam e eram beneficiados pelas informações dispostas nos jornais. Dito isso, a coerção nacional estabeleceu-se pela criação de uma elite intercomunicante, envolta em uma língua comum misturada à ideia de perpetuação nacional aos seus particulares benefícios (*ibidem.*, 1990).

A expansão territorial e as línguas plurais coincidiram para que seus cidadãos fundissem às barreiras linguísticas diante dos diferentes grupos. Isto facilitou a distinção entre as entidades eleitas. Porém, a problemática linguística, para Hobsbawm (1990), constituiu-se na distinção dos grupos falantes de diferentes línguas. Ora, se as pluralidades linguísticas edificaram comunidades díspares e facilitavam a separação destes grupos, logo, nas determinações de um território nacional, a língua nacional facilita a comunicação entre seus plurais sujeitos. Neste sentido, é importante pontuar que isso não excluía a distinção entre estes indivíduos, apenas os diferenciava dos outros pertencentes a outros corpos estatais. Em outras palavras, quando pontuadas suas características únicas, distintas às outras comunidades nacionais, as comunidades imaginadas constituíam seu nacionalismo a partir das suas raízes protonacionais linguísticas e populares¹⁰ (*idem*, 1990). Considerando que a língua comum foi eleita para facilitar a comunicação entre os diferentes sujeitos, Hobsbawm (1990) afirma: “[...] a ‘língua materna’, real ou literal, isto é, o idioma aprendido pelos filhos de mães analfabetas e falado para o uso cotidiano, não era, em qualquer sentido, uma ‘língua nacional’” (p. 70). Apesar disso, a disseminação de uma língua comum foi uma forma de construção, semi-artificial e inventada, de modulação do nacional partindo da elite para a massa.

[...] Frequentemente, essas línguas são tentativas de construir um idioma

⁹ Pouco se sabe sobre a consciência nacional e a confluência das massas perante a nacionalidade que estão envolvidas. Para que eu possa afirmar qualquer hipótese sobre isto, é necessária uma busca muito mais acentuada e concentrada sobre estas relações. Todavia, é preciso um olhar insípido e meticuloso para a construção terminológicas e ideológicas acerca da consciência e caráter nacional. Além disso, a consciência nacional não deve ser dissociada de outras convergências de congregação da consciência política e social das massas (HOBSBAWM, 1990, p. 125 - 157).

¹⁰ Importante frisar, aqui, que isto não exclui uma identificação popular cultural com os demais dialetos ou entre os próprios sujeitos com a língua eleita como materna.

padronizado através da recombinação de uma multiplicidade de idiomas realmente falados, os quais são, assim, rebaixados a dialetos – o único problema nessa construção é a escolha do dialeto que será a base da língua homogeneizada e padronizada. Os problemas subsequentes de padronizar e homogeneizar a ortografia e a gramática nacionais, bem como o de acrescentar novos elementos ao vocabulário, são secundários. (HOBBSAWM, 1990, p. 70 – 71)

Ainda que esta escolha tenha consequências políticas, seu problema estava na eleição de uma pureza da língua nacional. Isso porque os suportes das culturas nacionais não possuíam veículos adequados para difundi-las. Para Hobsbawm (1990) isso significa que não havia uma educação e uma comunicação moderna e tecno-econômica suficiente para que toda a população viesse a ter pleno conhecimento desta cultura “majoritária”. É por este motivo que, excluindo as camadas dominantes e intelectualizadas, a língua nacional não era compreendida como um critério de existência do Estado-nação. “[...] [S]abemos é que as lutas nacionalistas foram agravadas algumas vezes, nos tempos modernos, pela recusa de frações de grupos linguísticos em aceitar a unidade política com outros que falam a mesma língua” (*idem.*, 1990, p. 75). Para ele, a coerção nacional nasceu pela criação de uma elite intercomunicante, envolta em uma língua comum misturada à ideia de perpetuação. Se para Anderson (2008) a projeção do imaginário nacional estava na simultaneidade sólida e longínqua dos jornais e, para Hobsbawm (1990), é o elemento linguístico que consolidam os suportes do corpo nacional, então, está na constituição da língua o papel primordial para difusão e unidade nacional.

Hobsbawm (1990), também, soma aos princípios valorativos dos cidadãos, os elementos da etnicidade, do fortalecimento econômico e da convergência da língua comum. Isso porque ele considera que o desenvolvimento econômico e a administração estatal são fatores que carecem da educação de toda a sociedade civil. Assim, tanto a economia como a administração estatal estão diretamente ligados à disseminação da educação da massa e a criação e fortalecimento da língua nacional comum. Com a educação da elite sendo superior à da massa, é preciso que o corpo cidadão seja conduzido para defender um mesmo propósito: o progresso econômico (*idem*, 1990). Por isso, as bases de fortalecimento dos Estado-nação estão na memória histórica e na identificação dos cidadãos para com as formulações dos discursos políticos elitistas. Há, assim, a homogeneização e padronização entre todos os cidadãos (*ibidem*, 1990).

[...] De fato, economia, a tecnologia e a política crescentemente tornam essencial uma língua comunicativa falada de massa - uma necessidade intensificada pela ascensão do filme, do rádio e da televisão de modo que as línguas originalmente planejadas ou funcionando, como línguas híbridas, para os que falam línguas populares mutuamente incompreensíveis, ou como idiomas culturais para os cultos,

são pressionadas para servir como meio para a fala nacional. (HOBSBAWM, 1990, p. 114)

Nesse ínterim, justificavam o reconhecimento dos Estados-nação: a associação histórica com um outro Estado já fundado ou de passado recente, a existência de uma elite cultural longamente estabelecida e a possível capacidade de conquista (HOBSBAWM, 1990). Esses princípios compreendiam não só um reconhecimento entre os indivíduos do Estado-nação, como o reconhecimento entre os demais corpos nacionais. O primeiro estava ancorado na compreensão de que as nações estrangeiras pressupuseram que naquele determinado território viveria um único povo. Sua justificativa era que a futura nação pudesse construir um vínculo administrativo e literário decisivo. Isso se respaldava na identificação “[...] fortemente linguística, mesmo que [...] a língua nacional fosse falada diariamente por mais do que uma pequena maioria [...] e que o resto [- os demais corpos nacionais -] falasse vários idiomas, com frequência incompreensíveis mutuamente” (HOBSBAWM, 1990, p. 50). Para isso era necessária a existência da elite, para que ela consolidasse e impusesse a atividade literária e fortalecesse a administração estatal, o segundo critério. Já o terceiro critério desfrutava da concepção de que a nacionalidade necessitava pertencer a uma entidade política. Isso em vistas à ordem do liberalismo, justificado pelo progresso futuro. Diante disso, eram poucos os corpos estatais, na era clássica, que podiam aferir-se como Estado-nação independente.

Os confrontos do início do século XX dispuseram na cena política e social um contraponto entre regionalismo, nacionalismo e globalismo (IANNI, 1996). A problemática mundial trouxe à luz heranças da própria disposição decadente e falha da ordem político-social vigente. Em outras palavras, diante dos conflitos anti-imperialistas, a situação da ordem política mundial foi revertida, significativamente, depois da Segunda Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1990; ANDERSON, 2008).

Posterior às todas as importantes mudanças da primeira metade do século XX, “[...] o apelo por uma comunidade imaginária parece ter vencido todos os desafios, sobretudo naqueles locais onde as ideologias estão em conflito”¹¹ (HOBSBAWM, 1990, p. 195). Foram as frentes, de libertação nacional e eliminação da ordem imperial, que convergiram para uma ameaça das relações imaginárias. Influenciadas pelas necessidades socioeconômicas, as

¹¹ Os acontecimentos aqui ditos são a Primeira e Segunda Guerra Mundial, a ascensão e queda das ideologias fascistas (fortalecimento consequente do princípio de nacionalidade) e os vários movimentos de independência das colônias africanas e asiáticas. Foram estes movimentos e, primordialmente, o surgimento de novos Estados-nação na Ásia e na África, que Anderson (2008) contextualiza a Última Onda do nacionalismo, uma vez que, depois disso as ordens políticas mundiais começaram a modificar-se para uma nova organização.

mobilizações das massas reafirmavam o nacionalismo local (*idem.*, 1990). A nova problemática da fundamentação da nação no século XX, depois da década de 1970¹², consolidava as controvérsias do nacionalismo, fator posterior à massificação do sistema de comunicação. Neste sentido, a nação não se consolida somente diante questões objetivas e/ou palpáveis¹³ (HOBSBAWM, 1990; RESINA, 2004).

As orientações dispostas, de natureza fechada e firme do conceito de progresso futuro, implicaram na necessidade de inclusão dos Outros¹⁴. A inserção destes indivíduos na ordem política fez com que a concepção de processo se modificasse (HOBSBAWM, 1990; HUTCHEON, 1991; HABERMAS, 2018). A etnicidade e a linguagem não incluíam mais que uma orientação de consolidação do progresso futuro da nação. Esta inserção, todavia, “[...] não passa de um mero protesto contra o *status quo*, ou, mais precisamente, contra ‘os outros’ que ameaçam o grupo etnicamente definido” (HOBSBAWM, 1990, p. 201). A verdade como universal é posta como contraditória e falsamente aplicável a todos. É nisto que o nacionalismo torna-se hostil e expressamente disposto em ruínas passadas, mesmo que, em paralelo, ele possua uma decisão planejada e com apoio universal a todos da comunidade (*idem*, 1990).

A "nação", hoje, visivelmente, está em vias de perder uma parte importante de suas velhas funções, nominalmente aquela da constituição de uma "economia nacional" confinada territorialmente, que formava, ao menos nas regiões desenvolvidas do mundo, um bloco estabelecido na "economia mundial" mais ampla. Desde a Segunda Guerra Mundial, mas especialmente desde os anos 60, o papel das "economias nacionais tem sido corroído ou mesmo colocado em questão pelas principais transformações na divisão internacional do trabalho, cujas unidades básicas são organizações de todos os tamanhos, multinacionais ou transnacionais, e pelo desenvolvimento correspondente dos centros internacionais e redes de transações econômicas que estão, para fins práticos, fora do controle dos governos dos Estados. (HOBSBAWM, 1990, p. 206)

¹² Anderson (2008) elenca a independência das colônias africanas e asiáticas como outros feitos históricos importantes para este processo.

¹³ É diante desta perspectiva que as constituições das nações estavam fundadas para questões externas e complexas que delimitam a construção das identidades dos sujeitos para consigo mesmo e para com a coletividade que pertencem – esta segunda legitimando ou negando sua existência (FIORIN, 2009; TREVISAN, 2018). Partindo da segunda problemática, é possível afirmar que estes critérios são tão inúteis aos indivíduos não-antropocêntricos que, ironicamente, pertencem a uma determinada nação com princípios que não legitimam sua existência. Isso significa que, há um conflito identitário entre o pertencer à coletividade e a afirmação pessoal, pois, o sujeito não se identifica com as práticas e discursos culturais, uma vez que estes são segregativos – fato que aprofundaremos no capítulo diante.

¹⁴ A conceituação de Outros advém da perspectiva de sujeitos que estavam excluídos pelo discurso hegemônico. Neste sentido, quando pontuado este termo ao longo do presente trabalho, refere-se aos sujeitos que não homens, hetero-cis-normativos, de classe média-alta, brancos e com ideais centrados na perspectiva eurocêntrica. Torna-se importante, também, considerar que este termo está caindo em desuso, todavia, devido ao recorte teórico, o uso dele, aqui, tornou-se indispensável.

Além disso, destaco que, também, houve a reestruturação do conceito de História¹⁵. Sua revisão implicou no questionamento das narrativas que justificavam o funcionamento do mundo moderno como construto único, linear e homogêneo, diante da percepção do tempo presente para satisfação do progresso futuro (BENJAMIN, 1986; HUTCHEON, 1991). Mesmo que disposto sob as formas sociais liberais, ele abarcava a concepção de individualismo, de racionalização e de modernização. Isto significa que, os meios de qualificação do momento pós-moderno dispuseram novas formas de produção liberal econômica, na qual a revolução tecnológica desempenhou papel preponderante (DUBAR, 2009; HABERMAS, 2018).

O desenvolvimento da comunicação e dos transportes, internacionais e intercontinentais, impulsionaram a migração entre diferentes territórios e contribuíram para a elaboração de variadas combinações tecnológicas e de livre comércio. Isso modificou as perspectivas nacionalistas ao combinarem, em si, outras manifestações culturais que não mais as eurocêntricas. A partir disso, afirmamos que a lógica de construção ideológica nacional estava absorta nos ideais burgueses. A partir do momento desta transmutação, com a revisão do conceito de História, outras perspectivas de mundo foram abordadas. Seu constructo básico eram outras maneiras de pensar e decodificar o mundo¹⁶. Este fenômeno não significa que as funções econômicas dos Estados diminuíssem ou se isentassem. Pelo contrário, os Estados continuaram a desempenhar tarefas primordiais para unificação e organização de suas comunidades imaginadas. O que se alterou foi a interferência do corpo político nas economias nacionais. Surgia, assim, o pós-nacionalismo (RESINA, 2004).

O conceito de pós-nacionalismo está associado à ideia de uma ordem política global que se acrescenta às finanças internacionais e à indústria da comunicação (*idem.*, 2004). O

¹⁵ Depois do advento do movimento pós-moderno, criaram-se duas concepções de história: a primeira é esta com H maiúsculo, constituída como única e universal em sua amplitude e uniforme em todas as singularidades políticas e pessoais das mais diferentes individualidades; e a segunda é a com H minúsculo, instituída como única apenas na essência daquela de quem a conta (HUTCHEON, 1991).

¹⁶ A título de exemplo, podemos ressaltar a própria epistemologia básica da sociologia das diferenças. Entende-se, aqui, por diferentes os sujeitos que transcendem, em seus corpos, qualidades e comportamentos outros que não os antropocêntricos – branco, eurocêntrico, masculino e hetero-cis-normativo. Podemos aferir isto a partir dos pensamentos de Raweyn Connell (2012). Ela argumenta que a sociologia clássica foi constituída e defendida para legitimar as diferenças, associadas, até então, com as necessidades das capitais imperiais. Partindo disso como ponto crucial para compreensão do conteúdo exposto nas ciências sociais, afirma-se a sua problemática. Isso significa que, diante de uma outra epistemologia das ciências sociais, compreende-se criticamente o processo edificante e de invenção ou recriação da tradição como outra categoria de pensamento a dos autores clássicos – Durkheim, Weber, Dimmel, Spencer e Comte. Atenção, esta perspectiva não nega ou exclui a destes pensadores, mas sim parte delas para, então, expor de outras maneiras de se decodificar o mundo que não foi fundado no imperialismo europeu. A estrutura da diferença é baseada no conhecimento da exterioridade reconhecida, ou seja, da semiótica da presença, intitulando não mais o pesquisador como neutro, mas como um sujeito pensante e atuante socialmente.

sufixo ‘pós’ indica a ruptura com o estigma de universalização do capital, permanecendo o Estado constitucional como agente de contrato político. Contudo, há a descentralização do conceito tradicional de nação, indicando-o apenas como fluido em um determinado território. Ele está interposto com cidadãos livres e articulados entre si, diante da ordem mundial de comunicação em massa (RESINA, 2004; HOBBSAWM, 1990). Isso significa que este processo de massificação da comunicação e da tecnologia interpõe os Estados nacionais como desarticulados “[...] da administração e do conjunto de direitos e garantias às quais a identidade do cidadão se encontra agora ligados” (HABERMAS, 1989; *apud.* RESINA, 2004, p. 176).

Por este motivo podemos afirmar que isso teve implicações nos processos de constituição de cidadanias e de identidades pessoais e coletivas (RESINA, 2004; HABERMAS, 2018). O discurso político, circunscrito na representação de todos os indivíduos em espaço comum, fundou o seguinte argumento de Joan Resina (2004):

[...] O espaço comunicacional depende, porém, da existência de uma intersubjetividade ‘concreta’: o compartilhamento de uma mesma língua, de uma mesma cultura, e de um núcleo mínimo necessário de valores e convenções. (p. 177 - 178)

O intercâmbio entre os agentes dos Estados e seus cidadãos incluíram outros meios organizacionais nas redes político-econômicas globais (RESINA, 2004). Interceptado pelas associações globalizadas, as normas e validações normativas dos Estados modernos primários – ou tradicionais – e seus processos de coletividade nacional procederam na decorrente legitimação econômica. Isto significa que, as relações coletivas e de acolhimento das diferentes identidades são dispostas como um poder de individual exercício. Seu objetivo está no reconhecimento das diferenças pessoais, em face aos sujeitos e grupos que autenticaram a ordem política até então vigente (RESINA, 2004; HABERMAS, 2018; DUBAR, 2009).

[...] Esse outro plano depende de valores e normas compartilhados subjetivamente, ou seja, de um acultramento normativo cujo agente moderno primário é a coletividade nacional. E é nessa entidade moral, e não no eixo do intercâmbio “econômico”, que as agências sociais buscam sua legitimação. Precisamente por essa razão, elas não apreendem sua relação com a coletividade, obscurecendo as diferenças entre a sociedade e as instituições codificadas nas quais o poder é exercido. (RESINA, 2008, p. 178 - 179)

Os reconhecimentos destas ações estão no processo em que a governabilidade dialoga com as macroestruturas políticas¹⁷. Ou seja, está no desvanecimento dos indivíduos para com

¹⁷ Entende-se por macroestruturas políticas as ordens estatais de alcance nacional. Por sua vez, as microestruturas políticas interceptam-se entre os diferentes cidadãos, sendo eles da mesma ou de diferentes nacionalidades.

sua aceitação resignada (RESINA, 2008). Nesta perspectiva, as identidades nacionais surgem de ações e reações coletivas e individuais. Estas segundas proliferam-se gradual e de forma anônima, pressupondo vivências dialogadas para com a inclusão dos Outros (BILLING, 1995; HABERMAS, 2018). Elas e as demais formulações tradicionais de identificação do sujeito derivam do “[...] rompimento da estrutura comunal das relações interpessoais[, o que] provoca uma transformação das formas de integração social” (RESINA, 2004, p. 180).

É diante do processo de globalização – marcado pela ideia ocidental de ‘liberdade’ - que se infringiu o que chamamos de desterritorialização. É aqui que entendo as confluências políticas modernas. Elas dispuseram a atuação direta da sociedade civil, buscando uma igualdade dos diferentes, para com a política estatal (RESINA, 2004). É nisto que a nacionalidade se modifica para fatores reinventados da unidade política nacional. Separado das ideias de doutrinas autoritárias e soberania popular, as novas exigências ideológicas modelaram o nacionalismo como aversão às ordens políticas autoritárias (*idem*, 2004). Conjurados nos status de sanções históricas, houve a marginalização de coletividades, a instituição do separatismo destoantes dos interesses da sociedade para com o do Estado.

Não obstante, Joan Resina (2004) afirma:

As nações que aspiram ao reconhecimento político estão logicamente atadas à universalidade do princípio de legitimação que elas invocam no apoio de suas causas. Os Estados-nação, por outro lado, costumeiramente repudiam o próprio princípio no qual sua soberania se assenta, desenvolvendo dessa maneira uma definição seccional constrangedora de autonomia. Um nacionalismo consequente, entretanto, postula o reconhecimento universal do direito de todas as nacionalidades constituírem grupos para participarem no processo democrático de exercício da autonomia. (2004, p. 182)

O processo de cidadania é fortalecido contrariamente a este processo, uma vez que é importante ao indivíduo enrijecer suas influências e tradições para depois questioná-las (RESINA, 2004; HUTCHEON, 1991). Isto está diretamente relacionado ao processo de legitimação popular das vontades e opiniões que são difundidos continuamente na mídia. O controle estatal se fundamenta no processo de informação¹⁸, sob a qual se destina a persuasão para os cidadãos. Suas legislações passam, inconscientemente, ao conhecimento do público (RESINA, 2004). É diante do processo de globalização que se segue, não apenas a reconfiguração dos padrões políticos, como, também, prediz a solidez das unidades nacionais. Diante disso, Stuart Hall (2006) situa que, a partir da década de 1970, a assimilação entre a integração global e os estreitamentos dos fluxos e laços nacionais aumentaram. Ou seja, houve “[...] a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e

¹⁸ Esta ideia espanta a teoria política atual, uma vez que ainda são poucos os estudos acerca deste fenômeno.

as distâncias mais curtas, que os eventos em que determinado lugar têm um impacto imediato sobre as pessoas e lugares situados na grande distância” (HALL, 2006, p. 53).

Um ponto primordial para que isso seja esclarecido é a interferência do processo de desterritorialização com as migrações e os trânsitos dos indivíduos, de diferentes nacionalidades, dentro dos múltiplos corpos estatais. Para Hall (2006) o processo de globalização implicou na homogeneização das identidades globais. Se o processo de globalização acompanha o reforço das identidades locais, é desigual e tem uma ‘geometria de poder’ e possui determinados aspectos da dominação ocidental de poder – fatos que serão aprofundados no capítulo segundo -, então, a partir do momento em que os trânsitos globais foram facilitados e dinamizados enfraqueceram-se as “[...] esferas coloniais de influência, deixando as consequências do imperialismo atrás delas” (*idem*, 2006, p. 81). Motivadas pela fome, pela pobreza, pela seca e pelo subdesenvolvimento econômico, além das consequências das guerras e conflitos políticos autoritários, as migrações acompanham o processo de desterritorialização em função, frequente, da sobrevivência daqueles que migram. “[...] O movimento para fora (de mercadorias, de imagens, de estilos ocidentais e de identidades consumistas) tem uma correspondência num enorme movimento de pessoas das periferias para o centro” (*ibidem*, 2006, p. 81). Este processo implica em dualidades étnicas e culturais, no interior dos Estados-nação, que implicam na pluralização e, conseqüente, hibridização das culturas e identidades nacionais, tal como aprofundaremos adiante. Não à toa, este processo implica em identidades compartilhadas e, conseqüentemente, distantes de uma unidade específica.

Pensando nas identidades individuais, Hall (2006) argumenta que a unificação das diferentes personalidades – sejam elas traçadas em termos de gênero, classe, raça ou sexualidade - compõem a cultura nacional e dispõem a ideia de que todos possuem uma identidade única. Com o aumento e dinamização dos sistemas de comunicação e dos movimentos sociais – fato que será aprofundado a seguir - as individualidades não são mais colocadas como iguais. Esta ideia de igualdade apenas se constitui como princípio de lealdade, união e identificação simbólica, ao passo de que as simbologias das nações modernas se consolidaram através da imposição de um passado violento e pelo apagamento cultural¹⁹. Isso porque os impérios ou esferas monárquicas de influência - bases dos Estados-

¹⁹ Um exemplo clássico desta perspectiva é o Monumento das Bandeiras, de Victor Brecheret. Na terça-feira do dia primeiro de outubro de 2013, a obra localizada em frente ao Parque Ibirapuera, foi pichada em resposta a Proposta de Ementa Parlamentar (PEC) 215 em votação. A crítica da ação era contra a proposta que retirava do governo federal a responsabilidade e autonomia das demarcações das terras indígenas (MORA, 2013). A escolha deste alvo não foi casual, uma vez que ele homenageia os bandeirantes paulistas, sujeitos que

nação ocidentais modernos - impuseram uma hegemonia cultural sobre a cultura dos colonizados. É evidente que as disposições de unificação dos corpos nacionais são jogos de poder, com diferenças e divisões incluídas nas lealdades internas. Quando se afirma que as identidades nacionais são deslocadas, são compreendidas como fundadas na “costura” das diferenças em seu interior, em defesa de uma única identidade.

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensa-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que repensa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Entretanto – como nas fantasias do ‘eu inteiro’ de que fala a psicanálise lacaniana – as identidades nacionais continuam a ser representadas como *unificadas*. (HALL, 2006, p. 46 – 47)

É diante do consumismo e do aumento dos fluxos globais que as identidades partilhadas se tornam mais distantes. Isto significa que, conforme as culturas nacionais estão mais expostas a outras influências, torna-se mais trabalhoso mantê-las sem qualquer intervenção. Seu resultado é o enfraquecimento e infiltração cultural, dispondo sua consequente hibridização (HALL, 2006; CANCLINI, 2015).

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de ‘supermercado cultural’. No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Esse fenômeno é conhecido como ‘homogeneização cultural’. (HALL, 2006, p. 57)

Para Hall (2006), a “homogeneização cultural” insere-se na interpretação das identidades nacionais. A partir do momento em que cria-se o vínculo claro com um local e suas histórias, eventos e símbolos, as identidades são formadas. Nesta perspectiva, as tradições estão reduzidas em um único local e abarcam uma forma particularista de vínculo ou pertencimento do indivíduo. As diferenças entre as identificações nacionais e universalistas resultam na inquietude e fragilidade da solidificação do nacionalismo, quando

exploravam as terras dos sertões, entre os séculos XVII e XVIII. Eram eles quem exploravam o interior do Brasil a procura de indígenas para escravização, minérios, destruição de quilombos. A discussão, hoje crescente, acerca da forma em que estas pessoas foram exaltadas e colocadas como heróis nacionais, é reflexo direto do questionamento gradual acerca de quais são nossos símbolos nacionais, e o motivo de suas eleições (OLIVEIRA, 2017).

aplicada às identidades universalistas (HALL, 2006). Atualmente, esta tensão se flui no crescimento dos Estados-nação e das economias que, em primeiro momento, se expandem para um mercado global. Os interesses das identidades particulares estão neste mercado global.

Esta relativização das noções de identidade nacional, ditas em princípio como “puras” ou “autênticas”, além de arriscar delimitadas, também, possibilita sua restrição - excluindo ou ditando a si próprias como superiores -, diante do processo de hibridização cultural (HALL, 2006). É fundado nisto que Néstor García Canclini (2015) elucida a dialética entre o tradicional e o moderno. Dela se sucede o intercâmbio, horizontal e massivo, de plurais mentalidades. O que possibilita concluir que as sanções de poder não são verticalizadas:

As hibridações [...] nos levam a concluir que hoje todas as culturas são de fronteira. Todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes: o artesanato migra do campo para a cidade; os filmes, os vídeos e canções que narram acontecimentos de um povo são intercambiados com outros. Assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento. Há ainda outro modo pelo qual a obliquidade dos circuitos simbólicos permite repensar os vínculos entre cultura e poder. A busca de mediações, de vias diagonais para gerir os conflitos, dá às relações culturais um lugar proeminente no desenvolvimento político. (p. 348 - 349)

É diante destas mudanças culturais, que o deslocamento das simbologias, como mais radicalizadas na concepção imaginária da nação, implicou na nova estrutura dos Estados nacionais (CANCLINI, 2015). Para o antropólogo argentino, as atuais estruturas estatais são simples organizadores das diferentes áreas da sociedade, objetificando a promoção de seu desenvolvimento, subordinado e inconsciente. Seu resultado foi o processo de desterritorialização, em conexão com as práticas sociais, econômicas e políticas (*idem.*, 2015). As redefinições da cultura conjecturam outras identidades, diante de inúmeras modificações, sem chegar a um ponto final. O que não isenta os cruzamentos de serem, também, fontes de preconceitos e confrontos.

Neste sentido, é necessário ressaltar que os estudos ocupantes dos temas como identidade, desigualdade, multiculturalismo, cultura e demais conflitos, arquitetam as ciências humanas, deparam-se com os desacordos entre tradição e modernidade, ordem política local e global e conflitos entre norte e sul. Por este motivo, o conceito de hibridização cultural abrange os “[...] processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2015, p. XIX). Ao debruçar-se no tema de construção de qualquer identidade, não devemos tratá-las como fixas, mas como um conjunto, abstrato e irregular, de elementos

interligados à edificação sociocultural, no qual o sujeito ou grupo está incluído. Em um cenário globalizado, esta perspectiva adiciona o processo de translações migratórias, econômicas e midiáticas. Nele, o campo artístico, incluso a literatura, não está fundido na perspectiva de:

[...] equalização das diferenças, [mas sim n]a simulação de que se desvanecem as assimetrias entre centros e periferias torna[ndo] difícil que a arte e a cultura sejam lugares em que também se nomeie o que não se pode ou não se deixa hibridar. (*idem*, 2015, p. XI)

É importante pontuar os preceitos políticos e a concepção de outras formas de descodificação do território político. Quando assinalado o termo *desterritorialização*, indica o interlocutor diante do olhar do Outro, externo ao indivíduo. Para Resina (2004), isto predispõe as concepções sobre a descentralização dos Estados. Já Hall (2006) acrescenta a perspectiva de constructos de edificação das identidades nacionais. Canclini (2015), por sua vez, alicerça seus pensamentos não só descodificando as concepções internas destas identidades, como as considera ativas na construção do cenário em que elas se desenvolvem. Perante isto, o conceito de *desterritorialização*, para os três, está no sujeito conhecedor da sua cultura e como ela se edifica. Porém, permanecendo no mesmo lugar, ele adquire outras ideias e formas de ver este seu próprio mundo. Seus códigos representativos flutuam por inúmeros lugares, sejam eles próximos, reais, abstratos, inventados ou distantes. Desta forma, para Robert Haesbaert (2003), a ideia de território perdeu sua estabilidade e abraçou outros saberes que não mais dentro do Estado-nação. Através destas individualidades são abordadas novas ideias de descodificação representativa e, conseqüente, as próprias identidades.

Se a conceituação de poder absoluto não deve ser aplicada ou destituída para uma análise em conjunto a formação de uma nação, a própria disposição dos reinos dinásticos e das comunidades religiosas foram facilmente quebradas. Disso bifurcam-se outras perspectivas de mundo na forma de consciência e de construção do caráter nacional (ANDERSON, 2008). Portanto, onde não há participação pública não é possível que haja a formação de uma pátria ou nação, uma vez que o termo ‘nação’ dispõe de um estado civil de união entre os homens, como criaturas racionais. As formulações das estruturas de poder são continuamente estudadas para compreender como a união da massa - junto àqueles detentores do capital, em serviço ao liberalismo econômico -, o que deve imprimir, mesmo que falaciosa, a ideia de igualdade (ANDERSON, 2008; FOUCAULT, 2016; HOBBSAWM, 1990).

Diante disto, argumentamos que as nações modernas são corpos sociais mutáveis que

se estabeleceram em um recorte recente da História mundial. Consequentemente, elas se relacionam a uma unidade política em forma de Estado como afirmação de determinada unidade territorial (HOBSBAWM, 1990; ANDERSON, 2008). Além de se estabelecer o corpo social, a consciência nacional, também, se estrutura para o desenvolvimento econômico e tecnológico. Nas perspectivas modernas, “[...] As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências” (HOBSBAWM, 1990, p. 19).

Uma vez que pontuada, no presente capítulo as concepções teóricas da criação da nação, julgamos necessário finalizar este capítulo pontuando as formas que estes signos nacionais perpassam a literatura. Conforme argumentaremos melhor nos capítulos subsequentes, é preciso afirmar que os efeitos destas ressonâncias teóricas são bastante atuais. A isto, Aijaz Ahmad (2022) sinaliza que a literatura, principalmente depois da década de 1960, esteve “[...] sob insígnia de certas variedades de nacionalismo terceiro mundista e depois, mais recentemente e de modo mais obviamente pós-estruturalista, *contra* as categorias de nação e nacionalismo” (p. 17). Isto significa que, os processos de emancipação imperialista que ocorreram no globo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, impuseram outras questões necessárias que desvencilhava a conjuntura da exatidão teórica e responsabilidade política imposta e segregada pelos países com maiores capitais.

Se, estavam sob a insígnia dos países economicamente desenvolvidos, as produções que consideramos canônicas e dominantes na teoria cultural, impuseram que suas produções fossem burguesas e nacionalistas (*idem*. 2002). Isto se esclarecerá no subcapítulo seguinte, mas é necessário pontuar aqui que as perspectivas competitivas e de homogeneização do que se correspondia como literatura “terceiro-mundista” “[...] se refugia em seu lugar ideológico pós-estruturalista e em privilégio metropolitano” (*ibidem.*, 2022, p. 25). Esta imposição ideológica é o que fortalece a perspectiva nacionalista diante da composição de um Estado-nação. Desta lógica a realidade brasileira não é muito divergente quando condizemos a perspectiva da cena literária enquanto composição de sua lógica canônica.

Seguindo esta lógica é fundamental que eu pontue que quando estabelecemos uma filiação que vá questionar o fenômeno nacionalista, tal como é a proposta deste estudo, alicerçamos as composições ideológicas e teórica na perspectiva pós-estruturalista.

A posição recém-dominante da ideologia pós-estruturalista é a condição fundamental de possibilidade de uma teoria literária [...]. [Seu] resultado, naturalmente, é que os críticos que trabalham dentro da problemática pós-estruturalista não mais distinguem, de qualquer maneira visível, entre formas

progressistas e retrógradas de nacionalismo com referências históricas específicas, nem tampouco examinam a questão ainda mais difícil de como os elementos progressistas e retrógrados podem estar (e muitas vezes estão) combinados no interior de trajetórias nacionalistas específicas; o que se desmascara, ao contrário, é o nacionalismo cultural foi, apenas alguns anos antes, declarado como resposta definitiva ao imperialismo. (AHMAD, 2002, p. 45 – 47)

A resposta que aqui pontuo em relação a perspectiva das ideologias nacionalistas brasileiras é que elas são estruturas de poder e de inadequação da própria perspectiva nacional. Em outras palavras, partindo do que esclarece Ahmad (2002) existem limites do nacionalismo burguês que foi implementado na ordem terceiro-mundista que espelha contornos hostis e rigorosos para uma espécie de homogeneização da população que não condiz com a realidade do país. Isto é, a lógica nacionalista brasileira, como pontuarei a seguir, partiu de uma imposição dos letrados para estabelecer o que somente esta pequena parcela da população enquadra e defende. Como tratarei no capítulo segundo, a perspectiva da teoria literária parte da ascensão e, posterior, queda desta ideologia nacionalista para conjugar outras formas de deslocamentos políticos de segmentos da população que foram, antes, calados por esta mesma lógica.

Além disso, ressoa-se este processo nas nomenclaturas dos indivíduos, sobre suas identidades nacionais. Considerados resultados dos momentos históricos, coletivos e pessoais que o sujeito presenciou (DUBAR, 2009), a afirmação dos seus rótulos identitários, espelham como o sujeito acompanha as estruturas de categorização própria para com os outros. Seu acolhimento ou repulsão em determinados grupos, incluindo os nacionais, dispõem de um “[...] sistema de dominação historicamente variáveis, que ligam identificação por e para Outrem e identificações por e para Si” (*idem.*, 2009, p. 14). O paradoxo entre a concretude e a universalidade dos valores morais de cada nação abraçam relações de poderes claros entre o Estado e seus cidadãos, bem como dos cidadãos para consigo mesmos e o Estado (FOUCAULT, 2019). Este poder, exercido ou sofrido, compreende uma universalidade, colocando nele a legitimação de sua ideologia. Partindo dessas elucidações, cada Estado possui suas singularidades. Em detrimento às singularidades históricas e econômicas, o capítulo a seguir objetiva esclarecer as conceituações do nacionalismo no cenário brasileiro.

1.2. O REFLEXO DO CENÁRIO POLÍTICO NA LITERATURA: AS BASES DO NACIONALISMO BRASILEIRO

Partindo das concepções teóricas apresentadas acima, os Estados em consolidação –

com um passado recente de independência – e os Estados já consolidados – advindos dos reinos dinásticos europeus – constituíam, entre os séculos XVIII e XIX, suas perspectivas culturais, econômicas, sociais e políticas para formação fortalecimento de suas ações político-administrativas. Quando tratamos do continente americano, inúmeras são as perspectivas que se desenharam, sejam elas apresentadas às ex-colônias hispânicas, inglesas ou lusas. Partindo dos acontecimentos excepcionais para independência dos Estados Unidos, somada à efervescência do nacionalismo na Europa, imaginava-se que nas colônias hispano-americanas soldar-se-iam os antigos vice-reinados em uma única e forte nação. Esta utopia, quando projetada às realidades lusas ou hispânicas, ignorava os desenlaces do período colonial (LESSA, 2008).

A partir das consequências das políticas precárias e do enfraquecimento das instituições estatais, a fragmentação da América Latina constituiu-se diante de disputas fronteiriças e retrocessos, econômicos e políticos. Isso significa que o Novo Mundo forneceu várias especificidades nacionais, sob consequências do abandono do colonialismo econômico. Para tanto, a aplicação dos valores europeus foi constituída perante a vitória branca, masculina, europeia e - no cenário atual podemos acrescentar – hétero-cis-normativa (SANTIAGO, 2019 a). Não diferente dos outros Estados, as constituições nacionais latino-americanas justificavam a violência e a imposição brutal de ideologias segregadas aos diferentes. A excepcionalidade da realidade brasileira, todavia, está nos desenlaces políticos que se desmancharam com uma específica perspectiva factual:

Igualmente, deriva de circunstâncias engendradas pela onda revolucionária europeia, porém é uma réplica lusitana inteiramente divorciada da retórica iluminista e da ideologia republicana. O império nacional brasileiro não permite a fragmentação da América lusa. Não incorpora o conteúdo, quer da industrialização, quer da modernização institucional, daquelas duas revoluções. O ideal republicano não prosperou em meio século e somente explícita com o Manifesto Republicano de 1871. O Brasil independente preserva e revigora o instituto da escravidão e instala uma monarquia encabeçada pelo herdeiro da Colônia lusitana. (LESSA, 2008, p. 237 – 238)

Isto se deve ao fato de que a constituição estatal brasileira não atentou-se a realidade e às necessidades do seu corpo social e político. Os fatos, adiante levantados, do que compreendemos por Brasil estão embebidos, “de saída, [n]a questão de uma identidade brasileira ou caráter nacional [que] pode esbarrar no indisfarçável impulso nacionalista que a inspira” (TREVISAN, 2018, p. 43). Para compreendê-lo, faz-se necessário levantar o resgate histórico que se sucedeu com a “descoberta do Brasil” até os dias atuais. Para além do corpo estatal, o desenvolvimento da literatura foi uma importante assessoria e manutenção destas

ideologias segregativas. Para que isso se esclareça, abordarei obras literárias que negam ou reafirmam esta perspectiva. Por fim, o presente capítulo analisa o desenrolar do corpo social brasileiro, sua divisão de classes e seu desenvolvimento econômico. Neste sentido, elucido abaixo as mudanças estatais do Brasil e seu subsequente nacionalismo à cena literária, exemplificando as ideologias vigentes refletidas nas obras e nos autores brasileiros.

1.2.1. O Brasil colônia e o movimento nativista

Considera-se como primeiro documento literário brasileiro a carta de Pero Vaz de Caminha, dirigida a Manuel I, rei de Portugal. Sua primeira edição chegou ao público em 1871 e, conseqüentemente, antes disso, “[...] não pode ter exercido nenhuma influência em nossa literatura ou nossa história” (LEITE, 2017, p. 195). Todavia, ela reflete os primórdios da nossa constituição estatal. Ela é o marco cronológico do que significa o Brasil, inaugurando os primeiros argumentos que ilustram seu imaginário. A descrição detalhada dos oito dias em que os portugueses permaneceram no território americano – entre 22 de abril a 1º de maio de 1500 – revela os objetivos da colonização:

A maior parte da Carta é dedicada à descrição dos indígenas, tanto nos seus aspectos físicos como nas suas reações ao contato inicial com os portugueses e nas suposições sobre sua crença. Caminha não se cansa de louvar o bom aspecto físico dos indígenas, que lhe pareciam sadios e limpos, embora também conclua, de sua timidez, que sejam "gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiua"; nem deixa de, com uma ponta de humor e malícia, descrever a nudez de homens e mulheres. O fato de aí não encontrar símbolos religiosos leva Caminha a supor que não tinham crenças e a imaginar que não seria difícil a sua catequese. Os gestos dos indígenas diante de objetos dourados e prateados logo fez que os portugueses imaginassem que indicavam presença de ouro e prata na nova terra: mas Caminha, com muita argúcia, previne-se [...]: "Isto tomávamos nós por assim o desejarmos". (LEITE, 2017, p. 196)

Os interesses da igreja, apresentados por Caminha através da catequização dos povos originários, influem nos argumentos que justificavam o monopólio das terras colonizadas e fortaleciam a lealdade dos cidadãos portugueses para o corpo estatal. Encabeçada pelo papa, o catolicismo em território brasileiro apresentava a “[...] sutil combinação política entre Fé e Império de que também será testemunha a epopeia de Luís de Camões²⁰” (SANTIAGO, 2019 a, p. 159). As descrições do escrivão português ilustram quais as intenções da colonização

²⁰ É interessante a comparação entre os *Lusíadas* de Camões com a carta de Caminha, uma vez que a carta se refere, exclusivamente, ao território americano, e a epopeia à colonização em território asiático. Para tanto, em seu ensaio, *Os destinos de uma carta* (2019 b), Silviano Santiago demonstra que a colonização não tinha interesses específicos para cada continente, todos defendiam os mesmos princípios e buscavam os mesmos objetivos de interesse da Coroa e da Igreja católica.

lusitana: a busca por pedras e metais preciosos, a agricultura e, não menos importante, a expansão da fé católica. O marco desta carta, como pondera Alfredo Bosi (1992), é a construção da literatura de informação. Este segmento literário se desenrolou ao longo de todo o período colonial, sepultado a partir da proclamação da independência, em 1822. Os objetivos eram informar à metrópole o que acontecia na colônia, com propósitos às potencialidades econômicas.

A literatura colonial, portanto, se figurava por meio de poesias, publicadas em solo europeu²¹. As pioneiras que se referiam à colônia americana estão datadas entre os séculos XV e XVI. Elas apresentavam “[...] a admiração pela natureza tropical, o interesse pela vida do indígena, o desejo de ver o progresso do país, a crítica dos governos da metrópole e alguns comportamentos considerados característicos dos colonos” (LEITE, 2017, p. 203). Devido à falta de exploração econômica, eram proferidos, nos versos, a culpa colonizadora. Quando argumentamos a respeito desta culpa, salientamos as organizações econômicas da colônia lusitana. A ocupação do território iniciou-se pelo Nordeste e objetivava a busca pelo Eldorado. Todavia, somente no século XVII, na região de Gerais, que se descobriu o ouro (LESSA, 2008).

No mesmo recorte histórico do século XVII é que surge o primeiro poeta com uma crítica voltada aos acontecimentos sociais. Entretanto, esta crítica não se apresentava de forma direta na poesia de Gregório de Matos. Elas partiam de descrições realistas, atravessadas no cenário em que ela se desenrolava. Tal como argumenta Leite (2017) “[...] a sátira se volta contra os aspectos miúdos da existência, numa revelação mais ou menos clara de decepções ou frustrações”. Gregório de Matos abriu alas para uma literatura embebida em argumentos e críticas cruas.

Devemos destacar que o baiano, também, foi o primeiro poeta a trazer referências abertamente homoafetivas. “[...] Famoso por perseguir sexualmente freiras e negras, Gregório de Matos cultivou inimigos, a quem ‘imortalizou’ em seus versos mordazes muitas vezes de expressão claramente homoerótica” (TREVISAN, 2018, p. 238). Dentre estes inimigos, destacam-se o provedor da Casa da Moeda e o governador-geral do Brasil. Para o primeiro, no poema, *Marinícolas*, ele interpelou trocadilhos com seu nome, Nicolau, e a palavra maricas: “[...] Começa por aludir de forma maldosa às ‘tão belas partes’ desse ‘ninho gentil’, que tem ‘humor meretriz’ e, portanto, prefere olhar as calças em vez de toucas: ‘dado às

²¹ Torna-se necessário recuperar a produção de livros em território brasileiro, como foi explicitado no capítulo anterior. Isso porque apenas eram circulados livros importados da metrópole, uma vez que a imprensa só foi instalada com a vinda da Coroa, em 1808.

lições [...] de pica viril” (idem, 2018, p. 238). Já sua segunda vítima recebeu a crítica da ironia barroca em diálogo com seu retrato. Conforme expõe João Silvério Trevisan (2018), Matos escreve em *Retrato do governador Antônio Luiz da Câmara Coutinho*:

[...] Além de chamá-lo de sodomita, fanchono, ‘merda dos fidalgos’ e ‘vaca sempiterna’, Gregório descreve maldosamente seu corpo: ‘o cu vejo açoitado por nefando’; notando-lhe vergões, faz referências a um presumível amante do governador, e pergunta: “Serão chupões/ que o bruxo do Ferreira/lhe daria?”. (p. 238 – 239)

Vale ressaltar que estas expressões pejorativas, por serem dirigidas como crítica, acabam por performar homofobia, fato que será aprofundado nos capítulos seguintes. Ao se utilizar de expressões como “sodomita” e “fanchono”, suas descrições eróticas eram falocêntricas. Por meio delas, Gregório de Matos comprova sua repulsa de atos libidinosos até então proibidos e considerados pecaminosos²². É no uso do duplo sentido e nas suas expressões despidas que, para além de atacar figuras antipáticas a ele, Matos abriu espaço para que estas críticas fossem abordadas na literatura de forma mais clara e direta. É justamente diante delas, muitas vezes carregadas de preconceito, que possibilitou diversificar-se as abordagens literárias do meio social, em uma forma incipiente de nativismo literário.

O nativismo foi a tônica do último período literário colonial (LEITE, 2017). É nele que está o marco de uma literatura direcionada ao cenário brasileiro. Isto porque os poetas começaram a questionar os aspectos primordialmente da colônia lusitana. Ainda que não se apresente como literatura nacionalista, a valorização da pátria²³ se manifestou. Este fato é importante porque, no século XIX, seus argumentos aprofundaram-se pelos românticos. Somado a isto, é aqui que se funda a desfiguração de um conjunto de obras que, além de intercaladas entre si, tinham uma relação clara entre o autor e o público (idem., 2017).

Sobre este último aspecto é necessária atenção. O autor e o público estão diretamente relacionados à ordem política e econômica que se instituíram no território colonizado. Isto significa que havia um monopólio elitista de todos os recursos na colônia. A estrutura hierárquica não estava fundada somente no lastro entre Brasil e Portugal. Havia também uma

²² Quando referido a repulsa e a proibição de atos homoafetivos, refiro ao trabalho da Inquisição. Encabeçada pela Igreja católica e, conseqüentemente, em nome dos bons costumes, o imaginário teológico-moral cristão todos os atos sexuais destoantes do casamento e da ordem de reprodução. Conforme explica Trevisan (2018), esta ideia se fortaleceu para combater as ideias reformistas protestantes, no século XVI. “[...] Criaram-se corpos doutrinatórios e normas severas, com o intuito de sedimentar a família como espaço fundamental para a defesa da catolicidade” (idem., 2018, p. 118). Com a relação muito íntima entre o governo reinol e o corpo religioso foram introduzidas penas judiciais que continham especificações de crimes sobre práticas desviantes destes bons costumes. Um dos mecanismos de controle foi a criação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, implementada no Brasil e abolida somente em 1821.

²³ A palavra *pátria* empregada neste período literário não condizia com o país, mas sim com a localidade de nascimento do sujeito (LEITE, 2017).

organização de poder entre os cidadãos da colônia. Delineada no monopólio da terra, seu sustentáculo diferenciava os latifundiários, os escravos e os homens livres²⁴ (SCHWARZ, 2014). “O modelo colonial brasileiro combinava, majoritariamente, mão de obra escrava com grande propriedade de monocultura, o personalismo dos mandos privados e a (quase) ausência da esfera pública e do Estado” (*idem*, 2019, p. 42).

A política de favores era o mecanismo pelo qual se reproduziam as grandes classes da sociedade brasileira. Para Lilia Moritz Schwarcz (2019), isso significa que o contexto de colonização e dinâmica entre estas hierarquias dispunha uma ‘aristocracia meritória’. Sua configuração fundamentou o acúmulo de riqueza e poder. A economia estava, pois, disposta a responder aos interesses particulares da elite portuguesa e colonial. Os fluxos comerciais, alavancados pelo ouro em Gerais e, depois, da expansão do café, desenrolou o sistema econômico visando o benefício oligárquico²⁵. Foi diante da manutenção dos interesses da elite colonial que resultou na inexistência de seu rancor com a metrópole e a coroa, favorecendo o processo de independência, em 1822.

1.2.2. O nacionalismo romântico

O Estado brasileiro surgiu da transposição oceânica de todo o aparelho estatal da Coroa portuguesa, consequências das Guerras Napoleônicas. Isso significa que em 1808 “[...] Portugal, satélite da hegemonia inglesa, [...] constituiu o Rio de Janeiro como sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve” (LESSA, 2008, p. 241). Foi o transporte atlântico da família real que abrigou, na capital colonial, a superestrutura do Estado lusitano. Todos os aparatos burocráticos e jurídicos, da metrópole, aqui, foram instalados.

Sucedidos treze anos, em 1821, a Coroa portuguesa retornou ao solo europeu como consequência da Revolução do Porto, no ano anterior, que convocou todo o aparato estatal de volta à metrópole, além do corpo que o alicerçava. Mesmo que alguns apoiassem a volta de D. João VI, os brasileiros estavam inquietos sobre esta mudança, resultando na discussão para que a Coroa não retornasse (LESSA, 2008). A solução foi a permanência do príncipe

²⁴ Os senhores, ou latifundiários, eram grandes detentores de terra, provedores de tudo e, conseqüentemente, quem tinham o poder político, econômico e social. Eram estes privilégios que os diferenciavam dos homens livres. Os homens livres eram aqueles que dependiam, direto ou indiretamente, dos favores dos senhores. Os escravos, por sua vez, estavam sob regime de submissão aos seus senhores.

²⁵ É importante salientar o que compreendemos por oligarquia. Partindo da perspectiva de Ribeiro (2017), a oligarquia é um governo autoritário centrado em um grupo ou indivíduo. Neste tipo de governo a ganância sobressai aos valores da lei e do direito, trabalhando o corpo estatal para manutenção dos interesses daquele ou daqueles que governam.

herdeiro. Já com todas as estruturas necessárias para a consolidação do Brasil como Estado independente, estas incertezas políticas impulsionaram a proclamação da independência. O marco do Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, foi firmado por D. Pedro I em autoridade absoluta o que, conseqüentemente, iniciou a independência brasileira (*idem*, 2008). Justamente por acontecer de forma pacífica e com garantias dos privilégios da elite, este processo não procedeu em rancor dos brasileiros para com a ordem estatal monárquica, mesmo que, em paralelo, também existisse um forte antilusitanismo. “[...] Jamais, no passado, a elite colonial se sentiu excluída ou preterida pela Coroa. Foi prática portuguesa, em importante contraste com a regra hispânica, permitir o acesso de coloniais na alta burocracia” (*ibidem*, 2008, p. 242).

Foi neste contexto que o Brasil independente surgiu no dia 7 de setembro de 1822. Carlos Lessa (2008) salienta seus efeitos:

[...] [No] processo de desenvolvimento urbano [resultante da Coroa lusitana no Brasil], surge uma elite atualizada em consumir e fascinada pelo luxo importado. Como contraponto, surge um povo pobre urbano livre que opera parte dos serviços logísticos e comerciais. [...] São preservados, além da escravidão, o regime de sesmaria para a propriedade da terra e a ligação Igreja Estado. O catolicismo permanece a religião oficial. [...] Em resumo: a Coroa transferida, sedimentada e mais robusta, "recicla" as antigas elites, as incorpora à corte e afasta o risco da ruptura republicana. (p. 242)

Está na reciclagem das elites coloniais fortificou a estrutura estatal nos moldes do Estado-nação brasileiro. Partindo da proteção dos interesses pessoais destes sujeitos, moldados em influências políticas e econômicas europeias, esta conjuntura dispôs, às oligarquias provincianas, total concentração da distribuição de terras e de administração jurídica (ANDERSON, 2008; LESSA, 2008). O sistema político se fortaleceu como um aparelho de custeio de reprodução das ambições econômicas desta oligarquia. O resultado foi a falsa ideia de modernização do país e seu alicerce no discurso conservador (LESSA, 2008). Além disso, o sistema de escravagismo como base da mão-de-obra foi um importante recurso político e econômico defendido por estes sujeitos, o que resultou em defasagem na constituição do nacionalismo brasileiro do ponto de vista do liberalismo econômico (*idem*, 2008).

A alquimia conservadora possuía economia baseada na monocultura – primordialmente o café e o açúcar. Com o trabalho escravo, este processo aplica-se com mandos privados e a pouca interferência estatal; isto Schwarcz (2019) intitula de ‘pretensão à nobreza’. Ou seja, num território que se garantia os privilégios de uma minoria e sob domínio de uma maioria escravizada, ou vivendo de favores, a estrutura social, cultural, política e

econômica legitimava a sociedade patriarcal. Era na família do senhor que validava o aparelho burocrático como “[...] esteio e anteparo, real e simbólico, para toda a organização social” (*idem*, 2019, p. 43). A legitimação das hierarquias de poder estatal refletia a organização da intimidade familiar, sob a qual centrava na figura dos senhores todos os interesses e mandos locais. O Estado organizava-se, portanto, como “imune às demandas setorializadas” (*ibidem*, 2019, p. 68). Sua implicância adentrou no problema do corporativismo político.

Mantida a estrutura social e patrimonial, não houve nenhuma rotação de elites, cujo único temor provinha da Revolta de Santo Domingo [atual Haiti], onde os ex-escravos derrotaram as tropas francesas e criaram a primeira república latino-americana independente. Aqui, desde o início, as elites coloniais optaram por fidelidade ao governante bragantino. Não prosperou nenhum sistema alternativo de fé ou explicação de mundo. Para a minúscula elite de riqueza e poder, tudo permaneceu o mesmo, com a vantagem de o imperador ser mais facilmente acessível do lado de cá do Atlântico, do que o rei, do outro lado. A sesmaria lusa foi convertida, posteriormente, em propriedade capitalista, pelo registro paroquial. A legitimidade da escravidão foi coberta por um manto silencioso. Na construção nacional, o tema do povo com plenitude cidadã foi desconhecido. (LESSA, 2008, p. 242 – 243)

A preservação do escravismo foi importante para a consolidação da desigualdade do nacionalismo brasileiro, como, também, a invalidação das forças separatistas e o fortalecimento da unidade nacional e territorial (LESSA, 2008). O desenvolvimento geopolítico possibilitou à oligarquia a sensação de legitimidade de seus direitos. Seu nacionalismo não deu margem a eleição de inimigos, partindo, assim, do ufanismo. A identidade brasileira, conseqüentemente, incorporou a virtude de pacífica e boa vizinha. Por sua construção, “[...] não tendo havido inimigo, foi possível à cultura brasileira renunciar desde sempre à xenofobia” (*idem.*, 2008, p. 243). O desequilíbrio entre as classes sociais e este ufanismo criou a discrepância entre o discurso nacional e a realidade (LEITE, 2017). Em outras palavras, partindo da inclusão do liberalismo econômico, o antagonismo entre a elite e o povo convergiu para o nascimento do caráter nacional brasileiro emanando falsas confluências sociais. Isto significa que o discurso nacional compunha um apagamento das desigualdades, dissipado da ascensão do homem-livre por indicação de senhores e da realidade escravocrata (SCHWARZ, 2014). Foi neste sentido que as primeiras manifestações românticas tinham uma relação íntima com o Estado e com o classicismo europeu²⁶, este

²⁶ Para os românticos o Classicismo, tudo posterior ao Barroco, possuía uma característica de expressão de fortes influências lusas, isto é, colonizadoras. Isso interferia negativamente no desenvolvimento original da literatura brasileira. Em suma, não havia ataque àquilo que era considerado clássico, mas à tendência classicista de normatização da obra de arte como universalização da expressão. É neste sentido que o romantismo busca o movimento contrário, retratando um espírito nacional brasileiro que insuflasse de uma liberdade criadora e

segundo no sentido de contrapor a ele. Desta forma, Roberto Schwarz (2014) argumenta que o pensamento intelectual brasileiro estava no não-lugar:

Impugnada a todo instante pela escravidão, a ideologia liberal, que era a das jovens nações emancipadas da América, descarrilhava. Seria fácil deduzir o sistema de seus contrassensos, todos verdadeiros, muitos dos quais agitaram a consciência teórica e moral de nosso século XIX. Já vimos uma coleção deles. No entanto, estas dificuldades permaneciam curiosamente inessenciais. O teste da realidade não parecia importante. É como se coerência e generalidade não pesassem muito, ou como se a esfera da cultura ocupasse uma posição alterada, cujos critérios fossem outros — mas outros em relação a quê? Por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das ideias liberais; o que, entretanto, é menos que orientar-lhes o movimento. Sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexo efetivo da vida ideológica. (l. 658 - 666²⁷)

Com os objetivos de esconder as barbáries do corpo nacional brasileiro, a eleição da história oficial necessitava que alicerçaram esta concepção ideológica excludente. Detinha esta criação o próprio Estado, elegendo episódios da história nacional em favor daqueles no poder (LESSA, 2008). Exemplo disso foi a narrativa gloriosa dos portugueses como defensores do nordeste brasileiro dos invasores holandeses, a constituição histórica da Batalha dos Guararapes e a perspectiva conservadora da Inconfidência Mineira. Não foi por mero desinteresse que o episódio baiano, como a Revolta dos Alfaiates, foi excluído. Estes eventos fortaleceram o que se entendia por Brasil, abraçados na formação cultural e, sobretudo, na literatura (*idem*, 2008).

Era necessário que intelectuais narrassem os eventos históricos e que a imprensa os difundisse (SCHWARZ, 2014). Em resumo, os intelectuais tinham a tarefa de promover uma literatura independente que estivesse embebida nas características do meio, das raças e dos costumes brasileiros. É neste sentido que Dante Moreira Leite (2017) ressalta: “[...] o conceito que, para quase todos, representa mais de perto o romantismo é o de *desequilíbrio*” (p. 215). Deste paralelismo, entre as limitações sociais e o ideal romântico, “[...] bem como de sua atitude de fuga, ora para o passado ora a utopia e os movimentos de libertação” (*idem*, 2017, p. 215) é que caracterizam todo o romantismo.

O recurso, escolhido para ocultar as barbáries da realidade social e econômica, foi a eleição de determinadas figuras como símbolos de brasilidade. Diante disso, Antônio

manifestação específica da sociedade, da natureza e das ideias que por aqui circulavam (CANDIDO, 1989; 2000). Ademais, os românticos buscavam a diferenciação individual do Brasil, no qual a tradição clássica não era cabível nas tradições nacionais. Os limites estéticos foram esticados para que estas perspectivas fossem abarcadas, uma vez que, os alicerces desses limites não incluíam a realidade que o romantismo dialogava (LEITE, 2017).

²⁷ Por se tratar de um *e-book* e, para tanto, lido em plataforma *e-reader*, não há qualquer tipo de suporte físico que apresente a marcação da página da citação. Diante da inexistência de uma norma técnica, até o presente momento, entenda, nesta referência, por “1.” a localização da citação no *e-book*.

Candido (1989) argumenta que “esta noção [...] correspondia a um estágio da consciência nacional em plena euforia” (p. 176). Havia uma busca constante sobre onde se localizava o Brasil na História do mundo ocidental. Neste sentido, a recuperação dos símbolos que correspondem ao imaginário brasileiro é necessária. Era fundamental a busca pela originalidade e individualidade. Ansiava-se em “[...] traduzir um domínio ainda não tocado pela experiência coletiva ou ainda não dominado pelo lugar-comum” (*idem*, 2017, p. 216). Esta busca repercutiu no que Leite (2017) intitula de imitação e modelo. Para ele, os românticos debruçaram-se na procura pelo que era válido ao cidadão brasileiro, o que lhe é único e desenha uma experiência específica do imaginário coletivo para, depois, apresentar-se como manifestação única e individual do artista. Em outras palavras, absortos pelas ideias liberais:

[...] se observa o processo de transformação do público durante o romantismo, [o que] compreende-se uma de suas contradições. Embora surja um momento de individualismo, o movimento romântico coincide também com um momento de nacionalismo e de ampliação da educação. O escritor passa a depender não de alguns protetores das classes altas, mas do público, isto é, daqueles que leem as suas obras. O movimento romântico assinala - provavelmente em proporções ainda bem reduzidas, quando se pensa em nossa época - um primeiro momento do que hoje se denomina a comunicação de massa. De forma que, embora fosse expressão individualista, indiferente à acolhida do público, a literatura romântica esteve voltada para este, ainda quando ostensivamente não o procurava - o que acontecia com os autores nacionalistas. Por isso, a literatura romântica tende a ser uma literatura fácil, ao alcance de grande número de leitores, quando não ia mais longe para cativar o público feminino, cuja educação era ainda muito elementar. (LEITE, 2017, p. 217 - 218)

Elucidam-se as oposições no cenário nacional quando se observa o antagonismo que Leite se refere. A título de exemplo, podemos considerar as próprias palavras do filósofo sob as diferenças entre o público, feminino e o masculino, e os autores. A vida intelectual pautava-se nos ideais masculinos, de alta classe social, com estreita relação com a elite. Mesmo que a literatura tenha acompanhado a tímida ampliação da educação, ela se encontrava muito além da constituição do imaginário nacional (LEITE, 2017). Diante disto, o escritor escrevia para que suas obras fossem lidas, como o público letrado era a pequena parcela burguesa da população, ele estruturava sua narrativa para satisfazer os gostos destes sujeitos. Considerando que a vida intelectual também pertencia a este segmento privilegiado da população, podemos concluir que os primeiros autores românticos defendiam seus próprios interesses.

Nas primeiras décadas do romantismo, o tema inicial eleito foi o da natureza. Sua celebração apresentava uma “[...] estereotipação cansativa, que a estética romântica torna ainda mais monótona pela ligação entre a natureza e a vida afetiva” (*idem*, 2017, p. 224). Esta

hibridização entre o homem e a natureza somavam-se com a preferência pelo exótico e diferente, diante de uma perspectiva positiva. Conhecido por indianismo, o conteúdo ideológico dispunha os povos indígenas como representantes do passado colonial. Isso, “[...] – sobretudo no romance de Alencar – cria uma Idade Média brasileira, o que era talvez uma forma de atender às exigências estéticas da época, mas também forma de dar conteúdo histórico ao nacionalismo” (*ibidem*, 2017, p. 228). A imagem representada do Brasil não impunha nenhuma ameaça sobre a ordem trabalhista e econômica vigente: a escravatura. O indianismo romântico ignorava estes regimes de escravidão e semiescravidão.

Sua prosa foi a primeira a “[...] malbaratar sistematicamente a língua portuguesa da metrópole, usando modismos brasileiros ou palavras indígenas” (SANTIAGO, 2019 a, p. 171). A estética romântica não estava apenas pautada naquilo que nela era abordado. Retomando as influências da colonização, para Silviano Santiago (2019 b), seu impulso arrojou tão forte os códigos linguísticos e religiosos, perante, antes, dos códigos administrativos, que houve um “amolecimento na rigidez cultural do nativo”. O louvor à natureza e aos afetos, ironicamente e despreziosamente, firmou os enlaces das relações com a disposição de sentimentalismo melancólico. Leite (2017) afirma que estas eram as respostas às críticas da opinião pública internacional, contrária ao regime de escravocrata, o que refletia a incoerência do falso regime liberal.

Conforme avançavam as primeiras décadas de Brasil independente, as manifestações literárias deixaram gradativamente de demonstrar estas características específicas (PAVANELO, 2009). Entre as décadas 1840 e 1860, o espírito de nacionalidade mantinha-se em voga, contudo, aos poucos expressavam-se as discordâncias e contrastes das ideologias borbulhantes na cena cultural brasileira. Foi o uso da autoironia como crítica, o que tornou Álvares de Azevedo figura importante deste período.

Mesmo que ele tenha sido um dos representantes clássicos da cena cultural – homem, branco, de classe média, letrado e influente do centro cultural²⁸ - ressalta-se sua produção por se distanciar da ordem ideológica: abordando o homoerotismo. Sua obra apresenta um emaranhado de “[...] orgias plagiadas de Lord Byron e de circunlóquios pudibundos, bem ao estilo do romantismo brasileiro” (TREVISAN, 2018, p. 239). Em *Macário* (1855) há uma ambígua relação entre Satã e mancebo Macário. “[...] Quando carrega em seus braços o rapaz desmaiado, Satã faz elogios à sua beleza e lhe diz: ‘Se eu não fosse Satã, eu te amaria, mancebo...’.” (*idem.*, 2018, p. 239). Muito além disso, a vida pessoal de Alvarez expôs uma

²⁸ Considero centro cultural os sujeitos que estabeleçam suas obras entre o eixo das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, municípios de encontro das elites brasileiras.

curiosa relação do que se esperava dos sujeitos masculinos. Refere-se aqui o fato dele ter sido criado por mulheres e apresentar-lhes um intenso amor, em especial por sua mãe. Mário de Andrade, também, alinha a função de fatos considerados “míticos”, ponderando que ele poderia ter se transvestido com as roupas da irmã mais velha (*apud.*, TREVISAN, 2018). Cartas destinadas a Luís António da Silva Nunes - amigo que fez enquanto cursava Direito - apresentam manifestações de amor, saudade e carinho. Nelas se especulou uma possível paixão, como pondera Mário de Andrade e Antônio Candido²⁹. Dito isso, torna-se importante salientar sua morte, nas palavras de Trevisan (2018):

Dois anos depois ele morreu [1852, depois de trocar correspondência com seu amigo], quase de repente. Na parede do quarto de estudante, deixou escrita, premonitoriamente, a data de sua morte, cujas causas aliás nunca ficaram claras; talvez tuberculose, talvez um tumor. Muitos afirmam que se deixou morrer de tristeza na mesma cama da mãe. Apesar de admitir que Álvares nunca teve uma aventura sentimental com mulheres, o estudioso de literatura Brito Broca procura relativizar sua relação com Luís aludindo as grandes "amizades espirituais", que eram comuns entre os românticos - e cita os casos de Goethe e Schiller, Byron e Hoog. Mas, em se tratando de Álvares de Azevedo, certos autores acreditam que ele desejou e conseguiu a própria morte, por puro desencanto. Já Mário de Andrade fazia essa inferência dizendo a propósito: "suicida-se o mais bem-intencionadamente possível, certo de que a morte veio naturalíssima" (p. 241 – 242).

Nesta mesma linha argumentativa, Mário de Andrade considera que, na adolescência³⁰, fase em que os amores são tão intensos e os suicídios “atos construtivos”, sua morte poderia ser fruto deste amor incompreendido, ou não correspondido, ao amigo Luís António da Silva Nunes. Seguindo este raciocínio, Mário de Andrade apontava para a possibilidade de desejos sexuais homoafetivos do autor, “[...] quando se dizia convicto de que Álvares de Azevedo, ‘teve não apenas temor, mas uma verdadeira fobia do amor sexual’ (ANDRADE, 1974; *apud.* TREVISAN, 2018, p. 242). São claras, aqui, as consequências da repressão que corpos não hegemônicos sofrem na sociedade. Muito além disso, Álvares de Azevedo coloca em sua obra o tema da morte como “[...] metáfora para transição de um mundo idealizado para um mundo cético, conferindo unidade a sua obra” (PAVANELO, 2009, p. 9). Diante disso, interpreto que este é um diálogo de evasão ao combate dos valores segregativos³¹. Cabe, neste trabalho, perguntarmos como estes valores influenciavam a

²⁹ Ver TREVISAN, João Silvério. Essas histórias de amor maldito. In: _____. *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. cap. 22, p. 238 - 260.

³⁰ Álvares de Azevedo faleceu aos 21 anos.

³¹ Trata-se, aqui, de uma interpretação possível da obra de Álvares de Azevedo com os fatos que ele viveu. Todavia, não é meu objetivo aprofundar esta questão específica, e sim, pulverizar incômodos acerca da literatura homoerótica e homoafwtiva, sob o desenrolar da afirmação ou negação do nacionalismo brasileiro. A análise da obra *Macário* e as confluências com a vida de seu autor poderão ser abordados em trabalhos acadêmicos

produção literária.

Durante e após as manifestações ultrarromânticas, a literatura brasileira começou a refletir problemáticas diretas da cena política e econômica. A crise administrativa e econômica, do final do Império, não mais era despercebida ou ocultada pelo ufanismo elitista. Nas últimas obras do final do século XIX, estavam reconhecidas as mudanças das bases estatais e sociais (LESSA, 2008). Estas manifestações literárias refletiam sobre o problema da escravidão de forma direta. Seu resultado foi a resposta à crítica internacional, cada vez mais acentuada, quando “[...] representava uma contradição escandalosa na teoria aparentemente liberal do Império” (LEITE, 2017, p. 231). Foi justamente este cenário que possibilitou o nascimento do realismo e do naturalismo, abordando novos juízos ideológicos nacionais.

1.2.3. O nacionalismo realista

A consolidação do imaginário nacionalista romântico resultou na tradução díspar da realidade brasileira. Foi no combate e questionamento destes princípios que se inaugurou o realismo. Com início na segunda metade do século XIX, ele abordou as conjunturas sociais e econômicas do Segundo Reinado (1840 – 1889) e da República Velha (1889 – 1930). Diferencia-se diante da “[...] impressão de que o romântico estava sempre, e necessariamente, voltado para um mundo de sombras ou de sonhos, enquanto os realistas e naturalistas se moviam na dura realidade dos fatos” (LEITE, 2017, p. 235). Embebidos pelas ideias científicas, os aspectos estéticos deste novo movimento literário não abordavam um jogo de fantasia e, sim, alicerçaram-se na crítica social direta. Elas estavam pautadas no evolucionismo e no darwinismo social.

A ideia da ciência positivista dominou este período. A crítica social literária pautava-se na “[...] especulação e divulgação científica, cujo principal objetivo era uma explicação *elementalista* do homem e da sociedade” (*idem*, 2017, p. 238). A ideia linear da humanidade, tendo como ápice e ponto de partida a sociedade europeia do século XIX, justificava as barbáries da História humana. Neste sentido, eram os mais fortes e seus descendentes que possuíam maior adaptabilidade ao ambiente. Ou seja, os critérios do meio e da raça eram justificativos da hegemonia branca e europeia.

Em contexto brasileiro, a inferiorização de toda a nação racionalizava-se “[...] não só pela existência de negros, mas também pela mestiçagem” (LEITE, 2017, p. 290). Podemos

futuros.

ainda acrescentar as relações libidinosas, tendo a homoafetividade como exemplo, tal como será aprofundado a frente. A ideologia preconceituosa, refletida nestes ideais, argumenta explicações plausíveis com influências na disposição econômica mundial, política e cultural indigna do brasileiro³². Perante isto, a ciência econômica e as manifestações ideológicas justificavam os atos impolíticos e abomináveis defendidos em solo brasileiro (SCHWARZ, 2014). Concisamente, na literatura isso se arquitetava para:

[...] uma comédia ideológica, diferente da europeia. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrendo o essencial — a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer original. A Declaração dos Direitos do Homem, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tomava mais abjeto o instituto da escravidão. A mesma coisa para a professada universalidade dos princípios, que transformava em escândalo a prática geral do favor. Que valiam, nestas circunstâncias, as grandes abstrações burguesas que usávamos tanto? Não descreviam a existência — mas nem só disso vivem as ideias. [...] Essa impropriedade de nosso pensamento, que não é acaso, [...] foi de fato uma presença assídua, atravessando e desequilibrando, até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado. Frequentemente inflada, ou rasteira, ridícula ou crua, e só raramente justa no tom, a prosa literária do tempo é uma das muitas testemunhas disso. (*idem.*, 2014, p. 624 – 639)

Em complemento, Roberto Schwarz (1987) defende que a percepção estética do texto realista conflui no seu valor estrutural. Soma, da mesma forma, a recepção substitutiva das crises políticas. É neste sentido que as primeiras manifestações realistas criticavam, primordialmente, o setor intermediário e anônimo da sociedade brasileira. Elege-se, em demasia na prosa machadiana, o protagonismo daqueles que viviam de favores dos senhores, divergentes da classe trabalhadora – os escravos – e da classe elitista – os senhores. Em outras palavras, a literatura realista colocou os homens livres como centro de sua crítica. A realidade e a obra instituíram-se na compreensão dos espelhos das relações sociais. A negação do ufanismo conservador instalou-se na sua ponderação diante da posição racional da imprensa (LEITE, 2017). O espaço para crítica direta à desigualdade social se consolidou.

Considero um exemplo claro deste processo o romance naturalista *O cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo. Sua prosa integra o meio, a raça e o momento histórico do sujeito, sob os quais interferem seu comportamento. Como o título apresenta, o cenário do romance é um cortiço, sob o qual a história ronda seu dono, João Romão. A exploração clara dos seus funcionários, em especial Bertolesa, que também é sua amante, ilustra a saga por

³² Aqui, o que interessa, são as manifestações literárias embebidas em ideias de crítica social e que se distanciavam da ordem política elitista. Entretanto, torna-se importante pontuar que os autores, como Nina Rodrigues, Oliveira Viana, Alfredo Ellis Júnior, Arthur Ramos e Afonso Arinos de Melo Franco, afirmavam em seus textos estas ideologias preconceituosas (LEITE, 2017).

enriquecimento e ascensão social deste sujeito. Em seu cortiço vivem inúmeras famílias, com suas plurais singularidades. Todos estes moradores têm uma categoria social abaixo da de João Romão. Conforme a ascensão de João se consolida, mudanças claras na organização do cortiço são adicionadas à narrativa e, conseqüentemente, em seus moradores. O que me interessa aqui é que parte destas mudanças sociais a relação amorosa sáfica entre as personagens Pombinha e Léonie³³. A homoafetividade entre a primeira personagem, a adolescente impúbere, e a segunda, a mulher prostituta, dispõem-se diante “[...] da transformação da jovem Pombinha numa mulher, quando ela finalmente tem sua primeira menstruação, após o encontro amoroso” (TREVISAN, 2018, p. 242). Pombinha, ‘a flor do cortiço’, é descrita como pura e delicada, muito bonita, mas adoentada no início do romance (VALENTIN, 2013). Seu romance com Léonie parte da visita da adolescente, acompanhada de sua mãe, à casa da prostituta. Nela sua mãe adormece e a relação se desenrola com a fala de Léonie:

- Vem cá, minha flor!... disse-lhe, puxando-a contra si e deixando-se cair sobre um divã. Sabes? Eu te quero cada vez mais!... Estou louca por ti!
E devorava-a de beijos violentos, repetidos, quentes, que sufocavam a menina, enchendo-a de espanto e de um instinto temos, cuja origem a pobrezinha, na sua simplicidade, não podia saber qual era.
[...] Pombinha arfava, relutando; mas o atrito daquelas duas grossas pommas irrequietas sobre seu mesquinho peito de donzela impúbere e o rogar vertiginoso daqueles cabelos ásperos e crespos nas estações mais sensitivas da sua feminilidade, acabaram por foguear-lhe a pólvora do sangue, desertando-lhe a razão ao debate dos sentidos.
Agora, espolinhava-se toda, cerrando os dentes, fremindo-lhe a carne em crispações de espasmo. (AZEVEDO, 1981; *apud.* VALENTIN, 2013, p. 195 - 196)

O que diferencia Léonie de Pombinha é o “[...] desejo de natureza homoerótica concebido como instinto animal, o que pode sugerir a homossexualidade da *cocote* Léonie” (VALENTIN, 2013, p. 196). Muito além de sua homoafetividade, Léonie é uma personagem negra, o que somado às influências simbólicas – ideológicas - e ao seu desejo sexual, ela é construída de forma estereotipada. Fato que não se aplica à Pombinha. Valentin (2013) apresenta um trecho do romance que esclarece este argumento:

Pungia-lhe na brancura da alma virgem um arrependimento incisivo e negro das *torpezas* da antevéspera; mas, [...] toda a sua carne ria e rejubilava-se, presentindo delícias que lhe pareciam reservadas para mais tarde, junto de um homem amado. (AZEVEDO, 1981; *apud.*, p. 197)

³³ Pontuo que este é o primeiro romance com relações sáficas explícitas. Entretanto, elas só serão exploradas, de forma expressiva e com devida atenção ao universo emergente, junto ao aumento do protagonismo feminino na produção literária. Foi somente depois da segunda metade do século XX que as personagens femininas foram criadas de forma a dar completude ao que, de fato, as mulheres – em suas pluralidades – vivenciavam. Isto significa que o protagonismo feminino na literatura acompanha as conquistas feministas e a inserção das mulheres em todas as esferas sociais que não o seio familiar (POLESSO, 2018).

É justamente por essa incisão falocêntrica, na qual o prazer feminino dependente de um homem e o corpo negro como imerso em torpezas, que se escancara os preconceitos homofóbicos e racistas da sociedade brasileira. O sexo com Léonie fornecesse a Pombinha uma “decadência moral”, sob a qual, “[...] de menina virgem e meiga, ela se torna, após ser uma esposa adúltera, uma mulher divorciada e prostituta requintada” (VALENTIN, 2013, p. 197). Através da ilustração destas concepções conservadoras que Aluísio de Azevedo escancara os preconceitos do corpo nacional brasileiro. O racismo contra o corpo de Léonie e a mulher construída como casta e submissa em Pombinha refletem claramente os alicerces morais da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX. Neste sentido, pode-se acrescentar que a relação entre as personagens foi um estupro, exemplos que elucidam dois pontos sobre o espaço que ocupava a mulher: primeiro, a representatividade no campo artístico divergente do elitista e, segundo, os marcadores de diferença social, racial, de classe e de gênero.

O primeiro ponto incita na homogeneização do campo literário. Este construído diante da falsa perspectiva de que seja um meio de construção das identidades que não brancas, masculinas, elitistas e hetero-cis-normativas. Isto significa que, todas as identidades destoantes deste padrão estavam arquitetadas em constructos ideológicos pejorativos (DALCASTAGNÈ, 2012). O fato que personifica a narrativa brasileira constitui o problema de “[...] falar por alguém é sempre um ato político, às vezes, legítimo, frequentemente, autoritário – e o primeiro adjetivo não exclui necessariamente o segundo” (*idem*, 2012, p. 23). Esta imposição do discurso de corpos não-normativos elucidam a imposição cultural e a hierarquia da sociedade burguesa. A negação ao direito de fala dispõe a censura velada constituída em todas as instâncias do que se compreende por Brasil. Mesmo que o realismo estivesse alicerçado em traduzir a realidade tal como ela era, ainda se impunha uma constância hierárquica e inflexível sobre o discurso canônico.

É neste trecho de *O cortiço* que se constituem os pontos de marcação de diferença: social, racial, de classe e de gênero. Diante do estigma nos corpos não-normativos, como menos legítimos ou sem direitos cidadãos, a constituição do Brasil estava desenhada diante de mitos, fantasias e ideologias segregatórias. Uma vez garantidos pela literatura, criaram-se categorias preconceituosas que demarcam as histórias, culturas, religiões, sexualidades e construções sociais que não são reconhecidas ao “[...] exerce[re]m influência real no mundo” (SCHWARCZ, 2019, p. 174). É essa estereotipação que se reflete no romance escritor maranhense. As ações de Pombinha e Léonie só fazem sentido quando juntas. Suas

contrariedades se estabelecem pela hierarquia: Pombinha como branca, casta e bonita, e Léonie como negra e com instintos animais. Espelho da sociedade brasileira que explicita “[...] todo tipo de manifestação de racismo, levado ao feminicídio, produzindo misoginia e homofobia, bem como justificando uma disseminada ‘cultura do estupro’” (SCHWARCZ, 2019, p. 175). As hierarquias entre relações homoafetivas não se dão apenas no campo feminino.

Partindo do princípio que é na cena literária que se espelha o corpo leitor e crítico literário, sucedidos cinco anos do lançamento de *O cortiço*, em 1895, era lançado o romance *O Bom-Crioulo*. Desviante do padrão do primeiro, sua narrativa lança seus holofotes na relação homoafetiva entre os dois rapazes de forma clara e explícita. “[...] [Adolfo] Caminha narra aí a história de amor entre um grumete branco, o adolescente Aleixo, e o marinheiro negro Amaro, também chamado de Bom-Crioulo” (TREVISAN, 2018, p. 243). A relação de amor proibido enverga-se de forma passional, diante da figura do jovem negro, esclarecendo as relações de poder que o meio exigia e concebia a ambos. As construções dos personagens, antes de sua história amorosa, debruçam-se em modelos de masculinidades que são exigidas ao corpo negro de Amaro e o corpo branco de Aleixo, ambos diante do espaço militar. Semelhante ao que acontece em *O cortiço*, os personagens se interpõem da seguinte maneira:

[...] as características do *gay* mostram claramente os requisitos de masculinidade exigidas no espaço militar, representado por Amaro ‘[...] um lagartão negro, muito alto e corpulento, figura colossal de cafre, desafiando, com um formidável sistema de músculos, a morbidez patológica de toda uma geração decadente e enervada [...]’ (CAMINHA, 2007, p. 21). Em contrapartida, a descrição do personagem Aleixo contradiz o modelo de masculinidade estabelecido pelo patriarcado, quando ele se nos apresenta como uma figura dócil e frágil, ainda com quinze anos de idade, e que marcará uma característica do desejo homosocial do homem mais velho pelo garoto nos espaços masculinos. (CORREIA, 2010, p. 71)

Romualdo Correia (2010) defende que havia componentes estéticos da narrativa naturalista que dialogavam com o espaço público e o privado. A construção da realidade “[...] parece levantar o leitor a um realismo plástico, conferindo-lhe, portanto, o *status* de determinante na leitura da narrativa e desenvolvimento do enredo” (*idem.*, 2010, p. 74 – 75). Ele (2010) acrescenta que, além dos elementos estéticos, emergiram-se perspectivas ideológicas do meio que a obra se construiu. Trevisan (2018) soma a sua crítica de que sua publicação foi corajosa e direta, porque “[...] o amor homossexual com surpreendente naturalidade, como um dado específico e irrefutável, chegando até mesmo a criar uma legítima ternura entre dois homens do povo” (p. 243).

Além disso, a publicação de *O Bom-Crioulo*, também, apresenta a estetização dos

personagens, isto é, soma-se a naturalização do amor homoafetivo a constituição dos estudos científicos como justificativa dos preconceitos do corpo social. Exemplos disso são: chamar o casal de ‘seres doentios’ e dizer que em Aleixo ‘só faltam os peitos’. Trevisan (2018) ainda pondera que “[...] a homossexualidade do Bom-Crioulo é mostrada como um componente selvagem de sua negritude – ‘negro de raça do diabo, que não sabe perdoar, não sabe esquecer’, diz a personagem” (p. 243). A prosa, ironicamente, desmascara os preconceitos do corpo leitor e intelectual da época. Não foi por menos que seu lançamento causou tamanho escândalo, sendo proibido em bibliotecas, adjetivado de imoral por críticos literários e, ainda, foi requisitada – pela Marinha, durante o Estado Novo – a proibição de novas reedições (*idem*, 2018). Diante disso, Horácio Costa argumenta que seu “massacre histórico” refletia os desvios do homoerotismo literário (*apud*. TREVISAN, 2018, p. 245). Havia a “[...] ‘obnubilação de um tipo ideológico’, em nome dos bons costumes e não da literatura, ‘tudo acontece como se nada tivesse acontecido’” (TREVISAN, 2018, p. 245).

Por essa razão, afirmamos que, a despeito de suas configurações nacionalistas próprias, a literatura realista continuava a performar os atributos burgueses do romantismo (SCHWARZ, 1987). Ela não só apresentava as ideologias elitistas e segregadas, como expressava a própria fluência de perspectivas preconceituosas ocultadas durante o idealismo romântico. É aqui que nasce a dualidade do sistema literário para com o sistema político e social. “Esta dualidade, cujos dilemas remontam à Independência e desde então se impõe inexoravelmente ao brasileiro culto, suscitou atitudes diversas” (*idem.*, 1987, p. 13). Estas novas atividades abraçaram a fluidez e a estrutura poética que se alicerçava no descompasso histórico e alterava a heterogeneidade dos traços formais. Este movimento se intitula modernismo.

1.2.4. O nacionalismo modernista, na primeira metade do século XX

O modernismo ilustrou a limitação que o nacionalismo brasileiro dispunha na cena global e, conseqüentemente, sua falsa ideia de progresso. Isto foi resultado das grandes guerras mundiais³⁴, marcando o fim da *belle époque* e da falsa perspectiva do progresso econômico como contínuo e pacífico (LESSA, 2008). Neste cenário, a limitação intelectual brasileira diante do “[...] paradigma europeu desqualificou a contribuição civilizatória do Velho Continente. [Isso significa que] A elite cultural brasileira voltou-se para o Novo

³⁴ Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, e Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945.

Mundo” (*idem*, 2008, p. 250). A assimilação entre a autoridade tradicional – elitista - e a adoção de perspectivas sociais impessoais - originárias na massa - reverteram o que se entendia por Brasil (SCHWARZ, 1987). Este movimento conflui na dualidade do nacionalismo brasileiro: os adeptos dos ciclos históricos e patriotas antecessores, por um lado, e aqueles que questionavam a conjectura do heroísmo ausente e desmantelamento dos estereótipos nacionais, por outro (LEITE, 2017). É sobre o segundo antagonismo que me debruço.

A necessidade de renovar a postura sobre e das elites imperiais, somada às perspectivas positivistas, diante do novo modelo político, presidencialista e federalista, incorporou ao ufanismo brasileiro a ideia de que o discurso nacional abraçava a todos (LESSA, 2008). Nas primeiras décadas do século XX, houve a reciclagem dos ideais monárquicos, entretanto, o protagonismo era do povo, figurado como agente dos feitos que, antes, eram privilégios da elite. Isto significa que o nacionalismo brasileiro, novamente, não dialogava com sua realidade. Carlos Lessa (2008), salienta que “[...] a ausência de qualquer proposta [de inserção social] para o ex-escravo; não se implanta a escola pública universal e gratuita; não se facilita o acesso à propriedade da terra e não se desenvolve nenhum mecanismo compensatório [às diferenças de classe]” (p. 252 – 253). Estes fatores ilustram o descompasso contínuo entre o discurso nacional e a realidade brasileira. Não obstante, a cena artística acompanhou este antagonismo.

Na perspectiva intelectual, ainda fluía as emanções francesas infiltradas pela vinda de D. João VI. Para Lessa (2008) “[...] até as primeiras décadas da República Velha (1889 – 1930) prevaleceram o paradigma europeu e o esforço por vislumbrar a Europa” (p. 248). Ao voltar-se à própria realidade, a elite intelectual abriu alas ao “[...] caldo cultural popular, quando descobriu que havia um povo no Brasil” (*idem.*, 2008, p. 248). Isso inaugurou a contestação dos exotismos superficiais. O recolhimento do campo artístico, de pesquisa e análise do povo resgatou, por pura necessidade de identificação, o passado colonial e o estudo das manifestações artísticas populares. Diferencia-se o movimento moderno do realista o fato de que o Realismo se debruçava na denúncia da realidade, já o Modernismo em como e quais as manifestações culturais populares que refutam o que se entendia artisticamente e academicamente por Brasil. É neste sentido que Carlos Lessa (2008) aplica a retórica republicana. Ele argumenta que a dualidade democrática, no discurso nacional, mesmo com a inserção das pluralidades populares, contribui para que relativize a história oficial brasileira.

[...] os tipos populares são sempre presentes; o jangadeiro, o sertanejo, o caboclo, o gaúcho, o preto velho, o cangaceiro, a mulata, a garota de Ipanema, o malandro etc.

O descendente de italiano é desde o meridional europeu pobre da fazenda de café até o pequeno produtor familiar de vinho nos vales do Rio Grande do Sul, o sírio-libanês se converte no "turquinho" do interior, o japonês é o "japa", o português, o "portuga" etc. Essas figuras são conhecidas e cultivadas, preferencialmente aos heróis e às personalidades da história oficial. A paixão pelo futebol, esporte que socializa a infância brasileira, cria heróis nacionais; o grande jogador recolhe carinho e admiração irrestrita que superam os fundadores da nação. (p. 251)

É nesta perspectiva que o linguista José Luiz Fiorin (2009) afirma que os valores que circundam o nacionalismo condizem com os apelos de unidade e da mistura³⁵. A euforia embebida na construção da singular cultura e identidade resultou, segundo ele, em camadas claras de exclusão: “[...] por exemplo, nas relações raciais, de gênero, de orientação sexual etc. A identidade auto descrita do brasileiro é sempre a que é criada pelo princípio da participação, da mistura” (*idem*, 2009, p. 124). O pertencer nacionalista encondia as violências das relações cotidianas. É no questionamento e, conseqüentemente, na reforma destas bases, que diferentes protagonistas são recorridos no novo paradigma moderno.

O experimentalismo estético e a crise da ordem burguesa “[...] propositalmente fugiam à classificação, o terceiro-mundismo³⁶[, o que] deu à muita gente a impressão de inventar um caminho original, melhor que capitalismo ou comunismo” (SCHWARZ, 1987, p. 127). O clima de profetismo e vanguarda, interdito diante dos artistas e das ideias estético-políticas, resultou na ‘mística terceiro-mundista’ (*idem.*, 1987). Nela envolveram-se as diferenças de classe e a visão rasa dos antagonismos sociais e interdependentes do cenário internacional. Esta estética dialogava com os aspectos retrógrados do discurso nacional. Conforme Schwarz (1987):

Em estética como em política, o terceiro mundo é parte orgânica da cena contemporânea. Sua presença é a prova viva do caráter iníquo que tomou a organização mundial da produção e da vida. E o próprio encanto que o ‘atraso’ possa ter para quem não sofre dele é outra prova de insatisfação com as formas que tomou o processo, formas entretanto a que o terceiro mundo aspira para as quais não se veem alternativas. Enfim, um quadro difícilimo, que não se compreenderá nem resolverá com mitos. (p. 128)

Este processo histórico dispunha tendências outras, estendidas para abraçar novas ideologias, significados e redefinições. “[...] O Modernismo brasileiro, que tampouco saiu

³⁵ Fiorin (2009) defende que o discurso brasileiro está ancorado nos mecanismos de exclusão e participação. Estes mecanismos antagonísticos estão sendo apresentados ao decorrer deste capítulo. Todavia, é importante pontuar que, para o linguista, o primeiro tem como objetivo a triagem. “[...] Nele, quando o processo de relação entre valores atinge seu termo leva à confrontação do exclusivo e do excluído. As culturas reguladas por esse regime confrontam o puro e o impuro” (p. 117). Já o segundo tem como base a ideia de mistura, cujo cortejo “[...] implica grandezas que se opõem como superior e inferior” (p. 117).

³⁶ É válido pontuar, mesmo que não seja meu objetivo neste trabalho, que no ensaio *Existe uma estética do terceiro mundo?* (1987), de Roberto Schwarz, questiona a estética da arte brasileira. As ideias do crítico são oportunas, uma vez que o cenário estético e político modernista inclui o Brasil na estética do terceiro-mundo.

incólume, e cujo triunfo atual, na larga escala da mídia, tem a ver com a sua integração ao discurso da modernização conservadora” (SCHWARZ, 1987, p. 12). A crítica artística abraçava o esoterismo e o mistério obsoleto e antidemocrata. “[...] A irracionalidade e complicação do capitalismo estavam tornando supérfluas; brevemente seriam substituídas por uma organização social sem segredo e conforme ao bom senso” (*idem*, 1987, p. 11). O foco na vanguarda modernista, nas primeiras décadas do século XX, abraçava a invenção e o descompasso da estrutura histórica. Este era o manifesto ao contexto sociológico nacionalista brasileiro.

Os recursos literários comuns estavam à disposição dos elementos culturais e na brevidade das didáticas. Neste sentido, a atualização da literatura integrava a universalidade industrial, somada ao trabalho científico e a luta de classes (SCHWARZ, 1987). Todavia, coube não a negação das perspectivas capitalistas, mas em reconhecê-las como limitadas, o que embasou a recepção da autoridade tradicional do nacionalismo e reconheceu sua tradição como autoritária. A adoção de novas formas funcionais e impessoais alicerçaram o “[...] elemento de distinção e destaque, mais que como regra, o que contribui para a coloração antiquada do bloco adiantado” (SCHWARZ, 1987). Esta perspectiva elucida o panorama rudimentar da vanguarda modernista. A redefinição da estética necessitava de um panorama que as fortalecesse.

Duas destas manifestações foram as paródias e as sátiras. Elas expuseram os argumentos nacionalistas incoerentes e, diante da força das ideias segregativas do discurso brasileiro, as subverteram em contradições a si próprias. O Modernismo buscou o que Silvano Santiago (2019 a) afirma como “desprestígio do presente com a intenção nem sempre mascarada de uma valorização do futuro” (p. 459 – 460). A partir da década de 1930, radicalizaram-se as conquistas vanguardistas, artísticas e literárias, com gosto de divulgação de ideias políticas como o marxismo, o fascismo e o renascimento católico (CANDIDO, 1989).

[...] De qualquer maneira, neles ganha ímpeto o movimento ainda em curso de *deliterarização*, com a quebra dos tabus de vocabulário e sintaxe, o gosto pelos termos considerados *baixos* (segundo a convenção) e a desarticulação da narrativa. (SCHWARZ, 1987, p. 204)

Neste sentido, Candido (1989) elege os autores Mário de Andrade e Oswald de Andrade como precursores do outro nível de alta estilização e idioleto restrito da nova linguagem da ficção. É aqui, também, que Oswald de Andrade apresenta-se como objeto de estudo de Roberto Schwarz (1987). Para o crítico a tensão entre a tradição e sua subversão é

matéria-prima do poeta paulista:

[...] sendo desentrosada por definição, a mencionada matéria afina com as coisas e palavras em liberdade do gosto modernista. Mas só até certo ponto, pois a potência classificatória de sua fórmula polarizada em termos de arcaísmo e progresso, com vistas na definição da identidade nacional é alta, enquadrando e rotulando os objetos que o procedimento de vanguarda visava liberar. Isoladas da ressonância habitual, ou do contexto prático imediato, não há dúvida que palavras, coisas e pessoas tomam a feição sem hierarquia e quase de brinquedo infantil que foi uma das revelações da arte moderna. Todavia, operada por Oswald, a descontextualização só em parte tem este sentido. A concreção decorrente funciona de modo paradoxal, servindo também noutro registro, aí como termo abstrato (!), ou melhor, como uma generalidade para-sociológica: um trilho é um trilho e mais nada, bem como parte integrante, aliás facilmente substituível, de uma alegoria e quase-teoria do Brasil. A atmosfera humorística relativiza, mas penso que não elimina a precariedade intelectual do estatuto sensorial-patriótico, literal-alegórico ou concreto-abstrato da imagem. (1987, p. 18 – 19)

Schwarz (1987) utiliza-se do *Manifesto Antropófago* para questionar esses valores. O texto, de forma semelhante à dos documentos históricos e impregnadas de valores nacionalistas, foge aos padrões europeus e busca o abandono das hierarquias e identidades, até então consideradas positivas. São seus “[...] pormenores [que] indicam a sociedade contraditória, estudada e percebida em movimento, à maneira da literatura realista” (*idem*, 1987, p. 19). Seus antagonismos estão ao longo dos lirismos e sua técnica na solubilidade da sondagem anterior e na transformação sugestiva do arcaico. O discurso nacional está como denominador comum a “[...] certo progressismo acomodatório e fora da norma, que é o elemento de simpatia e de identidade visado” (*ibidem*, 1987, p. 25).

Somada às ideias de Schwarz, Silvano Santiago (2019 a) acrescenta que a poesia oswaldiana escancarou a dualidade da identidade brasileira. Ela “[...] tanto faz parte de uma cultura nacional, onde praticamente inexistem valores tradicionais passíveis de serem acatados, quanto quer inscrever o seu projeto poético dentro do espírito das vanguardas europeias” (p. 503). Um exemplo é a coleção de poemas em *Pau-Brasil*, na década de 1920, onde elucida as bases da terra brasileira.

Oswald de Andrade nada mais faz do que “[...] acentuar uma segunda e outra forma de colonização, dessa vez não por imposição do estrangeiro (os portugueses, no caso), mas por livre autocrítica e espontâneo desejo dos antigos colonos” (SANTIAGO, 2019 a, p. 506). O cenário do Estado Novo (1937 – 1946) e sua inconsistência política adubam as perspectivas do poeta paulista diante da cultura brasileira, o que não resistente à exteriorização dela própria. Isto significa que o poeta paulista ilustra as perspectivas modernas de atualização brasileira, diante dos países desenvolvidos, e a consequente criação de produtos culturais exportáveis. Soma-se o elogio à tolerância, a ideia de que tudo é bem-

vindo, desde que dê importância ao interesse internacional (*idem*, 2019 a). Neste clima explosivo e incitado de ambiguidade, por mais que buscasse mudanças das perspectivas nacionais, o Brasil permanecia “[...] uma província mergulhada no mais virginal pudor – que as classes dirigentes tão bem manipulavam” (TREVISAN, 2018, p. 261). Contrariamente ao alicerce progressista, os ideais fascistas se fortaleceram em um movimento integralista.

[...] No bojo da sua defesa das tradições, da família e da religião, encontrava-se uma homofobia radial, que se espelhava nas amplas condenações do nazismo alemão ao homossexualismo, considerando produto da subversão moral que a revolução soviética difundia no mundo todo. Para se opor à suposta propaganda comunista, o integralismo brasileiro chegou a produzir o teatro de cunho nacionalista-militante. (*idem*, 2018, p. 261)

As reverberações das tradições acentuaram as obras de Oswald de Andrade - incluído o teatro – pulverizadas das variadas situações e personagens homoafetivos. É através do recorte de alguns destes personagens, que o poeta critica a sociedade burguesa. Ele, cujo posicionamento era másculo, enaltecedor do patriarcado e um burguês com ideias de destruir a própria burguesia, aplicava certo “[...] deboche preconceituoso com que se referia aos homossexuais” (TREVISAN, 2018, p. 262). A título de exemplo, João Silvério Trevisan (2018) apresenta a peça *O rei da vela* (1933). Sua crítica circunda a personagem Heloísa de Lesbos e de seu irmão Totó Fruta-do-Conde. Os irmãos eram filhos de um decadente cafeicultor, cujo nome levava o título de barão, filiação que fundamenta a crítica de Andrade. Se tomarmos como referência o personagem Totó³⁷, construído como uma bicha afeminada, conseqüentemente sofredora e sedutora, que rouba os maridos das mulheres, percebemos que há uma culpa que cai sobre suas ações, o que ilustra a estereotipação dos corpos masculinos e heteronormativos. O exemplo, escolhido por Trevisan (2018), para confirmar esta perspectiva, é cena em que Totó rompe seu relacionamento com Godofredo:

[...] dizendo “Eu sou fracassada’ – frase que, dita no feminino, continuou sendo um refrão de deboche no gueto guei. Num clima de vaudeville obscuro e sarcástico, Totó começa a dar em cima de um magnata americano cuja fortuna os burgueses e aristocratas locais disputam entre si. Alguém comenta que o americano gosta de mulheres máscula e remata assim: “Mister Jones é lésbico!”. Ao que Joana, também conhecida como João dos Divãs, retruca que não, o americano gosta mesmo é do chofer. No final da peça, Abelardo I está à morte, ameaçado de ser substituído por Abelardo II, outro burguês arrivista, a quem chama de “homem recalcado do Brasil, produto do clima, da economia escrava e da moral desumana que faz milhões de onanistas desesperados e de pederastas...”. E, antes de dar o último suspiro, Abelardo I chama seu sucessor, surpreendentemente, de “Frebrônio dissimulado das ruas do Brasil!”. (p. 262)

³⁷ Posso incluir a crítica à Heloísa de Lesbos. Isto porque seu nome faz referência a poeta grega Safo de Lesbos, sob a qual originou o termo *lésbica*, hoje utilizado para se referir às mulheres homossexuais. Todavia, torna-se mais proveitoso, pelo simples recorte de tempo que este trabalho foi executado, a partir da crítica já estruturada por João Silvério Trevisan (2018).

O estereótipo do público homoafetivo os constrói como ‘patológicos’. Não diferente da binariedade dos relacionamentos, este panorama normativo das uniões conjugais envolve uma pessoa submissa e feminina – ou que performe feminilidade - enquanto o outro atuava em seu oposto, diante da masculinidade. Ao que Trevisan (2018) diz ser um deboche preconceituoso, não passa da própria homofobia. A homoafetividade sendo ridicularizada e colocada como piada é uma das inúmeras – senão a mais comum - manifestações de preconceitos contra ela. Dito isso, a referência ao público LGBTQIA+³⁸ e masculino estrutura-se como “[...] um gesto de brandir a bichice como provocação à moral estrita de seu tempo” (*idem*, 2018, p. 262). Quando aplicado aos romances oswaldianos, este contexto é virulento e inovador nos reflexos da sociedade brasileira do início do século XX. “[...] As pretensões estéticas (ou antiestéticas) do autor se juntavam a um extraordinário humor e devastadora ironia contra a burguesia brasileira e os intelectuais colonizados” (*ibidem*, 2018, p. 262). Diante disso, Trevisan (2018) afirma:

[...] Apesar do seu escracho, os acentuados preconceitos de Oswald de Andrade deviam-se à sua proximidade cada vez maior com o Partido Comunista de então, pautado pelo rigor do moralismo stalinista. De fato, Stálin vinha promovendo ampla perseguição homofóbica no segundo tempo da Revolução Soviética, sob pretexto de que a prática homossexual era produto da decadência burguesa-capitalista. Mas nem só os integralistas e não apenas os comunistas da década de 1930 manifestavam repúdio ao "homem efeminado" ou "adamado" na vida teatral. (p. 263)

Neste recorte, Oswald de Andrade ilustra o progressismo político embebido em ideais conservadores e preconceituosos. O relativismo das cartilhas ideológicas, independente da vertente política, também ilustra isso (TREVISAN, 2018). É fato que Oswald de Andrade inovou a literatura brasileira, sua congruência com as ideologias modernistas o adequou como contemporâneo³⁹ a seu tempo. Todavia, isto não o fazia inerte a manifestações de ideologias preconceituosas. Exemplo claro disso é sua relação com Mário de Andrade. Frases como “[...] ‘o nosso Miss São Paulo traduzido em masculino’”, (1929; *apud.*, TREVISAN,

³⁸ Ronaldo Trindade (2018) pontua que não há uma conversão correta, ou mais apropriada da sigla que dá nome ao movimento de libertação sexual e de gênero. Isto porque foi adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e da Amnesty International (Anistia) – organização não governamental que se dedica a defesa dos direitos humanos em todo o mundo – que o estabelecimento da sigla LGBT – lésbicas, gays, bissexuais e transexuais – foi considerada a mais adequada. Por outro lado, dentro do movimento a sigla é modificada com a intenção de incluir outras identidades que não as citadas anteriormente. Por essa razão, usaremos neste trabalho sobretudo a sigla LGBTQIA+.

³⁹ Saliento que minha conceituação de contemporâneo parte das perspectivas filosóficas de Giorgio Agamben (2007). Para o italiano, são contemporâneos os autores que dispõem êxitos na interpretação do seu tempo presente. Eles apresentam seu olhar não-cronológico ao passado, interpretando-o como justificativa do tempo futuro. Ao que se intitula presente, por sua vez, conceitua-se a partir do não-vivido perante ao todo vivido; isto é, ao mesmo tempo que o sujeito compreende suas projeções ao futuro, espalha-se no passado e esquece o presente. Este conceito será aprofundado e utilizado em demasia na sequência desta dissertação.

2018, p. 246), atestam este argumento.

Ao tratar da figura de Mário de Andrade, é importante salientar que, por mais que se especule sobre sua homoafetividade, isso nunca foi dito publicamente pelo escritor (TREVISAN, 2018). Neste sentido, a frase proferida por Oswald de Andrade, acima citada, tem autoria de todo o grupo da *Revista Antropofagia*. “[...] No cabo da disputa pela liderança do movimento modernista, Oswald de Andrade saiu-se com uma de suas tiradas cafajestes ao dizer que ‘Mário parecia um Oscar Wilde, por detrás’” (*idem.*, 2018, p. 246). Isso, infelizmente, é um dos inúmeros exemplos de homofobia sofridos por Mário. Este preconceito sob seu corpo, talvez, justificasse a ausência de sua pronúncia pública sobre sua sexualidade.

A tentativa de esconder sua homoafetividade, também foi inépcia da família e acadêmicos. “Apesar d[este] cerco, pipocavam confirmações da homossexualidade de Mário de Andrade, sem qualquer intenção de difamar sua ‘imagem’, mas simplesmente para resgatar a verdade” (TREVISAN, 2018, p. 247). Ora, se declarar sua sexualidade como não heteronormativa é um ato de difamação, qualquer tentativa de resgate da verdade deve ser questionada. Todavia, esta curiosidade partia do fato de que suas obras tinham referências claras ao homoerotismo, por vezes veladas, outras claras. Este burburinho esclarece a especulação moralista diante da intelectualidade. Mesmo que tenha ocorrido no início do século XX, Trevisan (2018) elucida que o homoerotismo de Mário de Andrade comprova os olhos alheios de sensibilidade de realidades outras às conservadoras:

[...] De certo modo, pode-se dizer que o mesmo clima hostil dos tempos de Mário continuou a existir na suposta elite pensante, cuja culpa cristã e homofobia provinciana se projetaram por décadas seguidas sobre a sombra do grande escritor modernista. (*idem.*, 2018, p. 250)

As orientações políticas divulgavam-se pela escrita. “[...] Os decênios de 30 e 40 foram momentos de renovação dos assuntos e busca da naturalidade” (*idem.*, 1989, p. 204). Os posicionamentos políticos radicais de inúmeros autores implicaram no que Antônio Candido (1989) chama de ‘soluções anti acadêmicas’. Elas acomodavam as perspectivas populares em seu fazer artístico, o que não significa que houvesse renovação ideológica. Todavia, havia, ao mesmo tempo, certa “[...] limitação [que] determina o importantíssimo caráter de movimento dessa fase do romance, que aparece como instrumento de pesquisa humana e social, no centro de um dos maiores sopros de radicalismo da nossa história” (CANDIDO, 2006, p. 130).

Continuando na perspectiva da vida literária na política brasileira, a morte de Mário

de Andrade, em 1945, foi coexistente ao cenário de alta taxa de analfabetismo, precarização dos meios de comunicação e difusão literária – editoras, revistas, jornais, bibliotecas -, ausência e fraqueza da pluralidade de público leitor e discriminação das pressões internacionais. A conjectura literária afigurava-se diante de “[...] fatores de ordem econômica e política, como os níveis insuficientes de remuneração e a anarquia financeira dos governos, articulados com políticas educacionais ineptas ou criminosamente desinteressadas” (CANDIDO, 1987, p. 142). Isto significa que o Brasil tomava consciência de seu subdesenvolvimento econômico. A orientação não mais como ‘país novo’ e refutadas as possibilidades de progresso futuro imediato, conflui para a conscientização da pobreza – econômica e cultural - do corpo nacional. Isto desmente a ideia de grandiosidade latina, adquirindo “[...] força desmistificadora que precede[u] a tomada de consciência dos economistas e políticos” (*idem*, 1989, p. 143).

1.2.5. O nacionalismo, na segunda metade do século XX

Foi a partir da segunda metade do século XX que a comunicação do Terceiro Mundo ainda se direcionava a elite intelectual e alfabetizada (CANDIDO, 1989). O ofício do escritor ainda estava subordinado à produção cultural desta minoria. Considerando que a elite leitora tinha suas ideologias pautadas em ideais conservadores, esclarece a origem dos preconceitos sofridos pelos autores – principalmente os citados anteriormente - e espalhados em determinadas obras, mas não os justificam⁴⁰. Além disso, o cenário urbano apresentava influências de outros meios culturais, como o rádio, a televisão e a história em quadrinhos (*idem*, 1989). Eram nas conformidades da cultura de massa que espalhava-se as influências de demais países. É neste ponto que Candido (1989) constitui o problema na formação cultural do Brasil: “[...] pela interferência maciça do que se poderia chamar de *know-how* cultural e dos próprios materiais já elaborados de cultura massificada, provenientes dos países desenvolvidos” (p. 144). O crítico afirma que estes países conseguiram divulgar seus valores e agir de forma análoga de condução e sensibilidade da população massificada, diante dos seus próprios interesses políticos.

A este efeito Antonio Candido (1989) compreende que está na “[...] literatura erudita o problema das influências [...] [que] pode[m] ter um efeito estético bom, ou deplorável; mas

⁴⁰ Trato aqui da homofobia, todavia, acredito ser importante pontuar que isto aplica-se em todos os indivíduos destoantes da ordem hegemonia – branca, masculina, hetero-cis-normativa, de classe média-alta, sem deficiência e, preferencialmente, sudestina.

só por exceção repercute no comportamento ético ou político das massas, pois atinge um número restrito de público” (p. 144). Diante da sociedade que se dominavam os meios não-literários, paraliterários ou subliterários, o crítico entende que a uniformização da massa recebia intensa influência diante dos veículos das conceituações estéticas. Estes, reduzidos ao mínimo e dispostos de maneira indiscernível sobre as perspectivas éticas e políticas, aplicavam e alimentavam o sentido de vanguarda e inserção do ritmo do tempo nas artes.

Mas não custa lembrar o que pode ocorrer quando manipuladas politicamente do lado errado, numa sociedade de massas. Com efeito, apesar de no momento elas apresentarem um aspecto hermético e restritivo, os princípios em que se baseiam, com recurso à sonoridade expressiva, ao grafismo e às combinações sintagmáticas de alto poder sugestivo, podem eventualmente torná-las muito mais penetrantes do que as formas literárias tradicionais, funcionando elas como instrumentos não-literários, mas por isso mesmo mais penetrantes, junto a públicos massificados. E não há interesse, para a expressão literária da América Latina, em passar da segregação aristocrática da era das oligarquias para a manipulação dirigida das massas, na era da propaganda e do imperialismo total. (CANDIDO, 1989, p. 144 – 145)

O ofício dos escritores, por sua vez, estava no meio desta alta taxa de analfabetismo e a oscilação da cultura de massa. Significa que o que se considerava os meios culturais precarizados aos cidadãos era proveniente das ideologias coloniais e imperiais. Os intelectuais, neste sentido, adentraram na deformação social em vistas da camada dominante. Eles lastimam a ignorância do povo e trabalhavam para que ela sumisse (*idem.*, 1989). Neste sentido, a conceituação de pátria permanece submissa ao autocontrole elitista e excluindo a massa. O nacionalismo continuava a constituir-se como ideal flutuante e excludente.

Diante de um discurso utópico, os fatos desastrosos da dependência cultural brasileira afastaram a produção artística da realidade e, conseqüentemente, da sua originalidade (CANDIDO, 1989). Mesmo que com a reversão das tradições, iniciadas pelas vanguardas modernistas, esta espécie de esterilização da literatura refunde outras perspectivas que não completamente distantes da realidade importada⁴¹. Isto não diminuiu ou esvaziava os feitos modernistas, pelo contrário, os marcam como ponto inicial da realização poética brasileira baseada na tradição local. Antônio Candido (1989) afirma que o “[...] estágio fundamental na superação da dependência é a capacidade de produzir obras de primeira ordem, influenciada, não por modelos estrangeiros imediatos, mas por exemplos nacionais anteriores” (p. 152). Neste sentido, o sintoma do subdesenvolvimento performou-se no:

Atraso que, entretanto, no outro lado da medalha, propõe o que há de mais peculiar

⁴¹ Antônio Candido (1989) considera que os demais movimentos literários brasileiros abraçaram os ideais e manifestações europeias e norte-americanas, e, conseqüentemente, adaptaram-nas à nossa realidade estética. Nenhuma, pois, era totalmente original. Foi com o modernismo que isto mudou.

na realidade local, insinuando um regionalismo que, ao parecer afirmação da identidade nacional, pode ser na verdade um modo insuspeitado de oferecer à sensibilidade européia o exotismo que ela desejava, como desfastio; e que se torna, desta maneira, forma aguda de dependência na independência. (*idem*, 1989, p. 155 – 156)

Esta nova fase de tomada de consciência subdesenvolvida do brasileiro, reflete a urgência de tratar o empenho político e a crise cultural e identitária (CANDIDO, 1989). A partir de 1950, os sucessores dos vanguardistas Oswald de Andrade e Mário de Andrade amadureceram a concepção da criatividade na ficção. Neste sentido, os valores urbanos estavam “[...] relativamente desligados de um interesse mais vivo pelo lugar [...]. Também nenhum deles manifesta[va] preocupação ideológica por meio da ficção” (*idem*, 1989, p. 205). A década de 1960 apresenta o avanço do populismo de João Goulart (1961 – 1964), da cultura de massa no seio da cultura elitista, bem como o crescente pavor da burguesia e a atuação do imperialismo como reversão, culminando no golpe militar, em 1964. Na fase inicial da subversão cultural, fomentou-se o interesse pela cultura popular. Isso prefigura a inserção das “[...] aspirações e reivindicações do povo – no teatro, no cinema, na poesia, na educação” (*ibidem*, 1989, p. 208).

Esse cenário, entretanto, mudou radicalmente com a implementação da ditadura e com a execução das políticas autoritárias. Inúmeras foram as manifestações de revolta contra o governo militar exigindo políticas públicas efetivas e o fim da repressão. No seio artístico, o tropicalismo foi o maior exemplo. Isto implicou no “[...] processo transformador que teve como eixo os movimentos estudantis de 1968 e desfechou num anticonvencionalismo que ainda hoje orienta a produção cultural” (SCHWARZ, 1968, p. 208).

Candido (1989) pondera que a cultura nestas duas décadas, primordialmente depois de 1970, fomentava o movimento do contragolpe. Isto era estimulado pelo inconformismo à violência repressiva, a censura e a caça aos inconformados. Partindo de intelectuais e artistas, o sentido da oposição explícito nos meios culturais não era possível em consequência ao Ato Institucional número 05 (AI-05). Somado a movimentos fortalecidos na década anterior - o tropicalismo como principal exemplo - “[...] o pressuposto das vanguardas era também de negação [...], que desencadeou uma recusa trepidante e final dos valores tradicionais” (*idem.*, 1989, p. 211). Neste sentido, a literatura brasileira tomou novas formas de expressão, criando outras camadas de leitores e escritores. Entre os anos 1960 e 1980, os aportes experimentais e renovadores questionavam o cenário de censura crescente. Os gêneros literários fundiam-se uns aos outros, camuflando e incorporando ideias, gêneros e linguagens que antes estavam esboçados nas fronteiras criativas e discursivas (CANDIDO, 1989).

[...] Pelo dito, vê-se que estamos ante uma literatura do contra. Contra a escrita elegante, antigo ideal castiço do País; contra a convenção realista, baseada na verossimilhança e o seu pressuposto de uma escolha dirigida pela convenção cultural; contra a lógica narrativa, isto é, a concatenação graduada das partes pela técnica da dosagem dos efeitos; finalmente, contra a ordem social, sem que com isso os textos manifestem uma posição política determinada (embora o autor possa tê-la). Talvez esteja aí mais um traço dessa literatura recente: a negação implícita sem afirmação explícita da ideologia. (CANDIDO, 1989, p. 211)

É importante pontuar que, em paralelo, havia a expressiva diminuição da taxa de analfabetismo e maior atenção a novos níveis de comportamento e violências urbanas (CANDIDO, 1989). Não por menos, ganharam espaço as narrativas em primeira pessoa, na qual a brutalidade narrada ganhou maior contraste e interrupção do personagem popular. O ofício da escrita limitava-se ao risco de identificação de onde partia seu discurso, isto é, o escritor ainda pertencia a altas camadas sociais, possuía status de superioridade e era paternalista. Resultado direto da instabilidade causada pelas camadas sociais e a degradação do trabalho escravo, nos primórdios do Estado, a linguagem culta, pouco a pouco, não mais preservava a distância entre a realidade social e o escritor. O que se inverte, a partir das décadas de 1960 e 1970, é que:

[...] [O escritor] deseja apagar as distâncias sociais, identificando-se com a matéria popular. Por isso usa a primeira pessoa como recurso para confundir autor e personagem, adotando uma espécie de discurso direto permanente e desconvenionalizado, que permite fusão maior que a do indireto livre. Esta abdicação estilística é um traço da maior importância na atual ficção brasileira (e com certeza também em outras). (CANDIDO, 1989, p. 212)

Foi posterior à ditadura militar que a literatura brasileira alicerçou outras formas de produção, normas estéticas e assimilação de inúmeros recursos para se expressar pluralmente às perspectivas até então vigentes. Trevisan (2018) acrescenta que surgiu “[...] uma nova geração de escritores que vertiam mais desinibidamente, na ficção, suas vivências, seus afetos e suas angústias, enquanto homossexuais” (p. 255). Considerados como ‘escritores marginais’, suas obras enfocam, anacronicamente, jogos semânticos e nuances de tentações estéreis do corpo intelectual. Iniciavam-se novas perspectivas brasileiras que não embebidas ou contempladas pelo cânone. Duas são as figuras que elejo como centrais a esta perspectiva, são elas: Cassandra Rios e Caio Fernando Abreu.

Tratando inicialmente de Cassandra Rios, levanto sua importância diante da representatividade e multiplicidades das vivências das mulheres homoafetivas brasileiras. Conforme expõe Santos (2003):

[...] enquanto adereçava uma variedade de assuntos e problemas sociais, como a inflação, a violência, a brutalidade policial, o sincretismo, a corrupção, etc., se

poderia dizer que a descrição da homossexualidade em cenários urbanos é a [sua] linha central e recorrente” (p. 18).

A literatura de Cassandra Rios foi a primeira em que os personagens homoafetivos não estão retratados como seres patológicos ou vício moral vergonhoso. Seus livros não só bebiam da construção da homoafetividade, como também retratam toda a comunidade LGBTQIA+.

[...] Em seus romances, embora não imunes ao preconceito e ao sofrimento, os homossexuais eram frequentemente retratados positivamente. Em *Mulher diferente* (1968), por exemplo, em contraste com as expectativas médias do cidadão (que no romance são personificadas pelo detetive Grandão), à travesti Ana Maria é atribuído um caráter carismático e compassivo com padrões morais elevados. As “virtudes” de Ana Maria são ainda mais elevadas e acentuadas, uma vez que sua moral e o caráter de outros cidadãos comuns, que são vistos publicamente como dignos de respeito, mas são, na verdade, podres e corruptos. Este é o caso, por exemplo do Dr. Barbosa, um milionário da alta sociedade paulista. (SANTOS, 2003, p. 22)

Mesmo que uma personagem travesti não, necessariamente, seja homoafetiva, o trecho acima exemplifica como as narrativas de Rios questionam os valores elitistas. Seu pioneirismo incitou uma nova abordagem sexual, em confluência de gênero, raça e classe; isto sem considerar as formas institucionalizadas de opressão. São exemplos, levantados por Santos (2003), as obras *Macária* (1965) e *Mutreta* (1971). Na primeira, “[...] ela expõe o racismo naturalmente incrustado nos valores das famílias de classe média” (p. 22). Já na segunda, influi na perspectiva de um “[...] amor homossexual, automaticamente marcado como transgressivo e marginal, sai fora desses ‘valores de família’” (p. 22). É neste sentido que Castro (2011), afirma que Cassandra Rios extrapolava os limites do sexo para as mulheres. “[...] Entre as décadas de 1940 e 1980 do século XX, [Cassandra Rios] trata do prazer feminino entre mulheres, construindo um duplo desvio: o sexo por prazer e sexo sem fins procriativos” (*idem*, 2011, p. 57).

Considerada ‘baixa literatura’ ou literatura pornográfica, a partir da narrativa simples e sem muito formalismo, Rios esclarece quem era seu público. Estas eram mulheres lésbicas, travestis, sáficas, homoafetivas; pessoas destoantes do seio cultural tradicional. As críticas e conflitos sociais claros em sua prosa, justificam seu discurso como transgressor e questionador (SANTOS, 2003). Todavia, é importante pontuar que suas obras foram lançadas entre os anos 1948 a 2000, com recorte com maior número publicados na ditadura militar (1964 – 1985). Somados às críticas e os conflitos sociais que circundam a sexualidade no cenário ditatorial, Juliana Moreira Sousa (2020) investiga o papel destes romances. Ela afirma que a censura contra eles acompanha a revolução sexual crescente. A centralidade e liberdade sexual defendida minava os poderes vigentes.

[...] Entendemos que não se trata de uma verdadeira revolução [sexual], a qual seria responsável por uma liberdade completa das práticas sexuais, mas de uma modulação do dispositivo da sexualidade, permitindo que o tema fosse colocado em discurso, entretanto, apenas de forma estratégica, a fim de produzir os saberes que regulam as práticas relacionadas ao sexo e ao corpo. (2020, p. 29)

Esta censura ditatorial norteava-se por padrões da sociedade civil heteronormativa, católica e racista. É neste sentido que “[...] a ideia de uma possível liberdade sexual atuou como um perigo aos costumes tradicionais da família brasileira” (SOUSA, 2020, p. 29). Entretanto, os moldes de cerceamento e repressões dos atos contrários aos bons costumes não estavam fundados na fiscalização exclusiva do erotismo ou da pornografia. Isto significa que mesmo tratando do desejo e da sexualidade feminina, Rios possuía restrições sociais ao apresentar qualquer relacionamento e identidades não hetero-cis-normativas e, portanto, contrários aos acordos da moral vigente (*idem.*,2020). Outro fator importante de incômodo desta ordem é o de vendas. Seus títulos alcançaram as marcas de *best-sellers*⁴², incomodando facilmente as instituições moralizantes. Mesmo que a categoria dos livros de Rios era ofensiva “[...] à moral comum e sem espaço para a livre circulação” (SOUSA, 2020, p. 33), de outro era um instrumento de fomento à produção literária.

Quando pondero a produção de Cassandra Rios preciso ressaltar que, além da censura e do erotismo, são significativas as representações da sexualidade em sua obra. O centro da sua literatura era feminina. Isto esclarece o “[...] rechaço patriarcal ao lesbianismo e o recato culturalmente atribuído ao sexo feminino” (TREVISAN, 2018, p. 103). Muito além de atrelar a obra de Cassandra na categoria de literatura lésbica, toda literatura produzida para além dos pareceres normativos e, isto posto, canônicos, abarca o posicionamento político que infere, o que nega os pensamentos preconceituosos sobre os corpos ali representados. Neste sentido, ao pesquisar a tríplice censura, erotismo e lesbianidade das obras da escritora paulista, Sousa (2020) conclui que a moral, defendida pelo Estado ditatorial e, estendendo, aos pareceres conservadores da burguesia, “[...] condena as expressões da sexualidade, do corpo e dos desejos em busca de um controle social, com algum apoio dos cidadãos” (p. 121). Isto não significa que foi bem-sucedido o impedimento da publicação destes romances. Aquelas justificativas de censura, reduzidas à condição pornográfica, escondiam o:

⁴² Um dado interessante da pesquisa de Sousa (2020), sob a qual ela dedica um capítulo todo, é o descompasso das pesquisas sobre as obras de Cassandra Rios. Isto é resultado das inúmeras publicações com diversas editoras. O número de títulos e exemplares vendidos e publicados é incerto hoje. Uma das razões, segundo ela, é a incerteza sobre os trabalhos acerca da literatura com temática homoerótica ou pornográfica. Ainda que há o gradual crescimento destas pesquisas, perante a imensidão do trabalho de Cassandra Rios, e tantos outros autores, a divulgação e documentação de seu trabalho ainda é limitada.

[...] preconceito dos censores contra os romances de Cassandra Rios[...], o que] indica, não sem surpresas, uma leitura condicionada dos títulos para vincular todos os aspectos relacionados a sexualidades dissidentes como pornográficos. (*idem*, 2020, p. 121 - 122)

A partir disso, a ideia de pornografia aplicada aqui está diante da liberdade dos corpos femininos, isto é, das transgressões que as mulheres apresentam ao ambiente familiar burguês.

A reprodução dos preconceitos do campo nacional brasileiro, estendem-se para além da perspectiva feminina. As obras de Caio Fernando Abreu, também publicamente homossexual, ilustram a mesma composição de subversão aos preceitos moralizantes da sociedade brasileira (MARQUES FILHO e CAMARGO, 2007; GINZBURG, 2017). Sua obra apresenta duas problemáticas: a perspectiva da presença da homoafetividade e a construção crítica histórica.

Trato inicialmente de um dos livros emblemáticos de Abreu: *Morangos mofados*, redigido ao longo dos anos de 1970, porém, publicado em 1982 (MARQUES FILHO e CAMARGO, 2007, p. 83). Seus contos abordam o tema da ditadura militar e a repressão da moral divergente à dos bons costumes. Nesta obra a resistência dos corpos homoafetivos insufla sutilmente, com caráter crítico da construção da memória. Em consequência, isto é uma manifestação da “[...] luta contra uma sociedade homofóbica, que produz e veicula discursos ideologicamente elaborados sobre a imagem do homossexual” (*idem.*, 2007, p. 84). Neste sentido, no conto *Terça-feira Gorda*, objeto de análise de Marques Filho e Camargo (2007), a narrativa perpassa a história de amor entre dois rapazes. A prosa, recheada de romantismo e desejos suscitados em uma matinê na terça-feira de carnaval, tem o desfecho trágico. Depois do ato sexual, sobre a areia, ao som das ondas e em meio as purpurinas grudadas em ambos os corpos, um grupo se aproxima e assassina um dos rapazes – cujo nome não é apresentado –, com pauladas e pontapés nas costas. O conto tem uma narrativa que mescla o jogo de olhares dos outros em contraponto ao dos protagonistas, onde um deles é o narrador. Além disso, Abreu demonstra a censura e o prazer que os corpos homoafetivos vivenciam, faz isso perante ao uso das metáforas e detalhes aplicados aos corpos dos dois personagens. É justamente neste sentido que os pesquisadores Marques Filho e Camargo (2007) inferem sobre o desfecho da prosa:

[...] “a queda lenta de um figo muito maduro, até esborrachar-se contra o chão em mil pedaços sangrentos”. Metáfora tão bela, tão poética para a descrição da morte do outro personagem não poderia ter. A metáfora suaviza a repressão, a opressão e a intolerância da sociedade homofóbica representada pelo grupo de rapazes que agridem e assassinam violentamente um dos personagens homossexuais. (p. 83)

Diante da denúncia do período histórico, a obra de Abreu, assim como de Rios, ilustra o quanto a memória da ditadura brasileira é primordial para a crítica literária. Conforme Jaime Ginzburg (2017), “[...] em um país em que as heranças conservadoras são monumentais e as dificuldades para esclarecer o passado são consolidadas e reforçadas” (p. 393), a cena cultural encontra-se como correspondente à necessidade histórica. Ginzburg (2017) também considera que as “[...] instituições e arquivos ainda encerram mistérios fundamentais sobre o passado recente” (p. 393). A cena artística institui-se como mediadora social e pessoal para consolidação da consciência sobre o que, de fato, aconteceu. É o caso de outro conto de *Morangos mofados; Os sobreviventes*. Nele a voz narrativa parte de uma maneira vertiginosa, que “[...] desliza da voz de anúncio da personagem feminina para o personagem masculino, sem travessões ou avisos para nortear a leitura” (*idem*, 2017, p. 394). Durante a prosa a personagem dedica-se à luta contra o governo militar. É no interstício entre a vida da persona representada e do cenário político que “[...] Caio traz, metaforicamente, um dos elementos profundos e instáveis do trauma das vítimas [da tortura], como a destruição das referências de tempo, das noções lógicas de anterioridade e regularidade” (*idem.*, 2017, p. 395). Ginzburg (2017) esclarece esta relação entre literatura e política:

O confronto com a ditadura é elaborado, em Caio Fernando Abreu, como uma vontade de ser outro. Uma busca de alteridade, no sentido individual, com uma vontade de viver diferente, sentir e pensar diferente; e no sentido coletivo, com uma expectativa de ser parte de outro Brasil, de outra sociedade. Como explica Fernando Arenas, em *Abreu a problematização da utopia política se desenvolve como utopia de alteridade* (Arenas, 2003). O impacto traumático da ditadura leva os personagens a uma percepção severa de sua própria constituição. (p. 396)

A constância de crítica ao nacionalismo brasileiro, como incluso acima, predispôs, ao longo do século XX, as utopias libertárias dos corpos enquanto pertencentes à sociedade (GINZBURG, 2017). A protagonista de *Os sobreviventes*, “[...] diz tentar, por meio da experiência corporal, uma libertação do mal interiorizado pela agonia histórica. O sexo, a dança, a macrobiótica e os patins não são, no entanto, suficientes” (*idem*, 2017, p. 396). É na convergência da modernização, fortificada na ditadura, que reforçou-se a pobreza e a desigualdade brasileira. Neste sentido, o conto traça uma perspectiva crítica no esvaziamento dos personagens de busca pela satisfação e vontade de não pertencer a imagem negativa e corrida do país. A literatura latino-americana pós-ditatorial ostenta a negação do ufanismo dominante da década de 1970, período em que as obras de Caio Fernando Abreu e Cassandra Rios encontram-se.

Neste sentido, no ensaio *Repressão e censura no campo das artes na década de 70*, publicado inicialmente no livro *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político sociais*

(1982), Silvano Santiago alinha-se ao pensamento de Ginzburg. Todavia, ponderando sobre a construção do campo artístico no período de redemocratização, o crítico mineiro argumenta que o discurso elitista absorveu o mundo das artes. Como favor do discurso autoritário e da repressão da ditadura militar, as obras de arte, nas mais plurais formas de expressão, influíram em elementos que as desfalcaram. Isso significa que o campo político autoritário não permitia qualquer voz que não estivesse alinhada à sua perspectiva de mundo, daí a necessidade da censura. Atenção é precisa quando argumenta-se que não se trata de afirmar que as obras produzidas entre os anos de 1964 a 1974 tinham valor inferior. Refere-se, portanto, ao que era instituído como obra de arte, conceito alinhado à perspectiva moral, política e econômica dos ideais militares. Com o início da redemocratização política, novas propostas de:

[...] uma arte menos elitista, mais voltada para os anseios e a vontade popular (sem necessariamente recair na proposta populista); a proposta de um texto menos difícil, porque menos enigmático, mais acessível ao geral da população, porque aprendeu a não abusar dos artifícios da arte; a proposta do acesso menos dispendioso à obra (preço do livro, do ingresso, do disco, do quadro etc.); a proposta de um entrosamento mais generalizado e significativo entre a obra de arte e o grosso da população alfabetizada ou não, tornando a sua fruição um dado real em termos socioculturais - estes são alguns pontos que deveriam sensibilizar os nossos artistas nesta década de 80. (*idem.*, 1982, p. 55)

Estes pontos foram comovidos pelos artistas, a partir da década de 1980, implicando na renovação e hibridização de uma arte literária. Ela não era obrigada a defender ou partir dos ideais elitistas e segregados. Para Santiago (2019 a) é o recorte dos anos de 1979 a 1980 o marco desta sucessão histórica. Isso instituiu-se diante da luta da esquerda contra a ditadura militar. Os motivos dessa afirmação advêm do:

[...] cenário cultural e artístico brasileiro, abrindo espaço para novos problemas e reflexões inspirados pela democratização no país (insisto: no país, e não do país). A transição deste século para o se "fim" se define pelo luto dos que saem, apoiados pelos companheiros de luta e pela lembrança dos fatos políticos recentes e, ao mesmo tempo, pela audácia da nova geração que entra, arrombando a porta como impotentes e desmemoria dos radicais da atualidade. Ao luto dos que saem opõe-se o vazio a ser povoado pelos atos e palavras dos que estão entrando. (*idem.*, 2019 a, p. 424)

Quando se fechou o período de repressão, conseqüente, instituiu a abertura às novas manifestações discursivas. Isso significa que, “[...] caía por terra tanto a imagem falsa de um Brasil-nação integrado, imposta pelos militares através do controle da mídia eletrônica, quanto a coesão fraterna das esquerdas, conquistada nas trincheiras” (SANTIAGO, 2019 a, p. 426). No campo literário havia o esvaziamento da voz poética e, simultaneamente, maior liberdade do componente atemporal, ambos embebidos na ambigüidade que os diferenciam dos demais discursos. A transitividade com o próximo dispõe-se de uma nova ousadia

metodológica. Sendo ela geracional, a nova forma narrativa abdica dos valores que nela são intrínsecos. “[...] A lei da literatura passa a ser o regulamento linguístico e comportamental que se desprende do percurso empírico e inesperado dos objetos produzidos em seu nome” (*idem.*, 2019 a, p. 427). Neste sentido, quando o escritor marginal aborda sua identidade própria e define o texto como seu, ele estabelece uma ligação íntima com seu público. É neste sentido, que a literatura e as construções ideológicas brasileiras, ganham novos panoramas sociais que, hoje, incluem-se naquilo a que chamamos contemporaneidade.

1.2.6. O nacionalismo na contemporaneidade

Dando continuidade à perspectiva apresentada por Silviano Santiago (2019 a), quando tratamos dos moldes da cultura brasileira como excludente, compreendemos que, também, foi instituído o processo de redemocratização política no país. Nisto difundiram-se a constituição do desejo de compreender o Outro. Isto significa que, as vozes não canônicas ganharam espaço na cena artística. Elas se estruturam como rupturas ideológicas contrárias a ordem hegemônica, isto é, ao discurso branco, hetero-cis-normativo, elitista, eurocentrado e masculino. Antes de traduzirem seus ideais de esquerda – ortodoxias marxistas -, elas aludiram ao fim do século atrasado, repressor e incerto que estava no país. É neste sentido que Santiago (2019 a) metaforiza a memória histórica do Brasil como uma planta tropical: “[...] pouco resistente e muito sensível às mudanças no panorama socioeconômico e político internacional” (p. 436). Diante disso, a passagem da memória, entre as represálias autoritárias da ditadura e a crescente liberdade da redemocratização, está pautada no esquecimento das perspectivas passadas.

[...] Nesse sentido e dentro do pessimismo inerente à velha geração marxista, a aposta na democratização, feita pelos artistas e universitários entre os anos de 1979 e 1981, abriu o sinal verde para o surgimento nas esquerdas de uma "cultura adversária". Essa aposta e as negociações e traduções por ela propostas são consideradas por eles como (a) uma manifestação a mais do mito da cordialidade brasileira, retomado agora pelo viés da miscigenação, considerada como possibilidade virtual de outra nacionalidade em tempos de globalização, (b) uma aceitação passiva dos novos padrões impostos pela sociedade de consumo que vieram embutidos na opção pelo liberalismo democratizante, e (c) um endosse em nada formal, aliás, definitivo, da sociedade do espetáculo, em que as regras de excelência do produto são ditadas pelo mercado. (*idem.*, 2019 a, p. 136 - 137)

É inquestionável os efeitos que isso surtiu. Elencando problemáticas estruturais, políticas e econômicas na estrutura brasileira, houve o desmonte do cotidiano e do regime de exceção (SANTIAGO, 2019). Mesmo que isso tenha se iniciado nas primeiras décadas do

século XX, foi posterior ao processo de redemocratização que se traçaram as formas mais concisas e as pautas mais precisas. As pressões populares reconstruíram o passado recente e, “[...] também redirecionaram o gesto punitivo para a formação cultural do Brasil, estabelecendo estratégias de busca e afirmação de identidade para a maioria da população, que vinha sendo marginalizada desde a colônia” (*idem*, 2019 a, p. 136 – 137). Impulsionados pela esquerda dos anos de 1950, os intelectuais partiram para uma formação mais inclusiva e certa da realidade brasileira e seu povo. Os trabalhos silenciosos e dedicados dos medidores das classes mais populares impuseram-se na cena política e cultural. Seus efeitos foram o fortalecimento de classes desmotivadas e esquecidas na História do país.

Diante disso, a literatura influenciou na complexificação das explicações do centro urbano, uma vez que, sua maioria populacional encontrava-se neste cenário. Flora Süssekind (2005) argumenta que o reflexo direto da predominância da população brasileira está nos limiares de zonas urbanas, ainda limitadas no campo literário. “Mas o mais habitual mesmo nessa literatura urbana não é o desdobramento de perspectiva, e sim na catalogação patológico-criminal [...] de lugares e tipos humanos⁴³” (*idem*, 2005, p. 65). Tratando exclusivamente do cenário entre os anos de 1980 e 1990, Süssekind (2005) argumenta o processo de sintonia da segurança generalizada estava no imaginário de medo e violência que a literatura contemporânea se adaptou.

Neste sentido, não se limitam os reflexos das esteriopatizações sociais, sendo elas etnográficas, de gênero, de sexualidade ou criminais. Isto significa que elas que tematizam a organização urbana recente. Funcionava aos interlocutores críticos da “[...] experiência cidadiana de violência, instabilidade e segregação alguns dos processos de desfiguração e desterritorialização, [o que eram] estruturais à literatura brasileira contemporânea, que se passam a examinar em seguida” (*ibidem.*, 2005, p. 66). Esta relação paradoxal complexificou as moralidades que desfiguram as vitimizações dos personagens. A literatura brasileira passou a tratar de outras subjetivações literárias:

E que, se em diálogo direto com um contexto particularmente cruento, apontam, via figuração monstruosa, para uma lacuna epistemológica de desestabilização classificatória, um confronto, na própria prática cultural, com os limites da expressividade e dos mecanismos de identificação, experimentados diante da

⁴³ Não é relevante neste trabalho elencar estas mudanças e complexidades. Entretanto, torna-se interessante pontuar que, nestas fluências encontram-se as representações da: criminalização das classes e divisões – físicas e subjetivas – das classes sociais, “[...] o reforço da paranoia urbana endêmica a que se respondem às classes médias e as elites financeiras com movimentos de auto-segregação em enclaves habitacionais, shoppings centers e centros empresariais de frequência controlada” (SÜSSEKIND, 2005, p. 65), e com o investimento em formas de se assegurar, com a contratação de guarda-costas e vigias, implementação de alarmes e cercamentos, e, até, implicando em políticas públicas de privatização de ruas e praças.

afirmação de novas formas de organização das diferenças sociais em cidades pautadas simultaneamente pela homogeneização globalizada do espaço e por uma exacerbação do pânico da heterogeneidade social, na emergência de cidades autônomas fortificadas, na expansão da criminalidade violenta e de uma contínua violação em processo no país. Movimentos em meio aos quais é via vitimização e figuração proteicas, aberrantes, que parece possível engendrar relatos ficcionais, subjetividades literárias, representações disformes da diferença, corpos culturais híbridos em estreita ligação com um processo histórico de redefinição de identidades e das formas de agenciamento social. (SÜSSEKIND, 2005, p. 69)

A isto, as violências urbanas abraçavam todas as conceituações consideradas monstruosas e animadas pela sociedade brasileira. Nestas elegem-se todos aqueles que eram considerados anormais, os Outros. As diferenças sociais abordadas na literatura contemporânea, portanto, discutem as conceituações de indivíduos negros, pobres, mulheres, pessoas com deficiência, estrangeiros, indígenas, aqueles que não viviam no Sudeste e Sul, pessoas não binárias e, o que nos interessa, os sujeitos homoafetivos. É neste sentido que o cenário literário contemporâneo se modelou. A literatura extrapolou suas permanências de afirmação nacional para desempenhar-se como território contestado (DALCASTAGNÈ, 2012). Estes outros grupos sociais confluíram para o desconforto imediato que escancarou as exclusões sociais, afirmando suas singularidades.

A subversão do que a ordem burguesa legitimava, também, escancarou este cenário como espaço esvaziado. Isto significa que, a fazer literário projetava um ideal não condizente com o real. Posto isto, o então ufanismo brasileiro não fazia mais sentido. Ao que Roberto Schwarz (1987) nomeia de não-lugar literário, implicou nos alicerces nacionalistas postigos. Eles eram imitativos e inverídicos. Ainda refletido nas perspectivas sociais e, conseqüentemente, literárias, a legitimidade de outras vozes marginalizadas trazem, ainda que tímida, a quebra deste cenário segregado.

Portanto, ao que será aprofundado adiante, a literatura contemporânea reflete o questionamento da nação brasileira. Isto significa que não mais há uma literatura nacionalista, tal como foi se dissolvendo ao longo dos séculos XX e XXI. Todavia, uma vez que nas manifestações artísticas há crítica social, é possível que eu afirme que o Brasil possui uma literatura nacional forte e concreta, diante do mundo globalizado. Neste sentido, as manifestações do capitalismo recente - burguês, informacional e pós-industrial - estão em questionamento, perante a necessidade de reestruturação por discursos que alicercem o Brasil. Isto, na cena literária, implica na abertura a grupos marginalizados. Eles buscaram a representação, ainda que tímida, de seus sentimentos e valores, bem como o protagonismo de suas vozes (DALCASTAGNÈ, 2002). É nisto que se fortalece a subversão e o questionamento das estruturas de sustentáculo do cânone brasileiro, dispondo na revisão de

seus valores (GINZBURG, 2017). Para além dos seus conceitos específicos e qualidades estéticas, o caráter nacional brasileiro está interrogando os porquês das deslegitimações identitárias.

Ora, se os reflexos dos problemas sociais embasam o que se considera ser a literatura nacional, então, para que se possa estabelecer uma análise comparativa entre os romances *Todos nós adorávamos caubóis* (2013) e *Enquanto os dentes* (2013) é necessário, antes, contextualizar a literatura homoafetiva brasileira. Ao definir esta manifestação literária como homoafetiva, parto das considerações sobre a deslegitimação de suas identidades dentro da ordem hegemônica. O capítulo que se apresenta a seguir, portanto, objetiva contextualizar a epistemologia que será abordada no junto aos objetos desta pesquisa, bem como situar o leitor a respeito do lugar de análise do qual parto minhas elaborações sobre estas identidades homoafetivas. Por fim, aplico estas conceituações ao contexto literário, já visando aprofundá-las no capítulo terceiro a respeito das obras de Carol Bensimon e Carlos Eduardo Pereira.

CAPÍTULO 2. QUEM ELES QUEREM SER: AS IDENTIDADES HOMOAFETIVAS E A CONSTRUÇÃO DE INDIVIDUALIDADES

Quando apontamos que o caráter nacional brasileiro interpela seus valores diante da legitimação identitária, esclarecemos que ele nasce junto a um discurso hegemônico. Neste sentido, quando afirmamos que este discurso baseia-se na ideologia específica dos indivíduos detentores do poder econômico e político, assinalamos que ele intercede e normaliza a exclusão de específicas identidades. Aplicado ao cenário do estatal brasileiro, explicamos como o capitalismo recente intercedeu nos discursos de sujeitos masculinos, brancos, heterocis-normativos, pertencentes a elite e com ideias focados em princípios europeus. Neste mesmo processo, diante da literatura brasileira, intercalamos os reflexos da conjuntura político-ideológica, influentes tanto na produção quanto nas identidades, dos autores e personagens, que atingem inclusive aqueles não pertencentes a este específico recorte identitário. Na continuação deste raciocínio, aferimos que as qualidades estéticas e os conceitos ideológicos, também, precisam ser revisitados, foco deste presente capítulo.

Partindo das mesmas considerações mencionadas no capítulo primeiro, João Silvério Trevisan (2018) afirma que a modernidade brasileira é contida naturalmente como algo da ‘última moda’. Em *A manipulação da homossexualidade liberada*, na sexta parte de *Devassos no paraíso* (2018), o escritor argumenta que estão nos interstícios das abstrações das manifestações culturais os mais graves problemas da localização do Brasil enquanto nação moderna. Isto significa que, parte da rigidez do controle da elite a perspectiva que “[...] a História passa sobre eles como água sobre um leito de plástico” (*idem*, 2018, p. 313). Nesta cirúrgica frase, o autor ilustra o que foi esclarecido no capítulo anterior e pontua que está na fronteira do conceito de História as contrariedades das ideias elitistas. Elas “[...] parecem acabar no mesmo lugar, até esgotar explosivamente um ciclo e, só então, dar um salto compulsório para o próximo estágio – a contragosto de suas elites” (*ibidem.*, 2018, p. 313).

Logo, se os alicerces da construção discursiva e cultural brasileira intercedem nas ideologias que excluía indivíduos, ao propor uma análise literária sobre suas influências na construção de personagens de dois romances, necessito esclarecer quais as revisões deste discurso. O objetivo do presente capítulo, portanto, está em pontuar as epistemologias e críticas referentes à exclusão de identidades homoafetivas perante a cena literária brasileira. Neste sentido, para esclarecer os parâmetros e as revisões do que se intitula tradição literária, pontuei quais as formas que este discurso interfere na construção destes sujeitos. Seguindo

esta linha de raciocínio, junto à epistemologia da sociologia das diferenças, intercedi na construção destas identidades e na garantia de seus direitos, assinalando, brevemente, seus espaços perante a matriz binária e heteronormativa. As perspectivas de como isto intercede no corpo nacional esclarecerá como as instituições de poder, assinaladas no capítulo anterior, alicerçam o discurso hegemônico. Por fim, na última parte deste capítulo abordo as especificidades da cena literária brasileira contemporânea, resgatando os processos de apagamento e exclusão social e indagando a respeito do fazer literário, da constituição canônica e do espaço em que a literatura homoafetiva se manifesta e insere.

2.1. O DISCURSO E SUAS EXCLUSÕES: A ABORDAGEM DA EPISTEMOLOGIA SOCIAL

2.1.1. O discurso nas ciências sociais: apresentação da epistemologia da sociologia das diferenças

Quando questiona a origem e a problematização da construção intelectual do campo da sociologia, Raewyn Connell (2012) elucida a necessidade de pontuá-la dentro do grande campo das ciências sociais. Isto porque, para a australiana, a sociologia, enquanto ciência, originou-se na teoria social clássica e, conseqüentemente, canônica. Contemplados por “[...] um conjunto privilegiado de textos, cuja interpretação e reinterpretação definem um campo” (SEIDMAN, 1994 *apud* CONNELL, 2012, p. 311), os estudos sociológicos buscavam compreender a “[...] transformação interna da sociedade europeia” (*idem*, 2012, p. 311). Alicerçados como resposta às transições sociais da Revolução Industrial, do conflito de classes, da secularização, da alienação e do Estado Moderno, as contribuições de autores como Durkheim, Weber, Letourneau, Dimmel, Spencer e Comte partiram para a compreensão da metrópole em contraponto com o que Connell (2012) chama de diferença global:

O enorme espectro da história humana que os sociólogos tomaram como seu domínio era organizado por uma ideia central: a diferença entre a civilização da metrópole e outras culturas cuja característica principal era seu primitivismo. Chamarei essa ideia de diferença global. Apresentada em muitas formas diferentes, esse contraste atravessa a sociologia do final do século dezanove e do começo do século vinte. (p. 313)

Ora, a australiana (2012) não nega a importância das contribuições daqueles autores para a produção intelectual da ciência sociológica. Todavia, ela salienta que o norte canônico

está na busca pelas “origens” dos poderes imperiais e na justificativa ao imperialismo. Quando proposto o apagamento deste foco metropolitano, é necessário fundamentar um outro núcleo de informação de autores que não partiam dos mesmos princípios ou visavam aos mesmos objetivos. Isto significa que fez-se necessário um outro embasamento teórico que se debruça em negar e/ou questionar o conteúdo sociológico clássico (CONNELL., 2020). Quando defendida a revisão de qualquer constituição canônica – à frente abordarei este mesmo tema perante a literatura - exige-se, também, a pontuação no contexto da centralidade destes estudos. Neste sentido, Connell (2020) frisa que os autores canônicos alicerçam, até aproximadamente a segunda metade do século XX, a sociologia como disciplina em defesa do colonialismo.

Quando proposta a vertente das diferenças, evoca-se, invariavelmente, a existência de um outro processo epistemológico (CONNELL, 2020). Ora, se o embasamento clássico se alicerçava no discurso político hegemônico e o da diferença implica no oposto, então, ambas se relacionam com os temas já alicerçados e estudados nos princípios da sociologia enquanto vertente de estudo. E é justamente nestes interstícios epistemológicos que os temas de raça, sexualidade e gênero estão abordados (*idem*, 2018). Isto significa que os trabalhos que buscam compreender o imperialismo abordam a perspectiva da raça; e aqueles que se inclinam no processo evolutivo e nas hierarquias de uma determinada população, se aplicam ao tema de gênero e sexualidade. “[...] *And in the fact, race, gender and sexuality were core issues in early sociology*” (*ibidem*, 2020, p. 10 – 11). Em resumo, no contexto imperial, as questões raciais e sexuais não estavam separadas das análises propostas no campo sociológico e, quando proposta a revisão canônica, estes três pilares são colocados nos holofotes epistemológicos.

A proposta da diferença, conseqüentemente, implica invariavelmente ao pensamento descolonial. Isto porque ela salienta as singularidades entre a epistemologia de classe, a diferença do sujeito hegemônico dos demais e a genealogia constituída através da relação dimensional do mundo. Isto significa que, quando abordadas outras singularidades da concepção do mundo social, deve-se considerar as dessemelhanças de decodificar o mundo moderno (CONNELL, 2020; WOLF, 2005). Por isso, quando abordo a crise de formação dos Estados-nação modernos, parto da perspectiva que existe uma outra genealogia de análise que não intercede na relação fundacional do ocidente. Se as genealogias de constituição estatal e ideológica são atravessadas por um momento de dominação colonial, logo, Connell (2020) argumenta que não existe produção neutra de conhecimento, ou autoria, que contextualize as dinâmicas de poder e oposição de conhecimento. Neste sentido, esta pesquisa encontra-se na

encruzilhada entre a possibilidade de compreensão do saber canônico e da expansão para um outro campo de conhecimento ainda emergente.

Devo ponderar, também, que a epistemologia da diferença não parte de uma formação egressa. O ato, primeiro, de elucidar os conceitos a respeito da constituição do Estado nacional e, depois, aplicá-los na realidade brasileira, partiu da forma em que os sujeitos não hegemônicos são descritos e qual sua abstração identitária no meio em que estão inseridos. Isto não significa que se aplica uma relação de espelhamento do discurso hegemônico e nacionalista para o discurso dos sujeitos excluídos. Mas que a perspectiva da diferença advém da formação de inúmeros elementos externos aos sujeitos, cujas identidades refletem o que eles adotam, abstraem e formulam do meio social em que vivem (APPIAH, 2018; HALL, 2016, 2017).

Neste sentido, pensar a diferença, dentro da perspectiva de construção de um indivíduo, advém da atribuição dele próprio dentro do lugar social de que ele parte. Para o filósofo inglês Kwame Appiah (2018), a ideia de identidade considera três dimensões fundamentais: a constituição de rótulos, elucidação de normas comportamentais e a subjetividade pertencente à vida ética. O primeiro critério parte da ideia de que se “[...] as identidades sociais dependem de rótulos para sua existência” (*idem*, 2018, p. 18), logo, os desdobramentos das formas de identificação de cada sujeito implicam nas bases que criam o sentido da sua construção identitária. Isto é, ao postular um rótulo sobre si, todo indivíduo elucida sua opinião sobre si próprio em resposta ao meio social que está inserido. Partindo disso, o segundo critério baseia-se em:

[...] respostas claras a perguntas a respeito da atribuição de conceitos com fronteiras distintas. Essa contestabilidade reconhecida, construída por nossa utilização das palavras é sugestivamente semelhante a contestabilidade essencial de muitos conceitos normativos. (*ibidem*, 2018, p. 18)

Ao que Appiah (2018) reconhece como normas comportamentais estão vinculadas às identidades sociais e denominam as formas de identificação e tratamento do corpo social para com o indivíduo. Neste sentido, toda identidade é normativa. Os alicerces da regularidade comportamental, em outras palavras, estão na constância do comportamento dos indivíduos. “[...] [Est]as normas (como os critérios de pertencimento) geralmente não são aceitas por todos, e muitas vezes há curiosas disputas a respeito delas” (*idem*, 2018, p. 19). Isto significa que o corpo social não é obrigado a aceitar toda identidade que lhe é apresentada, todavia, todas elas partem da justificativa de determinadas normalidades de comportamento. É através das distintas maneiras de identificação que as pessoas agem conforme o rótulo que carregam.

Considerando-as como subjetivas, o inglês (2018) defende “[...] um modo de ver as identidades como *nominais, normativas* e subjetivas, traços que explicam por que hoje em dia costumamos nos referir a elas como socialmente construídas” (p. 19 – 20). Justamente por partirem de conceituações da vida social, que a subjetividade das identidades implica na vida ética, sendo este o terceiro critério.

Aprofundarei a construção das identidades perante a ética pouco mais à frente, entretanto, é fundamental esclarecer que por ética partem as “[...] convicções a respeito de que tipo de vida é bom ou ruim, e[nquanto] moralidade abrange princípios a respeito de como uma pessoa deve tratar as outras pessoas” (DWOKIN, 2000 *apud* APPIAH, 2018, p. 20). Justamente por ser fruto do meio social que a identidade “[...] não se reproduz no vácuo, antes [ela] é moldada pelas formas sociais disponíveis, e, evidentemente, por nossas interações com os outros” (APPIAH, 2018, p. 22). Ao tratar da conceituação individual sobre si próprio, todo sujeito implica em um recurso social, sob o qual a moralidade alicerça-se. É justamente entre a delicadeza de ser constituída no seio privado, mas notória no meio público, que se institui a problemática público-privada.

[...] A maioria de nós mantém pelo menos um relacionamento [amoroso] sério. Como esse relacionamento vai é da conta de cada um, da conta do parceiro ou parceira, talvez da família e dos amigos. Fora isso, ninguém tem direito à informação sobre o andamento dessa relação. Outras notícias são intrinsecamente públicas, elas são conhecidas de todos, e somos conhecidos por elas. Não há razão para ser um democrata, a menos que você deseje ser computado como tal, agir como um democrata, ser visitado por colegas democratas, contestar as reivindicações de republicanos e opor-se a seus votos. Portanto, as identidades diferem à medida que se comprometem mais no âmbito privado ou público. (*idem.*, 2018, p. 24)

A partir destes exemplos distintos, Appiah (2018) considera que o espectro público-privado é resultado das dimensões epistêmica e pública. A primeira dimensão contextualiza a formação da identidade a partir do indivíduo que a cria. Neste sentido, ao que se considera privacidade apenas afere a regulação de conhecimento aos demais. Isto é, está em âmbito de regulação do próprio indivíduo o direito pela reserva de informações pessoais e dos acontecimentos acerca de sua vida. Como exemplo Appiah considera que:

[...] Minha identidade homossexual pode ser essencial para minha vida. Mas, se estou no armário, estou protegendo essa identidade – tanto quanto sua importância – da maioria das outras pessoas; é uma questão de grau, porque o círculo de conhecimento pode ser maior ou menor. Porém, mesmo que eu esteja fora do armário, o modo como expesso minha sexualidade não é da conta nem do Estado nem da sociedade. Posso ser solicitado a, sensatamente, manter dissimulado meu comportamento sexual, porque os atos sexuais de outros podem nos atingir de tal modo que temos o direito de não nos deixar expor sem consentimento. (*idem.*, 2018, p. 24)

Considerando isso, as identidades, aceitas ou negadas pelo meio social, implicam no direito particular do sujeito de as manifestar diante da opinião pública. Se a conceituação particular de cada identidade parte do próprio indivíduo, logo, é de nível íntimo do sujeito julgar se os inúmeros segmentos que compõem sua construção devam ou não ser expostos aos outros. Charles Taylor (1994) argumenta que neste nível íntimo é que “[...] podemos ver quanto uma identidade original necessita e é vulnerável ao reconhecimento oferecido ou negado por outras pessoas importantes” (*apud* APPIAH, 2018, p. 25). Justamente por partirem da interação social, as construções dos indivíduos estão suscetíveis às reações dos demais, sejam eles pertencentes à esfera particular do sujeito - família e amigos -, sejam pertencentes ao corpo social - religião e o Estado. Sob isto, “[...] as reações de outras pessoas têm papel preponderante na moldagem do sentimento de alguém sobre quem ele próprio é. A lei, a escola, o trabalho e muitas outras instituições também nos moldam” (APPIAH, 2018, p. 25).

Se o corpo social é composto por identidades diferentes e estas, por sua vez, partem de uma conceituação ética, toda manifestação identitária advém de subjetividades pessoais. Estas imaterialidades despertam sentimentos, sob os quais implicam em “[...] um modo essencial pelo qual nossas identidades moldam nossa experiência subjetiva” (APPIAH, 2018, p. 25). Pontua-se o respeito e o desprezo pelas ações do corpo social que lapidam ‘dialogicamente’ as características essenciais identitárias. Isto significa que, quando se trata de identidades excluídas do corpo social e, conseqüentemente, vistas como negativas, há o desprezo, a estima e a exclusão de determinados sujeitos. Práticas estas que “[...] mantêm as pessoas fora de empregos, educação, dinheiro e poder” (*idem*, 2018, p. 26). Neste sentido, quando congruente à conquista de direitos civis e à conquista por estes espaços que os negavam, o envolvimento das identidades subalternas na política formal condiz que muitas delas são:

[...] tanto epistêmicas quanto praticamente públicas. As pessoas querem que suas identidades sejam conhecidas – em parte graças às demandas de autenticidade –, mas também esperam que o exercício de suas identidades tenha lugar no contexto de estranhos, que reagem a elas (as identidades postas na política formal) em virtude de suas próprias identidades. (APPIAH, 2018, p. 27)

Partindo destas considerações de Appiah (2018), considero neste trabalho a conexão entre a política formal e a identidade pessoal. Para tanto, quando ponderei as elucidações de Anderson (2008), Hobsbawn (1990) e Canclini (2015), em decorrência da conceituação estatal, de Connell (2012; 2020) e Wolf (2005), junto a epistemologia social, e de Butler

(2017) e Trevisan (2018), perante a conceituação da sexualidade – apresentado à frente –, estabeleço relações com as perspectivas de Stuart Hall (2016; 2017; 2014). Para ele, a problemática público-privado e o movimento natural de identificação consistem em uma questão cultural de representação. No contexto deste trabalho, isto significa que, se as nações modernas partem de um discurso hegemônico e as identidades pessoais implicam em um sistema de identificação pessoal, logo, ambas, nascem de um sistema de produção de sentidos. Estas descodificações simbólicas, legitimadas e definidas a partir da linguagem, é o que Hall (2016) considera representação.

Neste sentido, a representação “[...] é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura” (HALL, 2016, p. 31). Isto porque ela influi de uma produção de significados e conceitos que descodificam o mundo real. Através de argumentações cognitivas e construídas socialmente, conflui-se as diferentes comunicações textuais, informantes de determinada inteligibilidade entre seus pares. Partindo do conceito linguístico de Saussure e da conceituação da semiótica, Hall (2016) considera que as diferentes formas textuais possuem induções que objetivam a leitura dos códigos sociais. Neste sentido, toda representação dá-se através de símbolos que condizem com os processos de conhecimento e reconhecimento discursivo daquilo que representam, isto é, em detrimento dos conhecimentos do sujeito ativo da ação. Logo, é a partir da construção social da linguagem que toda narrativa impõe um processo de identificação (*idem*, 2016). Este processo, outrossim, é reconhecido como práticas discursivas, originadas a partir daqueles que detém o poder da manifestação textual.

Se as perspectivas representativas partem de um processo social, logo, o sistema de descodificação da linguagem é histórico, político e social. Este sistema representativo prefigura um discurso específico de políticas e práticas coletivas colonizadoras (HALL, 2016; 2017). Seguindo a mesma lógica elucidada por Connell (2020), para Hall (2017) isto significa que as influências e imposições culturais das metrópoles europeias implicaram na imposição de significados culturais deste específico grupo no poder político e econômico. Quando se elucida que uma identidade parte de rótulos, normas e confluências éticas para ser estabelecida e necessita do sistema de construção textual para ser descodificada, conclui-se que toda identidade existe a partir do conjunto de outras características que ultrapassam os grupos e códigos sociais (*idem*, 2016; 2017). É neste complexo de características – compostas por significante e significado - que o signo define-se como arbitrário a outro. Isto corresponde às variadas significações das identidades pessoais que não são unificadas.

A identidade é um desses conceitos que operam ‘sob rasura’, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada de forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não pode ser sequer pensada. (*ibidem*, 2014, p. 104)

Condizentes com a conquista de direitos humanos e a vigente reversão das perspectivas ideológicas, as identidades encontram-se cada vez mais saturadas e fragmentadas. Uma vez que são construídas por discursos e práticas sociais e entendidas a partir de posições antagônicas, elas necessitam do processo de “historização radical” (HALL, 2014). Considerando que, por meio do código social, codificam-se os objetos e ações de uma determinada maneira, a interpretação de um grupo ou indivíduo atravessa as identificações que são dadas a partir do outro. Isto é, toda representação parte daquilo que não é, para aquilo que lhe falta. Justamente neste sentido que, emana-se das ideias de Michel Foucault a consideração de Hall (2016) onde o discurso é um sistema específico de representação:

É importante notar que o conceito de *discurso* nesse uso não é puramente um conceito “linguístico”. Tem a ver com linguagem e prática, tenta superar a tradicional distinção entre o que uma *diz* (linguagem) e o que a outra *faz* (prática). O discurso, argumenta Foucault, constrói o assunto. Ele define e produz os objetos do nosso conhecimento, governa a forma com que o assunto pode ser significativamente falado e debatido, e também influencia como ideias são postas em prática e usadas para regular a conduta dos outros. Assim como o discurso “rege” certas formas de falar sobre um assunto, definindo um modo de falar, escrever ou se dirigir a esse tema de forma aceitável e inteligível, então também, por definição, ele “exclui”, limita e restringe outros modos. O discurso, continua Foucault, nunca consiste em um pronunciamento, um texto, uma ação ou uma fonte. O mesmo discurso, característico do jeito de pensar ou do estado de conhecimento em qualquer tempo (o que o autor chamou de *episteme*), aparecerá em uma gama de textos, e como forma de conduta, em um número de diferentes campos institucionais da sociedade. No entanto, cada vez que esses eventos discursivos “se referem ao mesmo objeto, compartilham o mesmo estilo e (...) apoiam uma estratégia (...) em uma direção e padrão institucional, administrativo ou político comuns” (Cousins e Hussain, 1984: 84-85), então Foucault diz serem eles pertencentes a uma mesma *formação discursiva*. (p. 80 – 81)

Considerando, inicialmente, que a “[...] representação, conhecimento e ‘verdade’ são radicalmente *historicizados*” (HALL, 2016, p. 83), toda prática discursiva é específica de um apego temporário às posições-de-sujeito. Isto significa que as ideologias da identidade são condicionadas por impulsos construídos socialmente. Se as identidades só fazem sentido quando representadas no discurso, então todos os sujeitos são “[...] produzidos como conhecimento e regulados pelas práticas discursivas e técnicas disciplinares de uma sociedade e tempo particulares” (*idem*, 2016, p. 85). Nesta perspectiva, é possível afirmar que os conceitos de raça, gênero e sexualidade também são práticas discursivas.

Tomemos alguns outros exemplos de práticas discursivas da obra de Foucault. Sempre houve relações sexuais, mas “sexualidade” como um modo específico de abordar, estudar ou regular o desejo sexual, seus segredos e suas fantasias, [...]

somente apareceu nas sociedades ocidentais em um momento particular da história (Foucault, 1978). Sempre deve ter havido o que nós agora chamamos de formas homossexuais de comportamento. Entretanto, “o homossexual” como um tipo de sujeito social específico foi *produzido*, e só pôde surgir, dentro dos discursos, práticas e aparatos institucionais morais, legais, médicos e psiquiátricos do fim do século XIX, com as suas teorias particulares da perversidade sexual (Weeks, 1981, 1985). (HALL, 2016, p. 84)

Quando argumentam sobre o conceito de identidade, Hall (2016; 2014), Appiah (2018) e Connell (2020) elucidam seu vínculo com a problemática de classe. Ora, a identidade parte do conhecimento dos códigos sociais que emergem de determinados símbolos, então, todo conhecimento é envolvido por relações de poder. Isso implica em dizer que “[...] a linha de frente da relação entre discurso, conhecimento e poder marcou um desenvolvimento significativo na abordagem *construtiva* para a representação que nós temos delineado” (HALL, 2018, p. 87). Inscrito em um sentido que é dado ou negado, associado à conceituação de identidade, as diferentes abordagens do conceito de sexualidade são ressignificadas constantemente. Aprofundarei estas ressignificações pouco mais adiante, todavia, devo pontuar que Hall (2016) considera que em toda estrutura linguística, envolvida nos termos abstratos e sociais, são introduzidas no mundo para atender uma interpretação específica. É aqui que o conceito de estereotípi se torna importante. Se é através de rótulos que normas sociais de uma identidade são refletidas, então, a criação de estereótipos comportamentais importam para que se compreenda quem o outro é. Todavia, esta conceituação se complica no momento em que identidades são vistas como subalternas e práticas preconceituosas são legitimadas. Isso porque o discurso partiu da relação interna aos conceitos eurocêntricos, masculinos, hetero-cis-normativos e brancos, dos quais partem muitas das formações discursivas circulantes ou dominantes nas sociedades, inclusive as identitárias (*ibidem*, 2017).

A esta perspectiva de exclusão social, ao que se intitula mecanismo de poder, emergem os efeitos de uma caracterização que legitima o poder de um específico grupo, sob a operacionalização de um sistema de verdade mutável no discurso (HALL, 2017). As formas e as perspectivas de como isso se desmembra na conceituação identitária dos grupos não hegemônicos elucidarei adiante, contudo, deve-se assinalar que todo discurso se dá pela quebra de níveis de ideias – brutas e puras – em benefício de determinadas práticas - políticas e sociais. Portanto, retomando ao que abordei no capítulo primeiro, se o discurso hegemônico se incumbe de barbáries passadas, então, os signos linguísticos se incumbem de narrativas prefiguradas que podem ocultar sua real ascendência discursiva (*idem*, 2016).

A partir da nova organização das nações modernas, sob as quais há uma intensa

hibridização social e fluxo de informação, hoje, as identidades são apresentadas por meio de diferentes discursos que, não mais, influem de uma expressão nacional, ou hegemônica (HALL, 2016). Isto significa que o deslocamento das identidades não parte de uma perspectiva soberana, mas do deslocamento da atenção social para identidades singulares e desvinculadas de tempos, histórias, tradições e lugares. Foi através dos triunfos de conquistas sociais, surtidas pela reivindicação de direitos dos sujeitos não hegemônicos, que o movimento de negação dos estereótipos sociais implicou em uma reivindicação identitária individual. É a isso que Stuart Hall (2014) pondera como desconstrução das noções identitárias, sob as quais é necessária a reconceitualização do sujeito no corpo social.

Diante da conceitualização dos indivíduos fora da perspectiva hegemônica, é possível concluir que aquele que interpreta determinado signo utiliza de seu conhecimento sobre o discurso historicizado (APPIAH, 2018; HALL, 2000). São inúmeras as interpretações que dialogam com a noção de diferença, o que conecta um grupo como díspar a outro, determinado pela formação das características específicas. Ao pensarmos os termos culturais, é preciso entender que, por trás da construção de um conceito, sempre há um determinado sentido, operação e interpretação. O conflito discursivo emerge do processo de reversão das manifestações das diferenças e, conseqüentemente, implica em diferentes constituições de poder. É neste sentido que a contextualização das identidades homoafetivas se faz importante neste trabalho. Todavia, antes de adentrar na concepção de anormalidade, partindo das identidades homoafetivas, bem como, em sentido contrário, da legitimação de suas singularidades, julgo fundamental argumentar a respeito de como as diferentes instâncias de poder implicam na construção das identidades pessoais.

2.1.2. As constituições de poder: os aparatos de construção do eu

Quando a desconstrução das noções identitárias são discutidas, em paralelo, é necessário considerar as pluralidades das áreas disciplinares. Estas implicam na crítica ou negação das identidades inicialmente intituladas como unificadas, integrais e originárias. Partindo da crítica antiessencialista, Stuart Hall (2014) argumenta que as concepções étnicas, raciais, nacionais e de gênero nas identidades culturais constituem concepções teóricas imaginativas e radicais para os estudos da subjetividade e da identidade. Isto porque ela “[...] é um desses conceitos que operam ‘sob rasura’, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (*idem*, 2014, p. 104).

Isto significa que, no momento em que há o deslocamento identitário exige-se que haja a reconceitualização do sujeito que dela implica. “[...] É preciso pensá-lo em sua nova posição – deslocada ou descentrada – no interior do paradigma” (HALL, 2014, p. 105). Neste sentido, a rearticulação dos sujeitos predispõe um processo anterior de subjetivação e de políticas de exclusão. Nisto, estão dispostas nas prefigurações de existência – com seus recursos materiais e simbólicos – a identificação da própria condição em que se comporta. No momento em que ela se assegura não é possível ignorar sua diferença. “[...] A fusão total entre o ‘mesmo’ e o ‘outro’ que ela sugere é, na verdade, uma fantasia de incorporação” (*idem*, 2014, p. 106).

Partindo da determinação psicanalítica, é possível afirmar que as identidades não são unificadas (HALL, 2014). Somando isto a condição que elas são construídas no interior dos discursos, para compreendê-las é necessária a análise dos locais históricos e institucionais no interior dos quais elas dialogam. Todavia, se nestes lugares as identidades são, também, modalidades específicas de poder, então, a marca da diferença e, conseqüentemente, das exclusões entre os signos e as unidades identitárias implicam no:

[...] reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior constitutivo*, que o significado ‘positivo’ de qualquer termo – e, assim, sua ‘identidade’ – pode ser construído. [...] Toda identidade tem, à sua ‘margem’, um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo ‘identidade’ assume como funcional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado. (HALL, 2014, p. 110)

É necessário sublinhar novamente que a articulação ou fixação do sujeito é resultado do fluxo discursivo das posições que este indivíduo reconhece em si. Esse processo acontece “[...] ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos” (HALL, 2014, p. 112). O conceito ideológico fundido neste processo é eficaz para que, tanto os níveis iniciais da identidade, como os impulsos psíquicos, estabeleçam a formação do sujeito como indivíduo dentro do campo discursivo. É justamente neste processo que Hall (2014) contextualiza os estudos de Foucault e Butler.

Pontuando inicialmente as ideias de Michel Foucault, Hall (2014) conceitua as identidades como edificadoras das posições-de-sujeito. Isto significa que elas transmutam o poder que, antes ausentes na posição formalista do discurso, dispõem uma posição central. Para

ele, o corpo⁴⁴ individual é construído, moldado e remoldado a partir da intersecção da variedade das práticas discursivas disciplinares. Depois destas formulações que o corpo do indivíduo funciona como agente expresso das suas subjetividades, não podendo, pois, ser descartado como não ‘verdadeiro’. Confluindo por meio de regimes normalizadores, todo corpo é submetido à “[...] uma maneira produtiva de se repensar a assim chamada ‘materialidade do corpo’” (*idem*, 2014, p. 122). Isto é, todas as implicações identitárias de um corpo partem do mecanismo de produção do eu. Por mais que a Lei – estatal e disciplinadora – “[...] convoque, discipline, produza e regule, mas que deve haver também a correspondente produção de uma resposta – e, portanto, a capacidade e o aparato da subjetividade – por parte do sujeito” (*ibidem*, 2014, p. 124).

Desta forma, é possível compreender o eu como objeto do mundo. Diante das práticas de autoconstituição, reconhecimento e reflexão do sujeito diante do corpo social que ele interage, todo estado de regulação normativa é refletido nos atos de subjetivação dos indivíduos. Justamente por considerar os sujeitos como consequências de “[...] pensar a relação do sujeito com formações discursivas *como uma articulação*” (HALL, 2014, p. 126). Justamente diante desta linha de pensamento foucaultiano que ao pensar a categoria de “sexo” possibilite considera-la como “ideal regulatório”.

Nesse sentido, pois, o sexo não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta—se com uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla. O ‘sexo’ é um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo. (BUTLER, 1993 *apud* HALL, 2014, p. 127)

Considerando a materialização como constituição de poder, Hall (2014) elucida as ideias de Judith Butler e argumenta que na sua visão todo sujeito é resultado do “[...] curso de sua materialização [que] está fortemente fundamentada em uma teoria performativa da linguagem e do sujeito” (p. 127 - 128). Ao que já foi abordado no subcapítulo anterior, a linguagem performa a construção do sujeito, parte dela as associações de validação do corpo, sendo ela repelida ou aceita. Neste sentido, está, pois, no centramento da identificação destes corpos a problemática das identidades, sob as quais todas:

⁴⁴ Em *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (2016), Foucault contextualiza que sua concepção de corpo parte da perspectiva que o ‘instrumento carnal’ dos indivíduos é objeto alvo de poder. Isto é, todo corpo se manipula, obedece, responde e é hábil conforme as forças que nele atuam. Isto significa que o corpo, como forma materialista da alma e partindo da teoria do adestramento, implica numa noção da ‘docidade’ que une o corpo manipulável com o corpo analisável. Justamente por este processo que todo corpo parte de uma ideia autônoma, mas que funciona como um organismo de poder em que os transformam em objetos políticos e, conseqüentemente, estão reduzidos às diferentes condições de poder.

[...] funcionam por meio da exclusão, por meio da construção discursiva e um exterior constitutivo e da produção de sujeitos abjetos e marginalizados, aparentemente fora do campo do simbólico, do representável [...], o qual retorna, então, para complicar e desestabilizar aquelas forclusões que nós, prematuramente, chamamos de ‘identidades’” (HALL, 2014, p. 129)

Isto significa que, quando considerada, politicamente, o conceito de identidade subentende a exclusão de pessoas destoantes do corpo normativo que, antes, confluíram para a estrutura de suas identidades. Neste sentido, Hall (2014) pondera a teoria de Butler como fundamental para se compreender as concepções identitárias que negam a matriz binária e hetero-cis-normativas. As epistemologias condizentes com esta perspectiva partem do esforço em compreender o “[...] caráter distintivo da lógica pela qual o corpo racializado e etnicizado é constituído discursivamente” (*idem*, 2014, p. 130). Para que isso seja possível, faz-se necessária a contextualização da teorização da identidade como fundamental perspectiva política. Partindo dela, será possível “[...] avançar quando tanto a necessidade quanto a ‘impossibilidade’ da identidade, bem como a saturação do psíquico e do discursivo em sua constituição, forem plena e inequivocamente reconhecidos” (*ibidem*, 2014, p. 130).

Nesta linha de raciocínio, ao pensar os Estados nacionais como locais de constituição de poder, implicam em “[...] estruturas legais e institucionais que delimitam certo território [...] Assim, do Estado, espera-se que forneça a matriz que estabelece as obrigações e prerrogativas da cidadania” (BUTLER e SPIVAK, 2018, p. 18). Considerando estes encargos políticos, espera-se que todo cidadão esteja incluído dentro da estrutura jurídico estatal. Todavia, se por um lado este mesmo Estado pode fornecer as bases para proteção legal de seus cidadãos, ele também exclui alguns sujeitos. Neste sentido, Butler e Spivak (2018)⁴⁵ consideram que ele pode significar:

[...] a fonte do não pertencimento e até estabelecer esse não pertencimento como um Estado quase permanente. O Estado então nos deixa [os sujeitos excluídos], com certeza, indispostos, senão destituídos e enfurecidos. Por isso faz sentido perceber que no núcleo central desse "Estado" - que implica as dimensões tanto jurídicas quanto dispositivas da vida - há certa tensão entre modos de ser ou estados mentais, constelações mentais temporárias ou provisórias de um tipo ou de outro, e complexos jurídicos e militares que definem como e onde podemos nos movimentar, nos associar, trabalhar e falar. (p. 17)

Considerando que todo Estado ‘agrega’ determinados indivíduos, logo, ele também exclui e desagrega. “[...] E se o Estado agrega em nome da nação, evocando – forçosamente, senão poderosamente – certa versão da nação, então ele também desagrega, libera, expulsa,

⁴⁵ A entrevista referida entre Judith Butler e Gayatri Spivak (2018) inicia-se acerca das questões migratórias. Entretanto, as considerações delas são fundamentais para compreender o pertencimento estatal dos sujeitos incluídos, ou não, dentro do corpo político. Por este motivo, **abordarei** aqui suas considerações.

bane” (*idem*, 2018, p. 17). Esta dualidade, entre agir como emancipação e acolhimento, implica em situações de poder que fluem diante de obstáculos e prisões dos diferentes sujeitos frente à vida política pública. Butler e Spivak (2018), partindo desta consideração, ponderam:

[...] O que significa ser, ao mesmo tempo, contido e destituído pelo Estado? E o que significa ser ‘descontido’ ou descontinuado pelo Estado, mas entregue a outras formas de poder que podem ou não ter características similares do Estado? (p. 18)

Acredito que estes questionamentos serão melhor contextualizados e, conseqüentemente, aprofundados, quando absortos junto da análise dos romances aqui propostos, uma vez que, isto ocorrerá depois de eu ter elucidado as reflexões acerca da teoria de gênero e a legitimação das identidades homoafetivas. Isto porque ambos os romances possuem a narrativa de viagem e um descompasso entre a terra em que os três personagens nasceram e crescem e o local em que eles estabeleceram suas vidas. Em *Todos nós adorávamos caubóis* (2013) a narrativa perpassa a viagem de Cora, a narradora, e Júlia ao interior gaúcho. Para isso, ambas as personagens saem dos países que moram, temporariamente, a França e o Canadá, e retornam ao Brasil com o intuito de se reencontrarem. A narração de Cora demonstra claramente o “[...] sentimento inadequação mencionado pela passagem, ligado a diferença como princípio definidor de identidades que não se classificam por denominadores comuns” (FRIGHETTO e TRIMER, 2020, p. 110). É deste sentimento de inadequação que a sexualidade e a atração afetiva interligam as duas personagens. Já em *Enquanto os dentes* (2013), a narrativa acontece entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Nela a voz em terceira pessoa ilustra as dificuldades do cadeirante Antônio de locomover-se, intercalando a isto as memórias doloridas de seu passado. É neste avanço, interrupção e recuo da memória do personagem que o leitor acompanha “[...] sem divisão de capítulos ou partes, a trama [que] resgata a infância opressiva e violenta” (*idem.*, 2020, p. 112). Perante estas duas perspectivas narrativas que o descompasso de determinadas identidades junto aos constructos estatais, negam determinadas individualidades. Destas, conseqüentemente, aqui trato exclusivamente da perspectiva homoafetiva, uma vez que há uma carência de proteção destes sujeitos (BUTLER e SPIVAK, 2018).

Quando considerado que determinadas populações estão ou estiveram sem a proteção legal ou constitucional, elas invariavelmente, tornaram-se “[...] efetivamente sem Estado, ainda [que] estão sob controle do poder do Estado” (BUTLER e SPIVAK, 2018, p. 20). Ainda que sem proteção legal, estes indivíduos não estão intactos a ‘vida nua’, isto é, eles ainda estão absortos na condição de poder. “[...] E isso nos faz lembrar, crucialmente, de que

lei e poder não são a mesma coisa” (*idem*, 2018, p. 20). Partindo da consideração que o objetivo aqui é refletir sobre a ausência estatal por meio do discurso e, somados às considerações da identidade por Appiah (2018) e dos reflexos discursivos por Hall (2014; 2017), pode-se concluir o mesmo que Butler e Spivak (2018) sobre nenhum indivíduo estar absorto da vida nua. Nela, torna-se invariável seu “[...] grau de destituição, porque há um conjunto de poderes que produzem e mantêm essa situação de destituição, expropriação e deslocamento” (p. 21).

Tal como ponderado no capítulo primeiro, a constituição de poder é inteirada diante da condição territorial. Isto significa que, o Estado produz, reproduz, mantém e monitora seu domínio de poder diante da sua soberania territorial e, por consequência, constitucional (BUTLER e SPIVAK, 2018). Se somada às considerações pós-nacionalistas de Resina (2014) e as construções do discurso de Hall (2014), fica clara a linha de raciocínio de Butler e Spivak (2018). Para elas, se a categoria dos sujeitos excluídos do discurso nacional está alinhada à conceituação de garantias de direitos, logo, toda ação reproduzida pelo Estado-nação não deve ser restrita a ele. Em outras palavras, não provém somente do corpo estatal a exclusão de determinadas identidades, mas a uma estrutura de constituição de poder, alicerçada a esta ideia nacional e estatal.

Partindo das elucidações de Hannah Arent, das guerras contemporâneas e do processo migratório, Butler e Spivak (2018) consideram que novas formas de pensar a destituição política e, conseqüentemente, somando ao que Connell (2020) argumenta, as novas considerações do tópico acadêmico nas ciências humanas são fundamentais. Neste sentido, as perspectivas da política:

[...] pressupõe e exclui esse domínio do desprovemento, do trabalho não pago e do ser humano ilegível ou pouco legível. Esses humanos espectrais, desprovidos de peso ontológico e reprovados nos testes de inteligibilidade social exigidos para reconhecimento mínimo, incluem aqueles cuja idade, gênero, raça, nacionalidade e situação laboral não apenas os desqualificam para a cidadania, mas também os "qualificam" ativamente para a condição de sem-estado. Essa última noção pode ser significativa, já que os sem-estado não apenas são destituídos de status, mas também recebem um status e são preparados para a destituição e o deslocamento; tornam-se sem-estado precisamente por estarem em conformidade com certas categorias normativas. Desta forma, eles são *produzidos* como sem-estado ao mesmo tempo em que são alijado dos modos jurídicos de pertencimento. (*idem.*, 2018, p. 24 – 25)

Se os sujeitos não hegemônicos estão localizados dentro do corpo político, logo, suas identidades são exteriorizadas no corpo nacional. Partindo da fluência público-privada, proposta por Appiah (2018), somam-se as considerações de Butler e Spivak (2018) que, quando se trata da autodefinição nacional, isto é, o sujeito considera ele próprio pertencente

ou não à estrutura do Estado-nação, dependem exclusivamente do não político, ou do despolitizado, os questionamentos da estrutura de poder no Estado nacional:

[...] o público (e a própria esfera da política) depende essencialmente do não político ou, ainda, do explicitamente despolitizado, o que sugere que somente recorrendo a outra estrutura de poder haverá alguma esperança de descrever a injustiça econômica e as expropriações políticas das quais a comunidade política oficial depende e às quais essa comunidade produz mais e mais como parte de seus esforços de autodefinição nacional. (p. 25 – 26).

Neste sentido, a ideia de uma unidade territorial dispõe de uma linha narrativa em que temas substanciais são condições de assimilação ou separação do corpo nacional. Não obstante, com o mundo globalizado e com um fluxo migratório e de informações intenso crescendo cotidianamente, o processo de desterritorialização e reterritorialização implicam na influência direta na identidade dos envolvidos (ZACCHI e ALMEIDA, 2018). Em resumo, se o que se considera nacionalismo implica em um discurso conservador, logo, em resposta à dinâmica global e ao pós-nacionalismo, está ocorrendo uma reação à mobilidade da tentativa de restabelecer e fortalecer fronteiras nacionais no interior das próprias nações. Justamente por isso que a reivindicação “[...] por direitos acontece no interior da própria nação, expondo também suas fronteiras internas movediças e os processos históricos de conflitos sociais, um movimento que se dá, no eixo tanto espacial quanto temporal” (*idem*, 2018, p. 10). Neste sentido, a prática interpretativa do discurso nacional também é um ato de reivindicação à liberdade e à congregação de direitos civis dentro do corpo estatal.

Nas considerações de Butler e Spivak (2018), ao decretar e reivindicar a liberdade às perspectivas discursivas hegemônicas, os sujeitos não inclusos neste discurso reiteram as condições de proibições legais e criticam as noções naturalizadas e normalizadoras do nacionalismo. Partindo destas reivindicações, é fundamental o esclarecimento de como as identidades de pessoas não hegemônicas encontram-se na garantia destes direitos civis, seu reconhecimento de cidadania e, por fim, da restituição própria sobre o corpo nacional. Isto, consequentemente, implica na reinvenção das dinâmicas históricas e de legitimação de suas identidades diante das conjecturas de poder. Neste sentido, é substancial que saibamos como isto ocorre nas e para identidades homoafetivas.

Trato-as como movimento de resistência com alcance mobilizador. Isso influi no engajamento para solapar influências de políticas públicas e conquistas de direitos relacionadas ao princípio de exclusão, na medida em que se direcionaram à procura direta da democratização social mais justa (TREVISAN, 2018). Antes de partir e aprofundar como estes sujeitos apoderaram-se na construção individual do que significa ser homoafetivo e,

consequentemente, das estruturas binárias e hetero-cis-normativas, é importante aprofundar sobre a concepção política dos corpos não hegemônicos.

Partindo das concepções do filósofo italiano Giorgio Agamben, Nuto (2020) argumenta que os ‘corpos estranhos’ encontram-se fundidos na ideia do externo às leis sociais, dos direitos humanos e do direito divino⁴⁶. Para tanto, compreende-se que o Estado, por ser uma composição biopolítica, não garante a vida de indivíduos específicos. Para ela (2020), o Estado moderno dispõe sua soberania em favor da eliminação dos não hegemônicos sem represália. Partindo da mesma lógica salientada anteriormente neste trabalho, se as estruturas de poder estão dispostas na docidade dos corpos sociais, obedecendo-as sem questioná-las, então, quando os corpos homoafetivos exigem uma revisão dos espaços onde são negados, a indocilidade marca a ocupação discursiva e espacial (*idem*, 2020). Negando as estruturas normativas, o Estado nacional encontra-se em ameaça, uma vez que sua obrigatoriedade não é excluir estes corpos dissidentes, mas, sim, eliminá-los. A isto, Achille Mbembe intitula necropolítica (*apud*. NUTO, 2020).

Para Mbembe, todo Estado moderno dispõe sua soberania como parte da biopolítica para eliminar estes corpos estranhos sem represália. Isto porque “[...] é sua exclusão que o politiza e o insere na política de uma forma, inclusive, contrapolítica, desestabilizadora” (NUTO, 2020, p. 184). São estes corpos que, privados de uma participação política, já são considerados mortos pelo corpo estatal⁴⁷. Marcados pela exclusão, em resposta eles criam reivindicam uma política própria, partindo do estranhamento diante da normalidade. É neste interstício que o Estado biopolítico atua para o controle das ações destes sujeitos (*idem*,

⁴⁶ Agamben intitula isso de *homo sacer* (*apud*. NUTO, 2020).

⁴⁷ Quando tratamos de LGBTQIA+fobia no Brasil é necessário contextualizar que não há uma lei que criminalize esta prática no país. Ainda que existiu o projeto de PL 5003/01, apresentado ao Congresso no ano de 2001, o projeto foi arquivado no ano de 2008 e ainda hoje não houve uma segunda tentativa de criação desta lei. Entretanto, em 13 de fevereiro de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou o julgamento a discriminação de orientação sexual e identidade de gênero constituída no Projeto de Lei Complementar PCL 112/06. Isto significa que, mesmo que não haja uma lei que criminalize a homofobia, ainda há uma equiparação das diretrizes de criminalização junto a decisão do STF de enquadrar a homofobia e transfobia junto aos crimes de racismo. A razão disso foi que o eles compreendiam que a omissão das denúncias e crimes contra a população LGBTQIA+ era um ato inconstitucional do Congresso Nacional por não editar a lei que criminalize estes atos hediondos. Outro fato importante para compreender as dificuldades de criminalização deste preconceito é a ausência de estatísticas oficiais sobre agressões físicas, violência psicológica, discriminação, abuso financeiro e econômico, violência instrucional, negligência e violência sexual. Mesmo que alguns estados ainda produzam relatórios sobre este assunto e organizações não-governamentais produzam relatórios e dados sobre a LGBTQIA+fobia, ainda não é uma prática em nível do governo federal. Um dado importante, por fim, é que segundo uma pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia, a cada 20 horas uma pessoa LGBTQIA+ morre no Brasil simplesmente por ser quem é. Além disso, houve o registro de que, no ano de 2017, houve um aumento de 30% nas mortes destas pessoas, com um total de 445 vítimas. Destas “[...] 387 foram assassinadas e 58 cometeram suicídio. A maior parte dos assassinatos aconteceu em via pública (56%), mas uma grande parte (37%) ocorreu na casa das vítimas, detalhe que indica que o crime teria sido realizado por conhecidos” (POLITIZE, 2018, n.p.).

2020). A perturbação que estes corpos apolíticos causam dispõem um estado de incalculabilidade e imprevisão que não são aceitáveis dentro da lógica vigente. Ao fugir dos mecanismos de poder, eles ameaçam o controle estatal.

Eles reafirmam sua indocilidade através da reivindicação das suas próprias existências, ao negarem a disciplina estatal. “[...] O corpo estranho não aceita e não aceitará ser adestrado, não se rende à ‘poda compulsória” (NUTO, 2020, p. 186). É por meio desta negação à dominação que se figuram os mecanismos de poder que agem para a aniquilação destes corpos que são subjugados. Nuto (2020) ainda afirma que:

[...] O que tem, enfim, são corpos que ressignificam as condições a que são submetidos e se apropriam da potência das forças que antes eram usadas contra eles, forças, características, posições, particularidade, símbolos, que os mecanismos de controle sempre tentaram, como forma de garantir sua própria soberania de serem negativos.” (p. 187)

Se as estruturas de poder são dispositivos que agem em decorrência do discurso, quando os corpos não hegemônicos se apoderam deste discurso o utilizam em demasia, este ato excessivo é considerado imprudente e os caracteriza como problemáticos: “[...] porque, afinal, a tradição exige sobriedade e parcimônia, e é preciso corrigir os que não estão adequados” (NUTO, 2020, p. 187). Diante do seu lugar no corpo social, estes corpos são excluídos de maneira animalizada. Isto significa que suas oposições às normalidades os exclui das estruturas políticas de poder, cabendo ao corpo hegemônico a necessidade da seleção dos alvos para garantia da segurança própria. Nuto (2020) argumenta que o Estado biopolítico atua por ações necropolíticas diante do momento que aquele sujeito:

[...] não mais declara salvaguardar as vidas, mas que, ao contrário, as ameaça e persegue como um inimigo interno – e a criação forçada de um inimigo interno, ressalte-se, é requisito essencial para que se fundamente e legitime o direito de matar pelo Estado, para que a brutalidade das mortes selecionadas pareça ser suplantada pela necessidade de eliminação do inimigo que ameaça, como quem diz: eu tenho o direito legítimo de matá-lo, porque você põe em risco a saúde, a segurança e a vitalidade da minha população. E, nesse mesmo sentido, esse mesmo Estado exclui da cidadania, da política, dos direitos básicos e de sua população essa parcela friamente selecionada pelo povo. (p. 194)

A constância diária destas vidas é, diante disso, o estado de exceção. Neste sentido, estes corpos estranhos, quando atuam negando as estruturas de poder, elegem uma outra maneira de fazer política. Consequentemente, as dinâmicas histórias e os processos de reconhecimento das identidades homoafetivas são fundamentais para que se compreenda, mais adiante, que “[...] o literário configura-se como dispositivo político” (FRIGHETTO e TRIMER, 2020, p. 107). Portanto, para que eu possa esclarecer o dispositivo político da literatura, tratarei do que são as estruturas de legitimação e de reconhecimento dos corpos

homoafetivos.

2.1.3. Os (a)normais: dinâmicas históricas e legitimação das individualidades homoafetivas

Tratando das considerações teóricas acerca da legitimação das identidades não hegemônicas, este subcapítulo apresenta aspectos fundamentais de fortuna crítico-teórica, a qual será aprofundada conforme avança a análise dos romances *Todos nós adorávamos caubóis* (2013) e *Enquanto os dentes* (2017). Esclareço, consecutivamente, que as ideias aqui aplicadas serão aprofundadas conforme as necessidades emergentes do estudo comparativo que aqui se propõe.

Considerando que toda identidade performa através do corpo que a carrega, este corpo está, conseqüentemente, submetido a normas impostas pelo corpo social. Estes lugares sociais, ou posições de sujeitos, indica-os enquanto “[...] classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões referências, das normas, valores e ideias da cultura. Então, os corpos são o que são na cultura” (LOURO, 2020, p. 69). É justamente neste sentido que podemos contextualizar qualquer sujeito homoafetivo como “corpo estranho”. Isto porque este indivíduo está em correspondência entre sua existência e o uso de seu corpo como forma de resistência, “[...] capaz de subverter uma ordem normativa que busca enquadrar todos os corpos em um único modelo ideal exigido, completamente avesso à diferença” (NUTO, 2020, p. 179). Dito isto, esta concepção parte do princípio que todo corpo homoafetivo está, invariavelmente, fora do lugar que a sociedade espera que ele esteja.

Esse corpo ganha, então, protagonismo, e, em outro momento, ela escreveu: ‘através do meu corpo me comprometo a ir contra uma história de poucos leitores’ (PASSARELI, s./d.a) e, ainda: ‘ser um corpo estranho, é ser cidadão’ (PASSARELI *apud* ESTRELLA, 2018). Ser cidadão pelo corpo, ir, por meio dele, contra uma história mal contada; trata-se, assim de buscar uma política outra, uma política dos corpos estranhos, uma política desses corpos que são, por suas formas próprias, imediatamente excluídos da cidadania, mas que resistem num esforço por manterem-se fixos em uma estrutura que os oprime. (NUTO, 2020, p. 180)

O sujeito não hegemônico, por negar a estrutura de poder que lhe é imposta, conforme salientado anteriormente, incorpora sentidos específicos e reconhece-se nas diferentes formas de expressão, tomando, pouco a pouco, reconhecimento na sociedade e nos discursos (BUTLER, 2017). Neste sentido, a estrutura social que assegura a dominação de classes implica na associação entre a estrutura de poder e a superioridade de determinados sujeitos

(FRIGHETTO e TRIMER, 2020). Portanto, tratando as exclusões sociais de determinados indivíduos, o dispositivo da ‘normalidade’ é constituído por um “[...] princípio homogeneizante dominante de exclusão. Esses aspectos encontram fundamento nos padrões utilitários da sociedade de consumo e na heteronormatividade como um dos princípios fundantes da vida social” (*idem*, 2020, p. 107).

Considerando que, por princípios fundantes, encontram-se a condição de consumo e a reprodução, a perspectiva da questão sexual e das afetividades implica em um dos mais antigos embates morais, reencenado na sociedade pós-industrial. Tal como pondera Pier Paolo Pasolini, “[...] além de ser inútil para a reprodução da espécie, a prática homossexual solaparia a família (em cujo seio se geram os novos consumidores) e seus padrões ideológicos (cuja ordem é consumir)” (*apud* TREVISAN, 2018, p. 17). Se, para Appiah (2018), o princípio moral é um dos pilares das constituições das identidades, então, esta desqualificação moral acima dos sujeitos homoafetivos implica que eles “[...] ‘continua[m] vivendo num universo concentracionário, sob o rígido controle moral dominante’, mas palavras de Pasolini, ao que se acrescenta sob controle também da mentalidade empresarial, em época de globalização do mercado” (*apud. idem*, 2018, p. 17). Neste sentido, a noção de sexualidade, foco deste trabalho, implica na:

[...] noção binária masculino/feminino [e] constitui não só uma estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2017, p. 22).

Na sociedade brasileira, como apresentado no capítulo primeiro, o inflexível sistema de poder conservador enrijeceu a articulação dos sujeitos homoafetivos diante de suas perspectivas contraditórias de unidade. Ora, se este sistema está articulado diante da elite, logo, posso destacar o mesmo que defende Trevisan (2018). Para o autor, este controle elitista contorceu as perspectivas históricas em vias que acabaram em si mesmas. Foi a consolidação e o fortalecimento dos movimentos sociais, que revelaram a necessidade de rompimento com o discurso hegemônico segregado.

[...] Em parte pelo fato de viver na periferia do Ocidente, em parte devido à reduzida população local que consome cultura, o Brasil parece ter muita dificuldade para digerir temas do seu tempo, preferindo se modernizar apenas quando se encontra diante de fatos consumados. Mesmo porque, acostumada a viver de brilhos importados, sua elite cultural macaqueia as últimas modas vindas de Paris ou Nova York, quase sempre sem disponibilidade para reais mudanças. A onda de liberacionismo homossexual conheceu um processo semelhante. Se chegou ao Brasil com pelo menos uma década de atraso e impôs – até certo ponto –

pelo consumo, isso se deveu em grande parte ao conservadorismo, insensibilidade e comodismo da elite cultural, que consumia as modas para continuar vampirescamente reciclando-se no trono do saber, construído com os espelhos das novas ideias abordadas. (*idem.*, 2018, p. 313)

Trevisan (2018) salienta que esta concepção surgiu depois do golpe militar de 1964. Esse marco histórico “[...] tinha suas entranhas um nem sempre secreto teor nacionalista/xenofóbico que, aliás, a esquerda daquele período compartilhava com gosto – não obstante as graves diferenças entre os dois polos ideológicos [direita e esquerda]” (p. 314). Neste período havia um fato contraditório entre a impulsão de políticas culturais e as perspectivas ideológicas defendidas pelo grupo no poder. Em detrimento das suas perspectivas ideológicas, os militares exilaram os intelectuais e os colocaram em convívio direto com o que ocorria em outros países. Somente no processo de redemocratização, em 1985, com a anistia e o retorno destas pessoas exiladas, que a onda do libertacionismo homossexual e as influências das conquistas de direitos civis americanas e europeias, chegaram ao Brasil (*idem*, 2018). Foi neste momento em que cresceu a necessidade e a reivindicação de políticas públicas em detrimento da defesa dos direitos das pessoas homoafetivas⁴⁸.

Com o intuito de contextualizar o ativismo de libertação sexual, Ronaldo Trindade (2018) destaca que o intercâmbio entre o que ocorria na Europa e, em especial, nos Estados Unidos, implicaram uma visão hegemônica da construção das políticas LGBTQIA+ brasileiras. Ele (2018) destaca que “[...] somos sempre remetidos à revolta estadunidense de Stonewall, que teria nos legado o modelo de ativismo político centrado na questão da identidade” (p. 227). Mesmo que aqui o objetivo seja tratar das construções identitárias e, conseqüentemente, fosse lógico dialogar com esta linha de ativismo, é fundamental pontuar que essas influências são apenas um respaldo à “[...] versão hegemônica que tende a reafirmar a dicotomia centro-periferia e reiterar que os países centrais são produtores de ideias política e de teorias que servem de modelo ou inspiração para as lutas forjadas em países de terceiro mundo” (*idem.*, 2018, p. 228). A necessidade de estabelecer uma outra narrativa que alicerce e respalde os autores e ativistas latino-americanos parte das:

⁴⁸ No mesmo cenário, ocorria o crescimento de lutas ecológicas, feministas e antirracistas, implicando no “[...] gesto animalesco – tão comum na vida brasileira – de digerir o estrangeiro para garantir uma identidade periclitante” (TREVISAN, 2018, p. 314). A concepção da modernização neste período dialogava com a busca pelo prejuízo que a falta de garantia destes direitos implica, “[...] como se o presente fosse uma realidade a ser conquistada pelo passado” (*idem*, 2018, p. 314). É justamente nesta evolução do quadro político, em 1978, que grupos ativistas começaram a crescer e impunham novas metodologias discursivas aplicaram novas investidas sobre a organização da esquerda do país. Foi quando surgiu o Movimento de Libertação Homossexual no Brasil, com a tentativa de dialogar com seu tempo. Cabe pontuar que este movimento influía as demandas das mulheres, com a discussão da sexualidade e do direito ao aborto, do movimento negro e discussão sobre racismo e das inúmeras pautas do movimento, que hoje conhecemos como, movimento LGBT.

[...] reflexos elaborados por alguns autores pós-modernistas, pós-estruturalistas, pós-coloniais e descoloniais, que tem insistido na necessidade da produção de narrativas que escapem às epistemologias modernas e à lógica da colonialidade. Assim, parto da ideia de que a divisão do sistema-mundo em dois blocos antagônicos – capitalismo x socialismo – produziu diversos problemas no interior de alguns países latino-americanos, quando tensões oriundas desse enfrentamento propiciaram a emergência de ditaduras militares, promovidas pelos EUA em conluio com as elites locais, para enfrentar o avanço do socialismo. (TRINDADE, 2018, p. 228 – 229)

Trindade (2018) acrescenta que a demanda pelo combate ao crescimento dos ativismos, absorvidos pelo pensamento marxista, instituíram, nas ditaduras latino-americanas, a necessidade de “[...] enfrentamento de uma juventude inflamada pelos processos de descolonização, pela revolução sexual nos EUA, pelo Maio de 68 na França e pela Revolta de Stonewall” (p. 229). Não por menos, o ativismo estava pautado em outras demandas – feministas, ecológicas, sexuais, antirracistas – dos corpos não hegemônicos. Neste sentido, os grupos de ativismo LGBTQIA+ abordava “[...] uma política de assunção pública da homossexualidade, tornando o pessoal público” (*idem*, 2018, p. 229). Ora, na medida em que isso se trata de políticas ativistas de libertação sexual que advêm das conquistas e influências norte-americanas e europeias, podemos destacar que isso, de certo modo, implica em narrativas que não necessariamente correspondam às singularidades de cada país latino-americano.

Neste sentido, deve-se contextualizar que o ativismo sexual na América Latina também refere-se aos:

[...] regimes ditatoriais, exploração econômica, elevadas taxas de pobreza, baixos salários, desigualdade social, violência, além da presença sufocante das perspectivas morais cristãs conservadoras que serviam historicamente de suporte ideológico ao sistema colonial” (TRINDADE, 2018, p. 233).

Tratando especificamente da realidade brasileira, mesmo que houvesse a influência dos movimentos estrangeiros entre as décadas de 1960 e 1980, o ativismo não cresceu ou se desenvolveu expressivamente tal como na Argentina, no México e Porto Rico. Isto por influência da ditadura militar e sua repressão. “[...] Embora algumas publicações alternativas produzissem matérias ocasionais referentes ao *gay power* nos Estados Unidos, a formação de um movimento político no Brasil parecia impossível!” (GREEN, 2000, *apud*. TRINDADE, 2018, p. 233).

A afirmação acima, de James Green, contextualiza o cenário em que o primeiro grupo de ativismo LGBTQIA+ surgiu. No ano de 1978, o Grupo Somos nasceu com perspectiva ideológica de esquerda. Nele:

[...] uma dúzia de estudantes, escriturários, bancários e intelectuais passaram a se reunir semanalmente em São Paulo... ‘Indo de apartamento em apartamento, sentando no chão por falta de móveis suficientes, eles planejaram o futuro da primeira organização pelos direitos dos homossexuais no Brasil’ (GREEN, 2003). Os participantes eram majoritariamente homens gays, com algumas poucas lésbicas que iam e vinham. Ali, eles debatiam matérias que depreciavam os homossexuais, publicadas frequentemente pelo jornal Notícias Populares, bem como a resposta a ser encaminhada ao jornal pelo grupo Ação pelos Direitos Homossexuais. Nessas reuniões também eram lidos cuidadosamente os números do *Lampião da Esquina*, publicação mensal voltado para os homossexuais. (TRINDADE, 2018, p. 234)

A problemática do grupo não indicava apenas a falta de representatividade de outros grupos, mas também nas rejeições as escassas propostas de inclusão ao termo *gay*. Este grupo debruçava-se na pauta de contextualizar quem eram os sujeitos LGBTQIA+s, antes de descrevê-los nas propostas que se pretendiam reivindicar dentro do movimento. O reflexo desta conjuntura implicava na necessidade de não imitação dos projetos do movimento norte-americano (TRINDADE, 2018).

O movimento homossexual brasileiro que se configurava nesse momento [final da década de 1970] se produziu em diálogo com uma nova esquerda, rompendo com a esquerda tradicional, representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Essas organizações haviam falhado em canalizar as novas formas políticas dos novos movimentos sociais e incorporar as manifestações artístico-culturais como elementos políticos. A juventude, a voz mais audível nas lutas pelo retorno da democracia, era quem integrava as organizações revolucionárias. Muitos desses jovens também passaram a se identificar com as demandas dos movimentos feminista, ecológicos, raciais e sexuais, além de aderirem a movimentos culturais como o desbunde ou a tropicália. (*idem.*, 2018, p. 235 – 236)

Neste sentido, é possível afirmar que, por meio do Grupo Somos, o ativismo LGBTQIA+ surgiu aproximando-se das políticas de esquerda e em um contexto em que o cenário político sofreu significativas mudanças e revisões. Neste sentido, tratando especificamente da visibilidade das identidades e diferenças pautadas pelos 40 anos da luta pelo movimento, Regina Facchini (2018) argumenta que os primeiros grupos ativistas se fundaram, primordialmente, entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Eles preocupavam-se com a:

[...] *afirmação homossexual* [que] inauguravam a prática de *assumir-se* como ferramenta política, que era acionada ainda por poucas pessoas e olhada com desconfiança por outras tantas e constituíram boa parte da pauta política em torno do qual o movimento atua até os dias de hoje. (p. 317)

Todavia, ao longo da década de 1980, as dificuldades do ativismo foram pautadas pela epidemia do HIV/aids (FACCHINI, 2018). Com a redução expressiva da quantidade de ativistas, novas altas foram dirigidas para o corpo social. A busca e reivindicação por direitos

civis começaram a ganhar espaço nas pautas ativistas. Além disso, novos grupos surgiram, pulverizando a militância para o nordeste. O surgimento dos grupos Triângulo Rosa e Grupo Gay da Bahia “[...] acompanharam a reabertura de espaços em diálogo entre o Estado e a sociedade civil [proporcional a redemocratização], que ainda não alcançaram diretamente os homossexuais” (*idem*, 2018, p. 318). Era fundamental que se estabelecessem a não discriminação da orientação sexual, o direito à vida, o combate à epidemia do vírus HIV – muito além da questão de saúde, mas ao preconceito contra as pessoas soropositivas – e a violência contra os corpos não hegemônicos. Importante pontuar que uma das grandes conquistas deste período acompanhou a retirada do termo ‘homossexualismo’ do código de doenças do Brasil, pauta conduzida pelo Grupo Gay da Bahia na primeira metade da década de 1980 (*ibidem*, 2018, p. 318).

A década de 1990, em consequência, emergiu com as pautas dedicadas às:

[...] condições de possibilidade da "redemocratização"; a visibilidade que o sensacionalismo midiático traz ao associar aids à homossexualidade; a chamada "resposta coletiva à epidemia"; a aproximação entre setores de Estado e movimento na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e a consequente institucionalização do movimento; além de um cenário permeável aos direitos sexuais e reprodutivos no âmbito das Nações Unidas. É acompanhado também por um processo de segmentação de mercado, que fez surgir um mercado GLS (para gays, lésbicas e simpatizantes) ou voltado ao público LGBT, que acaba por gerar aproximações e deslocamentos em relação à visibilidade positiva produzida a partir do próprio movimento, mas também por ações de mercado e de mídia. (FANCCHINI, 2018, p. 319)

A década de 1990, muito além das anteriores, implicou em um efetivo fortalecimento da militância LGBTQIA+. Três foram as ênfases que se sucederam para o diálogo entre a delimitação de quem eram estes sujeitos não hegemônicos e, conseqüentemente, quais suas demandas sociais. Neste sentido, a primeira ênfase foi a “[...] clara delimitação de identidades e conseqüente acirramento dos processos de disputa por visibilidade no interior de um movimento no qual o sujeito político se torna mais e mais complexo” (*idem*, 2018, p. 319). Isto significa que outras categorias de identidades, como as demandas travestis, a emergência pela bissexualidade e a visibilidade das lésbicas, implicaram em conduzir ao não apagamento das individualidades que, congruentes com as edificações de poder do corpo social, eram apagadas. Neste sentido, a incidência por outras comunidades e a adoção de uma perspectiva plural das demandas sexuais e de gênero implicaram na segunda ênfase do movimento: a visibilidade massiva protagonizada pelos diferentes sujeitos que o compõem (*ibidem*, 2018).

Foi neste cenário que as Paradas do Orgulho começaram a conduzir à crítica expressiva de “[...] uma nova geração de ativistas e enquadramentos *vitimistas* e à limitação

de basear a atuação do movimento na assunção pública de algumas poucas personalidades públicas” (FANCHINNI, 2018, p. 320 – 321). Elas enquadraram outras categorias de transgressão das concepções identitárias de “[...] uma *minoría* (tomada em termos quantitativos, além de políticos) composta por pessoas cujo futuro é a morte ou infortúnio” (*idem*, 2018, p. 321). O formato de festas e de ocupação das ruas e demais espaços públicos condiz com um enquadramento crescente destas Paradas – reconhecidas internacionalmente pelo número e pelo tamanho delas no Brasil – e implica no questionamento do pensamento conservador das cidades, dos bairros, dos estados e do país. Neste sentido, as ações de reconhecimento destes corpos LGBTQIA+, suas demandas como cidadãos e o combate à violência que sofriam, elucidaram “[...] as restrições impostas pelo não reconhecimento legal das famílias de aliança, foram operacionalizadas através da categoria *homofobia*” (*ibidem.*, 2018, p. 321).

A expressividade deste segmento cresceu em demasia na década de 2000. O ápice implicou, junto ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que ao ser fotografado levantando a bandeira do arco-íris, na abertura da I Conferência de Políticas para LGBT. Este episódio assinalou:

A participação socioestatal esteve marcada por intensas "lutas classificatórias", com forte investimento em subverter sentidos de categorias, mas também a indicação de quem elas abrangem, transformando reivindicações em linguagem de Estado e demandas por políticas públicas e criando entre classificações oficiais e as formas de autoatribuição encontradas nas "bases". É esse o processo que faz emergir demandas pelo reconhecimento da necessidade de combater especificamente a lesbofobia e a transfobia e que, ao final desse momento, conduz ao emprego da categoria LGBTQIfobia. (FACCHINI, 2018, p. 322)

Demandas mais urgentes de grupos que sofrem outros preconceitos, que não apenas a homofobia, implicaram em outros fluxos importantes que, iniciados na década de 2000, ganharam destaque na década seguinte. Caminhando pelo cenário político da segunda metade da década de 2000 – destacou os atributos da corrupção ao governo do PT e a ascensão de grupos religiosos e ruralistas ao poder público -, novos sinais de combates à conquista de direitos LGBTQIA+ começaram a ganhar ofensiva crítica conservadora. Esta “[...] pressionava mais fortemente o Executivo contra direitos sociais e direitos sexuais e reprodutivos” (FACCHINI, 2018, p. 323). O impacto significativo no processo de descrença na política pública e institucional e a criminalização da política diante do fortalecimento do conservadorismo no cenário brasileiro, conduziu à necessidade de reconhecimento das políticas e conquistas anteriores. Isto com efeito na necessidade de reconhecer os “[...] vários processos, atores sociais e fluxos discursivos em cena” (*idem*, 2018).

Desde o início da década [de 2000], intensificou-se a aliança entre setores conservadores no Legislativo com proposição de projetos de lei sobre direitos sociais e, com especial intensidade e visibilidade, sobre os direitos sexuais e reprodutivos e no pós-impeachment há destruição de estruturas governamentais de combate ao racismo, à desigualdade de gênero e à LGBTfobia. Ao mesmo tempo, massificavam-se as críticas à institucionalização dos movimentos sociais e à possibilidade mesma de representação política, com desvalorização do "essencialismo estratégico" e descrédito nas possibilidades de obtenção de direitos via diálogo com instâncias estatais. Tal cenário foi marcado pelo desfinanciamento de organizações não governamentais, pela desvalorização de formas institucionais de organização e atuação e pela valorização da horizontalidade, da autonomia, da espontaneidade e da instantaneidade da reação das ruas e das redes, do ativismo (FANCCHINI, 2018, p. 324).

Também no cenário da primeira década do século XXI, o aumento da globalização, da comunicação em massa – principalmente pela popularização da internet – e o acesso ao ensino superior, trouxeram efeitos significativos ao movimento LGBTQIA+ e à identificação das identidades não hegemônicas. Neste sentido, estudos *queer*⁴⁹, teorias interseccionais e *transgender studies* ganharam visibilidade ao se destacarem junto à difusão e à circulação de conceitos da teoria social. “Novas categorias de identidade e processos de produção e mobilização de identidades também ganharam lugar, deslocados do cenário e dos processos de produção de consensos e de unidade implicados no diálogo socioestatal” (FANCCHINI, 2018, p. 325). Se este diálogo começou a ganhar visibilidade dentro do corpo social, “[...] a ênfase na experiência como base de legitimidade política cresce” (*idem.*, 2018, p. 325). O conceito de lugar de fala, neste sentido, ganha espaço para elucidação das diferenças entre as categorias identitárias de gênero, raça, orientação sexual e demais identidades não hegemônicas. A conceituação de autorizar e barrar a autorização dos corpos, colocando-os no centro da discussão.

Emergem também processo de construção de um "outro não marcado", protagonizados por sujeitos cuja visibilidade foi insistentemente negada. E assim que transfeministas produzem a categoria cisgeneridade para nomear aqueles(as) cuja identidade de gênero está alinhada ao sexo/gênero designado no nascimento, e que um movimento revitalizado de bi e pansexuais passa a mobilizar a categoria monossexual para designar aqueles(as) cuja atração erótica se dirige a apenas um sexo ou gênero. (FACCHINI, 2018, p. 326)

Ao colocar no centro as especificidades das diferentes necessidades incluídas na identidade homoafetiva – como o aparecimento das categorias lésbicas, bixas, sapatões, travestis, trans pretas e periféricas – implicaram na crivagem das posições dos sujeitos enquanto teórico-ideológicas para constituição de suas identidades. Outros enquadramentos

⁴⁹ Guacira Lopes Louro (2020) considera *queer* todo corpo possui uma sexualidade desviante. Podendo condizer com todos os corpos pertencentes à sigla LGBT, a nomeação condiz com uma forma de pensar e de ser que desafia as normalidades hetero-cis-normativas impostas aos corpos.

como a dor e sofrimento ganham espaço que intensificam na incidência política ativista. Neste sentido, a relação entre o corpo estatal e o ativismo LGBTQIA+ implica em diferentes campos políticos e discursos no interior do próprio corpo social (FANCCHINI, 2018). Na última década, por consequência, as lideranças políticas do movimento começaram a ocupar espaços com maior visibilidade, deixando em segundo plano as organizações e coletivos, uma vez que suas imagens estão centradas em carreiras políticas. Por isso, Fancchini (2018) afirma a presença de influenciadores digitais e candidaturas político-partidárias que enfatizam a dor e o sofrimento dos corpos não hegemônicos, bem como formulam estratégias de confronto e regularização da visibilidade dos corpos. Com a unidade e o esforço por negociação de uma produção específica e unificada, o movimento LGBTQIA+ permeia:

[...] por altas voltagens emocionais, no qual o terror é evocado pela acelerada retirada de direitos sociais, trabalhistas e sexuais e reprodutivos, pelo esvaziamento ou destruição de projetos de futuro, e no qual a polarização e o conflito aberto se fazem linguagem nos modos como a ação direta, a lacração e o escracho (exposição pública com a finalidade de destruir a reputação) são mobilizados nas ruas ou nas redes por aqueles(as) que por muito tempo se sentiram silenciados e agora disputam a legitimidade ou a autoridade da fala. A ênfase na experiência funciona a um só tempo como forma de contraste em relação às políticas de identidade baseadas no "essencialismo estratégico" e produzidas no diálogo socioestatal, mas também como forma de reencantar a política, conectando-a ao cotidiano e a estruturas de poder que incidem diretamente sobre a vida dos sujeitos e daqueles(as) que consideram como sendo os(as) seus(suas). (*idem*, 2018, p. 329)

Acompanhando estas conquistas de direitos, este trabalho alicerça-se na necessidade de frisar que a construção identitária de todo indivíduo acompanha sua construção como ser político. Isto significa que, está vinculada às “[...] concepções políticas e fundamentos pelas estruturas jurídicas de cada nação” (FRIGHETTO e TRIMER, 2018, p. 108). Não é por mera coincidência que a conquista dos direitos LGBTQIA+ modificou-se ao longo das últimas quatro décadas e, conseqüentemente, implica na identidade e nas plurais manifestações dos corpos homoafetivos dentro do corpo social. Representados discursivamente e relacionalmente a problemáticas de pertencimento a identidades nacionais, como acontece nos romances que aqui estudamos, trazem possibilidades de identificação e reconhecimento desses corpos e subjetividades não hegemônicas.

Mesmo assim, independente das garantias cidadãs, ainda há um expressivo número de violência contra as pessoas LGBTQIA+s. Isso deve-se ao “[...] simples motivo de que a conquista de direitos certamente continuará atraindo reações conservadoras, no mesmo nível do impacto causado por cidadanias que se afirmam” (TREVISAN, 2018, p. 575). O motivo dos casos de violência não acompanharem esta garantia civil deve-se porque elas não seguem a linha de mudança de mentalidade e senso de justiça pelos demais cidadãos. Neste sentido,

pode-se acrescentar que as implicações acerca do que é a categoria identitária de gênero ainda acompanha uma tensão de que toda identidade é um domínio de marcas morais, que constituem rótulos (BUTLER, 2017; 2019).

[...] temos assistido ao crescimento de debates sobre representatividades múltiplas nos últimos anos, em todos os níveis da cultura, como forma de contrapartida política e de proposição de subjetividades *queer*, cujos corpos fogem da binaridade de gênero e seus padrões. (FRIGHETTO e TRIMER, 2018, p. 108)

Partindo das nomeações políticas que acercam os corpos, não apenas como políticos, mas como excluídos do corpo social, afirmamos que a demanda por representatividade tem consequências em inúmeros campos políticos, culturais e sociais da sociedade contemporânea. “[...] Neste sentido, nomear uma obra literária como *queer* [ou homoafetiva] implica na visibilidade da lacuna no campo literário causada pelo apagamento da representatividade LGBTQIA+ e na criação de redes de validação” (*idem*, 2020, p. 108). Aprofundarei a perspectiva literária à frente, todavia, ainda é necessário considerar que a homofobia e demais preconceitos sofridos pelos sujeitos não hegemônicos implicam, também, na revisão dos alicerces tradicionais da sociedade edificante. Para tanto, considera-se que desse “[...] discurso ainda dominante, que inclusive preside ao retorno dos nacionalismos, sobrevém o combate à opressão pela expressão de grupos que possuam uma “forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina” (BUTLER, 2017 *apud*, FRIGHETTO e TRIMER, 2020, p. 108).

Tal como considero junto aos romances *Todos nós adorávamos caubóis* (2013) e *Enquanto os dentes* (2017), as perspectivas da esfera público-privada presidem as identidades pessoais (APPIAH, 2018). Elas implicam do corpo social e destituem os padrões comportamentais e identitários dos personagens Cora, Júlia e Antônio. Neste sentido, posso afirmar que as identidades homoafetivas infligem o autoritarismo do corpo público para com os corpos não hegemônicos. Como apresentarei a seguir, as narrativas que questionam a homogeneidade dos discursos literários implicam na condição da nacionalidade que não absorve, pelo contrário, refuta, essas identidades e corpos dissonantes, na mesma medida em que eles exigem, em contrapartida inclusão nos imaginários do que significa ser brasileiro, a começar pelas representações culturais e literárias na produção vigente.

2.2. TRADIÇÕES REINVENTADAS *VERSUS* OS PARÂMETROS DA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Como já contextualizado ao longo dos capítulos anteriores, as modificações do cenário literário brasileiro extrapolam, progressivamente, as perspectivas de uma literatura nacionalista. Isto porque as novas vozes literárias interceptaram outras excluídas do corpo social, particularmente neste século. Somando à concepção de “território contestado”, Regina Dalcastagnè (2012) afirma que a literatura está, gradativamente, escancarando os desconfortos e exclusões da sociedade. Este questionamento implica no que significa ser brasileiro, quem está incluído neste discurso e de que forma sua inclusão se performa. Não por menos, os resultados da globalização, da dinâmica da comunicação em massa, da pós-industrialização e da mundialização política e econômica, tal como já delineado, interceptaram e alimentaram a necessidade da reorganização e de reformulação dos discursos relacionados às identidades nacionais na literatura (DALCASTAGNÈ, 2002; PERRONE-MOISÉS, 2016).

Esta abertura, ainda que tímida, aos grupos marginalizados, relaciona-se ao fato de que, contemporaneamente, a prática literária “[...] não só tem resistido ao contexto cultural adverso, mas tem dado provas de grande vitalidade, em termos de quantidade, de variedade e de qualidade” (PERRONE-MOISÉS, 2016, l. 45⁵⁰). A desordem e os abalos que o cânone brasileiro está sofrendo caracterizam e são determinados pela reversão dos valores, das estéticas e das mutações advindas em tempos de globalização (GINZBURG, 2017), nos quais a literatura assume-se em prol da heterogeneidade. Seus motivos e imposições partem das conquistas dos movimentos sociais, que embasam as mutações aceleradas das:

[...] narrativas de muitos, em estado de copertencimento. Os muitos são tanto do lugar, partilham uma vizinhança próxima e os problemas comuns de toda proximidade, quanto operam no cotidiano com diversos alhures, econômicos, culturais, linguísticos, tecnológicos, literários. Mas não deixam de estar atados aos lugares e às demarcações na ordem urbana e social. (JUSTINO, 2015, l. 1529⁵¹)

Para tratar as interrogações, inquirições e mutações da literatura brasileira contemporânea, julgo necessário pontuar quais as formas e os panoramas críticos que estão se revelando e expandindo, antes de aprofundar como a literatura marginalizada e homoafetiva se manifesta. Neste sentido, parto das considerações de Leyla Perrone-Moisés (2016) quando ela afirma que, até as primeiras décadas do século XXI, as mudanças da globalização não

⁵⁰ *Ibid.* p. 53, nota 27.

⁵¹ *Ibid.* p. 53, nota 27.

acompanharam os problemas nacionais. Isto significa que, diante da hibridização e tendo como fim a igualdade de direitos, hoje enfrentamos o fenômeno do particularismo. É justamente neste sentido que a sociedade globalizada reivindica perspectivas de liberdade, através da exigência pelo direito de ocupação de lugares antes destinados a uma parcela pequena da população. Estas manifestações foram rotuladas de ‘pós-modernas’⁵².

Questionado e até substituído pela noção mais abrangente de Contemporaneidade, essas manifestações foram categorizadas como "pós-modernas", sendo que seu sucedâneo cultural, o pós-modernismo, ter-se-ia desenvolvido entre as décadas de 1960 e 1970, centrado nos países pós-industriais⁵³. Caracterizado como “[...] contraditório, deliberadamente histórico e inevitavelmente político” (HUTCHEON, 1991, p. 20), ele questiona a presença do passado à procura de uma reelaboração crítica. Sua prerrogativa parte do princípio que nenhuma narrativa é ‘mestra’, mas que todo discurso se origina da hierarquia construída por uma ordem social externa a ele. A crítica pós-modernista, portanto, está na dissolução da hegemonia burguesa (*idem*, 1991). Como já salientei no primeiro capítulo, este processo não significa que há uma negação das forças totalizantes, e, sim, que existe uma busca pela diferença e pela identidade não como homogênea ou correta, mas como plural e mutável.

Todos os desafios do convívio social e, conseqüentemente, da perspectiva discursiva são interiorizados e questionados. A ilusão do consenso universal, de um ponto de vista ‘correto’, estremece seus alicerces quando se alongam os espaços discursivos em defesa da literatura de uma massa – comercial, popular, tradicional – não como inferior àquela da minoria – erudita, sensível, elitista (*ibidem.*, 1991). Em resumo, a conceituação da literatura pós-moderna está centrada na sua problemática e não na estética (HUTCHEON, 1991; PERRONE-MOISÉS, 2016). Todavia, frisamos que a literatura pós-moderna não está inerte ou nega as perspectivas estéticas da obra, apenas isso deixa de ser central, tal como apresentarei à frente. Se o uso da expressão “pós-moderna” implica na ideia de liquidação do termo “modernidade”, logo, ela esclarece a apropriação contraditória e a desconfiança dos “[...] procedimentos existentes, há muito tempo, nas obras literárias. A peculiaridade da chamada literatura pós-moderna é nutrir-se da modernidade, numa atitude consumista que é

⁵² Este trabalho não tem como objetivo aprofundar-se no conceito de pós-modernismo, ou expandir a análise para adentrá-lo. Todavia, o pouco que aqui é discutido interfere no estudo realizado no capítulo seguinte e, também, na perspectiva crítica do conceito de literatura que desenvolvo neste capítulo.

⁵³ Diante das elucidações de Leyla Perrone-Moisés (2016) e Linda Hutcheon (1991) compreendo por países pós-industriais aqueles com sociedades em etapa industrial consolidada. Seus conhecimentos produtivos apresentam um desenvolvimento significativo da ciência e da técnica proveniente da indústria. Isto reflete diretamente nas lutas sociais, uma vez que seu resultado está na ordem cultural, religiosa e psíquica do corpo social. Elas não partem da contradição trabalho e capital, o que não são mais centrais ao corpo social produtivo.

própria do nosso tempo” (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 588).

Nesta perspectiva, é pertinente a argumentação de Perrone-Moisés (2016) ao chamar “[...] a literatura das primeiras décadas do século XXI de literatura contemporânea” (p. 601). Acrescentando as considerações do filósofo italiano Giorgio Agamben (2009), podemos considerar que o termo contemporâneo⁵⁴ permite que afirmemos que a literatura atual não possui uma natureza permanente. Todavia, sua definição incerta, uma vez que não há delimitação temporal assertiva, permite que o fazer literário parta das crenças da época de quem o fez. Logo, se a multiplicação dos meios de comunicação e o aumento do mercado de consumo coincidiram com a revisão dos alicerces literários, a própria instituição canônica de literatura encontra-se em conflito. O que significa que a “[...] falta de uma comunidade literária homogênea impede a existência de critérios de valor e o reconhecimento consensual de um cânone” (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 117).

É neste cenário que a incerteza do campo estético se expande. Seu resultado está no que alguns teóricos argumentam como banalização ou fim do conceito da literatura. Em outras palavras, o conceito canônico trata “[...] [d]aquela [literatura] da alta modernidade” (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 280). A linguagem específica, quase engessada, do homem – burguês – como protagonista e, quando não, narrado por ele – salvo poucas exceções – desvela o mundo que o circunda. Diante disto, Perrone-Moisés (2016) elege a necessidade de retomar o conceito de ‘fato literário’:

Para Tynianov, toda definição de literatura que busque seus traços essenciais se choca com “o fato literário vivo”. A evolução da literatura não é regular, mas ocorre por saltos, por deslocamento e não por desenvolvimento. Um gênero considerado não literário numa época passa a ser considerado literário em outra. (p. 319)

Se o fato literário resulta nas ocorrências da vida social, ou seja, através de seus valores e técnicas narrativas, é por este motivo que não se pode interpretar uma literatura pós-moderna sem considerar o seu valor estético. A reversão dos valores e técnicas narrativas acompanham as ocorrências do meio social em que elas emergem, por consequência, se o cânone está em questionamento, a estética narrativa também está. Invariavelmente, se os

⁵⁴ Este termo contempla os autores que transpõem nos seus textos a capacidade de interpretação de seu próprio tempo. Isto significa que, partindo das ideias do filósofo italiano Giorgio Agamben (2007), estes escritores inquiram uma perspectiva não cronológica sobre o passado e o futuro como forma de interpretar e justificar o tempo presente. É no tempo presente, então, que está uma perspectiva do tempo não vivido diante do tempo vivido, é desta forma que se interpretam as semelhanças projetadas ao tempo futuro que indicam as perspectivas vividas no passado e idealizadas no presente. Quando interpreto na perspectiva de contemporaneidade, este sincronismo expõe o passado como interpretação do tempo futuro e presente. Neste sentido, somando à consideração de Perrone-Moisés (2016) e Agamben (2007), conceituamos como literatura contemporânea as obras que transpõem seu tempo presente, em perspectiva crítica com as construções históricas passadas, e transmitem o que é projetado ao futuro.

princípios desta construção iniciam nas perspectivas controláveis e automatizáveis, logo, a literatura resulta dos fatores culturais e estéticos de sua época (PERRONE-MOISÉS, 2016). Se assim o for, o mais lógico seria a definição canônica acompanhar as mutações do corpo social. Todavia, seus alicerces estão na perspectiva de construção do discurso e, portanto, nas perspectivas da minoria hegemônica.

Ora, no capítulo anterior salientei, pelas perspectivas de Hall (2016), que o discurso é um alicerce e mecanismo de manutenção de poder. Também demonstrei que a literatura é um meio pelo qual esta estrutura expande seus discursos. Isso implica na perspectiva de que toda estrutura literária e de construção do discurso nacional brasileiro estão pautadas na manutenção do poder de quem faz esta literatura, como apresentado no subcapítulo 1.2. *O reflexo do cenário político na literatura: as bases do nacionalismo brasileiro*. Portanto, se consideramos, tanto pela ideia de Perrone-Moisés (2016), como de Dalcastagnè (2012) – aprofundado a frente –, que o fazer literário brasileiro parte de sujeitos, primordialmente, brancos, masculinos, hetero-cis-normativos, eurocêntricos e da elite, esclarece-se que a estrutura de manutenção dos poderes destes indivíduos é o que constitui o cânone literário. Neste sentido, podemos concluir que este cânone embasa e defende os princípios desta minoria no poder, isto é, destes indivíduos hegemônicos.

Soma-se a isso a relevância literária em prática. Partindo da análise primordial sobre o ofício dos escritores, Perrone-Moisés (2016) afirma que são eles, não os teóricos, quem detém a responsabilidade de definir suas mutações, conjuntamente a outros atores participantes da produção do livro. É através deles que prosseguem ou recusam as estruturas estéticas e ideológicas do fazer artístico. Neste sentido, a literatura é “[...] incessantemente disseminada e inseminadora, infinitamente reinterpretada. [...] A melhor reinterpretação da literatura é aquela fornecida pelas novas obras que prosseguem” (*idem*, 2016, p. 706). Logo, se o conceito de ‘alta literatura’ parte da idealização passada de um grupo específico, então, é evidente que o pensar e sentir profundo que uma obra possui e, conseqüentemente, expõe, pode ou não confluir para o abraço da diferença. Isto significa que, o que antes se considerava o fim da multiplicidade ou do crescimento de uma produção literária de “baixa qualidade”, hoje implica no crescimento da demanda e da oferta de outra forma de compreensão social, que seja reconhecida como literatura. Seus resultados implicam na carência de outras perspectivas estéticas, abraçando diferentes formas de observar e decodificar o cenário nacional. Neste sentido, podemos traçar um paralelo entre as considerações de Perrone-Moisés (2016) e Susana Scramim (2002).

Scramim (2002) parte de uma outra consideração que, somada a perspectiva do ofício

e mudanças do meio literário pelos escritores, também, é necessário “[...] levar em consideração que os próprios termos com os quais se definem os contornos de um cânone possuem diferentes valores de uso e de troca em momentos históricos específicos” (p. 244). Exemplo disso é a reescritura da historiografia literária no resgate da autoria feminina de Maria Firmina dos Reis, Júlia Lopes de Almeida e Carolina Maria de Jesus. Por sua vez, essa abertura confronta-se com um “[...] sintoma de medo *ou* de desejo de abandonar o projeto moderno; ou, ainda, do medo *e* do desejo de abandoná-lo” (*idem*, 2002, p. 241). Esta discussão “[...] resulta de que a literatura está envolvida em temas que estão para lá da arte, como os temas da verdade e da dúvida” (*ibidem*, 2002, p. 241). Estão, pois, nos interstícios da discussão os imperativos de tradições nacionais. Se a revisão do cânone está pautada na forma de compreender o passado de maneira individual, torna-se invariavelmente proporcional que ela culmina nos limites entre liberdade e dogma:

O paradoxo surge justamente nessa lacuna que se cria entre liberdade e dogma, entre verdade e dúvida, entre contingente e eterno. [...] A postura paradoxal está longe de ser entendida como atitude conservadora. Trata-se de interrogar se deveríamos ensinar algo da categoria da dúvida ou da verdade. Ou talvez trate-se de uma outra interrogação: a de como escapar a essa alternativa? [...] É antes de tudo uma atitude de quem possui responsabilidades teóricas e sociais frente à literatura. (SCRAMIM., 2002, p. 241)

É justamente neste sentido que o valor de uma obra não está no que ela objetiva, ou atinge, mas naquilo que ela se custa (SCRAMIM, 2002). Isto é condizente em não haver soluções ou perspectivas claras de como que o cânone na contemporaneidade irá se fundamentar. Assim sendo, o valor de uma obra também “[...] diz respeito à políticas, diz respeito a economias, porque esse valor é marcado pela possibilidade de intercâmbio” (*idem*., 2002, p. 245). Em resumo, com o questionamento dos alicerces da instituição ocidental e seus valores modernos, o contorno do que significa liberdade implicou na degeneração do conceito de literatura, uma vez que ela estruturava-se na difusão dos valores ideológicos hegemônicos. A liberdade, em voga, acompanha e reflete as conquistas sociais, seu resultado é a ideia de independência narrativa e de expressão sem regras ou perspectivas limitantes por este discurso hegemônico.

Ademais, esta lógica da ruptura canônica deságua na liberdade política e estética das obras literárias. “Isso nos remete a uma questão bastante pertinente para discussão das relações entre o valor e a instituição universitária” (SCRAMIM, 2002, p. 240). Concordando com Scramim (2002), podemos afirmar que a obra está fundida nos estilos e escolhas dos agentes que a compõem - o personagem e o autor – e com suas perspectivas com e no mundo – narrativo e real. Neste sentido, os autores e críticos são reconhecidos através daquilo que

lhes falta. Isto significa que as contradições das posições de avaliação da arte pós-moderna (ou contemporânea) sugerem que ela “[...] não deixa de ser uma outra paradoxal postura antimoderna no coração da própria modernidade” (*idem*, 2002, p. 241). Regina Dalcastagnè (2016) consente com esta afirmação de Scramim e acrescenta, ponderando sobre os agentes destes novos valores, que esta crise reflete “[...] a entrada em cena de autores ou autoras que destoam desse perfil causa[ndo] desconforto quase imediato” (p. 58⁵⁵).

Quando Dalcastagnè (2012) afirma a literatura como território contestado, ela mobiliza a “[...] cena literária em busca de espaço – e poder, o poder de falar com legitimidade ou de legitimar aquele que fala” (p. 30). Ora, se Susana Scramim (2002) afirma que a literatura extrapola os sentidos estéticos do campo artístico e Regina Dalcastagnè (2012) dispõe que o fazer literário é um campo de disputa, posso concluir que as atuais revisões canônicas refletem diretamente as perspectivas de conflitos do campo artístico pós-moderno, como afirma Leyla Perrone-Moisés (2016). Se, antes, isso era tímido, hoje este processo ganhou maior destreza e visibilidade com o fortalecimento dos movimentos sociais. Esta demanda pelo espaço de legitimidade dos sujeitos, antes marginalizados, implica em:

[...] ruídos e desconforto causados pela presença de novas vozes, vozes ‘não autorizadas’; pela abertura de novas abordagens e enquadramentos para pensar a literatura; ou, ainda, pelo debate da especificidade do literário, em relação a outros modos de discurso, e das questões éticas suscitadas por esta especificidade. (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 30)

Se a literatura é um espelho da realidade, a não anuência, de determinados autores, às regras sociais, elucidam-na como campo de conflitos e tensões. É justamente neste jogo de forças que verificam-se as condutas que se arquitetam a tensão “[...] do embate entre os que não estão dispostos a ficar no seu ‘devido lugar’ e aqueles que querem manter seu espaço descontaminado” (*idem.*, 2012, p. 38). Em outras palavras, o conflito está na busca por representatividade e espaço de expressão dos sujeitos excluídos e a negação por este mesmo espaço pelos detentores do discurso hegemônico.

A isto, somam-se os retratos das exclusões sociais e a legitimação da hierarquia de “vozes autorizadas”. Os desconfortos decorridos inferem na autenticação daquele que escreve e daquele que ali está representado (DALCASTAGNÈ, 2012). Como ponderei no capítulo anterior, ao implicar na revisão de quem são estes sujeitos, sucede-se no questionamento dos discursos e das perspectivas éticas e ideológicas ali espelhadas. Dizendo isto, consideramos que a literatura contemporânea avança no campo da renovação, o que compromete e tensiona

⁵⁵ *Ibid.* p. 53, nota 27.

o jogo de forças discursivas. Justamente por este motivo, é indispensável a contextualização das formas com que este campo pode negar a existência de Outros. Está em igual interrogação a tradição literária, seus símbolos, sua estética e, conseqüentemente, o que se considera texto literário. Para Dalcastagnè (2012), o território que se alarga às novas descodificações de ver o mundo projetam o território literário como:

[...] um espaço privilegiado de expressão, que corresponde aos modos de manifestação de alguns grupos, não de outros, o que significa que determinadas produções estão excluídas de antemão.

São essas vozes, que se encontram nas margens do campo literário, cuja legitimidade para produzir literatura é permanentemente posta em questão. Essas vozes que tensionam, com sua presença, nosso entendimento do que é (ou deve ser) o literário. É preciso aproveitar esse momento para refletir sobre nossos critérios de valoração, entender de onde eles vêm, por que se mantêm de pé, a que e a quem servem... Afinal, o significado do texto literário - bem como da própria crítica que a ele fazemos - se estabelece num fluxo em que tradições são seguidas, quebradas ou reconquistadas, e as formas de interpretação e apropriação do que se fala permanecem em aberto. Ignorar esta abertura é reforçar o papel da literatura como mecanismo de distinção e hierarquização social, deixando de lado suas potencialidades como discurso desestabilizador e contraditório. (p. 12 - 13)

Quando consideramos esta revisão canônica, podemos relacioná-la aos processos de políticas que distinguiam, intelectualmente, o público leitor, ou seja, um dos primeiros fatores da crise literária originou-se nas políticas de alfabetização em massa no Brasil. A redução da diferença entre a elite – principal grupo intelectual e leitor – e a massa, acentuou o desespero e os sustos dos intelectuais quanto ao que deveriam produzir e o que estavam produzindo. O expressivo aumento do “[...] público alfabetizado, consumidor, ávido de bens culturais” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 74), implicou na revisão dos artifícios linguísticos diferenciadores da condição de vida entre os dois grupos, os detentores do discurso hegemônico e os por ele excluídos. Somado ao aumento do público leitor, fez-se necessária a distinção entre o conhecimento e a informação (*idem*, 2012), sendo esta última aquela que participa da ordem da vida, ou seja, é compreensível a qualquer sujeito que tenha os recursos mínimos para interpretá-la, transformando-a em espécie utilizável ou não ao seu cotidiano. Já o conhecimento parte dos mesmos princípios, mas faz-se preciso somar o conjunto de informações que detém, ou seja, utiliza do capital simbólico, recurso acessível a um grupo limitado.

Abrindo um campo nostálgico e reconhecendo que a representação seja limitada, o movimento contemporâneo possibilitou que o campo literário fosse visto como espaço em que a “[...] luta com as palavras é intermediada pela consciência de seu momento histórico, e de sua própria limitação” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 99). Muito além de um reflexo ou ilustração do processo de mudança, faz-se necessário não só contextualizar a obra, mas

também o artista.

[...] [Os autores contemporâneos] já não podem aceitar os parâmetros de um engajamento fácil - da literatura transformada num panfleto político - até porque estão cientes de sua ineficácia, mas também não pretendem ignorar a necessidade de fazer sua obra interagir com seu tempo, nem que para isso tenham de tencioná-la até seu limite. E esse limite inclui o próprio escritor, que se questiona e, mais que isso, se coloca sob suspeita. (*idem*, 2012, p. 100)

Antes de aprofundar nos limites dos escritores, creio ser fundamental pincelar que, todo processo de criação literária é fundamentado nas dificuldades - reais - dos personagens (DALCASTAGNÈ, 2012). Ora, o fato de que o personagem seja reflexo do meio social em que ele interage, interfere diretamente na perspectiva de que esta sociedade, também, tenha problemas. Logo, espera-se que o personagem carregue problemas sociais e pessoais. Como efeito, há a procura de protagonistas e coadjuvantes com dificuldades condizentes com as identidades que carregam e o meio em que interagem. No mesmo sentido, um romance, um conto ou um poema ilustram as mudanças do espaço social em que são produzidos (*idem*, 2012). Somando estes dois fatos, a crescente demanda por representação de plurais individualidades, escancara a carência de novas estratégias nas narrativas contemporâneas. Tal como elucidarei nas análises seguintes, as perspectivas com maior resistência e deslocamento individual no espaço social colocam o personagem como sujeito que sabe o seu lugar no meio em que está inserido (*ibidem*, 2012). Todavia, não podemos ignorar que este espaço social e a forma com que o personagem é construído guardam relações exclusivas da consciência social do autor que os constroem.

Segundo Dalcastagnè (2012), assim que o(a) escritor(a) cria seu universo, ele(a) “[...] é socialmente situado(a), e de que tudo o que ele(a) produz traz as marcas dessa situação, a legitimidade de suas representações torna-se passível de questionamento” (p. 70). Em outras palavras, a partir do momento em que se coloca a literatura como um espaço de representação, o(a) autor(a) perde seu espaço de neutralidade. As perspectivas sociais que divergem, indagam quem é o coadjuvante que o protagonista interage e sua posição social. Isto significa que toda narrativa é intercedida por silêncios e valores que se sobressaem (*idem*, 2012). Tal como foi apresentado no capítulo anterior, estes silêncios e valores são legitimados e autenticados pelo conjunto representativo de que eles derivam. Este conjunto pondera o mundo que o autor faz emergir no texto literário.

Para além de suas referências enquanto indivíduo, devemos nos questionar sobre as influências literárias, intertextualidades e visões de mundo que originaram determinada obra, ligadas, entre outros aspectos, às identidades étnicas, de classe e de gênero. “[...] De maneira

um tanto simplista e cometendo alguma (mas não muita) injustiça, é possível descrever nossa literatura como sendo de classe média olhando para a classe média” (DALCASTAGNÈ, 2012). Adiciono à esta afirmação as concepções que são escassas as obras que não redigidas através de sujeitos masculinos, hetero-cis-sexuais e brancos. Um caso clássico deste processo são os prêmios literários. Conforme expõe Regina Zilberman (2017), no recorte dos anos de 2010 e 2014, através destes prêmios foi possível compreender, inicialmente, “[...] quais livros alcançaram mais visibilidade no ano em que apareceram no mercado editorial e consumidor” (p. 438). Todavia, mesmo que eles possam esclarecer qual o gênero e público leitor que mais tem destaque na cena literária brasileira, estes concursos também permitem que haja um exercício de compreender quem são os protagonistas destas histórias. Pontuando o recorte do gênero romance, Zilberman (2017) pontua que este romance:

[...] poderia ser assim descrito: seu autor pertenceria ao sexo masculino; teria nascido ou residiria atualmente em São Paulo ou no Rio de Janeiro; enquadrar-se-ia à etnia caucasiana; sua idade oscilaria entre 35 e 45 anos, um pouco para mais ou para menos. Daria primazia à autoficção ou, ao menos, a uma narrativa em primeira pessoa, transcorrendo a ação de preferência no “aqui e agora” do discurso, pois, mesmo que relembre fatos do passado e tente exorcizá-los, é sua situação presente do sujeito da enunciação que está em jogo.

Esse narrador, pertencente ao sexo masculino, integraria a etnia caucasiana e compartilharia a idade do autor do romance. Como esse, residiria em uma grande metrópole, provavelmente Rio de Janeiro ou São Paulo; tanto melhor se a trama puder inseri-lo em um cenário estrangeiro, de preferência distante. E teria aspirações a escritor, ou já exerceria essa profissão de alguma maneira, na condição de ficcionista ou poeta, jornalista ou homem de letras, professor ou intelectual. Como faria parte da classe média, poderia não ser muito abastado, mas, como também não teria familiares, não necessitaria preocupar-se com questões econômicas, o que facilitaria sua mobilidade social ou profissional. (p. 440)

Pela perspectiva salientada acima, Zilberman (2017) considera que o romance brasileiro da segunda década do século XXI estereotipa uma ficção que nasce em uma única voz. Justamente por tratar da “[...] ausência de contraponto de personagens, reduzindo a margem dos conflitos, o enredo seria deixado por conta vagares interiores e exteriores do protagonista” (*idem*, 2017, p. 440), tratando ainda de uma condição engessada em um discurso que não condiz com uma perspectiva outra que não a hegemônica. Como elucidado ao longo deste trabalho, as estruturas do discurso literário brasileiro revelam uma sociedade controlada e organizada diante e para manutenção dos poderes daqueles indivíduos. O que não espanta o controle deste discurso direcionado para a negação de direitos e espaços pelos diferentes. A literatura é, pois: “[...] uma censura social velada, que silencia os grupos dominados” (DALCASTAGNÈ, 2012).

Se existe uma demarcação discursiva que estabelece o direito e o lugar de fala dos sujeitos, sendo ela marcada por uma hierarquia de poderes, os escritores que fogem ou

questionam estes padrões devem antes: “[...] apropriar-se de um ou outro [local de fala] dentre os *estilos expressivos* já constituídos no e pelo uso, [...] que exprime[m-se] por meio de sua ordem de hierarquia dos grupos correspondentes” (BOURDIEU, 1979, *in*: DALCASTAGNÈ, 2012, p. 54). É pelo ato de aprimorar-se de atos de estilos e métodos de fala desta estrutura hegemônica, para conseguirem expressar suas histórias que as mulheres, pessoas com deficiência, sujeitos homoafetivos, pessoas não-binárias, de povos originários, nordestinos, nortistas, centro-oestinos, pobres e negros já começam seus ofícios em desvantagem (DALCASTAGNÈ, 2012). Mesmo que debruçados em representar sobre si e o meio cru em que vivem, eles precisam colocar-se diante de um lugar que os considere escritores - e dignos de realização deste ofício - para serem considerados ou, ao menos, terem suas obras reconhecidas como obras literárias.

É justamente aqui que está o tensionamento da estética literária. Ora, se a estética narrativa que permite classificar uma obra como boa ou ruim, canônica ou não, literária ou não, parte do discurso hegemônico, logo, aqueles que deste diferenciam não produzirão literatura (*idem*, 2002). É necessário que eles partam deste discurso hegemônico, aprimorando-se nele, primeiramente, para que suas produções sejam legitimadas, senão, são colocadas em espaços secundários. Desse modo, a reivindicação e conquista dos espaços de produção literária por aqueles considerados como Outros abalam as estruturas canônicas.

Uma vez que ‘as trocas linguísticas - relações de comunicação por excelência - são também relações de poder simbólico, em que se atualizam as relações de força entre os locutores e seus respectivos grupos’ (Bourdieu, 1996 [1982], p. 24), é interessante observar como um mesmo texto pode conferir status tão diferentes à sua autora⁵⁶. (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 59)

Nesta mesma análise, Dalcastagnè (2012) argumenta que, além de nos questionar qual o lugar de fala do autor, é preciso que considere quem é seu público leitor. A partir do instante em que o campo literário reforça meios de consolidação e aparatos específicos de crítica e interpretação de uma obra, ele também consagra aquele que o lê. Os valores aplicados e as expressões das narrações, são pensadas no e para seu público. Tal como o romantismo brasileiro alavancou, estas formas de enaltecimento acompanham “[...] a exclusão das classes populares [o que] não é, obviamente, algo distintivo da literatura, mas um fenômeno comum a todos os espaços de produção de sentido na sociedade” (*idem.*, 2012, p. 25 - 26). Fecundados pelo acesso à informação, com aumento das políticas de alfabetização, expressivo progresso dos meios de comunicação de massa e florescimento dos

⁵⁶ Regina Dalcastagnè (2012) analisa as obras de Carolina Maria de Jesus quando cita Bourdieu. Proponho, abaixo, uma estrutura semelhante.

movimentos sociais, os sujeitos marginalizados começaram a reivindicar seus espaços. Neste momento, eles abrem, pouco a pouco, o território para falar sobre si próprios e suas formas de compreensão do mundo que os circundam. Neste sentido, a democratização dos discursos e do ato de fazer literatura implica:

[...] no processo de produção da literatura - que jamais estará desvinculada da necessidade de democratização do universo social. Falam também da necessidade de contaminação pelo olhar do outro, com uma abertura maior para sentimentos, valores e modos de dizer que podem ser diferentes dos nossos e que, nem por isso, precisam parecer inferiores. Sugerem, ainda, um leitor mais desconfiado do que lê, mais atento aos preconceitos embutidos no texto. Por fim, mostram que a consciência do problema já é um passo em direção, talvez, não a uma solução, mas ao menos a uma discussão honesta. (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 64 - 65).

Além das perspectivas estéticas, as mudanças do panorama literário debruçam-se na diversidade de discurso, diante de sua posição social e dos interesses dos sujeitos. “Essa preocupação com a diversidade de vozes não é um mero eco de modismos acadêmicos, mas algo com importância política” (*idem*, 2012, p. 65). Goodin (2000) considera que isto deve-se à pluralidade representativa, a qual implica na permissão de um debate político que abrange para um outro sujeito mais “[...] rico e expressivo do que aquele proporcionado pelo discurso político em sentido estrito” (*in*: DALCASTAGNÈ, 2012, p. 65). É aqui que emergem as perspectivas de Susana Scramim (2012), que consideram aspectos econômicos e culturais, uma vez que “[...] Isso significa que a luta contra a injustiça inclui tanto a reivindicação pela *redistribuição* da riqueza como pelo *reconhecimento* das múltiplas expressões culturais dos grupos subalternos” (p. 65). O território contestado da literatura inicia-se com a negação dos seus privilégios do grupo hegemônico e faz-se preciso redemocratizar o campo discursivo. É aqui que a literatura homoafetiva se insere.

2.2.1. A literatura homoafetiva

Em *Geografias lésbicas: literatura e gênero* (2018), Natalia Borges Polesso argumenta que o “[...] texto em si nunca é o texto em si apenas. O texto possui camadas que ampliam sua compreensão” (p. 5). Esta afirmação, um tanto quanto dúbia e enigmática quando lida fora de contexto, parte da linha de revisão do cânone que elucidamos acima. Para Polesso (2018), os elementos de uma narrativa estão dispostos na sua construção textual. Eles insuflam discussões que são aplicadas em diferentes epistemologias de análises, sob as inúmeras estruturas discursivas da obra.

A abordagem da homoafetividade pelo viés do feminino está relacionada às leituras

empreendidas aqui, além de encaixar-se em um dos nossos objetos de análise, podendo ser estendida para outras configurações, como a homoafetividade entre dois homens em *Enquanto os dentes*. Ainda pouco explorada, a literatura composta por sujeitos marginalizados acompanha o crescimento exponencial de representatividade e tomada de espaços por estes indivíduos. Neste sentido, quando defino qualquer manifestação literária como homoafetiva, estou considerando as mesmas características que Browne e Ferreira *et. al.* (2015) consideram ao utilizar a palavra ‘lésbica’:

[...] dizem respeito a onde e como vivem, trabalham e têm lazer indivíduos que: a) se identificam como; b) reivindicam o termo; ou c) podem ser vistos como lésbicas (e/ou mulheres queer); dizem respeito a como essas pessoas se encontram em determinados lugares e também como elas negociam os lugares onde: a) não são bem-vindas; b) são sujeitas a abusos; e c) onde elas se sentem inseguras. (*apud.*, POLESSO, 2018, p. 6)

Neste sentido, quando acompanhada da palavra homoafetividade⁵⁷, a literatura envolve corpos não normativos e práticas sexuais adversas às da “boa conduta” moralizante, anacronicamente ainda ligadas à ideia de família cristã ou patriarcal. Os holofotes desta nomenclatura criticam a estrutura social que negam estes indivíduos. É diante disso que Polesso (2018) afirma a literatura lésbica é resultado da ausência no campo literário de representatividade, onde soma-se que “[...] a questão da autodeclaração da lesbianidade, no que diz respeito à autoria, são entraves que acabam por criar uma espécie de rede de abordagem específica a essa problemática emergente” (p. 4). Como argumentei acima, estão inclusos no texto os entroncamentos políticos externos a ele, mas que, como explicarei junto aos romances, tornam-se essenciais para o desvelamento de inúmeras perspectivas políticas. No interior da crítica feminista, como resposta, o sujeito torna-se o centro de análise quando:

[...] reivindica sua posição específica numa determinada formação sociopolítica e histórica recusa-se a uma pretensa neutralidade, pois seu desejo de conhecimento é comprometido pelas mudanças que sua pesquisa eventualmente possa realizar sobre as condições reais de sua existência. Assim, o objeto do conhecimento também se transforma de algo já formatado para aquilo que está sendo permanentemente pensado, criticado e reconstruído. (POLESSO, 2018, p. 4)

Além de considerar estas mudanças epistemológicas e de abertura do campo literário para vozes Outras, este novo panorama, artístico e político, dispõe de uma mudança que: “[...] revisita estereótipos para repensar o estar-no-mundo dessas personagens” (*idem*, 2018, p. 5).

⁵⁷ Julguei mais conveniente tratar a representação dos meus objetos através da palavra *homoafetiva*. Isto porque ela abarca as diferentes identidades não-hetero-cis-normativas, sendo elas gays, lésbicas, bissexuais, pansexuais e as inúmeras pluralidades que podem ser inclusas nas relações afetivas entre duas ou mais pessoas que se sentem atraídas pelo mesmo gênero e/ou sexo.

Esta escolha, conseqüentemente, questiona os seus alicerces estéticos canônicos. Isto significa, que estas abordagens incluem “[...] o conflito o pessoal, o político, o social, o genérico, a sexualidade, a subjetividade, a economia, a psicanálise e mesmo a geografia” (*ibidem*, 2018, p. 5), por uma outra perspectiva que não a hegemônica. Partindo deste sentido, posso afirmar que é falsa a neutralidade da crítica literária. Ora, se tanto a obra, o autor e a crítica são resultados dos meios sociais em que vivem, logo, nenhum deles é neutro.

É justamente neste cenário que as perspectivas críticas da construção literária acompanham as reivindicações de direitos. Pontuo, novamente, que isto não se trata somente da crítica, mas de como todos os sujeitos podem influenciar no corpo literário, ou seja, também escritores e leitores - estes últimos, mais atuantes por intermédio da Internet e das redes sociais, que exprimem exigências de representatividade. Contudo, há infortúnios quando tratamos que, através deste segmento literário, seja possível decodificar o mundo social de uma outra maneira. Isto porque este segmento “[...] fornece uma crítica importante das interseções do patriarcado, dos sexos, da homofobia e do heterossexismo” (POLESSO, 2018).

Em paralelo a isto, Polesso (2018) considera que se este restrito segmento “[...] aponta algumas direções para pensarmos a literatura e suas representações” (POLESSO, 2018, p. 5). Neste sentido, a autora concorda com as perspectivas de Dalcastagnè (2012) em ponderar quais as perspectivas de autoria e construção dos personagens. O estudo de Natalia Polesso (2018) estudo debruça-se no mapeamento de livros e autoras lésbicas. Nele, ela conclui que as constituições de términos de relações, os conflitos pessoais, familiares, sociais, os desvios de comportamento e as proibições de atitudes e demonstrações de afeto somam-se a uma específica faixa etária - jovens -, classe social - média, alta - e conflitos espaciais - grandes centros urbanos. Isto resulta em um recorte segmentado da própria literatura voltada a questões da homoafetividade feminina (*idem*, 2018). Atento ao fato de que estas narrativas incluem-se no recorte específico das décadas de 1970 em diante. Elas, pois, tratam da sexualidade sem qualquer estereótipo destas práticas, o que as torna contrárias às obras anteriores sobre o mesmo tema. Entretanto, este contorno se adequa, especificamente, aos romances. “Mas se nos afastarmos um pouco desse eixo [...] para incluir contos e crônicas contemporâneas brasileiras, [...] já temos representações que apresentam um desvio nos cortes, inclusive no que diz respeito à etnicidade” (*ibidem*, 2018). É aqui que a perspectiva apresentada por Elisabete Silva (2020) torna-se relevante.

Partindo de uma epistemologia decolonial, Silva (2020) esclarece que os estudos literários também fomentam a busca por “[...] discussões sobre as diásporas africanas e a

construção de identidades negras, bem como estratégias de resistência aos imaginários embranquecidos” (p. 114). Concordando com os apontamentos que levantei acima, ela esclarece que das obras pertencentes ao “Atlântico negro” emergem vozes de “[...] escritoras negras [que] têm evidenciado suas identidades a partir de uma série de questões, que vão muito além do fundamentalismo ideológico a que foram submetidas pela civilização ocidental” (SILVA, 2020, p. 116). É a este nicho que a escritora Cidinha da Silva inscreve-se como “[...] uma das grandes responsáveis por (re)inscrever, de forma engajada e propositiva, na história da literatura brasileira, uma perspectiva mulher-negra e, muito frequentemente, também, a negro-lésbica” (*idem.*, 2020, p. 116).

Partindo das considerações de Polesso, Silva (2020) analisa os contos *I have a shoes for you* e *Farrina* do livro *Um exu em Nova York*, publicado em 2018. Partindo dos cenários dos bairros de Harlem e Brooklyn, na cidade de Nova York, a pesquisadora salienta que em ambas as geografias urbanas as relações, os afetos e as experiências entre os sujeitos são interceptadas pelos espaços étnico-raciais, de sexualidade e de gênero. A partir das referências à poeta americana Audre Lorde e a entidade iorubá Exu, bem como diante das elucidações dos diferentes coadjuvantes dos dois contos, Silva (2020) destaca que várias podem ser as perspectivas para situar um sujeito “[...] no mundo e é a partir deles que narrativas são criadas e repertórios são organizados, formulando novos discursos em torno dos nossos corpos” (p. 121). É com este argumento que ela salienta as diferenças dos contornos específicos dos estereótipos inclusos em corpos não hegemônicos, ou semelhantes a eles.

No repertório aqui proposto, o das geografias literárias negro-lésbicas, sublinhamos a escritura de Cidinha da Silva, uma vez que esta evidencia questões relativas às dissidências sexuais e de gênero e as coloca em constante diálogo por toda a extensão do Atlântico negro. Além disso, vemos suas personagens percorrerem os mais diversos tempos e espaços, que se entrecruzam mundo afora, inclusive em Nova York: exuzilham a memória e impulsionam forças de vida e de (re)existência da população negra, das mulheres e dos sujeitos LGBT. (SILVA, 2020, p. 122)

Ora, se Polesso (2018) pondera que a narrativa homoafetiva está nas perspectivas que não as do discurso hegemônico, logo, quando Silva (2020) salienta a respeito dos corpos de mulheres negras e lésbicas, outras interpretações, completamente dissidentes deste discurso central, descodificam um mundo estético adverso àquele comumente representado na literatura. Neste sentido, Silva (2020) esclarece que a descrição dos corpos e características físicas nos contos de Cidinha da Silva, são muito mais importantes:

[...] convém lembrar que o corpo é o primeiro lugar de ataque do racismo/neocolonialismo, uma vez que as formas de atualização da colonização

incidem nas dimensões do saber e do ser, isto é, nas subjetividades e nas fisicalidades dos povos colonizados. Todavia, é também nos limites do corpo que emergem as possibilidades de novas inscrições: é por meio dos saberes textualizados e da multiplicidade de performances que se confrontam e se rasuram esses regimes. (p. 119)

Por este motivo é que os elementos estéticos de uma narrativa necessitam ser resgatadas e, por vezes, questionadas. Se, como esclareceu Perrone-Moisés (2016) e Dalcastagnè (2012), são os elementos narrativos que marcam as diferenças destes corpos e, conseqüentemente, são usados em defesa deste discurso hegemônico, então, no momento em que a:

[...] a identidade do corpo negro é resgatado e celebrado no projeto literário negro-brasileiro, num tom de afirmação e de (re)existência, [...] criam-se uma “certa irmandade mundo a fora entre pessoas negras que partilham o sentido de raízes que crescem para o alto e para fora” (SILVA, 2018; *apud.*, SILVA, 2020, p. 120).

Torna-se conveniente pontuar que ao tratar da literatura homoafetiva, também implica em salientar as outras dissidências sociais que os corpos ali representados também sofrem. Em outras palavras, o corpo na narrativa “[...] está à serventia da naturalização da linearidade sexo-sexualidade-gênero e seus enquadramentos sociais” (OLIVEIRA e MARKENDORF, 2020, p. 14). Isto posto, os estudos culturais são relevantes na produção de uma outra epistemologia de análise literária, uma vez que eles partem da teoria de gênero e das problemáticas dos corpos não-hegemônicos para entender como que se arquitetam os mecanismos de exclusão identitária. Isto significa que, aplicadas as epistemologias que debruçam na construção das identidades destes corpos, o meio literário conflui na construção crítica que ele próprio é um artefato cultural. Tratando a literatura como espaço de abrigo, de acolhimento e de representatividade, na contemporaneidade, as pautas políticas destes corpos tornaram-se urgentes (*idem*, 2020, p. 15).

Como ponderei no capítulo primeiro, a homoafetividade na literatura brasileira não é qualquer novidade. Porém, foram nas últimas décadas que estes sujeitos ganharam representações mais justas às suas vivências. Nos últimos anos os corpos não hegemônicos conquistaram espaços narrativos que não emergidos de estereótipos, como nas perspectivas que Polesso (2018) e Silva (2020) consideram. Desde as primeiras manifestações literárias brasileiras, anteriores ao nativismo colonial, estas relações são retratadas de formas pejorativas e preconceituosas, tal como apresentei na obra de Gregório de Matos, Aluísio de Azevedo, Adolfo Caminha e Oswald de Andrade. Estas narrações depreciativas influíram em outros panoramas literários, como a melancolia de Álvares de Azevedo e seu flerte constante com a morte, como a especulação moralista das obras e na vida pessoal de Mário de Andrade.

Acompanhando a conquista de direitos, vozes não-hegemônicas ganharam espaço na vida literária e implicaram em perspectivas diferentes de se compreender a vida social no Brasil. Isto não significa que estavam distantes das censuras do corpo social, mas autores como Caio Fernando Abreu e Cassandra Rios emergiram reivindicando seus espaços enquanto escritores e abordaram perspectivas mais realistas das relações e dos sujeitos homoafetivos. Justamente na reversão destes engessamentos dos afetos, das identidades, das sexualidades e dos gêneros, que o processo de desterritorialização e pluralidade dos engessamentos canônicos são importantes para apropriação dos espaços antes negados a estes sujeitos.

Muito além da literatura com protagonistas homoafetivos, outras instâncias de representatividade são fundamentais para a inclusão de determinados indivíduos na cena literária brasileira. Neste sentido, todos os sujeitos não hegemônicos enunciam a necessidade de apropriar-se destes discursos contra engessamentos canônicos para incluírem-se na produção literária. Posto isso, o romance *Enquanto os dentes* (2017) é relevante para salientar estas outras demandas de inclusão social no fazer literário. Isto significa que, por tratar da história de um homem negro e com deficiência, o romance de Carlos Eduardo Pereira extrapola a perspectiva homoafetiva e elucida o quanto a inclusão de sujeitos não-hegemônicos não condiz ou abrange somente uma necessidade social. Torna-se primordial, aqui, que eu pontue a defasagem de pesquisas acadêmicas que se dedicam a analisar obras com protagonistas com deficiência.

Considerando o referencial teórico apresentado ao longo deste trabalho, se o discurso nacional é hegemônico, logo, as formas em que estas pessoas demonstram suas condições de sobrevivência e as consequências de serem vistas como marginais ou excêntricos, também, são retratadas em conjunto com essa narrativa principal. Isto esclarece as nuances de como o estatuto político-existencial das identidades marginalizadas refletem na cena literária (DIAS, 2017). Para que se esclareça o que proponho no capítulo seguinte, a escolha dos estudos já apresentados permitiu que eu traçasse uma epistemologia clara a respeito da minha parcialidade teórica e do que compreendo como assentimentos de construção destas identidades e das interações sociais.

Nisto, julgo fundamental esclarecer que as estruturas sociais, que se entrelaçam à obra literária via representação estética, quando somadas à epistemologia teórica, implicam em modelos de interpretação como “[...] marco[s] epistemológico[s] das crenças políticas do sujeito interpretante” (ALÓS, 2010, p. 839). Justamente por isso que considero a análise comparativista dos meus objetos significativos para demonstrar como o corpo social se

estabelece e como as identidades de três personagens diferentes interagem com o cenário urbano da cidade do Rio de Janeiro, em *Enquanto os dentes* (2017), e com o interior gaúcho, em *Todos nós adorávamos caubóis* (2013).

Para tanto, o primeiro romance analisado é a estreia do escritor Carlos Eduardo Pereira. Publicado pela editora Todavia, *Enquanto os dentes* (2017) foi finalista do Prêmio São Paulo de Literatura e chamou a atenção dos jornais Folha de São Paulo e O Globo com críticas elogiosas. Para Maria Esther Maciel (2017), no primeiro jornal, “[...] o escritor aborda não apenas os reveses de um homem marginalizado por conta de sua condição de negro, homossexual e deficiente físico como também as situações traumáticas enfrentadas por ele” (n.p.). Considerarei isto que Maciel intitula de traumáticos perante a análise seguinte, condizendo com os temas do pai violento, da Escola da Marinha e o acidente que o colocou na cadeira de rodas. Na narrativa, sem divisão de capítulos e “[...] de um fôlego só, [...] ou respiros entre os parágrafos, acompanhamos não apenas o fluxo de pensamentos e suas memórias de passagens decisivas na vida do narrador, mas também suas percepções visuais e sensoriais” (MACHADO, 2018, n.p.). Além destas críticas, a editora Todavia se posiciona afirmando que o livro é “[...] um romance urgente sobre intolerância e marginalização por uma nova e poderosa voz da literatura brasileira” (2017, n.p.). A escolha deste romance como objeto desta pesquisa partiu das considerações de uma narrativa precisa e inédita sobre as diferentes formas de marginalização social, isto é, da perspectiva que o romance aborda que não parte somente de sua sexualidade.

Em outra via, o romance *Todos nós adorávamos caubóis* (2013) não é a estreia da escritora Carol Bensimon. Conhecida no meio literário brasileiro e finalista do prêmio Jabuti e São Paulo de Literatura pelo romance *Sinuca embaixo d’água* (2009), Bensimon foi inserida, em 2012, na edição de *Os melhores jovens escritores brasileiros*, pela revista britânica Granta (BENSIMON, 2022). Publicada também na Argentina, Estados Unidos e Espanha, a gaúcha é reconhecida pela escrita direta, sincera e ríspida quando aborda determinados temas. Como o romance analisado tem tema central a sexualidade, o livro tem uma narrativa linear e com inclusões de memórias da narradora-personagem Cora (SANTANA, 2014). A apresentação de pontos-turísticos clássicos do Rio Grande do Sul e a narrativa em *road-trip*, a narrativa insere inúmeras problemáticas sociais que acarretam os corpos homoafetivos. O problema com as pressões sociais, os sufocos das famílias e os problemas amorosos entre elas, condizem na crise de identidade de Cora e na confusão de Julia. Esta segunda, por sua vez, a partir exclusivamente das perspectivas da narradora (*idem.*, 2014).

Diante destas duas narrativas distintas e com problemáticas que convergem na crise das identidades e nos deslocamentos da identidade nacional brasileira, apresento, a seguir, a análise dos presentes romances.

CAPÍTULO 3. QUEM ELES SÃO: AS IDENTIDADES NACIONAIS BRASILEIRAS E CONFIGURAÇÕES HOMOAFETIVAS EM *ENQUANTO OS DENTES* E *TODOS NÓS ADORÁVAMOS CAUBÓIS*

Considerei anteriormente que todos os corpos possuem uma identidade específica e única. A literatura, por representar estes corpos, pode ampliar a percepção das identidades não-hegemônicas. Cruzando estas duas perspectivas, a análise comparativa, apresentada no presente capítulo, objetivou compreender como a noção de identidade nacional manifesta-se nos objetos propostos. Partindo da perspectiva que o corpo social brasileiro é heterogêneo, as identidades nacionalmente delimitadas podem tender à homogeneização, à discriminação e ao preconceito. Neste sentido, buscou-se, nos romances de Carol Bensimon e Carlos Eduardo Pereira, elucidar como o nacionalismo no Brasil pode ser excludente com as identidades homoafetivas, ao mesmo tempo em que sua representação pode significar transmutações em noções de identidade nacional.

Ponderando as especificidades de cada romance, o estudo partiu dos princípios de exclusão, apresentados nos capítulos anteriores, para compreender, em primeira instância, as personalidades de Antônio, em *Enquanto os dentes* (2017), e Cora e Júlia, em *Todos nós adorávamos caubóis* (2013), para, depois, aprofundar as perspectivas público-privada apresentadas comparativamente em ambos os objetos.

A análise das categorias narrativas convergiu para os processos de composição das identidades homoafetivas dos personagens principais desses romances. Diante disto, é necessário esclarecer que a teoria de gênero e as perspectivas das diferenças foram utilizadas como mecanismos dialógicos para compreender como as múltiplas tensões das identidades, fundadas igualmente nos ambientes dos romances, espelham os estereótipos sociais.

Por este motivo, considerando o histórico, as identidades e as ideologias do nacionalismo brasileiro, conforme elucidado no capítulo primeiro, parti de uma perspectiva canônica, tanto sobre o corpo social, como sobre suas representações literárias, para depois considerar e esclarecer de que maneira estas abstrações culturais estão sob os mecanismos e o controle da elite política, econômica e intelectual. Seguindo, o segundo capítulo se declinou em inteirar como se dão e quais os reflexos, individuais e coletivos, da exclusão das identidades homoafetivas, desde a perspectiva de construção individual até seus reflexos na cena literária brasileira. Os capítulos teóricos introduziram como se dão as múltiplas perspectivas de identificação afetiva dos personagens abaixo analisados.

Depois de ponderar as especificidades e constructos de cada um deles, cada qual em seu universo literário, as concepções de Kwane Appiah (2018), Judith Butler (2019; 2017), João Silvério Trevisan (2018), já apresentadas anteriormente, e de Elsa Dorlin (2021) e Silvia Federici (2017), abordados a seguir, elucidam a crise das identidades e a não-identificação dos sujeitos homoafetivos para com a totalidade da nacionalidade brasileira. Justamente por isso que, na análise comparativa, aprofundarei como as tensões, regionalmente fundadas, estabelecem um contraponto sobre o que Nestor Garcia Canclini (2015) e Stuart Hall (2006; 2014) compreendem como hibridização cultural e seus reflexos na conjuntura pós-nacionalista de Joan Ramon Resina (2004).

No território gaúcho, em *Todos nós adorávamos caubóis*, e no litoral carioca, em *Enquanto os dentes*, estas perspectivas são salientadas diante da sociedade globalizada que se tornou o Brasil. Para tanto, a identificação destas tensões permitiu que, em primeiro momento, eu combinasse como a representação dos corpos de Antônio, Cora e Júlia, marcados pelo processo de desterritorialização, são dispositivos de afirmação política. Depois, considerei como este processo esclarece a recombinação dos discursos de nacionalidade para com a visão própria dos corpos estigmatizados. Em outras palavras, procurei esclarecer como as três identidades, por mais diferentes que sejam, enfocam, na homoafetividade, a subjetividade identitária.

A metodologia comparativista obedeceu às categorias narrativas e às relações estabelecidas entre a literatura e a sociedade. Comecei pelo romance de Carlos Eduardo Pereira, onde o processo de análise iniciou na problemática familiar. Segui para a análise da sua classe social, da sua formação e, por fim, confluí para a sua homoafetividade. A investigação elucidada o processo de representação dos poderes estatais sobre o corpo social brasileiro. Além disso, pelo romance tratar da história de um personagem com deficiência físico-motora e salientar, na narrativa melancólica, seu medo e sua solidão, o subcapítulo termina com a perspectiva da identidade nacional em contraponto à ideia de liberdade e retorno à ordem. Isto porque, o percurso que Antônio realiza, ao longo de *Enquanto os dentes* (2017), é o processo de mudança de seu apartamento no Rio de Janeiro para a casa dos pais em Niterói. Sua identidade, neste cenário, é apresentada ao leitor diante das perspectivas heterogêneas e do questionamento dos valores culturais do meio em que ele cresceu.

Tratando do romance de Carol Bensimon, considerei, em princípio, o processo de desterritorialização. Na narrativa, as personagens, que moravam fora do Brasil, retornam para uma viagem no interior do estado do Rio Grande do Sul, onde, invariavelmente, recordam intrigas familiares, questionam suas sexualidades e percebem outras perspectivas limitantes

de suas personalidades. Por este motivo, busquei salientar como suas identidades homoafetivas impõem um questionamento sobre as fronteiras daquilo que se entende compor o Brasil. Neste sentido, seguindo para compreensão da viagem como descoberta de suas próprias identidades, considere que Júlia e Cora apresentam seus singulares processos de formação como indivíduos sociais. Isto é, a análise de *Todos nós adorávamos caubóis* estrutura-se a partir das influências da religião católica, das perspectivas familiares e da classe social, fundamentos para o questionamento de seus valores culturais.

Ambos os romances se alicerçam nas reivindicações de liberdade do ser homoafetivo e na negação dos constructos nacionalistas impostos nas perspectivas das fronteiras nacionais. Para tanto, debruço a crítica sobre as personalidades público-privadas, em meio a uma nacionalidade homoafetiva, como questionadora dos valores e símbolos nacionalistas. Diante disso, o sentido de poder, que finaliza a pesquisa, intercede nos aparelhos estatais e em ideologias moralistas, orientadas para dominação e normatização dos corpos não-hegemônicos. A conclusão, que apresentarei no desfecho, implica em como as diferentes formas de sujeição são dispositivos estratégicos, políticos e sociais, incorporados nos ideais homogêneos da nacionalidade brasileira, apresentados e refletidos na cena literária.

Ambos os romances trazem consigo a temática da narrativa de viagem, na qual há um entrelaçamento entre a viagem exterior do novo espaço que se explora e uma viagem para o interior de quem os personagens são. Conforme expõe Guacira Lopes Louro (2020), estas histórias apresentam o viajante no processo de formação de sua consciência, sensibilidade e formação de caráter. Quando compreendemos sobre a constituição dos personagens em trânsito, infligimos na fuga ou na busca de algo que foi adiado. Isto significa que, nas suas viagens os protagonistas “[...] vêm-se diante de provas, encontros e conflitos. Ao se deslocarem, também se transformam e essa transformação é, muitas vezes, caracterizada como uma evolução” (*idem.*, 2020 p. 12). Concordando com esta lógica, a viagem trata de uma metáfora ao agregado de ideias de deslocamento, em trânsito e desenraizadas.

Além disso, em cenário contemporâneo, Louro (2020) considera que é “[...] necessário pensar não só em processos mais confusos, difusos e plurais mas, especificamente, supor que o sujeito que viaja é, ele próprio, dividido, fragmentado e cambiante” (p. 13). Aplicando esta lógica aos estudos *queer* e as sexualidades, Louro (2020) utiliza-se das ideias de James Clifford para afirmar que ao pensar:

[...] as culturas como locais de moradia e de passagem, para refletir sobre viajantes e nativos, turistas ou imigrantes compulsórios, para pensar sobre os sujeitos que podem (ou não) viajar, para pluralizar sentidos e significados das viagens, para falar

sobre raízes e rotas, sobre as formas como os ‘dentros’ e ‘foras’ de uma comunidade são ‘mantidos, policiados, subvertidos, cruzados’, para contar sobre zonas de fronteira. Suas reflexões tribos ou dos grupos aos quais os etnógrafos costumam dedicar tanta atenção; elas permitem pensar muitos outros deslocamentos na contemporaneidade. (p. 13 – 14)

Foi justamente neste sentido que recortei os meus objetos conforme a trajetória de viagem que neles é construída. Este recorte fez-se oportuno através da perspectiva que pude aprofundar melhor nas problemáticas que, à frente, irei contextualizar. Diante disso, considere que estas viagens representam uma metáfora da distância cultural e identitária que os protagonistas relatam conforme o mundo em que cresceram e com os quais, supostamente, deveriam se identificar. Por este motivo, afirmo o mesmo que Louro (2020):

[...] a metáfora da viagem interessa-me para refletir não apenas sobre os percursos, as trajetórias e o trânsito entre lugares/culturas ou posições-de-sujeito, mas, também, para refletir sobre partidas e chegadas. Importa-me o movimento e também os encontros, as misturas e desencontros. (p. 14)

Nestes lugares de encontros e desencontros considero essa metáfora como relacionada à identidade nacional brasileira. Interessa-me perguntar quais os motivos das partidas de Antônio, Cora e Julia dos lugares em que cresceram. Por que os três resolvem voltar? Sob que circunstâncias? Quem são estas pessoas que retornam? Quais seus novos encontros? Suas misturas? E seus desencontros? Neste sentido, quando trato isto em constructo, conjuntamente à perspectiva homoafetiva, considero que suas viagens, de partida e retorno, transformaram os três diferentes corpos, suas identidades e seus modos de ser e estar. Parto do princípio de que as mudanças das suas personalidades estão para além das identidades definidas pelos seus corpos e por seus locais de nascimento e crescimento.

Portanto, verifico no subcapítulo seguinte como os temas da viagem, da busca por si, dos conflitos sobre os corpos não-hegemônicos e os constructos das identidades homoafetivas, se representam, inicialmente, no romance *Enquanto os dentes* (2017), de Carlos Eduardo Pereira.

3.1. ANTÔNIO É MUITO MAIOR QUE SUA CADEIRA DE RODAS: SOBRE O ROMANCE *ENQUANTO OS DENTES*

Nas palavras do escritor Carlos Eduardo Pereira (2019), *Enquanto os dentes* seria um romance em que nada acontece. Sua premissa é o retorno do protagonista Antônio à casa dos pais. Próximo aos seus quarenta anos, ele realiza a viagem do Rio de Janeiro à cidade de Niterói. Relembrando algumas pessoas que foram importantes em momentos específicos de

seu passado, ele apresenta uma certa dificuldade em admitir que precisa sair do seu “antigo apartamento” para morar novamente com seus pais, dona Teresa e o Comandante.

Para o autor, a narrativa não possui grandes ações porque seu recorte temporal perpassa um dia. Todavia, o foco do enredo está no conflito psicológico e identitário do personagem, bem como em suas lembranças. Cristovão Tezza (2017) concorda com estas afirmações quando escreve, na orelha do livro, que “[...] tudo o que sabemos é que Antônio sabe: o narrador, em terceira pessoa, não entrega nada sem antes passar pelo filtro do olhar e da memória do personagem”. Por meio desse artifício, a narração extrapola suas dificuldades físicas, uma vez que ele é uma pessoa com deficiência, e utiliza da viagem para apresentar lembranças, conflitos morais e identitários que compõem o sujeito viajante Antônio.

Mesmo que o narrador em terceira pessoa conte o que acontece no "agora" da narrativa, ele adere ao ponto de vista do personagem para elucidar, aos leitores, os conflitos que atravessam esse presente. Isto é, essa narrativa elástica do ponto de vista temporal não só demonstra o local pelo qual o narrador parte, como se aproxima do leitor. A narração, portanto, coloca o sujeito que lê ao lado de Antônio e o transporta para todas as suas dificuldades locomotoras, suas memórias, seus pensamentos e os acontecimentos da viagem. Por se tratar de uma travessia necessária, mas em grande parte involuntária, por parte do protagonista, o romance é carregado de uma voz melancólica e solitária. Essa perspectiva é confirmada no final da narrativa:

O tempo flui de uma forma estranha para Antônio. Ele percebe o presente expandido, capaz de comportar os acontecimentos do passado como se estivessem ocorrendo agora e o futuro que ele já conhece, pois tem premonições com a morte, sabe que está perto dela e como vai acontecer. (PEREIRA, 2017, p. 92)

Considero este trecho um resumo claro e consciente da narração de *Enquanto os dentes*. Seu passado se entrelaça ao presente como se eles fossem um único tempo. Os adentros da narrativa e as conexões realizadas entre o momento de rememoração do personagem com relação ao presente acontecem de maneira clara e espontânea. Já a perspectiva do futuro está nas palavras e interstícios do livro, uma vez que, devido à condição física de Antônio, já apresentada nos primeiros parágrafos do livro, ele sabe que sua morte consistirá no seu corpo, pouco a pouco, perdendo suas funções graças à neuromielite óptica. Esta informação está pulverizada no livro de maneira melancólica e exemplo disso é a apresentação do olfato do personagem, quando a bordo da barca onde faz sua travessia da baía de Guanabara:

Na *Gaivota*, Antônio sente um cheiro doce que parece incomodar todo mundo

menos ele. Trata-se de um sujeito que achou que era uma boa ideia reaplicar o desodorante aerossol ali mesmo. Nos últimos anos, Antônio constatou que está perdendo os sentidos, então procura aproveitá-los ao máximo. Enquanto ainda sente, acha tudo que é cheiro agradável. (PEREIRA, 2017, p. 58)

A condição de pessoa com deficiência não encerra somente a perda dos sentidos e as premonições sobre a morte. Ela, também, é apresentada logo no início e quais são suas consequências no dia a dia. A restrição econômica trazida pela doença e a dificuldade de tragar os cigarros que ele compra na banca de jornal são exemplos disso:

Pede três varejos ao rapaz da banca de jornal, enquanto junta umas moedinhas da carteira. E o rapaz olhando. Três reais. Com mais três compraria um maço inteiro, só que ele não tem. Acende o primeiro cigarro e traga. Sente uma pressão nas costelas, um amasso que começa nas costas e desce pelos membros inferiores, deixando o rastro de uma ardência aguda, umas fisgadas, um choque de intensidade média, constante, até as pontas dos dedos dos pés. A queimação interna lateja e perturba mais o lado esquerdo, provoca uma tremedeira leve. Depois enjoa. A partir daí é possível extrair algum tipo de prazer. Então fuma o segundo cigarro. (PEREIRA, 2017, p. 5 – 6)

Outro trecho que se refere a esta perda de sentidos está próximo ao final do livro, quando “[...] Antônio sente um cheiro de urina. Lembra que a última vez que mijou foi ainda no antigo apartamento, mas a calça molhada de chuva vai disfarçar a mancha” (*idem.*, 2017, p. 85). Antes de ser diagnosticado com neuromielite óptica, Antônio sofre um acidente de carro, e o motivo que o levou a uma cadeira de rodas é gradualmente revelado no romance. O leitor é instigado a pensar que a deficiência provém do acidente, todavia, sabemos mais tarde que essas limitações seriam inevitáveis, devido à testagem positiva para a doença:

[...] que lhe roubará os movimentos e a sensibilidade pouco a pouco, até ficar completamente cego e enterrado numa cama, dependendo de alguém que lhe dê comida na colher, de preferência pastosa, pois a doença prevê dificuldades grandes, tanto para deglutir quanto para respirar, no fim de tudo. A deficiência de Antônio não é, portanto, resultado do acidente de carro: ele terminaria entevado de uma forma ou de outra, o trauma somente acelerou o processo, provocando um surto mais agressivo do que se poderia esperar. (PEREIRA, 2017, p. 84)

A partir desse acontecimento, Antônio toma a difícil decisão de voltar a morar com os pais e abdica da vida que possuía antes. Muito além das condições econômicas, o protagonista toma esta decisão e, conseqüentemente, realiza a viagem, porque precisará de ajuda ao avançar da doença. Logo, podemos interpretar este percurso como um processo de perda da sua liberdade e um retorno à ordem, que será imposta pelos pais. Isto é visível nos momentos felizes, menos frequentes na narrativa, e nos momentos tristes. A lógica e a forma em que eles estão dispostos no livro acompanham as recordações do personagem, permeadas pelo conflito liberdade *versus* ordem. Digo isso porque, ao avançar da narrativa, o protagonista apresenta seus traumas e memórias conflitivas da infância, as quais, há uma

significativa presença autoritária do Comandante.

No romance *Enquanto os dentes*, a condição como pessoa com deficiência é fundamental para que eu conduza a análise para compreensão das identidades nacionais homoafetivas. Para isto, preciso contextualizar as mudanças causadas após o acidente e o diagnóstico junto à esfera particular de Antônio – família, religião, relacionamentos amorosos, amigos e classe social – e as ações do Estado, ao que chamarei de esfera pública – mobilidade na cidade, plano de saúde, educação.

Ao longo da narrativa, há outras exclusões que são feitas ao corpo não hegemônico de Antônio. Saliento, nesse sentido, que sua condição de pessoa com deficiência soma-se à cor de sua pele, à sua classe social, à sua formação, à sua sexualidade, à escolha profissional e à religião. Estas exclusões são decorrentes de uma ordem social em que há uma hierarquia de poderes entre os sujeitos que, quanto mais incluídos no discurso hegemônico, mais privilégios possuem. Nessa lógica, Louro (2020) afirma que, na contemporaneidade, a “[...] determinação de lugares sociais ou das posições dos sujeitos no interior de um grupo é definida a seus corpos” (p. 69).

No romance de Carlos Eduardo Pereira, isso se evidencia quando:

[...] com as limitações físicas, [Antônio] foi perdendo trabalhos, não entra mais na maioria dos lugares, não alcança determinadas alturas, não tem a mesma disposição de outros tempos. Passou a ver tudo por baixo. (PEREIRA, 2017, p. 59)

Podemos interpretar este “ver tudo por baixo” como uma metáfora da hierarquia social entre os corpos. Outra cena, anterior à citada, demonstra essa condição, quando o narrador mostra a visão do protagonista enquanto espera a barca, chamada Gaivota, atracar para que os inúmeros passageiros, na plataforma lotada, pudessem embarcar.

Não que Antônio tenha condições de se deslocar nesse aperto, mas de onde está consegue enxergar o painel de informativo, lá no alto, dizendo, entre outras coisas, que no terminal eles têm uma cabine adaptada (o que lhe causa, ao mesmo tempo, alívio e ansiedade). Mais tarde, no entanto, ele vai descobrir que todos os banheiros têm na porta aqueles avisos de NÃO ENTRE, BANHEIRO EM MANUTENÇÃO. Antônio tenta sorrir para uma gorda que, de passagem, lhe esfregou no nariz cada uma das quatro sacolas molhadas do supermercado. A sensação de sufocamento começa a diminuir quando escuta os apitos, indicando ao mundo todo que o barco realiza manobras protocolares de atracação. (p. 15)

A ausência de autonomia, condizente tanto a estrutura de acessibilidade quanto as pessoas a sua volta, envergonham o protagonista e escancaram a inaptidão social de tratar pessoas como ele. Segundo Rafael Voigt (2018), a “[...] semântica da deficiência se amplifica quando, na leitura do texto, importa considerar que socialmente o significado de deficiência se alastra pelos sentidos de ‘deficiência social’” (n.p.). O conceito de

anormalidade, apresentado por Voigt (2018) condiz com a perspectiva de Butler (2017) e Connell (2020) apresentadas no capítulo segundo. Neste sentido, as necessidades do protagonista são sempre colocadas como secundárias:

[...] Se vivêssemos num mundo ideal, aqui na praça [14-bis] haveria um banheiro público com uma cabine adaptada, daquelas exclusivas para cadeirantes, e Antônio entraria nela. Se encontrasse um desses pela frente ele poderia se recuperar de uma espécie de vertigem, mesmo que dentro da cabine houvesse vassouras, rodos, baldes, e tudo aquilo que os funcionários da limpeza não tem mais onde guardar (nem todo mundo ideal é tão ideal quanto a gente gostaria). (PEREIRA, 2017, p. 10 – 11)

Esta inadequação da acessibilidade pública, demonstra não só a ausência de estruturas básicas para os próprios funcionários, como para os usuários. O constrangimento de Antônio para com sua condição é constante diante dessa inacessibilidade. A ironia narrativa expressa essa falta, que também é de empatia, por parte dos funcionários da *Gaiivota*, onde Antônio é tratado e colocado como subalterno:

Um funcionário de colete laranja, solícito, arma um sorriso torto para o nada e pega sem avisar no apoio da cadeira, conduzindo Antônio até a proa da *Gaiivota*, enquanto discute pelo rádio ações com certeza muito mais urgentes para o bom funcionamento do sistema, para melhor escoar o fluxo de passageiros no horário mais pesado, que aumentou trinta por cento desde que começaram as obras de modernização e embelezamento que a administração pública tem feito na região. O mar está mexido, o que faz com que a barca chacoalhe um pouco mais do que o normal, e o funcionário de colete acha por bem transferir a manobra de embarque do CDR (é assim que eles chamam o Antônio, de CDR), para os marujos vestindo outro tipo de colete, que já devem estar acostumados com operação de transferência entre o barco e o cais que também balança, quase quanto só que no sentido contrário. (PEREIRA, 2017, p. 28)

Tratando da incompatibilidade do sistema público com o sistema privado, em vista do trecho acima, existe uma garantia da estabilidade dos serviços aos passageiros. Soma-se a isto a incompatibilidade do corpo de Antônio com o sistema projetado, uma vez que ele está impossibilitado de exercer sua autonomia de subir sozinho no barco: “Como a *Gaiivota* não é uma embarcação com grandes recursos, na maré esvaziada, ou baixa-mar, a única maneira de Antônio sair é pela escada móvel, descendo um por um os nove degraus acoplados a bombordo” (PEREIRA, 2017, p. 63). Sendo necessário ser levantado por quatro funcionários para desembarcar, a autonomia de Antônio é inviável. Esta inacessibilidade do corpo de Antônio apresenta-se também em outras situações na narrativa. Um exemplo, que parte de sua inadequação junto ao sistema de saúde são os relatos das dificuldades de pesar-se, independentemente do local que frequente: “[...] Um cadeirante não consegue se pesar numa balança de farmácia, ou de consultório médico” (PEREIRA, 2017, p. 9). Há, neste sentido, uma constante denúncia à exclusão da sociedade e, por extensão, da cidadania. Esta denúncia

evidencia que o corpo com deficiência de Antônio encontra-se em uma condição rebaixada e, por vezes, excluída da sociedade. E soma-se à condição de locomoção na própria moradia:

Antônio passou a utilizar o elevador de serviços. Avançava pelas áreas comuns até dar no salão de festas. O porteiro o avistava pela tela do circuito interno e, minutos depois, vinha alguém com a chave do portão. Ele cruzava a garagem passando pela lixeira, pelo bicicletário e pela montanha de tranqueiras que o condomínio não tinha um lugar específico para deixar, então ganhava a rua revestida de pedras portuguesas, evitando assim os degraus de sustentação. (*idem.*, 2017, p. 25)

E à condição de mobilidade nas vias públicas:

Antônio desce do ônibus na calçada da padaria onde costumava comprar pão, pó de café moído na hora e cigarros para o Comandante. Procura e não encontra um meio-fio rebaixado para atravessar a rua, mas lembra que avançando até quase a esquina tem uma garagem. Ele atravessa em frente o meio bar meio armazém do seu Onofre, um português grosso toda vida, porém boa gente, que o ajuda a subir na calçada. Num primeiro momento, o homem não reconhece Antônio, só vê a dificuldade com o paralelepípedo molhado e resolve dar uma força. Então percebe que o cara na cadeira, agora parado no escuro na frente da marquise, é o menino magrelo que cresceu por ali. (*ibidem.*, 2017, p. 71)

A inacessibilidade, muito além de apresentar um descompasso do corpo de Antônio para com o local que ocupa, perspectiva contrária ao próprio direito de locomoção como cidadão brasileiro, também apresenta uma falta de segurança do poder público. A isto consideremos as duas últimas citações. Não apenas na esfera particular onde Antônio não mais tem acesso completo ao condomínio em que mora, mas também na esfera pública ao necessitar procurar um meio-fio rebaixado apenas para atravessar a rua. A inacessibilidade se agrava quando, depois de todas as dificuldades de chegar onde gostaria, ele ainda apresenta um incômodo de andar sobre as pedras portuguesas, o que não configura estabilidade. Junto disso, na segunda citação, há ainda a invisibilidade, em contradição do corpo de Antônio em comparação aos carros, uma vez que ele utiliza de um meio-fio rebaixado para atravessar. Tratemos desta invisibilidade na seguinte passagem:

Na rua, as pessoas vivem olhando para Antônio. E ele sorri. É de se imaginar o que elas pensam ao cruzar com um cadeirante desacompanhado. Tem gente que basta topor com um infeliz numa cadeira de rodas que logo se oferece para prestar algum tipo de ajuda. [...] A vontade é mandar para o inferno todos eles. Mas não foi essa educação que recebeu. Por mais que não queira, que não possa, é obrigado a devolver o sorriso. O melhor sorriso. (PEREIRA, 2017, p. 10)

Considerando, inicialmente, a exclusão da esfera pública, evidenciamos maiores precariedades do Estado, enquanto fornecedor de estruturas básicas, aos cidadãos como Antônio, ao que inclui-se as dificuldades diante do sistema de saúde, da mobilidade urbana e das condições de trabalho. Se observarmos as perspectivas oferecidas pelo sistema de saúde, condizemos com a perspectiva de Antônio sobre a insuficiência de ofertas pelo Estado,

obrigando-o a utilizar do convênio particular. Mesmo neste convênio, ao qual Antônio “[...] prefere desmaiar de fome a deixar a mensalidade em aberto” (PEREIRA, 2017, p. 27), ele não obteve os serviços mais apropriados para suas demandas: “[...] [a casa de saúde onde esteve internado] não era das melhores da cidade, mas era a que seu convênio pagava” (*idem.*, 2017, p. 5). O resultado disto foi que, ao longo do tratamento, ele “[...] teve de melhorar de plano” (*ibidem.*, 2017, p. 5), o que implicou diretamente na sua problemática financeira. Isto é, esta insuficiência do sistema de saúde conflui para a problemática das ocupações profissionais.

Já ponderei, anteriormente, que nosso protagonista perdeu oportunidades de emprego, necessitando recorrer à aposentadoria por invalidez. Por serem consideradas mão de obra inválida, o governo manifesta que pessoas com deficiências, como a de Antônio, são inábeis de autonomia. Os reflexos deste problema estão nos motivos de Antônio retornar à casa dos pais: “Quando a grana apertou de verdade [...], ele inventou de promover [...] um bazar no antigo apartamento [...]. Dessa forma ia fazendo um caixa ganhando tempo antes de ser forçado a abrir mão daquela vida” (PEREIRA, 2017, p. 64). Se pensarmos, portanto, na perspectiva de infraestrutura pública, percebemos que a inclusão de corpos não hegemônicos é precarizada e corrobora a ilusão de que não há preocupação com estas pessoas. Esta incompatibilidade de Antônio interfere na sua vida particular, seja nas relações com seus amigos, relacionamentos amorosos e família. É desta lógica que considero um dos principais sustentáculos da solidão de Antônio, ao que cabe a condição melancólica do romance.

Filho único de dona Teresa e do Comandante, Antônio apresenta as principais problemáticas e desajustes da sua personalidade para com sua família. Seus traumas e a relação turbulenta com os pais, em especial com o Comandante, são dispostas ao leitor pouco a pouco como respostas às fraturas da subjetividade do personagem principal. Existe, na relação entre pai e filho, o autoritarismo e o respeito à ordem hierárquica muito comum nos meios militares. Isto pode ser explicado pelo fato de o Comandante ser um oficial da Marinha, sendo este o motivo pelo qual é chamado assim por todos. Por sua vez, Antônio é mais próximo de sua mãe, embora a relação apresenta certa interferência por parte do Comandante, uma vez que dona Teresa é submissa a ele.

[...] Ela se levanta, rigorosamente, às seis da manhã (uma hora e quarenta minutos antes disso já está acordada, mas antes de qualquer coisa deve rezar), mesmo aos domingos, e vai preparar o café do Comandante, que, enquanto isso, vai se barbear. Depois de lavar a louça, a mãe confere a despensa e faz uma lista (ela percorre diferentes mercados todos os dias, num roteiro que depende das promoções destacadas nos encartes da semana). Faz as compras a pé, distribuindo igualmente o peso das mercadorias entre as sacolas seguras que carrega no braço direito e no

esquerdo, para não forçar demais a coluna, e guarda tudo ao chegar em casa. Ela prepara o almoço feito um robô japonês, depois de tantos anos reproduzindo o cardápio predeterminado, como frango grelhado às segundas ou peixe frito às quartas. Hoje, ao meio-dia em ponto, eles comeram um belo bife malpassado, batatas fritas, arroz branco (o Comandante não suporta o integral), feijão preto e salada verde. Até o dia acabar, é louça, lanche, louça, janta e louça. Nos intervalos, ela reza. (PEREIRA, 2017, p. 35)

A família de Antônio representa papéis de gênero tradicionais ou normativos. O Comandante, no papel de homem, apresenta-se como másculo, viril. Dona Teresa, pelo contrário, encarrega-se das tarefas domésticas, todas elas condizentes com a rotina e com os gostos do marido, apresentando uma perspectiva submissa e, conseqüentemente, feminina. Se ponderarmos, conforme as concepções de Elsa Dorlin (2021), podemos incitar a perspectiva do relacionamento dos pais de Antônio como modelos de uma binaridade de gênero e heterossexualização dos relacionamentos. Isto será importante à frente, quando cotejado junto aos relacionamentos amorosos deste romance e de *Todos nós adorávamos caubóis*, bem como na própria concepção que levanto sobre identidades nacionais homoafetivas.

Ao tratar, na teoria *queer* e na teoria feminista, do conceito de gênero, estamos nos referindo a formas, nas ciências sociais clássicas, referentes a definições das identidades, bem como, “[...] [d]os papéis (tarefas e funções), [d]os valores, [d]as representações e [d]os atributos simbólicos, femininos e masculinos, como produtos de uma socialização dos indivíduos, e não como efeitos de uma ‘natureza’” (DORLIN, 2021, p. 40).

A seu turno, quando consideramos a heterossexualização dos relacionamentos, consideramos as implicações da concepção da diferença sexual. Em outras palavras, consideramos que os papéis e predileções que diferenciam “homens” e “mulheres” seriam resultados de uma lógica social justificada pelo órgão sexual com que os sujeitos nasceram, sendo, assim, algo pré-definido por sua “natureza” (*idem.*, 2021). Evidentemente, refutamos essa proposição que favorece perspectivas femininas e masculinas dicotômicas nas quais se realiza “[...] por completo a distinção entre ‘sexualização’ e ‘sexo’, entre um processo biológico e sua redução conceitual aos sexos ‘macho’ e ‘fêmea’, o que consiste na naturalização de uma relação social” (*ibidem.*, 2021, p. 41).

Consideremos, primeiro, quem é a dona Teresa e quem é o Comandante, sob a condição desta bicategorização de gênero. Eles se conheceram no ano de 1970, quando, “[...] a mãe era apenas uma menina, e se encantou com aquela figura imponente, vergado uma farda branca” (PEREIRA, 2017, p. 11). Tereza morava na cidade portuária onde o Comandante, então um calouro ou boy da Marinha, prestava serviço. Firmando um relacionamento a distância, os dois se viam esporadicamente, mas já eram considerados,

depois de dançarem juntos no baile de debutante dela, “[...] orgulho dos pais e dos irmãos da mãe” (*idem.*, 2017, p. 12). A razão disso estaria no fato de que o Comandante passou por conta própria no concurso da Escola, enquanto era comum os aspirantes-a-oficial-da-Marinha passarem após, aproximadamente, três anos de concurso. A importância deste feito do Comandante ressalta a relevância da ascensão social por parte tanto da família de dona Teresa quanto do Comandante.

Condizendo com as perspectivas de Elsa Dorlin (2021), as figuras do pai e da mãe implicam na concordância de uma formulação social em que se reserva ao homem o papel de promover a renda da família e de manter a moradia. Enquanto isso, a mulher encontra-se na responsabilidade das atividades domésticas e de acolhimento no meio familiar. Em termos gerais, podemos afirmar que, na figura do Comandante estão as responsabilidades para fora da moradia, do seio particular familiar, já em dona Teresa as responsabilidades de dentro deste. Exemplos disso é a economia do Comandante para “[...] comprar à vista o terreno disponível” (PEREIRA, 2017, p. 37) e o esforço para construir a casa; bem como as ocupações de dona Teresa em preparar as refeições do marido e fazer compras para a casa.

Tratando exclusivamente da heterossexualização deste relacionamento, voltemos a Dorlin (2021) e pontuamos: “[...] Doravante, a heterossexualidade designa exclusivamente, e de forma duradoura, a heterossexualização do desejo erótico e a predisposição à reprodução” (p. 39). Quando analisarmos a homoafetividade nos romances aqui estudados, veremos representações distoantes desta lógica, mas esclarecemos a heterossexualização dos pais de Antônio para elucidar as perspectivas destoantes dos corpos de Antônio, Cora e Julia.

Quando tratamos sobre a heterossexualização dos relacionamentos, fundados nas diferenças entre os sexos biológicos e predeterminantes nos gêneros, consideramos uma concepção na qual toda identidade sexual tem seu desejo na reprodução da espécie humana, a que nomeamos divisão sexual do trabalho. Quando fundamos essa perspectiva no casamento de Teresa e Comandante, demonstramos como a heterossexualização alicerça-se no que “[...] comumente compreendemos como ‘sexo biológico’ dos indivíduos, *gênero* e traços de uma gestão social da reprodução, isto é, uma identidade sexual (de gênero e de sexualidade) imposta” (DORLIN, 2021, p. 39). A maneira como essa lógica se reproduz na geração seguinte pode ser demonstrada na relação entre Antônio e sua amiga Betânia.

O que aproximou Antônio e Betânia foi o fato de que ambas as famílias moravam perto da Vila Militar. A aproximação entre os paisanos e os militares era quase inevitável. Por isso, as duas crianças tornaram-se grandes amigos. Vendo a amizade crescer, as “[...] famílias gostavam de pensar que em poucos anos os dois, que estavam sempre juntos para

cima e para baixo, se tornaram marido e mulher” (PEREIRA, 2017, p. 38). As convenções que consideramos de heterossexualização e bicategorização dos gêneros são nítidas nos costumes sociais que foram impostas às duas crianças. Se partirmos da epistemologia das diferenças, podemos considerar que esta formação da personagem implica em uma reprodução aos conceitos e formações sociais que são refutadas na lógica feminista. Veja, se estes saberes se alicerçam no movimento crítico de que o pessoal é político⁵⁸, a tradição feminista é, por extensão, um conjunto de movimentos em busca da “[...] igualdade de dos homens e das mulheres, rastreando os preconceitos relativos à inferioridade das mulheres ou denunciando a iniquidade de sua condição” (DORLIN, 2021, p. 13 – 14). Ora, se consideramos as perspectivas de que a “[...] a divisão sexual do trabalho permite compreender a ausência de ferramentas conceituais capazes de problematizar não apenas a distinção entre o público e o privado, mas também a 'evidência' do cotidiano” (*idem.*, 2021, p. 20), intercedemos na lógica binária e heterossexista em contestação. Assim como dona Teresa, Betânia a falta de atenção por parte do seu namorado, exemplifica o apagamento simbólico dos corpos femininos na sociedade brasileira.

[...] Betânia está sempre atrás de companhia. Foi criada para casar e, por causa disso, nunca teve muito critério para escolher namorado. Uma das primeiras tentativas foi Antônio, e ela demorou para se conformar com o fato de que entre eles não pode rir haver nada além de amizade. Os dois, jovencinhos ainda, trocavam confidências, conversavam sobre rapazes. Era a Antônio que Betânia recorria para saber se um garoto novo no bairro era mesmo bonito de doer, e era para Betânia que Antônio perguntava se era normal não sentir nenhum interesse pelo sexo oposto.

Betânia fala sem parar, mas ninguém parece ouvir. Seu namorado, enquanto isso, cuida de manter os óculos de armação colorida cravados em Antônio e de sorrir como quem diz muito prazer, meu nome é fulano de tal. Betânia vai emendando uma frase na outra, feito uma desesperada, por minutos. Até que ela para, dá uma boa olhada nos dois rapazes, manda recomendações ao Comandante e à mãe, diz que a cadeira de Antônio é bem bonita e arrasta o boyzinho para outro canto da *Gaiivota*. (PEREIRA, 2017, p. 38 – 39)

As perspectivas dos papéis de gênero, outrossim, não se destinam apenas às condições das mulheres absorvas da perspectiva de feminilidade. Implica-se, também, à masculinidade. Quando tratamos da masculinidade em *Enquanto os dentes*, implicamos em um desafio à narrativa. Isto porque Antônio apresenta sua identidade em conflito e, conseqüentemente, refuta as ideias iniciais da masculinidade dominante. No exemplo acima, junto a apresentação

⁵⁸ Importante pontuar que isto ocorreu nos primórdios da década de 1960. Embebidos nas ideias de Simone de Beauvoir em *O segundo sexo*, estas perspectivas constituem as principais referências dos movimentos feministas subsequentes. Quando tratamos, nesta pesquisa, de um recorte da teoria *queer* partimos, também, destas concepções, uma vez que elas fundam o movimento de libertação sexual. Estes, nas décadas subsequentes, serão pulverizados em diversas outras vertentes conforme as exigências e busca de direitos por diferentes corpos (DORLIN, 2021).

de Betânia, é a primeira, e talvez a mais clara, nomeação da homoafetividade de Antônio. A crise de identidade do protagonista, quando tratamos exclusivamente da esfera da sexualidade, é esclarecida no trecho: “[...] Antônio perguntava se era normal não sentir nenhum interesse pelo sexo oposto” (PEREIRA, 2018, p. 38).

Assim como afirma Lebkuchen (2020), as condições hetero-cis-normativas acompanham a experiência de Antônio de forma que a característica que lhe apresentam como criança “de criança mordedora”, condizendo ao que consideremos masculinidade dominante.

[...] Lembrou que a mãe costumava dizer que ele era uma criança mordedora, daquelas que, talvez porque demorem mais que os filhos dos vizinhos para falar e para andar, cravam os dentes feito cães em qualquer um que esteja ao seu alcance. Ela achava uma atitude horrorosa, morria de vergonha, enquanto o Comandante ficava quieto, com uma cara que não dava para saber se era de orgulho pelo garoto que ainda novinho já mostrava as garras para quem o incomodasse, que dava sinais de macheza, ou se era de vergonha do filho mulherzinha, que gostava de morder e arranhar. (PEREIRA, 2018, p. 78)

É claro na citação acima a perspectiva feminina em contraste com a masculina. Lebkuchen (2020) utiliza da mesma citação para afirmar a contrariedade de Comandante sentia orgulho pelo filho ter atitudes masculinizadas, ou repulsa por transparecer o oposto. Seja através dos desvios sexuais na Marinha ou da imposição do pai enquanto um comportamento masculino, a sexualidade de Antônio caracteriza-se através de sua formação como uma perspectiva de repulsa, de negação, de rejeição.

O Código Penal Militar classifica como crime a prática de pederastia, portanto o sujeito assim que entra na marinha fica sabendo que é proibido praticar, ou permitir que com ele se pratique, quaisquer atos libidinosos homossexuais dentro das dependências militares. A pena vai de seis meses a um ano de detenção. E no caso da Escola o regimento interno ainda determina que o aspirante em questão seja jubilado. (PEREIRA, 2018, p. 67)

As formas em que a perspectiva militar explana a homoafetividade de seus alunos já condiz com uma masculinidade dominante. Além disso, ao ser considerada um deslize ou inadequação de suas atitudes, há uma violência psicológica que traduz a homofobia institucional. Justamente por isso que quando apresenta ao leitor, gradativamente, o relacionamento de Antônio com Arnaldo, sua única evidência é o enfrentamento do companheiro para com a repulsa da mãe ao perceber que o filho tem um namorado:

Teve uma vez que ela ligou depois de duas ou três semanas sem conseguir saber do filho, e foi Arnaldo quem atendeu. A mãe ficou muda, mas ouviu que Antônio tinha sofrido um acidente, que os médicos tinham descoberto um problema e ele estava internado desde então, consciente, fazendo um tratamento que ia se estender por semanas, talvez um pouco menos se tudo corresse bem, que seu nome era Arnaldo e

que. Ele não acreditou que a mãe desligou na sua cara. Ligou de volta na mesma hora. ‘Escuta aqui, dona Teresa, eu vou usar de toda a meiguice que Deus não me deu pra te falar umas coisas, e acho bom a senhora me ouvir porque senão vou praí agora e a gente tem essa conversa cara a cara. Eu e Tony estamos juntos há quase dois anos, dona Teresa, dois anos. A gente mora junto, entendeu? Eu sei que a senhora tá bem de saúde e não vai passar mal com a notícia. (PEREIRA, 2018, p. 83 – 84)

Este confronto entre Arnaldo e dona Teresa demonstra, além da ausência de diálogo, “[...] comprova uma ação que Antônio não consegue obter, talvez por seus laços afetivos” (LEBKUCHEN, 2020, p. 76). A partir daqui, quando trato das identidades nacionais homoafetivas, isto é, de uma identidade nacional que inclui pessoas homoafetivas e com deficiência, considero uma perspectiva deste personagem em busca, turbulenta, por si. Este, por sua vez, é incerto em um meio disciplinador em que foi criado. Tratando, neste primeiro momento, das exteriorizações tímidas que perpassam sua homoafetividade e sua expressão de gênero, as memórias de Antônio expõem as condições singulares e comuns construídas junto à sociedade brasileira.

Uma contradição a esta perspectiva e imposição a heteronormatividade dos comportamentos de Antônio encontra-se na sua apresentação à Escola. Neste dia “[...] o Comandante determinou que o garoto fosse sozinho, como passo inicial da jornada que ia transformá-lo num homem de verdade” (p. 38). O caráter disciplinador e autoritário que, primeiro, o Comandante apresenta ao filho e, depois, a Escola, condizem com um conjunto dos comportamentos masculinos que perpetuam para a reprodução de costumes machistas, homofóbicos e misóginos (DE PAULA e DA ROCHA, 2019). Se considerarmos as formulações masculinas no romance, percebemos a dissonância do protagonista com sua apresentação da personalidade. Podemos tratar isso diante das confrontações entre pai e filho.

Há muitos pontos de contato entre Antônio e o Comandante, a começar pelo nome: ambos se chamam Antônio. Desde antes dessa gravidez da mãe, já estava decidido que o filho se chamaria assim. Podia ter sido Antônio Filho, Antônio Júnior, mas acabou que o funcionário do cartório recebeu a orientação de registrar em seu livro Antônio da Silva e Silva, juntando o da Silva do Comandante ao da Silva da mãe, com um quê de nobreza, marcando assim uma ascensão social familiar, que até ocorreu. Antônio também estudou na Escola (e uma das tradições mais respeitadas da Marinha manda que um aspirante filho de ex-aluno adote o mesmo nome de guerra do pai), mas não chegou a concluir o curso. Um dia Antônio arrumou suas trouxas e simplesmente pulou fora daquele lugar. (PEREIRA, 2017, p. 22)

Continuando na reflexão das condições identitárias pessoais refletidas na camada social, podemos afirmar que as convenções culturais e sociais brasileiras, influem na narrativa de Carlos Eduardo Pereira de forma lúcida e, por vezes, tímida. Pulverizadas as diferenças entre os personagens coadjuvantes com o principal, compreendemos a perspectiva

defendida por Kwane Appiah (2018), desenvolvidas no segundo capítulo. Se os princípios da privacidade de Antônio partem da obtenção de rótulos, comportamento condizente ou questionador às normas masculinizadas, logo, refletem-se algumas suposições sobre o imaginário político e econômico brasileiro. A isto, Lilia Moritz Schwarcz (2019) considera que o imaginário político e econômico brasileiro está pautado em laços sanguíneos e padrões familiares estendidos na esfera pública. A própria escolha do nome de Antônio é exemplo deste desejo de ascensão social.

[...] Desde antes da gravidez da mãe, já estava decidido que o filho se chamaria assim. Podia ter sido Antônio Filho, Antônio Júnior, mas acabou que o funcionário do cartório recebeu a orientação de registrar em seu livro Antônio da Silva e Silva, juntando o da Silva do Comandante com o Da Silva da mãe, com um quê de nobreza, marcando assim uma ascensão social familiar, que até ocorreu. (PEREIRA, 2017, p. 22)

Soma-se a esta perspectiva a nomeação de seu nome de guerra igual ao de Comandante e a imposição de Antônio continuar a ascensão social da família. Ora, isto são reflexos da conjuntura patriarcal e paternalista que fundamenta a sociedade brasileira. Se o discurso nacionalista parte da perspectiva de que o grupo hegemônico influi e delimita como mais apropriado, logo as classes populares necessitam de uma ascensão social para que suas demandas sejam legitimadas. Em resumo, a perspectiva que Antônio foi criado nada mais implicou na adaptação e reflexo da conjuntura preconceituosa que sua família desejava adequar-se para não continuarem a serem marginalizados e excluídos socialmente.

Além disso, um ponto importante aqui é considerarmos se, conforme Eric Hobsbawm (1990), os vínculos de parentesco já refletem a condição da família de Antônio pertencer ideologicamente ao Estado-nação brasileiro. Não obstante, esta identificação espelha uma estrutura política que atravessa barreiras étnicas e linguísticas, sob a qual suas distinções ainda atuam entre as classes sociais, seja isto de modo horizontal ou vertical. Essa perspectiva também atua na esfera particular e representaria uma centralidade política durável que estabelece o caráter nacional necessário aos Estados modernos.

É justamente aqui que a perspectiva da insuficiência estatal faz-se, novamente, oportuna para compreender o processo de ascensão social do Comandante, uma vez que seu ingresso na Marinha ocorreu sobretudo por esforço pessoal. Visto como “[...] um québec, um tipo particular de intruso, que não dá para dizer que seja uma figura indesejável, mas que precisa suar a camisa até conquistar a confiança dos colegas” (PEREIRA, 2017, p. 12), o respeito por parte do órgão estatal não partiu de uma ordem de igualdade para com os cidadãos que ali dão “[...] todo o sangue pela Marinha do Brasil” (*idem.*, 2017, p. 12). A

ascensão social da família de Antônio, portanto, é reflexo de um sistema de valores meritocratas, no qual a imposição e a disciplina forçosa em defesa de ideias importados das camadas sociais no poder, implicaram no desenvolvimento de uma unidade nacionalista.

Se consideramos as perspectivas de Michel Foucault (2016) segundo as quais o poder impõe o funcionamento de técnicas de manutenção daqueles que já estão no topo da cadeia hierárquica, logo, as disciplinas impostas na Marinha, primeiro ao Comandante e depois a Antônio, são marcas elementares discursivas daqueles sujeitos hegemônicos. Considerando que o desenvolvimento das disciplinas são fundamentais para consolidação e manutenção da ordem capitalista, a educação, principalmente partindo para defesa do Estado-nação brasileiro, sucumbe e defende o princípio "suavidade-produção-lucro". Se as técnicas sucumbem ao ajuste deste princípio para a multiplicidade dos aparelhos de desenvolvimento capitalista, pois, a disciplina, tão defendida pela Escola e pelo Comandante, nada mais é do que “[...] invenções técnicas que permitiram fazer crescer a extensão útil das multiplicidades fazendo diminuir os inconvenientes do poder que, justamente para torná-las úteis, deve regê-las” (FOUCAULT, 2016, p. 212 – 213). Isto é, são formas para reger os corpos que compõem e estruturam uma comunidade imaginada chamada Brasil.

Não à toa, se os princípios disciplinatórios são conduzidos como formas de controle destes sujeitos, aqueles que os negam determinam o questionamento inerente às fronteiras nacionais. Vejamos como isto ocorre no objeto analisado. O fato, já citado, de que Antônio negou as perspectivas impostas e “[...] arrumou suas trouxas e simplesmente pulou fora daquele lugar [Escola]” (PEREIRA, 2017, p. 22), são cristalizados conforme a narrativa se desenvolve. Os princípios mais refutados pelo personagem, portanto, são os da militarização do ensino e da postura disciplinadora. Partamos primeiro da imposição ao comportamento de reprodução da masculinidade hegemônica, incitado pelo seu pai, e depois analisaremos como isto ocorre junto ao ensino formal. Parto para essa explicação da apresentação de Madalena.

[...] Nas redações de escola, talvez por causa de um texto muito frouxo, Antônio dificilmente tirava dez. E isso era um problema. O Comandante certa vez criou um sistema complexo, uma planilha onde ia computando as médias bimestrais do filho todos os anos desde a quarta série, e com base nessas estatísticas calculou um coeficiente capaz de apontar de imediato se ele era ou não um dos vinte por cento mais antigos, ou mais bem-sucedidos, da turma. Se a nota fosse baixa, ou seja, menos de oito e meio, o pau cantava de verdade. Toda vez que o filho fazia por merecer um corretivo, o Comandante se encaminha solene para o passadiço, o quartinho de bater, passando pela área de serviço, onde, pendurada na parede de azulejos brancos, ficava a Madalena. Então começava um momento só dos três: do Comandante, de Antônio e do cinturão com nome de cantora de cabaré (o Comandante nunca explicou o apelido, mas se tratava de um desses cintos de campanha, feito de couro desgastado, com um metro e dez de comprimento e uns quatro dedos juntos de largura, que havia sido presente de um colega da infantaria

do Exército ao fim de um curso de guerra na selva, e tinha uma fivela grossa de algum tipo de metal enferrujado e uma sequência dupla de passadores para prender cantil ou facão de abrir picada na mata, feitos do mesmo material). Antônio trazia a Madalena, fechava a porta atrás de si, acendia a lâmpada fluorescente e, de frente para o pai, se preparava para a lição. (PEREIRA, 2017, p. 42 – 43)

A perspectiva autoritária do comportamento do Comandante para com o filho pode ser explicada como um reflexo da formação no Exército, embora isto não seja uma justificativa. Considerando que o pai projetou no filho o mesmo futuro que o dele, senão pouco mais grandioso, e que Antônio não o tenha seguido, o Comandante expressava seu inconformismo junto à incapacidade de “[...] disfarçar o desgosto pelo filho, que não se virava muito bem com aquelas questões [da Marinha e, conseqüentemente, masculinas]” (*idem.*, 2017, p. 33). Isso resultou no sentimento de insuficiência de Antônio para com o pai e em uma relação distante, como exemplo, abaixo citamos as memórias do protagonista quanto a sua infância:

Não se conversava sobre qualquer assunto na casa da sua infância, mas algumas histórias o Comandante gostava de contar. Falava da Madalena, e quem ouvia pensava que era uma tia distante, um membro da família, e se orgulhava de seu espírito disciplinador. Nos churrascos no quintal, para uma plateia atenta, comendo e bebendo sem limites, o Comandante ensinava como se deve agir em certos casos. Ressaltava a importância da voz de comando, pois o líder da tropa deve mostrar para seus comandados quem é que apita, ordenado uma única vez, e ser respeitado por todos aqueles que ou seguem suas determinações ou vão sofrer as conseqüências cabíveis. No ritmo da tia distante, membro da família, que ensinou muita coisa nessa vida a Antônio, como não se mostrar inconveniente, jamais por orgulho e educação. (PEREIRA, 2017, p. 44)

A imposição de histórias a serem contadas, não só junto a terceiros, mas entre a mãe e a Antônio, condiz com o comportamento autoritário e disciplinador do Comandante. A própria perspectiva hierárquica, também, é refletida na forma com que este personagem é nomeado – não há qualquer referência de carinho e afeto na forma com que o filho e a esposa o tratam – e nas perspectivas impostas em seu dia a dia. Não obstante, considero que este comportamento foi moldado em conformidade à formação nacionalista e ufanista por parte da Escola Nacional da Armada, tanto para com Comandante, como para com Antônio. Vejamos como a disciplina é espelhada nesta instituição:

A Escola Nacional da Armada funciona sob regime de semi-internato, o que significa que os aspirantes a oficial têm que ficar aquartelados de segunda a sexta-feira, mas recebem autorização para passar os fins de semana com seus familiares, exceto a equipe da espada de serviço e os punidos por questões disciplinares. A rotina nesse lugar não muda nunca. Às seis da manhã, o corneteiro invade o alojamento com o toque de alvorada, e aí todos têm quinze minutos para estar formados em frente ao rancho para o café. Enquanto isso, o veterano de plantão, fiscalizava as camas arrumadas, ordena acelerando e verifica se cada um se apresentou com a barba semi-feita e os sapatos devidamente engraxados. Assim que é ordenado sentai-vos, os aspirantes vão se servindo da comida que já não chega

mais tão quentinha às mãos dos mais modernos, pois o normal é que se respeite a sagrada antiguidade. [...] Os rapazes ouvem a ordem do dia, cantam hinos em honra à bandeira e à nação, e desfilam levantando com vigor o pó preto que gruda na nuca, na testa e no nariz. [...] As instituições militares levam muito a sério o disciplinamento do corpo por meio dos desportos e da ordem unida. Assim se formam indivíduos viris, perfeitamente adequados à vida na caserna e fora dela. (PEREIRA, 2017, p. 49 – 50)

A esta educação disciplinatória, autoritária e hierárquica, que o discurso nacionalista em *Enquanto os dentes* é constituído com princípios bastante preconceituosos. Afirmo isto partindo da perspectiva de que há uma visível diferença do tratamento de Antônio e Comandante, a qual implica em uma posição social contraditória. Ao pai estão reservados apelidos que espelham sua figura como imponente, ocorridas através da imposição dos cargos hierárquicos da Marinha. Quando aos apelidos destinados a Antônio verificamos condições racistas, como Charuto e Linguíça Preta, e depois apelidos capacitistas, como Freio de Burro:

[...] Dá para dizer que Antônio também passou pelos interstícios, uma série de apelidos se sucederam desde a rua da sua infância. Primeiro foi Charuto, depois Linguíça Preta, depois Freio de Burro [...]. Na Escola, de Zero Doze virou Da Silva e, em algum momento, veio a metamorfose para Libélula Azul [...]. Quando pisou na faculdade, ele se apresentou aos novos amigos como Tony, e assim ficou pelos perfis das redes sociais. (PEREIRA, 2017, p. 44 – 45).

A negação do personagem em relação a estes apelidos preconceituosos dispõe a subversão e condição de marinheiro para procurar quem de fato é. Isto significa que, ao negar a Marinha e partir para o Rio de Janeiro, Antônio buscava sua própria identidade e não a imposta, é resultado da negação dos princípios a ele impostos. Considerando as perspectivas de Butler e Spivak (2018), ao decretar busca por esta liberdade, Antônio reitera determinadas proibições e reivindica sua identidade pessoal, esta, por sua vez, não sendo hegemônica. Diante disso, questionam-se as dinâmicas históricas e as hierarquias de poder. Se a perspectiva nacionalista, refutada na partida de Antônio, condiz com uma unificação imaginária preconceituosa, logo o ufanismo e o patriotismo se espelham na formação do Antônio para legitimação da unificação popular imaginária (HOBSBAWM, 1990; ANDERSON, 2008). Todavia, o que aqui é interessante no romance, é que, mesmo pertencente a este corpo social, Antônio nega esta condição e os padrões a ele imposto.

Se postularmos as considerações de Nestor Garcia Canclini (2015) e Joan Ramon Resina (2004) concluímos que, na sociedade contemporânea e pós-nacionalista, o processo de desterritorialização, em conexão com questionamentos das práticas sociais, econômicas e políticas, condiz com os confrontos de identidades. Isto se mostra semelhantemente no romance de Carol Bensimon, afinal, toda e qualquer identidade incitada neste cenário globalizado implica no questionamento de códigos sociais e simbólicos impostos. Tratando

destas transações, as constituições das identidades contemporâneas, ao que Dubar (2009) argumenta como crise das identidades, possuem configurações modificáveis e heterogêneas. Seu resultado é o consecutivo questionamento dos valores culturais que lhes foram impostos.

Se, “[...] ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indicados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos” (LOURO, 2020, p. 69), portanto, esta exclusão é derivada dos padrões e das práticas sociais inseridas na cultura. Appiah (2018), considera que justamente estas práticas, inseridas no que chamo aqui de esfera particular, rejeitam sujeitos em determinados cargos de empregos, níveis de educação, poder aquisitivo e, conseqüentemente, de poderes sociais. Tal como poderei no capítulo segundo, a conquista de determinados direitos civis e a reivindicação por ocupação de espaços públicos envolvem a política de inserção destes sujeitos junto à política formal.

A perspectiva das identidades faz-se oportuna quando as práticas de autoconstituição, reconhecimento e reflexão do indivíduo, perante a si mesmo, parte do acolhimento ou repulsa do corpo social no qual ele se insere. Esta regulação normativa é espelhada nos atos de subjetificação das pessoas, criando espaço para identidades nacionais homoafetivas. Neste sentido, recorro às conceituações de Guacira Lopes Louro (2020) para considerar que a viagem que o protagonista realiza entre o antigo apartamento, no Rio de Janeiro, para a casa dos pais, em Niterói, apresenta perspectivas sobre os deslocamentos identitários na contemporaneidade. Neste sentido, quando trato do nacionalismo como um fenômeno político, histórico, social e, sobretudo, cultural, coloco-o na perspectiva de cultura como local de “[...] percursos, trajetórias e trânsitos entre lugares/culturas ou posições-de-sujeito, mas, também, para refletir partidas e chegadas” (*idem.*, 2020, p. 14).

Como argumentei na introdução deste capítulo, a viagem modifica a essência dos indivíduos, porque ela “[...] transforma o corpo, o caráter, a identidade, o modo de ser e de estar [...]” (LOURO, 2020, p. 15), e considerá-la uma metáfora corresponde, aqui, também, na mudança e nas conjunturas sobre o corpo. Partimos das perspectivas de Judith Butler (2017), para quem os “[...] domínios da ‘representação’ política e linguística estabeleceram *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito” (p. 18). Destarte, todas as aptidões que correspondem à formação dos sujeitos implicam na atenção sobre a representação estendida diante do corpo social em que ele se encontra.

Se continuarmos nas perspectivas da noção identitária já elucidadas aqui, compreendemos que as noções binárias entre masculino e feminino e hetero-cis-normativas correspondem a uma específica noção identitária. Todavia, como pontuado por Butler (2017),

Appiah (2018), Louro (2020), Dorlin (2021), Trevisan (2018), Polesso (2018) e Nuto (2020), esta perspectiva é, além de restritiva, uma conformação de exigências políticas que abrangem decisões irrefutáveis de como deveriam ser os sujeitos e quais são seus papéis sociais, diante de uma perspectiva moralista. É justamente nos interstícios dos discursos que questionam e refutam esta ordem que Louro (2020) pondera a viagem como imprevisível e inerente ao percurso de vida daquele que a realiza. Para ela, isto significa que, ainda que inseridos nesta perspectiva moralista e corretiva de como os indivíduos devem ser:

[...] pode ser instigante sair da rota fixada e experimentar as surpresas do incerto e do inesperado. Arriscar-se por caminhos não traçados. Viver perigosamente, ainda que sejam tomadas todas as precauções, não há como impedir que alguns se atrevam a subverter as normas. Esses se tornarão, então, os alvos preferenciais das pedagogias corretivas e das ações de recuperação ou de punição. Para eles e para elas a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões. (p. 16)

Quando insiro esta perspectiva na análise de *Enquanto os dentes*, afirmo que a narrativa parte da viagem em duas perspectivas contraditórias. Na primeira trata-se da perspectiva física, com destino a casa dos pais, enquanto a segunda fundamenta-se na trajetória de memórias, ao seu interior. Isto é, enquanto uma o caminho visa o futuro, ao incerto, a segunda parte da transgressão daquilo que Antônio foi, é e será. Se continuarmos nas perspectivas de Guacira Lopes Louro (2020), a citação abaixo demonstra lucidamente a coerção social, penalidades, sanções, reformas e exclusões sofridas por Antônio:

É quando para na frente de Antônio um ônibus desses com plataforma mecânica instalada na porta do meio, que traz um adesivo com uma mensagem alertando que é para uso exclusivo de cadeirantes. [...]. O motorista [...] comunica aos passageiros que pode demorar, salta a roleta em direção à tal porta, coça a cabeça e perde uns momentos analisando o controle composto de dois botões [...]. As pessoas no ônibus e no lado de fora esticam o pescoço para enxergar melhor o procedimento. Alguns sugerem suspender Antônio no braço para ser mais rápido, outros acham que assim vai escorregar. Depois de uma pancada e dois chutes, o equipamento começa a se mover, [...] Antônio se ajeita na almofada, se posiciona no local indicado nas instruções, que dizem que é para entrar de ré, freia a cadeira, sorri, dando a entender que agradece e pede desculpas por tomar o tempo alheio, se segura como pode e o ônibus arranca dali. (PEREIRA, 2017, p. 66)

É aqui que podemos considerar que os sujeitos hegemônicos estão definidos numa matriz determinante de seus corpos. Portanto, as exclusões não apenas ocorrem na condição da esfera pública, elas também são claras na perspectiva privada. Ora, se considerarmos os dois momentos de penalidades, sanções, exclusões e reformas, condizentes ao seu corpo, podemos perceber que Antônio nada mais faz que refletir o comportamento que lhe foi ensinado pelo Comandante:

[...] O Comandante era fã do Nelson Piquet, aquele, sim, macho de verdade. Brigão,

mulherengo e bom piloto. Antônio falou mais ou menos isso para os moleques lá da rua, na última vez que tentou se enturmar.

[...] [Quando foi comentar de Piquet, ele] Encheu a boca para repetir o que ouvia em casa: que o cara era um tremendo garanhão, que não perdoava mulher boa que encontrasse pela frente, que ele comia tudo que era modelo, ou namorada, ou mesmo esposa de colega. O Piquet tinha desses direitos, era campeão do mundo, o mais antigo da categoria. E se algum infeliz resolvesse encrascar, ainda por cima apanhava. [...] Falou isso de um jeito que era – e ao mesmo tempo não era – o do Comandante. [...] De repente os garotos, pais de garotos, todo mundo começou a gargalhar, só as mãos que não. Apontavam para ele, gritando e fazendo sinais obscenos. [...] Identificaram que a tevê não era colorida, já que o matiz (eles repetiam, imitando uma vozinha fina), o matiz da escuderia era azul, e não grafite. Antônio correu para casa e apanhou como o diabo. O Comandante enquanto batia reforçava que era para Antônio aprender. Que era para demonstrar como ele tinha que ter feito com eles todos. (PEREIRA, 2017, p. 13 – 14)

Ao internalizar a masculinidade hegemônica pela qual o pai lhe apresentou, Antônio sofreu outra sanção e outra penalidade por não possuir o mesmo poder aquisitivo que os demais meninos e homens da rua. Na intenção de defender-se, o protagonista vai para sua casa, sob a qual espera-se, ao menos, um acalento. O que obteve foi uma outra penalidade por não ter agido da maneira que lhe era esperado, sofrendo outra sanção e coerção. É justamente na negação e repulsa desta condição, que Antônio apresenta um comportamento de transgressão a esta ordem que, conseqüentemente, o levou a viver longe dos pais por muitos anos. Isto é, seu processo de negação e fuga da ordem mestra, convergiram para zonas de transgressão e subversão. Isto significa que, a perspectiva do proibido, do ilícito, “[...] circula ao longo da fronteira. Ali os enfrentamentos costumam ser contrastes, não apenas e tão somente através da luta ou do conflito cruento, mas, também, sob forma de crítica, do contraste, da paródia” (LOURO, 2020, p. 19). Isto ocorre no trecho citado abaixo:

Quando percebeu que poderia tentar outra vida largando a Marinha, começou a projetar sua baixa. Passou meses planejando os detalhes, no mais absoluto segredo. Escolheu a faculdade certa, fez vestibular e passou tudo em silêncio. Levantou custos e decidiu onde ia morar, sabendo exatamente quanto custaria cada refeição, cada passagem de ônibus, de barca ou de metrô. Economizou o quanto pôde e, quando voltou das férias, a primeira medida foi solicitar uma audiência junto ao capitão de mar e guerra que comandava o quartel. "Mas garoto, a Marinha precisa de homens como você. Tenho certeza absoluta que seu futuro será brilhante. Não vai querer jogar fora todo o investimento que fizemos em você, vai? Pode falar, tá sendo pressionado? Tá sofrendo alguma perseguição, de algum colega? [...] O trote, Zero Doze, é mais antigo do que tudo por aqui, todos passamos por isso, inclusive eu, a minha Turma. Pode ser difícil, reconheço, mas molda o caráter. Acredite, aqui se forjam homens de verdade. [...] Daqui a pouco você é veterano, quando menos espera, oficial. Passa rápido. Seu pai tá sabendo dessa presepada? Aposto que não. Ele tá servindo onde mesmo? Eu vou ligar pro Da Silva. Isso, eu ligo pra ele e resolvo rapidinho essa acochambração. Fica calmo, vamos decidir o que for melhor pra você, entendeu?" Mas não teve jeito. Antônio voltou para a posição de sentido, prestou uma continência vigorosa e caiu fora dali. Direto para o quatinho do apartamento em que moraria pelos quatro anos seguintes. (PEREIRA, 2017, p. 40 – 41)

Novamente as perspectivas preconceituosas do discurso nacionalista brasileiro encontram-se na fala do capitão de guerra: “[...] ”Mas garoto, a Marinha precisa de homens como você. Tenho certeza absoluta que seu futuro será brilhante” (*idem.*, 2017, p. 40). O capitão, como um oficial das forças armadas, condiz com as perspectivas hegemônicas do discurso que compõe a perspectiva do que seja o brasileiro. A estrutura hierárquica, a disciplina e a coerção social também estão presentes no trecho acima. Todavia, o que é interessante é que, com sua linguagem simples, direta e clara, o narrador de *Enquanto os dentes* expressa a perspectiva de que Antônio, claramente, não concordava e não gostaria de permanecer na ordem mestra representada pelo pai e pela Marinha. Sabendo que novas conversões sociais seriam impostas e poderiam dificultar sua partida, o capitão de guerra e qualquer outro sujeito na vida de Antônio soube de seus motivos.

Curiosa, também, é a perspectiva de que o próprio capitão demonstra e, de certa forma, admite que as convenções e costumes da Marinha e, conseqüentemente, desta ordem mestre, são violentas e negligenciam determinados indivíduos. “[...] Pode ser difícil, recomeço, mas molda o caráter. Acredite, aqui se forjam homens de verdade. Rapaz, presta bem atenção, logo agora que as coisas tendem a melhorar você me apronta essa?” (PEREIRA, 2017, p. 41). O autoritarismo familiar, patriarcal e hierárquico, bem como as misturas da ordem pública e privada são lúcidas: “[...] Seu pai tá sabendo dessa presepada? Aposto que não. Ele tá servindo onde mesmo? Eu vou ligar pro Da Silva” (*idem.*, 2017, p. 41). Entretanto, a busca por si recorre de sujeitos que “[...] frequentemente, recusam a fixidez e a definição das fronteiras e assumem a inconstância, a transição e a posição ‘entre’ identidades como intensificadoras do desejo” (LOURO, 2020, p. 21). É justamente nesta perspectiva que as fronteiras se fazem oportunas, uma vez que Antônio nega o que lhe foi imposto, ele estabelece um conflito e, deste conflito, traça fronteiras daquele que foi para aquele que deseja ser. Para que se esclareça melhor esta perspectiva das fronteiras, partimos para uma segunda memória de Antônio:

Depois da semana e pouco que passou no antigo apartamento com as pessoas pensando que estivesse num cruzeiro de delícias, Antônio ressurgiu, só que um tanto diferente. Voltou a se encontrar com velhos amigos e recebê-los em casa. Era gente animada, que gostava de beber e fumar, do tipo chegando às boates do submundo, que marca encontros pelas redes sociais, em banheiro de shopping ou academia, estação do metrô, atrás da moita da praça. Uns menos e outros mais indiscretos, que Antônio foi conhecendo ao longo da via, em eventos isolados, e que naqueles dias voltaram com força total, não dispersos, um a um, como costumava ser, mas todos juntos. Atendendo a uma convocação invisível, eles foram chegando, sem a mais vaga ideia de como se portar com Antônio, mas cheios de curiosidade, que foram sumindo pouco a pouco. Algo se quebra depois que você vira cadeirante, ou desencana, e não é verdade o que dizem os psicólogos, que o sexo continua

sendo sexo, do ponto de vista de um deficiente, que o sexo está mais na cabeça do que no órgão genital. Sexo é pau duro, é penetração, e não dá para ignorar que mais de setenta por cento do corpo de um homem assim fica fora de uso, não adianta tocar que ele não sente nada. Os dias de loucura terminaram quando Antônio caiu na cadeira de rodas pela última vez, nas mãos de um desses amigos. O sujeito o carregou no colo, colocou de volta na cama, desligou o som e foi embora. (PEREIRA, 2017, p. 92)

Ainda segundo Louro (2020) estes espaços do ‘entre’ fronteiroço apenas constituem sentido por sujeitos que se distinguem da ordem hegemônica. Para a autora, combinam-se as perspectivas de raça, classe e gênero e, neste caso, podemos ainda incluir a de pessoas com deficiência. Neste sentido, todos estes sujeitos que cruzam os espaços moralizados e desmoralizados, de um para outro lado das fronteiras, são “[...] movidos para tal por muitas razões, podem atribuir a esse deslocamento distintos significados” (*idem.*, 2020, p. 18). O próprio círculo de amigos que Antônio possuía pertencia a este espaço ‘entre’, mas não constituíram uma ação de acolhimento do protagonista que escapava, ainda mais, da perspectiva hegemônica. Para tanto, todos os sujeitos que escapam da ordem planejada encontram-se em uma posição diferente daquele espaço que, uma vez, ocupavam. Ou, em outras palavras, já não estão completamente imersos e inclusos no espaço que outrora ocupavam.

Podendo descobrir novos espaços, eles ainda “[...] atravessam fronteiras ou adiam o momento de cruzá-las. Muitos permanecem referidos à via mestra, mesmo que pretendam recusá-la e ‘partir pra outra’...” (*ibidem.*, 2020, p. 19). Aprofundar as permanências no espaço da via mestra junto ao próximo capítulo, todavia, é importante pontuar as consequências pelas quais Antônio, uma vez distanciado desta via, retornou a ela. Consideremos que a via mestra está representada pelo discurso dos pais, isto é, pelo que foi apresentado ao protagonista durante sua formação e quando incumbia suas ações nas perspectivas projetadas pelo Comandante. Tal como poderei anteriormente, ele retornou a este caminho porque não mais conseguia sustentar-se e cuidar de si morando sozinho. A melancolia e tristeza que perpassa a narrativa influi nas condições sobre as quais ele retorna a um espaço que ele sabe que não o comporta, mas o faz por necessidades básicas.

Todavia, tal qual como ponderou Louro (2020) mais acima, ainda há um processo de recusa a sair da ordem mestra. Estes sujeitos, apresentam uma outra perspectiva melancólica sobre si e suas identidades. Justamente para procurar explicar e salientar esta constituição, considero essencial a análise do próximo objeto, o romance *Todos nós adorávamos caubóis*, de Carol Bensimon, bem como da constituição social e identitária das personagens Cora e Júlia.

3.2. CORA E JÚLIA, DOIS OPOSTOS EM UMA VIAGEM CONTURBADA: A PERSPECTIVA HOMOAFETIVA NO ROMANCE *TODOS NÓS ADORÁVAMOS CAUBÓIS*

Considerarei, na análise anterior, que os sujeitos que cruzam as fronteiras normativas estão fundados na falta de escolha livre da travessia. Isto é, conforme Louro (2020) estas pessoas viajam como caracterização de “[...] um ir e voltar livre e descompromissado ou pode se constituir num movimento fora, numa espécie de exílio” (p. 18 – 19). Ao fugirem da via planejada, eles perpassam o lugar externo e de cruzamento entre o que se formula normativamente nas culturas e nos grupos. É justamente nesta zona de conversão, de contraste, de enfrentamento que o ilícito se encontra. “[...] Ali os enfrentamentos costumam ser constantes, não apenas e tão somente através da luta ou do conflito cruento, mas, também, sob forma de crítica, do contraste, da paródia” (*idem.*, 2020, p. 19). É fundamental que eu esclareça que estes sujeitos que subvertem e desafiam estas fronteiras interpelam na arbitrariedade das divisões, das limitações e dos limites daquilo que socialmente é imposto aos sujeitos.

Se pensarmos nas transgressões e nas recusas de permanecer dentro destas fronteiras, podemos compreender as mutualidades e definições de inconstâncias das posições “[...] ‘entre’ identidades como intensificadoras do desejo” (LOURO, 2020, p. 21). É destas inconstâncias que o romance analisado do presente tópico se faz oportuno. Por este motivo, quando trato de Julia e Cora, refiro-me a duas pessoas que “[...] não se colocam [...] como um novo ideal de sujeito” (*idem.*, 2020, p. 22). Ao contrário do que tratei anteriormente com *Enquanto os dentes*, a presente análise parte da perspectiva de que as identidades são instáveis e, por este motivo, são afetadas por experiências outras que vivenciam. É justamente nesse interstício, que o processo de construção de quem as protagonistas, apresentadas ao leitor, designam:

[...] o processo de se ‘fazer’ como sujeito pode ser experimentado com intensidade e prazer. [Elas] fazem pensar para além dos limites conhecidos, para além dos limites pensáveis. Afetam, assim, não só seus próprios destinos, mas também certezas, cânones e convenções culturais. (LOURO, 2020, p. 23)

Tratando exclusivamente deste ponto de partida para, depois, aprofundar em outras consequências identitárias em *Todos nós adorávamos caubóis*, tomemos as perspectivas de Cora e Julia enquanto desestabilizadoras das certezas nacionalistas e culturais brasileiras para, depois, provocar outras percepções identitárias. A isto podemos nos referir ao romance

como uma busca de duas mulheres pela liberdade de serem quem idealizam e desejam. O que, todavia, não significa que embates culturais, pessoais, familiares, sociais e identitários não existam.

O romance inicia-se com o encontro e partida das protagonistas aos pampas gaúchos, em uma viagem que se revela um encontro homoafetivo. No cenário interiorano do Rio Grande do Sul, Cora e Júlia apresentam-se livres dos cerceamentos familiares, que mostravam-se limitantes e preconceituosos. A narrativa se empenha em mostrar a relação afetiva entre ambas, diante dos conflitos ideológicos entre seus familiares, do sentimento de pertencimento nacional e do processo de desterritorialização de seus corpos. A narração parte da personagem Cora e dispõe uma narrativa não linear que perpassa a continuidade dos pensamentos da protagonista com referências geográficas, músicas, livros e memórias próprias.

Estruturado em dez capítulos e narrado em primeira pessoa pela protagonista, o enredo do romance gradualmente apresenta a história das duas mulheres que se conheceram enquanto cursavam jornalismo na universidade e, consecutivamente, separaram-se quando Júlia foi continuar seus estudos em Montreal, no Canadá. Cora, por sua vez, segue o mesmo caminho, e parte para Paris, França, para estudar moda. A história se inicia quando ambas resolvem voltar ao Brasil e concretizar o que elas chamam de Viagem Sem Planejamento. O plano nasceu no recorte temporal dos seus dezoito anos, quando as duas estavam deitadas no chão do quarto de Júlia, no pensionato Maria Imaculada e ouvindo *Houses of the Holy*, pensando na:

[...] quantidade infinita de cidades desinteressantes a ser descobertas, e aquele disco parecia um combustível para nossos planos de liberdade. Mais uma vez, no entanto, nós não saímos do quarto, não descemos correndo as escadas, não alcançamos o carro antes de a faísca desaparecer. Para falar a verdade, continuamos olhando para o teto, embora o volume e o tom da nossa voz deixassem evidente uma boa dose de empolgação. (BENSIMON, 2013, p. 19)

É importante pontuar que os pensamentos que alimentam a imaginação das protagonistas estavam pautados na dimensão e necessidade de negação às regras que a elas eram impostas. Isto é claro no parágrafo seguinte, quando Cora relata que a sensação, ao imaginar a viagem, era semelhante à de pintar o cabelo de azul como se, apenas por cogitar a ideia, a satisfação da rebeldia já tivesse sido suprida.

Assim, a viagem ficava para outra hora, a uma distância segura da decepção, afinal ter o cabelo azul talvez não fosse um grande rompimento com a norma, e os lugares desinteressantes talvez fossem somente lugares desinteressantes, nada mais, e por isso mesmo é que quase ninguém ia até eles. Respirei fundo. Era o ar da serra, nós

estávamos ali, com cinco ou seis anos de atraso, mas ali, finalmente ali. Tínhamos sobrevivido a uma briga que continuava pairando sobre nós, Paris, a Montreal, à loucura das nossas famílias. Aquela viagem era mais um fracasso irresistível. (BENSIMON, 2013, p. 19)

Como está claro na citação acima, é seguro que eu afirme que o romance de Carol Bensimon conjuga uma narração que dispõe uma jurisdição específica ao que é contado ao leitor. A partir da narração de Cora, o leitor se contextualiza com a mudança e as visões da própria personagem sobre suas situações relatadas. A isto pondero que a situação a que somos apresentados em *Todos nós adorávamos caubóis*, está sempre em uma “ilusão autobiográfica” pela perspectiva de uma das protagonistas. Se configurarmos uma crítica baseada em Pierre Bourdieu (2011), podemos considerar que a história parte da ilusão de Cora para credibilizar sua própria vida. Em outras palavras, as concepções coerentes e orientadas da narração partem do que é compreendido pela ação unitária da memória da narradora. Veja, ela própria admite que sua narração é turva porque depende do seu próprio entendimento:

Entre os dezoito e os vinte e um anos, acho que a gente tinha planejado a famosa Viagem sem Planejamento uma centena de vezes. E, quando sim, com variações mínimas, é natural que se compacte tudo em uma única memória poderosa, cujo cenário é determinado de modo aleatório - basta ter acontecido uma única vez no lugar em questão —, enquanto sua carga dramática vem da soma de todas as noites que acabaram nos levando à ideia da viagem, mais o número de anos que nos separam daquelas noites. Nesse caso, minha memória é a seguinte: eu e Julia deitadas no chão de um quarto quase sem móveis, no terceiro andar do pensionato Maria Imaculada. Estávamos olhando para o teto. (BENSIMON, 2013, p. 18)

Se justificarmos esta concepção através da análise de que as pessoas tratam das perspectivas cotidianas de maneira ilusória, logo, podemos considerar que o curso para entender as ações reais iniciam pelas narrativas estabelecidas por aqueles que as contam (BOURDIEU, 2010). Pela sucessão das memórias de Cora, o passado é organizado junto ao presente da narrativa e intercalado nas perspectivas futuras, todos conforme as previsões e desejos de Cora. Neste sentido, não significa que o romance ou a narrativa seja uma mentira, mas é carregada de valores e perspectivas de uma das duas personagens. Nos diferentes graus que Cora apresenta às demais personagens, ela possui um determinado domínio daquilo que conta. Isso perpassa a possibilidade de gerenciar o presente ou, ao menos, a explicação mais palatável, a ela, sobre os acontecimentos:

O vinho era ruim, mas eu não disse nada. Bastava tentar esquecer disso tomando-o. Todos os vinhos brasileiros eram, salvo exceções que eu certamente não tivera o prazer de conhecer, muitíssimo ruins” (BENSIMON, 2013, p. 55)

Ainda que seja claro que esta viagem e, conseqüentemente, o enredo do romance,

inclina-se para os acontecimentos no interior do Rio Grande do Sul, o passado mescla-se a ele. De forma muito sutil e delicada, a organização temporal da narração configura um recorte fundido ao que foi interessante a Cora revelar ao leitor. Em outras palavras, tudo que sabemos em *Todos nós adorávamos caubóis*, não deixa de passar pelas recordações da narradora. Talvez essa seja a primeira diferença com o romance de Carlos Eduardo Pereira.

Ao passo que *Enquanto os dentes* traz um narrador em terceira pessoa, que só revela os acontecimentos presentes e as memórias de Antônio conforme uma projeção ao ponto de vista do protagonista, *Todos nós adorávamos* apresenta uma narradora em primeira pessoa que também apresenta as memórias que viveu junto da outra protagonista mas que, no entanto, ela apenas faz isso conforme seus próprios interesses. Em outras palavras, tudo que sabemos sobre Cora e Julia intercede os interesses próprios da narradora de contar-lhes, o que não exclui a possibilidade de ela ocultar detalhes e mostrar situações conforme seus interesses. Todavia, a diferença destas narrações é que, enquanto na primeira a perspectiva é inconsciente, tanto por Antônio, como pelo narrador, na segunda é o oposto. Para que isso se esclareça, recorro a apresentação de Cora em comparação à Júlia. Iniciemos por Julia para, também, esclarecer as perspectivas narrativas de Cora. Julia, como postulado nas citações anteriores, viveu na pensão Maria Imaculada, enquanto morava em Porto Alegre e cursava jornalismo. Neste pensionato ela convivia com:

[...] Moças direitas que acreditavam em Deus e cozinhavam macarrão instantâneo sob a luz fluorescente da grande cozinha coletiva. Moças que nas sextas-feiras deixavam a mala pronta antes de ir para a aula, depois voltavam, tomavam um banho, trocavam de roupa, trancavam as portas, desciam as escadas na máxima velocidade permitida pelas irmãs que mantinham a pensão, para em seguida levantarem os braços no meio da rua congestionada e racharem um táxi até a rodoviária. Às vezes, antes de embarcarem no ônibus intermunicipal, cada uma na direção da única cidade que conheciam de fato, comiam juntas uma coxinha e tomavam um suco nos bancos altos da lanchonete, e não gostavam nem um pouco do jeito que os homens olhavam para elas. (p. 23)

Neste momento, a apresentação bem concisa do ambiente que ela vivia, compreendemos que a ordem e a disciplina eram soberanas e consonantes aos mandamentos de um Deus. Assim como as demais meninas no pensionato, Júlia não se sentia pertencente à cidade de Porto Alegre. Por este motivo, é importante pontuar que o processo de desterritorialização na personalidade de Júlia está presente na sua formação enquanto indivíduo. Tal como as demais meninas, ela voltava aos finais de semana para a cidade de Soledade, onde nasceu e onde vivia sua família. Nesse sentido, a perspectiva interiorana é fundamental para compreensão de alguns comportamentos desta protagonista.

Parece que a desvantagem de crescer no interior é que todo mundo pode estar conversando sobre você ou sobre seus pais em todas as salas de jantar iluminadas em um raio de três quilômetros. Por isso o melhor é não dar munição para o falatório, ou ao menos era o que Júlia dizia quando eu perguntava sobre como tinha sido passar a adolescência inteira em um lugar daquele tamanho. Eu estava interessada nos desvios, uma pessoa entediada acaba fazendo coisas estúpidas, essa era minha crença e talvez meu estilo de vida, mas aparentemente não havia desvio algum, uma vida regular com uma família regular, a mãe uma das últimas donas de casa de que eu teria notícia, o pai que media ascensão social pelo tamanho da garagem, o irmão cuja futura esposa não por acaso havia sido sua única namorada. (BENSIMON, 2013, p. 23 - 24)

A forma em que Cora relata a adolescência de Julia é atravessada por um certo tédio e enfado. Há poucos relatos e muitos mistérios acerca de sua relação familiar e a cidade em que se criou. É visível que há uma composição de muita disciplina e regulação de determinada ordem soberana, sob a qual a perspectiva público-privada esclarece-se enquanto norteadora dos comportamentos e, por vezes, pensamentos da família de Julia. Ao longo do romance, Cora nos apresenta uma mulher que não consegue ser ela mesma naquela cidade, isto é, está sendo sempre regulada e observada pela família e pelos conhecidos. É justamente aqui que há a interferência pública no relacionamento das protagonistas e, conseqüentemente, o conflito entre elas. Se a confluência conservadora e hierárquica moldou a concepção e construção de Julia enquanto indivíduo, é claro que ela não concorda com comportamentos que são normalizados por Cora. Tomemos como exemplo um beijo no pátio de um hotel em Bagé:

[...] Quando estendeu o braço, a cuia já cheia na mão, eu me aproximei e tentei dar um beijo nela. Tentar não seria a palavra a ser conquistado, era um beijo ganho, um beijo óbvio, um beijo consequência, um beijo menos descoberta e mais continuação. Julia, no entanto, escolheu fugir dele, virando o rosto no último segundo, e de repente *humilhada* se escreveu na minha testa em neon. Olhei para frente, mais para fugir de Julia do que procurando um motivo para aquela rejeição. Fany e a menina embaixo das arcadas com pressa. Entendi o que tinha acabado de acontecer. (BENSIMON, 2013, p. 145 – 146)

Antes de adentrar na problemática da passagem acima, é necessário pontuar o relacionamento amoroso entre as duas personagens. O elemento principal da discussão narrativa é o conflito entre Cora e Julia. Apresentado ao leitor de forma entrelaçada às aventuras da viagem, a história delas iniciou-se no curso de jornalismo, quando, depois de consolidar uma amizade, elas se apaixonaram e a relação mútua, todavia, conturbada, iniciou. A perspectiva da turbulência entre ambas estava no fato de que Cora era assumidamente homoafetiva, enquanto Julia levava uma vida dupla entre a cidade de Soledade, onde vivia sua família, e Porto Alegre, onde se relacionava com Cora. O relacionamento acaba quando Julia resolve terminar os estudos no Canadá. E a história se reinicia no reencontro de ambas para a Viagem sem Planejamento.

Neste romance, as tensões entre as esferas públicas e privadas, ao que foi posto também em *Enquanto os dentes* (2017), interferem de maneira discreta na narrativa. Em outras palavras, *Todos nós adorávamos caubóis* (2013) essa tensão se estabelece com relação aos personagens coadjuvantes na vida das protagonistas, encontrados durante a viagem, na relação de Cora e Julia. Neste sentido, o conflito se estabelece quando a funcionária do hotel, Fany, retira-se do lugar com a filha e Cora, claramente incomodada, relata para Júlia que ela não deveria ter tomado aquela atitude. Depois de um pedido de desculpas por parte de Julia, Cora afirma que estava surpresa em saber que a outra protagonista tinha vergonha do seu relacionamento com ela. Júlia então confirma seus ideais conservadores que prejudicam o relacionamento:

‘Cora, não é uma questão de vergonha. Mas por que tu vai colocar uma mãe numa situação dessas, ter que explicar para filha que as vezes duas –’
‘Ter que explicar o que pra filha, o funcionamento do mundo? Achei que era isso que as mães faziam.’
Ela não respondeu.
‘E também achei que tu tinha superado, sei lá, as tuas questões morais.’ (*idem*, 2013, p. 146)

É aqui que a estrutura pública interfere diretamente. Enquanto Cora normalizou relacionar-se em público e pouco se importava com as consequências sociais, Julia apresentava o oposto. Neste sentido, podemos afirmar que as perspectivas da cidade interiorana estão tanto sob a perspectiva tanto de Julia como no lugar que elas se encontravam, uma vez que Bagé pode ser considerada uma cidade conservadora. Se todos possivelmente comentassem sobre a intimidade de ambas e a possível negação das questões morais, interferem diretamente na sua identidade das duas personagens. Tal como pontuei no segundo capítulo, as posições em que elas se colocaram diante do corpo social, quando mostram sua intimidade em espaços públicos, implicam na condenação de seus corpos enquanto ‘estranhos’. Se a normalidade é construída por um princípio normalizante de exclusão, Julia não gostaria de associar-se a ele. Isto é claro que não somente na perspectiva pública, mas, sobretudo, na privada. O incômodo de Cora por não conhecer os pais da mulher com quem se relaciona concorre para o seu sentimento de exclusão de uma parte da vida de Julia.

‘Por que tu nunca me apresentou teus pais?’
‘Eles moram em outra cidade.’
‘E daí? O teu pai ia às vezes pra Porto Alegre, teu irmão também, mas sempre acontecia alguma coisa e eu acabava nunca encontrando com eles, ainda que a gente tivesse juntas quase o tempo todo naquela época, tu já notou isso, não é estranho? Eu sempre achei muito estranho. E depois tu podia ter me convidado pra ir pra Soledade contigo alguma vez.’

‘Tu ia achar todos eles idiotas, e eles iam te achar uma louca. Não fazia sentido nenhum.’ (*ibidem.*, 2013, p. 146)

A discussão prolonga-se com Julia admitindo que gostaria de manter o relacionamento afastado da vida pessoal e familiar. Os conflitos com Cora prolongam-se, como afirmei, porque a narradora não concorda com esta concepção. Todavia, o que podemos concluir deste recorte da discussão é que Julia encontra-se em conflito com sua sexualidade e perspectivas morais que fora apresentada como normalizadoras. O sentimento de descontextualização para com o local e os princípios que cresceu se relacionam ao que Butler (2017) e Connel (2020) afirmam como constituição clássica das perspectivas de classe, etnia, raça e sexualidade. Os eixos de poder que Júlia questiona internamente ao longo do romance confluem para uma relação de poder e constituem um controle identitário próprio para ser aceita na sociedade e, também, no seio familiar conservador que fora criada. Posso relacionar estas perspectivas com Trevisan (2018), que estabelece que o sistema de conservador que enrijeceu a sociedade brasileira constitui um elemento articulado entre a elite. Esta, autora dos limites das perspectivas históricas e, portanto, ideológicas do Brasil, constituem a consolidação dos constructos homofóbicos refutados por Cora, enquanto pessoa que deseja amar a céu aberto, e por Julia, que tem medo das consequências deste questionamento.

Aqui é possível traçar um paralelo entre a identidade de Antônio com a de Julia. Ambas são carregadas de disciplinas, hierarquias e comportamentos reguladores impostos ao longo de suas formações. Da mesma forma que estes comportamentos foram impostos por Comandante à Antônio, à Júlia, também, foi apresentado através do pai. Todavia, o que diferencia estes dois personagens é que, para Julia, seu pai agia de forma mais autoritária e em conjunto com os demais moradores da cidade e membros da família. Consideremos quando ela e Cora encontram com seu irmão mais velho, Mathias.

Próximo ao final do romance, depois de muitos atritos entre as protagonistas, sob os quais Cora alegava não conhecer parte da vida de Júlia, elas partem para Soledade. O objetivo era que Cora conhecesse o local em que Julia cresceu. Todavia, é dúbio na narrativa que Júlia também tivesse intenções de apresentar sua família à Cora. Isso porque o objetivo de Julia era que Cora conhecesse melhor a mulher com quem se relacionava. Diante disso, as duas recorrem à um almoço na casa de Mathias, onde se localizava em um “[...] sítio de cinco hectares em Margem São Bento, [...] suficientes para a casa grande, os dois carros, a horta e a sua própria porção de mata nativa” (BENSIMON, 2013, p. 157). Nesta fala já é possível compreender melhor a classe social da família Ceratti, já que apenas famílias com significativo poder aquisitivo possibilitam à caçula cursar sua graduação no exterior e o primogênito, que

pelas contas de Cora “[...] tinha vinte e nove anos agora” (*idem*, 2013, p. 158), possuía uma propriedade relativamente grande. Neste sentido, podemos concluir que a perspectiva em que ambos desfrutavam para desenvolver-se profissionalmente é clara. Estas poucas conquistas de ambos já nos demonstram a diferença entre a classe de Antônio e os Ceratti.

Continuando na conjuntura das características da cidade interiorana, agrego para a análise dos encontros e desencontros indesejados. Isto confirma a perspectiva de Cora que “[...] todo mundo pode estar conversando sobre você ou sobre seus pais em todas as salas de jantar iluminadas em um raio de três quilômetros” (BENSIMON, 2013, p. 23). Exemplo disso é quando Júlia comenta que o irmão não estava muito surpreso com a visita, aparentemente, inesperada dela. Ele, por sua vez, apenas responde: "A tia me ligou ontem" (*idem.*, 2013, p. 158). A única evidência da visita delas à parenta se apresenta discretamente na narrativa quando Julia comenta do mau gosto decorativo da tia. Isto porque ela encontra-se indignada com as mudanças que a tia fez na casa onde Julia morou. Talvez este tenha sido o motivo dele não se surpreender e ainda apresentar um certo desprezo pelos atos da irmã:

“Tu não viu o pai e a mãe ainda?”
“To indo pra lá amanhã, talvez. Vem cá, que história é essa da tia pintar nossa casa de roxo?”
Ele tossiu, surpreendido por uma risada curta.
“Tu tá sendo sentimental. Não é mais a nossa casa.”
[...]
“É que roxo é brabo, né. Se fosse, sei lá, um salmãozinho? Aquele bege era muito discreto pra tia, eu sei, ela curte colares enormes com ágata tingida. E o quarto dela, meu Deus!”
Julia segurava a cuia. Tomou o primeiro gole.
"A minha casa é essa daqui. Tua casa fica em Montreal. A casa do pai e da mãe agora-“
"Tá bem, Mathias, eu entendi." (*ibidem.*, 2013, p. 159)

É importante salientar que os pais de Júlia e Mathias mudaram-se para uma cidade litorânea. Existe aqui uma hierarquia bastante clara em relação aos pais e aos filhos. O fato dele perguntar se ela já viu os pais não parece ser apenas uma pergunta de linguagem fática, existe aí uma hierarquia clássica patriarcal sob a qual já estava sendo apresentada por Cora desde o início. Veja, já expressei um exemplo quando citei a rotina de retorno a Soledade de Porto Alegre, entretanto isto ainda se confirma em outras passagens. Um exemplo é a apresentação da família de Júlia por Cora:

[...] Sua mãe era uma boa cozinheira, embora ninguém tivesse perguntado se ela gostava disso, Mathias ia se casar com a garota de sempre, Julia ajudava o pai a empacotar ametistas em plástico bolha. Alguns dos seus velhos amigos estavam estudando em Passo Fundo, outros tinham ficado por ali [Soledade], fazendo negócio com garimpeiros muito pobres nos sábados de manhã, depois levando empresários estrangeiros até as lojas de sua família para que eles examinassem

araras e obeliscos e árvores esculpidas em pedra enquanto provavam um gole de chimarrão e faziam cara feia e riam de si mesmos. (BENSIMON, 2013, p. 24 – 25)

Se partirmos das perspectivas de Elsa Dolin (2021), a mãe de Júlia assemelha-se muito com dona Teresa. Isto porque ambas são fortes exemplos das categorizações de gênero. Diante da perspectiva da filósofa francesa, a relação de poder implícito nas garantias de reprodução, funciona “[...] graças às mutações do sistema de categorias que ele produz e no qual se apoia” (2021, p. 53). Na análise anterior considerei estas perspectivas conforme a diferença dos gêneros homem e mulher. Na presente análise considero importante pontuar as perspectivas capitalistas e de acumulação primitiva que implicam nestes corpos. Neste sentido, se cruzarmos as perspectivas de Dorlin (2021) com a italiana Silvia Federici (2017) percebemos que o desenvolvimento da sociedade capitalista, pela qual o nacionalismo faz-se oportuno, só foi possível graças a três fatores: primeiro, ao progresso da divisão sexual do trabalho, segundo, à ordem patriarcal vigente da exclusão das mulheres e, por último, da mercantilização dos corpos e, conseqüentemente, da transformação dos corpos das mulheres enquanto máquina de reprodução. É justamente neste contexto em que a família de Júlia emerge.

No contexto globalizado, do objeto analisado, intercedo na consonância de que “[...] na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções do trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 31). Dona Teresa e a mãe de Júlia encontram-se neste cenário, enquanto subordinadas aos maridos. Entretanto, ao questionar e buscar pela sua independência, Julia e Cora destoam destas práticas, mesmo que ambas tenham sido ensinadas a repeti-las. Suas consonâncias são muito mais explícitas na congruência com Julia. É aqui que se faz oportuna a análise de como Cora interpreta Júlia e como a narradora se apresenta enquanto transgressora desta ordem moralizante.

Expliquei acima que Dorlin (2021) e Federici (2021) convergem na perspectiva que a divisão sexual do trabalho reprodutivo intercede da ‘capacidade de reprodução’ que nunca existiu em si mesma. Isto significa que o movimento feminista, ao questionar os fundamentos ‘naturais’ dos sexos masculinos e femininos intercederam na crise do que, antes lhes eram impostos, nas perspectivas culturais machistas, racistas e homofóbicas. Tratando da constituição de gênero, como intervi no subcapítulo anterior, conflui para a determinação que a sexualidade é fruto de um sistema político. Neste sentido, é a “[...] heterossexualidade reprodutiva, que define o feminino e o masculino por meio da polarização sexual socialmente organizada dos corpos” (DORLIN, 2021, p. 55). A partir das conceituações fenotípicas de cada sujeito, ao que Dolin (2021) intitula “plasticidade da carne dos corpos sexualizados”,

consideramos que a heterossexualidade, refutada nos romances analisados, intercede de um discurso de nível simbólico, no qual “[...] a estrutura psíquica sem exterioridade a partir da qual cada indivíduo não apenas se socializa, como alcança o ‘status de sujeito’” (p. 56). É justamente nesta intersecção teórica que faz-se oportuno perguntarmos quem são Júlia e Cora, enquanto duas mulheres homoafetivas.

Se a divisão sexual do trabalho herda o materialismo histórico e, conseqüentemente, constitui um sistema político de opressão, logo, a crítica ao sistema de heteronormatização parte, primeiro, dos corpos femininos e homoafetivos. Quando tratamos de negar estes constructos, consideramos como sujeitos femininos, depois de se unificarem em torno de uma identidade específica, intercedem na fragmentação das fronteiras identitárias e, conseqüentemente, criam outras plurais (DORLIN, 2021). Partindo de uma política de subversão, caímos na construção crítica de que os termos binários – homem, mulher; masculino, feminino; heterossexual, homossexual; ativo, passivo – “[...] não consiste[m] tanto em superar, destruir ou abandonar esses termos, e sim em desafiar, perturbar e transformar a relação que os engendra” (*idem.*, 2021, p. 125). É justamente aqui que o relacionamento amoroso instituído por Cora e Julia é, constantemente, questionado e desrespeitado. Em outras palavras, o relacionamento homoafetivo delas não é considerado, comumente, como sexual.

Veja, se o pensamento sexual está pautado na perspectiva heteronormativa, quando tratamos de uma relação em que a perspectiva ativo *versus* passivo, homem *versus* mulher, não é exercida este comportamento erótico das relações é inexistente. Por este motivo, uma relação homoafetiva entre duas mulheres é tida como não sexual. Questionadoras destes princípios, as personagens de Carol Bensimon destituem isto em ações, que elas próprias consideram selvagens e indisciplinadas da perspectiva moralizante das impostas. Intercedendo isto a viagem empreendida, recupero a perspectiva de Louro (2020), sob a qual este contínuo deslocamento serve como grandeza das perspectivas de desenraizamento e trânsito. Exemplo disso é o fato de ambas dizerem que visitarão a família, mas quando chegam ao Brasil, vão direto ao encontro e a realizar sua viagem aos pampas.

Se considerarmos que a formação e transformação das personagens intercedem do desenvolvimento que “[...] caracteriza-se por constantes desvios e retornos sobre si mesmo, um processo que provoca desarranjos e desajustes, de modo tal que só o movimento é capaz de garantir algum equilíbrio ao viajante” (*idem.*, 2020, p. 13). Por este motivo, podemos pensar a viagem em ambos os romances como a reflexão dos lugares, culturas e costumes que refletem da onde elas partiram, este lugar conservador, para onde elas procuram, um local

que as acolham como são. É justamente que a “[...] metáfora da viagem interessa-me para refletir [...] sobre partidas e chegadas. Importa-me o movimento e também os encontros, as misturas, os desencontros” (*ibidem.*, 2020, p. 14). Cabe nisto, elucidarmos as perspectivas e construções delas enquanto amantes. Tomemos a descrição da passagem onde ambas relembram os ‘tempos selvagens’ iniciais do seu relacionamento. Todavia, para que os argumentos sejam claros, preciso iniciar pelo contexto da citação.

Estando em Minas do Camaquã, sentadas em uma mureta e observando “[...] toda a cidade” (BENSIMON, 2013, p. 109), as protagonistas relembravam uma conversa antiga. Cora a iniciou dizendo que aquela cidade, onde ambas estavam calmas e, aparentemente, resolvidas dos problemas entre elas e em suas respectivas vidas pessoais, poderia ser o lugar que tanto imaginavam. Elas buscavam por um “[...] lugar fora do lugar, um lugar que fosse mais ou menos um lugar nenhum, saca?” (*idem.*, 2013, p. 109). Aparentemente esta busca por um lugar nenhum implica no que Appiah (2018), Butler e Spivak (2018) consideram como uma fluência da autodefinição nacional. Tal como elucidado no capítulo segundo, podemos pressupor que nenhuma das duas protagonistas considerava-se pertencente à estrutura do Estado-nação que ocupavam. Cora e Julia buscavam por um lugar sob o qual a esfera pública fosse despolitizada e recorresse a uma estrutura de poder que as incluísse e, evidentemente, não descrevesse uma injustiça para com suas identidades não-hegemônicas.

Se a unidade territorial parte de uma linha narrativa que assimila os sujeitos junto de uma ordem política identitária, específica e preconceituosa, logo, Júlia e Cora necessitavam separar-se desta ordem para, depois, sentirem-se incluídas enquanto cidadãs. Considerando, portanto, que esta perspectiva parte da estrutura nacionalista conservadora (ZACCHI e ALMEIDA, 2018), a resposta delas a retirarem-se para o Canadá e para a França apenas elucida a reivindicação de uma fronteira nacional para além da nação que, aparentemente, deveria acolhê-las. Neste sentido, é importante recuperar os pensamentos de Resina (2004) e Canclini (2015). Esta perspectiva de Cora e Julia é resultado das articulações resultantes do processo de massificação da comunicação e da tecnologia interposta sobre os Estados nacionais.

Se, para Resina (2004), as implicações dos processos de constituição de cidadania e identidades pessoais e/ou coletivas, são perspectivas que surgiram da globalização e, o discurso político interfere nas relações de acolhimento de diferentes indivíduos, logo, o processo de cidadania e pertencimento nacionalista está em conflito. Conforme pontuei no capítulo primeiro, o processo de desterritorialização, aqui interposto por Cora e Julia, questionam os moldes inventados de unidade política nacional. Estas novas dualidades

étnicas e culturais intercedem nos conflitos identitários, sobreposta ao longo da presente dissertação, o que interfere na construção das identidades pessoais como híbridas, maleáveis, mutáveis (HALL, 2006; CANCLINI, 2015). O cenário globalizado e a migração das protagonistas para a América do Norte e Europa são reflexos daquele cenário globalizado interposto em translações migratórias, econômicas e midiáticas, sobre os quais se reivindicam outros espaços para suas identidades não-hegemônicas. É justamente nesta criação de outros territórios, lugares em que possam existir sem qualquer preconceito ou confronto moral, que a conversa de Cora e Julia faz-se oportuna:

‘Onde é que a gente falou sobre essa história dos lugares?’

‘No carro. Depois do pensionato.’

‘Eu estava bêbada?’

‘Completamente.’

‘*Wild times*’, ela disse, alongando as sílabas ao máximo.

Wild times de verdade. Julia nua diante de mim sob uma luz azulada. Seus olhos se empenhavam em observar algum detalhe horrendo do quarto [de motel], depois ela ficava de pé e se movia com as pernas como coladas uma na outra, tentando esconder alguma coisa que sinceramente era perda de tempo tentar esconder, enquanto eu dizia algo do tipo o que eu dizia? eu dizia me dá um gole?, tá tudo bem?, eu nunca achei que tu-. (BENSIMON, 2013, p. 110)

O corte narrativo entre os “tempos selvagens” e a perspectiva sexual de Cora para com sua companheira, institui as marcas que tanto Butler (2017), Dorlin (2021) e Federici (2017) consideram sobre o corpo. Todavia, faz-se mais oportuna, aqui, a perspectiva de Guacira Lopes Louro (2020), na qual, atentando-se as pesquisas destas teóricas, argumenta que os lugares sociais implicam nas “[...] posições de sujeitos no interior de um grupo” (p. 69), sendo esta referida a seus corpos. Como contextualizado nos capítulos teóricos, os sujeitos foram categorizados e classificados conforme uma hierarquia e, logo, são esquematizados e explanados conforme a cultura que estão inseridos. Veja, na citação acima, Cora contextualiza um momento íntimo de ambas, sob o qual há o ato sexual refuta o discurso. Se o corpo é reflexo de uma cultura e esta, por sua vez, é negada, conforme parte Stuart Hall (2006) e Kwane Appiah (2018), então é necessário atentar-nos ao “[...] caráter específico (e também transitório) do sistema de crenças com o qual operamos” (LOURO, 2020, p. 70).

Se os corpos são interpretados conforme as perspectivas culturais daqueles que os descodificam, logo, podemos perceber que, quando diante de um corpo não-hegemônico, diferentes barreiras são colocadas àquele que o interpreta (LOURO, 2020; BUTLER, 2019). Isto é claro na perspectiva que Bensimon desenha em *Todos nós adorávamos caubóis*. Julia, diante dos olhos de Cora, que ao menos lembra-se do que falar à companheira nua, demonstra

uma destas barreiras. Em outras palavras, até para Cora, já se entendendo como homoafetiva, era difícil considerar que Júlia também fosse: “[...] eu nunca achei que tu-“ (BENSIMON, 2013, p. 110). Isto é mais claro em passagens anteriores:

[...] Eu tinha contado a respeito da Julia para Jean-Marc em um domingo de sol. Eu disse: fui apaixonada por uma garota que só queria se divertir. Ele respondeu que eu não deveria sentir pena de mim mesma, isso também podia acontecer entre um homem e uma mulher, coisa que ele afirmava por experiência própria, disse rindo, as costas apoiadas no gradil, eu me perguntava se os cadeados não o estavam machucando [na Pont des Arts]. Mas quando você gosta de pessoas do mesmo sexo, continuei, a relação pode ficar realmente confusa, quero dizer, os sinais, os sinais são mais óbvios entre um homem e uma mulher, certo? Como flertar com sua melhor amiga e se fazer entender? ‘Isso é um problema universal, Cora’, disse Jean-Marc. (BENSIMON, 2013, p. 78)

Louro (2020) afirma que o discurso heteronormativo imposto aos corpos se transforma quando ele transforma e/ou quebra paradigmas que lhe foram pré-definidos. Partindo desta concepção, Cora encontra-se no processo de criação de novas perspectivas que se organizam para formação de quem seria a Julia. Em outras palavras, a construção de Julia acontece através das perspectivas que Cora criou e interpreta dela. Veja, ela já contextualiza ao amigo Jean-Marc que Julia apenas queria divertir-se com ela. Ao longo do romance, conforme a narradora revela suas dúvidas enquanto a sexualidade da sua companheira, dispõe as disputas ao corpo normativo que ela própria travou sob a outra. Justamente por isso, mesmo que Julia apresente todas as características normativas que a colocam como uma pessoa dentro da ordem moralista heteronormativa, ao relacionar-se com Cora ela institui “[...] transgressões e subversões que essas três características (sexo-gênero-sexualidade) podem experimentar são empurrados para o terreno do incompreensível” (*idem.*, 2020, p. 75).

Os limites que são inquiridos à Cora por parte da descodificação de Julia perpassam transgressões que são requeridas conforme a identidade sexual que Júlia não apresenta a Cora. Em outras palavras, encontra-se aí o dilema “[...] entre ‘assumir-se’ ou ‘permanecer enrustido’ (no armário – *closet*) para ser considerado um divisor fundamental e um elemento indispensável para a comunidade [LGBTQIA+]” (LOURO, 2020, p. 30). Ora, em nenhum momento do romance Cora demonstra lembrar uma conversa com Júlia na qual ele disse, claramente, qual sua sexualidade. Não havendo um momento de colocação enquanto homoafetiva, Julia condiciona a Cora o conflito de que ela pode, apenas, estar sancionando desejos. Estes pensamentos da narradora são claros depois que ela apresenta os momentos finais do seu relacionamento:

Não que eu houvesse sido consultada a respeito. Tampouco me sentia disposta a começar uma conversa do tipo o-que-está-acontecendo-com-a-gente. De maneira

que Julia ia ficando com os meninos, e eu levava minha vida. [...] Ela me contava no dia seguinte sobre os meninos com quem tinha ficado, e eles eram estudantes de todo tipo [...]. Nenhum deles, no entanto, tinha ganhado o coração de Julia. Essa era a parte que eu podia chamar de consolo.

Mas nossa história veio a terminar com um grande toró sobre Porto Alegre. [...] Nos subimos as escadas [do pensionato] com os braços abertos, um degrau de cada vez.

Porque o quarto estava um breu, eu instintivamente fui para a beirada da janela assim que Julia abriu a porta. [...] Onde Julia tinha se metido?

“Julia?”

“Tô aqui.”

Pelo som, eu podia supor que ela estava sentada na cama.

“Eu tenho que te falar uma coisa, Cora.”

“Tu tá apaixonada por alguém?”, eu disse de pronto, olhando o vazio do quarto. [...]

“Eu vou para o Canadá daqui um mês.” (BENSIMON, 2013, p. 69 – 71)

Esta passagem é importante para salientar que o incômodo que Cora sentia quando Julia comentava dos muitos meninos com quem ficava, enquanto estavam juntas. Sua relevância está no fato de que Julia relacionava-se com estes rapazes antes de apresentar os motivos do fim do relacionamento. A isto, implica-se certa insegurança de Cora em não conhecer direito a mulher com quem se relaciona. “[...] Às vezes se tornava difícil de repente juntar essa pessoa, a contemplativa-deprimida, à outra, mil quilômetros por hora, espetáculos privados no meio do nada, vida dupla aos dezoito e o mundo aos vinte e um” (*idem.*, 2013, p. 45). Se cruzarmos as perspectivas de Louro (2020) com Appiah (2018), intercedemos na regulação da identidade do próprio indivíduo que reserva a si informações pessoais e acontecimentos sobre sua vida. O fato de Júlia não rotular-se sexualmente e o incômodo de Cora a isto justifica que sua identidade molda-se “[...] pelas formas sociais disponíveis e, evidentemente, por suas interações com os outros” (APPIAH, 2018, p. 22). O vínculo com a cidade de Soledade e as moralidades que lhe foram impostas, intercedem a sexualidade em Julia mais delicadamente que com Cora. As identidades negadas ou aceitas socialmente, como já argumentei no capítulo segundo, intercedem da conceituação particular de cada indivíduo para si próprio. Trata-se de um nível íntimo dele próprio de dizer ao público aquilo que o compõe.

A estereotipia que intercede nos corpos e inclui ou exclui sujeitos conforme o discurso hegemônico, intercede na obra de Bensimon quando Cora apresenta-se em contraponto a Julia. Aliás, torna-se fundamental pontual que todas as apresentações de Cora sobre si, perpassa, antes ou depois, uma iniciativa de comparar-se ou justificar-se diante da outra:

Sim, eu me sentia atraída por garotas. Tecnicamente, eu era bissexual. Minha linha do tempo teria todos os indícios. Brincou de Tartarugas Ninja. Fez escolinha de futebol. Recusou-se a vestir uma saia. Apaixonou-se por professoras. [...] apaixonou-se pela psicóloga. Frequentou boates gay com identidade falsa. [...] Beijou colegas em banheiros públicos. Escreveu frases feministas em jeans rasgados. [...] Parou o carro em uma rua escura e pulou para o banco de trás com

Martina, depois com Luciana, depois com Amanda. Leu *Lolita*. Leu a obra completa de Hilda Hilst. [...] Mas eu disse *bissexual*. Garotas e alguns garotos. Ou, para ser mais exata: garoto. Garota. Garota. Garota. Garoto. Garota. Garota. Garoto. E daí seguindo usualmente esta proporção. Com os garotos, eu ficava por inércia. Com as garotas, por encantamento. Com os garotos, tudo transcorria como em um roteiro de comédia romântica para grande público (salvo que eu estava justamente fingindo o papel que cabia). Com as garotas, tudo começava, continuava e acabava no mais puro melodrama. (BENSIMON, 2013, p. 45 – 46)

O exemplo acima esclarece a comparação e justificativa de como Júlia era para com Cora. O momento em que Cora apresenta-se e demonstra uma vida sexual bastante ativa e bem resolvida é oposta a como Julia foi nos apresentada. Novamente, isto perpassa a condição de que quem conta e fala sobre Júlia não é ela mesma. As concepções que somos apresentadas são frutos de como Cora a vê e interpreta. Todavia, a forma moralista e certinha de Julia é um claro contraponto a como a narradora constrói-se. Cora, por sua vez, deixa claro que gostaria de se:

[...] apaixonar na rua e poder contar com um pingo de chance. Não ter medo de me envolver com alguém que, no dia seguinte, pudesse acordar arrependido. Mas acabei sendo o lapso de muitas pessoas. A fase superada de outras tantas. Minha atenção pelo sexo feminino era uma doce aventura e, ao mesmo tempo, uma condenação ao mais claustrofóbico dos universos. (*idem.*, 2013, p. 46)

Talvez seja nesta comparação com a outra protagonista que Cora justifica seu incômodo em não conhecer a família de Julia ou pelo beijo negado no hotel Cavalinho Branco. Uma vez que assumida, Cora não tem pretensões e nem motivos para esconder-se ou não rotular sua própria identidade. A isto, recorro ao que Stuart Hall (2016) afirma sobre a estereotipia. Se as diferentes abordagens sobre a sexualidade são amparadas de inúmeras maneiras e, por elas, ressignificadas, logo a conceituação se Cora e Julia pertenciam ao grupo de pessoas homoafetivas desencadeou, primeiro através da estereotipia de seus corpos. Neste sentido, vejamos a perspectiva de como Cora sentiu-se em relação à recepcionista da hospedagem em Antônio Prado:

Julia começou a preencher o cadastro com uma letra cuidadosa. De vez em quando, ela levantava a cabeça e sorria para a senhorinha. A velha, por sua vez, ia seguindo com os olhos minhas andanças pela sala, como se as coisas estivessem ali não para ser vistas de muito perto, mas apenas em uma panorâmica apressada. Talvez ela fosse mais amável com outros hóspedes. Talvez ela oferecesse balas de morango para as crianças. Mas nós não parecíamos o tipo de gente que ela tinha o prazer em servir. Que tipo de gente? Para começar, eu era uma loira platinada, cabelos emaranhados, dois dedos de raízes castanhas intencionais. Além das botas Doc Martens, eu usava um jeans apertadíssimo (pernas finas desde criança), uma regata e uma jaqueta de couro vermelha e justa com capuz, o qual você pode imaginar, ficava um bocado armado atrás do pescoço. Desde que eu morava em Paris, eu carregava no lápis preto. (BENSIMON, 2013, p. 21 – 22)

A citação acima desvenda um sentimento que Cora carrega por inúmeras outras cidades em que percorrem. Quando cito e coloco os holofotes neste seu incomodo enuncio seu desconforto por não combinar com as categorias normativas que se esperava dela nestes municípios. Dorlin (2021) condiz com isso demonstrando que o reconhecimento dos corpos sexuados “[...] não impede [...] que a heterossexualidade seja, em um nível simbólico, a estrutura psíquica sem exterioridade a partir da qual cada indivíduo não apenas se socializa, como alcança *status* de sujeito” (p. 56). Isto significa que, este incomodo de Cora está em detrimento de saber que ela é considerada anormal, não-hegemônica, destoante do que nestes locais esperavam dela, isto é, ela não é vista como uma pessoa.

Ao mesmo tempo que este incomodo se estabelece, ela procura por interstícios para identifica-se como pertencente a identidade nacional brasileira e gaúcha. Esta tensão entre os locais que ela percorre e as tensões de sua identidade, enquanto homoafetiva, apenas se resolve no final do romance, na França. Como parte de um trabalho que apresenta a faculdade de moda, Cora resgata os símbolos e as identidades nacionais a partir da vestimenta gaúcha que reuniu ao longo da viagem com Julia. Esta vestimenta, por sua vez, é trajada por Jean-Marc, seu amigo francês na cidade de Paris:

Uma camisa de algodão cru bem justa. Eu tinha confeccionado os punhos, a gola e o bolso a partir de dois lenços com prados em Bagé. Os lenços eram brilhosos do tipo seda, com um padrão delicado e uma elegante harmonia de cores, e tudo isso fazia com que fosse muito difícil imaginar um gaúcho usando um acessório daqueles amarrado ao pescoço. Devia haver uma ocasião gaudéria muito específica para justificar aquela vaidade quase feminina. De qualquer maneira, agora, integrados à camisa, os lenços haviam definitivamente ultrapassado as fronteiras do pampa. [...]

Eu sentia um tremendo orgulho de mim mesma. E ainda havia ideias muito mais ambiciosas nos croquis, as quais felizmente eu não precisava executar. Por exemplo, o chapéu campeiro com uma tira de spikes, o colete que alternava um tecido liso de flanela com inúmeras faixas pampa bordadas, as bombachas de tweed, as capas. (BENSIMON, 2013, p. 177 – 178)

A simbologia da vestimenta gaudéria, reformulada para identificação da narradora, pode ser interpretada como a forma dela acolher seus incômodos e sua identidade enquanto gaúcha para, depois, reformula-la enquanto sua própria. A isto, quero dizer que mesmo inserida em um cenário conservador e que a negava, Cora abraçou sua diferença e, ao longo do processo de desterritorialização, reformulou esta identidade para extrair a sua própria. É aqui que seu orgulho, mesmo que não executando todas suas ideias, implica no primeiro momento de pertencimento a identidade gaúcha. é aqui que ela apresenta sutilmente a negação dos princípios conservadores inserindo elementos que seriam “[...] seriam muito difícil de imaginar um gaúcho usando” (*idem.*, 2013, p. 177). Soma-se a isto a perspectiva de

que Cora, reformulando esta vestimenta, também recorda e ressignifica sua viagem e suas problemáticas. É claro esta passagem quando, ao complementar indumentária com seu lápis cinza-escuro ela recorda-se da penúltima vez que o usara.

[...] Esse lápis era um toquinho agora, embora eu não lembrasse de tê-lo usado tanto assim na vida; acho que a última vez tinha sido no aniversário da poeta carioca, e a penúltima com certeza havia muito mais tempo, meses, em algum dia da viagem pelo interior, no quarto do hotel em São Francisco de Paula onde eu tinha aberto a garrafa de vinho com minha bota, podia ser isso, mas podia ser também que eu não estivesse mais me importando com o lápis, porque em seguida vi uma estrada em linha reta com um paradoro no fundo, não durou quase nada, deu lugar aos cânions, às coxilhas, aos trilhos do trem, à casa abandonada, e tudo antes de eu tocar na linha d'água do olho esquerdo de Jean-Marc. (BENSIMON, 2013, P. 178)

Veja, mesmo que o lápis de olho não simbolize um signo nacional brasileiro, ele ainda é importante na vestimenta como forma de identificação da narradora e, também, como forma de relembrar suas memórias. Mesmo envolvida nas simbologias, foi necessário que Cora as ressignificasse para, assim, pertencer a esta identidade. Neste sentido, a perspectiva de exclusão social está em detrimento da divergência das perspectivas do poder discursivo hegemônico. Para que isso se esclareça faz-se oportuna recuperar os pensamentos de Elsa Dorlin (2021) sob as perspectivas de construção das identidades quando aplicadas a categoria de gênero. Já poderei que a categoria do gênero é determinada diante da polarização sexual dos corpos que, conseqüentemente, interfere na determinação das sexualidades heterocis-normativas. O que parece não ocorrer da mesma forma e intensidade com Júlia no mesmo contexto:

Quanto a Julia, é claro que ela tinha mais chances de angariar simpatias. Em primeiro lugar, ela era menos estranha do que eu. Eu não ficaria nem um pouco surpresa se alguém de repente elogiasse seus brincos. Em segundo, porque estava sempre disposta a agradar, mesmo quando percebia certa hostilidade no outro. Isso já tinha me deixado irritada umas tantas vezes no passado. E, no entanto, havia também em Julia uma certa dose de inadequação, como se apenas uma série de acasos, uma longa cadeia deles, pudesse explicar sua presença naquele lugar. (*idem.*, 2013, p. 22).

Ainda que Júlia também divergia das perspectivas moralistas, ela apresenta uma condição mais sutil. O fato de Cora focar na perspectiva de sua aparência e, em contraponto, no comportamento de Júlia, possibilita que compreendemos que Julia tinha uma aparência mais moralista. A isto Hall (2016) intercede na apresentação das identidades enquanto fundadoras de diferentes discursos que influem em uma expressão hegemônica. Ao deslocarem-se deste discurso, as protagonistas estão dentro de um deslocamento de identidades desvinculadas dos tempos, das histórias e das tradições que caracterizam os lugares que elas estão. Isto caminha ao longo de todo o romance, mas, influenciando no estilo e

estética de Cora, somos apresentados, logo no início do romance, uma situação homofóbica junto a sua bota Doc Martens:

[Enquanto preparavam-se para iniciar a viagem] Fomos interrompidas por uma série de três batidas na minha janela. Olhei e reconheci o cara das bombachas. Ele era a única pessoa que havia sobrado de todo aquele burburinho do início [em frente ao hotel]. [...] Baixei o vidro.

“Essas tuas boas são de homem”, ele disse, apontando para dentro do carro, o dedo indo e voltando duas vezes. Pela sua expressão minhas botas pareciam ter acabado com seu dia.

Um tanto chocada, olhei para meus próprios pés a fim de conferir o que era mesmo que eu usava, e eram meus coturnos Doc Martens, pelos quais eu havia pagado uma pequena fortuna em uma loja de marca em Paris. [...]

Dei um risinho resignado.

“Acho que o senhor não é um especialista em moda.”

Então fiquei encarando seu rosto precocemente enrugado e senti quando Julia encostou a mão na minha perna e eu ouvi quando ela disse baixinho para irmos embora dali. (BENSIMON, 2013, p. 13 – 14)

Enquanto Cora rompe com a desconstrução das noções identitárias e se recontextualiza como sujeito, é clara a resistência e a repulsa desta perspectiva por parte da outra parcela da população, isto é, daqueles condizentes ao discurso hegemônico. Esta rearticulação dispõe disputas de existências e de identificações que não só rompe com a norma como reproduz e interfere diretamente na materialidade do corpo. Ao sinalizar o estranho, o impróprio, as botas de Cora sinalizam que ela encontra-se externa, fora, dissidente ao centro, isto é, fora das ideias fundadoras e hegemônicas. É justamente aqui que a perspectiva do que compõe Cora enquanto uma mulher, parte de uma emergência cultural obsoleta, na qual abraçam pessoas que “[...] não se conformam [com] às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas” (BUTLER, 2019, p. 43). Se partirmos da perspectiva de Louro (2020) e consideramos que Cora “[...] supõe uma não-acomodação, admite a ambiguidade, o não-lugar, o trânsito, o estar-entre. Portanto, mais do que uma identidade, *queer* sinaliza uma disposição ou um modo de ser e de viver” (p. 96). Neste sentido, se consonância da identidade da narradora parte do questionamento da lógica binária de gênero-sexualidade e o processo de hierarquização alicerça-se nos sistemas e instituições que vão delimitar os comportamentos socialmente aceitos, logo, o fato dela também querer se retirar do país é completamente justificável e plausível.

Assim como Júlia e Antônio, Cora não se distingue completamente das perspectivas de separação do corpo nacional. Isto é, o fluxo migratório que os três personagens intervêm em suas narrativas próprias, dispõe uma consonância de desterritorialização e reterritorialização de um local que os pertença. Em outras palavras, os três, por serem homoafetivos e, cada qual, negar e não identificar-se com as normas sociais, recorrem a

dinâmica global e mudando-se dos locais que os impõem essa regra. Seja em âmbito nacional, como *Enquanto os dentes*, como em âmbito global, *Todos nós adorávamos caubóis*, as perspectivas de reedificação por direitos e negação de conflitos morais edificantes, interpelam em um discurso nacional brasileiro que não abraça e acolhe as três diferentes personalidades. É justamente por esta perspectiva que os valores nacionais, o ‘autoritarismo narrativo’, quando somados às concepções de subversão de gênero, intercedem na crise das identidades. Consideradas como heterogêneas e modificáveis, os três personagens interpelam no questionamento dos valores culturais dos meios em que cresceram.

ESVAZIANDO AS MALAS: UMA CONCLUSÃO E INFINITAS POSSIBILIDADES DE RECOMEÇOS

A partir de uma análise da perspectiva canônica da literatura brasileira, esta dissertação investigou as diferentes concepções acerca da identidade nacional. Diante das semelhanças e dissimilaridades dos romances *Enquanto os dentes* (2013), de Carlos Eduardo Pereira, e *Todos nós adorávamos caubóis* (2013), de Carol Bensimon, abordei como o princípio de exclusão, infiltrado nas perspectivas nacionalistas, interferem na crise identitária de sujeitos não hegemônicos. Ao cruzar a fortuna crítica da consolidação canônica da literatura brasileira e da teoria de gênero e *queer*, constatei outras perspectivas afetivas que são discernidas dos estereótipos sociais. Diante disso, também considerei que a literatura contemporânea está, gradativamente, recombinao outras formas de identificação nacional diante da representação dos corpos não hegemônicos. Para que isso fosse possível, explorei as representações destes corpos em uma literatura das diferenças, colocando-a como dispositivo de afirmação política diante das marcas de desterritorialização e das adversidades desses corpos diferentes, razão que, também, justifica a escolha do título desta dissertação.

Mesmo que eu tenha explicado, na introdução, que tanto na escolha da problemática de pesquisa como dos objetos existia uma identificação pessoal, não me fazia sentido colocar o título primeira pessoa, seja no singular ou plural. Isto porque a análise trata da individualidade de três personagens. Ainda que abrace outros corpos homoafetivos, *Enquanto os dentes* (2017) e *Todos nós adorávamos caubóis* (2013) retrata a particularidade de Antônio, Cora e Julia. Em outras palavras, eu me identifiquei com a problemática identitária de ambos os objetos, qual eu, também, vivenciei, todavia, o retrato dos romances não me inclui, isto é, as narrativas tratam exclusivamente deles, dos personagens.

Segmentada em dois capítulos teóricos e um de análise, a presente dissertação compreendeu as variadas perspectivas de relações de poder que fortalecem as ideologias moralistas que determinaram e determinam o nacionalismo brasileiro. Em esfera micro ou macro, concluo que os aparelhos estatais e essas ideologias segregativas estão orientadas para dominação e normalização destes corpos que não são masculinos, brancos, heteronormativos, pertencentes à elite e euro-centrados. A exploração dessa construção identitária encontrou-se no recorte teórico acerca da perspectiva nacionalista, de caráter homogeneizante e discriminatório, mobilizada de tempos em tempos, desde a sua ascensão, como consolidadora ideológica dos Estados-nação modernos.

No primeiro capítulo, consolidei o que é o nacionalismo, desde sua origem até os estudos mais recentes. Partindo das perspectivas de Anderson (2008) e Hobsbawm (1990), desenvolvi seu histórico, objetivando esclarecer a importância da literatura para o estabelecimento de territórios nacionalmente imaginados, bem como quais foram os princípios ideológicos que o alicerçaram. Além disso, foi necessária a contextualização do liberalismo econômico como organização discursiva e as maneiras em que a ordenação territorial interfere, como resultados de uma lógica canônica, isto é, alicerçada na perspectiva branca, masculina, hetero-cis-normativa, euro-centrada e elitista. Ao avançar esse histórico para uma perspectiva mais recente, relacionei as ideias de Resina (2004), Hall (2006) e Canclini (2015) como forma de compreender a influência do processo de globalização no período pós-guerra. Em outras palavras, apurei o processo pós-nacionalista como resultado da conjuntura contemporânea. Derivadas disso, elucidei as perspectivas da hibridização cultural, do processo de desterritorialização nacional para que, depois, configurasse a crítica do nacionalismo diante da problemática da presente pesquisa.

Esse capítulo prossegue contextualizando a teoria acima diante da conjuntura nacionalista brasileira. A interpretação de todo o processo histórico da consolidação do Brasil enquanto Estado-nação, refletido e representado em literatura, indicou as bases teóricas e princípios moralizantes que ainda circulam no seu corpo social. Iniciei este subcapítulo com as perspectivas de Santiago (2019 a) e Trevisan (2018), comprovando minha argumentação de que a cena literária foi um instrumento de assessoria e manutenção das ideologias segregativas, exemplificando as proposições iniciais do subcapítulo anterior. Os estudos de Leite (2017), Lessa (2008), Schwarz (2014; 1968), Schwarcz (2019) e Candido (2000; 2006) foram primordiais para que esta hipótese fosse comprovada do período colonial até a primeira metade do século XX. Quando trato da perspectiva a partir da segunda metade deste século, conversei com as teorias de Ginzburg (2017), Sousa (2020) e Santiago (2019a) como forma de esclarecer a conjuntura histórica e literária que demonstrasse as mudanças importantes para a cena que meus objetos estão inclusos, isto é, a cena contemporânea. É por este motivo que finalizei este capítulo com as teorias de Sussekind (2005) e Dalcastagnè (2012), apresentando mutações que hoje se encontram na literatura brasileira contemporânea.

Diante das perspectivas apresentadas sobre as representações literárias de corpos hegemônicos e os questionamentos dos valores normativos consolidados na fortuna crítica canônica, o segundo capítulo buscou esclarecer sentidos dos discursos a respeito das identidades homoafetivas. Seu objetivo pautou na abordagem do espaço que os sujeitos não-hegemônicos ocupam e quais suas confluências no contexto literário. Também dividido em

dois subcapítulos, essa parte apresentou os estudos de Connell (2020; 2012), que possibilitaram que eu localizasse a epistemologia das diferenças que baseou as análises dos meus objetos. Além disso, os estudos da australiana abriram espaço para que eu exemplificasse as hipóteses identitárias de Appiah (2018) e Hall (2016; 2017; 2014). Junto a eles, contextualizei as formas de construção dos conflitos identitários e, conseqüentemente, os aparatos de poder que constituem os princípios moralizantes que excluem os corpos homoafetivos. Butler e Spivak (2018) complementam esta análise das segregações estatais e cruzam, junto de Zacchi e Almeida (2018) a influência direta desta perspectiva na crise de identidades. Diante disso, foi necessária uma breve contextualização da conjuntura identitária do movimento LGBTQIA+ (FACCHINI, 2018; TRINDADE, 2018) e seus reflexos na literatura.

A teoria aplicada finaliza-se com a segunda parte deste capítulo, no qual questiono as tradições canônicas e os novos parâmetros para o desenvolvimento da atual literatura. Empreguei a abordagem pós-moderna de Hutcheon (1991) para adequação e desenvolvimento em contexto brasileiro com os estudos de Perrone-Moisés (2016) e Dalcastagnè (2002; 2012). A perspectiva da primeira teórica possibilitou que eu expusesse as demandas de pensar a reversão de valores e técnicas narrativas que acompanham os novos princípios intercedidos pelas mutações do corpo social. Antes de adentrar em especificidades brasileiras, trouxe a perspectiva de Scramim (2002), que intermedia as autoras trazidas para o debate e afirma que este novo contexto de liberdade acompanha as conquistas sociais, refletidas no subcapítulo anterior, e tem com o objetivo atingir a liberdade narrativa e de expressão sem regras aos princípios hegemônicos. Dalcastagnè (2002; 2012), por sua vez, contextualiza a narração, o autor e os leitores que são protagonistas de uma conjuntura contemporânea, intitulada por ela como territórios contestados.

Ao cabo desta fundamentação teórica, considerei como as marginalidades representadas em narrativas e a estereotipação dos corpos interferem na representação dos corpos homoafetivos. A partir disso, busquei redefinir a noção de identidade nacional em direção a identidades plurais, que podem ser nacionalmente imaginadas, diante da análise dos dois romances propostos. Concluí esse trajeto com o contexto dos meus objetos, seus autores, os cenários de publicação e suas distintas circunstâncias de divulgação.

No terceiro capítulo, no qual analiso *Enquanto os dentes* (2017) e *Todos nós adorávamos caubóis* (2013), busquei elucidar que toda perspectiva de identidade nacional é composta por sujeitos, não obstante, feita de construções humanas e mutáveis. Em resposta aos valores de cada período histórico, as identidades nacionais espelham permanências ou

mutações. Seus descentramentos interferem em inúmeras possibilidades de existência, todas pautadas na perspectiva discursiva e política. Se inicio a pesquisa afirmando que o nacionalismo é uma ideologia imposta e segregativa, logo, quando são exploradas novas identificações, há uma outra forma de representação das tensões que, intermediadas pela literatura, contrapõem os princípios da comunidade nacionalmente imaginada. Seguindo esta lógica, a perspectiva da viagem, em ambos os objetos, são apresentadas como experiências de subalternização dos corpos dos seus protagonistas. Assim, por meio dos pensamentos de Louro (2020), posso dizer que a viagem empreendida pelos corpos homoafetivos de Antônio, Cora e Julia ultrapassa a dimensão geográfica. O deslocamento físico para onde eles viveram e o conseqüente reencontro com princípios, ideologias e memórias moralizantes, é, também, desencadeador de conflitos a respeito de quem eles são *versus* aquilo que lhes foi apresentado e imposto.

Na análise de *Enquanto os dentes* (2017), considere que os princípios conservadores que atravessam a identidade de Antônio são impostos pela esfera familiar, em especial pelo Comandante. A isto, soma-se a Escola e seu tempo na Marinha, um meio homofóbico, racista, machista e, por conseqüência, autoritário, do qual Antônio precisou se desvencilhar para conseguir viver sua própria liberdade. A problemática central da narrativa do romance de Carlos Eduardo Pereira está no retorno a esta ordem e abdicação da liberdade conquistada em conseqüência de uma situação crítica de sua saúde. Nesse romance, o poder pátrio espelha a sociedade patriarcal e autoritária brasileira, o que conflitua diretamente com a identidade homoafetiva do protagonista. Sua trajetória de liberdade existencial entra em tensão com as instituições e princípios conservadores, que traduzem a normalização dos discursos e comportamentos que refletem o tradicionalismo do nacionalismo brasileiro. Em conseqüência disso, este romance traz consigo um questionamento desse nacionalismo, ao mesmo tempo em que faz a representação da trajetória de um corpo dissidente na literatura brasileira contemporânea.

A condição de saúde de Antônio, enquanto pessoa com deficiência, sua idade, sua sexualidade, classe social e, portanto, seus conflitos identitários, implicam na resistência e busca por autonomia em meio a imposições e restrições nas várias esferas de sua vida. Seu corpo não-hegemônico apresenta-se como destoante e relutante diante das teorias normalizadoras e da conseqüente necessidade de dignidade da sua existência e de seus direitos. Justamente pela narrativa intercalar este questionamento com o deslocamento físico de mudança para a casa dos pais, o primeiro romance analisado investiga as transmutações das forças políticas impostas historicamente. *Enquanto os dentes*, portanto, torna-se um

importante objeto de análise para pensar como a literatura representa registros conservadores de comportamentos e identidades, bem como os gestos políticos de transgressão a esses valores, sem que isso implique na redenção de um personagem, cuja condição desvela o não lugar do portador de deficiência na nossa sociedade.

Em seguida, o segundo objeto analisado enfoca a relação homoafetiva entre Cora e Julia. Os conflitos sexuais e identitários na trajetória das protagonistas de *Todos nós adorávamos caubóis* (2013) são revelados na narração com idas e vindas temporais que enriquecem o enredo e configuram a paisagem física e afetiva demarcada pelos espaços que elas atravessam. A narração de Cora constrói os sentidos da viagem como resgate de amor e descoberta de si atravessada pelos símbolos nacionalistas e pelo espaço geográfico dos pampas gaúchos. O pensamento de Louro (2020), também, intercede na análise do romance, na medida em que as personagens são apresentadas a espaços externos e fora da fronteira de identificação. A viagem empreendida foi interpretada como um fluxo de negociações de identidades e sentidos que resulta em subjetividades femininas como não fixas ou estáveis.

Ao passo que, em *Enquanto os dentes*, há a apresentação do autoritarismo e da liberdade *versus* a ordem, como conflito que intermedia toda a narração; em *Todos nós adorávamos caubóis* (2013), este mesmo conflito é marcado pelo processo de desterritorialização. As conexões com outras culturas, reflexo de um mundo globalizado, tensionam e contrastam com as simbologias radicadas na perspectiva imaginária da nação brasileira. O romance de Carol Bensimon relativiza as noções de identidades nacionais como autênticas, questionando suas delimitações ao representar o processo de hibridização cultural como primordial para essas refutações.

Assim, nomeio as identidades nacionais homoafetivas para abordar as subversões de gênero em ambos os romances e para propor um questionamento dos valores nacionais e das narrativas impostas, para uma consolidação de uma outra constituição e delimitação da identidade nacional. Partindo do princípio de que o nacionalismo é um conjunto de valores para a constituição de uma nação, esta se fortalece na eleição de signos. Estes signos são constructos do suporte identitário do Estado-nação, sob os quais fortalecem uma constituição de poder hegemônico. A distinção dos corpos, com diferenciações étnicas e linguísticas, defende narrativas nacionais que são impostas não só para o fortalecimento do liberalismo econômico, como na manutenção da hierarquia social. Se, no topo desta hierarquia, encontram-se os sujeitos hegemônicos, a contingência levantada pelos corpos excluídos confluem não só para o questionamento destes princípios discriminatórios como para reivindicação de políticas públicas de proteção e reconhecimento das demandas dos corpos

homoafetivos e dissidentes.

Como busquei dispor na análise dos romances, a consolidação de uma perspectiva divergente das dominantes pode ser considerada resposta à hibridização cultural do processo de globalização, entre outros aspectos, uma vez que o que considero constituição de uma identidade nacional homoafetiva parte da aversão às políticas autoritárias. Esta negação não só interfere em uma outra perspectiva identitária, como nega a homogeneização cultural imposta pelo nacionalismo. Tratando da constituição contemporânea dos Estados e sociedades, partindo das novas organizações administrativas e econômicas, posso considerar que a representação literária de identidades não hegemônicas nega os constructos nacionalistas e impõem um questionamento das fronteiras nacionais.

Afinal, se uma constituição identitária nacionalista deu-se por meio da literatura, como aconteceu, resguardadas as devidas proporções, no Brasil, é possível que o que se considera literatura das diferenças parta de uma constituição moralista de uma sociedade e mesmo de uma intelectualidade, dada pela imposição de narrativas, para negar as moralidades impostas a este grupo. Se a historização das identidades partiu da imposição de determinados comportamentos, podemos ponderar que os romances de Carlos Eduardo Pereira e Carol Bensimon estabelecem dispositivos discursivos que questionam e refutam os princípios canônicos da literatura brasileira. Tratando disso diante da subversão de gênero, podemos considerar que, se toda identidade é fruto do meio social, portanto, é uma construção política. Logo, ao negar os valores nacionalistas que viabilizaram os princípios liberalizantes, a literatura homoafetiva é um ato de subversão a estes valores. A publicação destes romances, bem como as ações de seus personagens, intercede no ato de subjetivação das pessoas homoafetivas como reconhecidas na regulação de sua própria identidade.

Ao tratar da crise de identidades de personagens como Antônio, Cora e Júlia, percebo que a constituição das identidades como heterogêneas e modificáveis parte da sanção deles próprios como indivíduos. O questionamento dos três protagonistas ao inquirir os valores culturais dos meios em que cresceram são reflexos da busca deles por si e pelos seus próprios princípios. Ou seja, eles buscam quem de fato são, não quem deveriam ser conforme preceitos edificantes.

A presente pesquisa, em conclusão, examinou como o nacionalismo intercede nesta crise identitária daqueles que nela não estão inclusos. Por partir do princípio abstrato e incerto sobre o nacionalismo, uma vez que ele está em constante mutação e não há uma convenção crítica e teórica sobre ele, reconheço que esta pesquisa trata-se de um recorte específico em uma realidade ampla. Quando pontuei as perspectivas da nacionalidade

brasileira e seu nacionalismo, compreendi que isto é um entendimento amplo da realidade de inúmeras pessoas que no Brasil vivem e/ou cresceram. Com isto quero dizer que as perspectivas apresentadas junto a teoria política não são regras ou aplicáveis a todas as realidades identitárias do país. Elas são, pois, norteadoras para compreender quais os questionamos quando indago quem se inclui nas identidades hegemônicas e nacionalistas. Além disso, nelas incluem-se edificam preconceitos que podem, por ventura, excluir determinados sujeitos. Neste sentido, o vespeiro no qual a presente dissertação está inclusa existe na perspectiva dúbia e estada de que as identidades nacionais não são subtraídas em identidades culturais estáveis. E, sim, que elas estão em constante mudança e refutam os princípios limitantes que intercedem na exclusão de determinados indivíduos.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo?. In:_____. *O que é o contemporâneo?: e outros ensaios*. Tradução: Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009. p. 55 – 73.
- AHMAD, Aijaz. A literatura e os signos de nosso tempo. In:_____. *Linhagens do presente: ensaios*. Tradução: Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Boitempo editorial, 2002. p. 15 – 52.
- ALMEIDA, Carol. Podemos deixar o assunto para lá?: Como obras de autoras lésbicas ajudam a entender a ‘heterossexualidade compulsória’, que apaga, na crítica literária, as diferenças. *Pernambuco*. Recife, abr. 2019. p. 12 – 15.
- ALÓS, Anselmo Peres. Narrativas da sexualidade: pressupostos para uma poética *queer*. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 837 – 864. Set. – Dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000300011>. Acesso em: 10 fev. 2020.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- APPIAH, Kwame Anthony. Identidade como problema. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. In: SALLUM Jr., Basílio *et. al.* *Identidades*. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 17 – 32.
- BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.
- BENJAMIN. Walter. Sobre o conceito de história. In:_____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, vol. 1. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense: 1985. p. 222 - 232.
- BENSIMON, Carol. Carol Bensimon: bio. *Carol Bensimon*, [S. l.], p. -, 1 set. 2022. Disponível em: <https://www.carolbensimon.com/bio>. Acesso em: 8 set. 2022.
- BENSIMON, Carol. *Todos nós adorávamos caubóis*. São Paulo: Companhia das letras, 2013.
- BILLING, Michael. *Banal nationalism*. London: Sage Publications, 1995.
- BOSI, Alfredo. Colônia, culto e cultura. In:_____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992. cap. 1, p. 11 - 63.
- BOUDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 10 ed. Campinas: Papyrus, 2010.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do ‘sexo’*. Tradução: Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições; crocodilo edições, 2019.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

BUTLER, Judith & SPIVAK, Gayatri C. *Quem canta o Estado-nação?: Língua, política e pertencimento*. Tradução: Vanderlei J. Zacchi e Sandra Goulart Almeida. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2018.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução: Ana Regina Lessa, Heloísa Pezza Cintrão. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CANDIDO, Antônio. *A Educação Pela Noite & Outros Ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. v. 1.

CANDIDO, Antônio. Introdução. In:_____. *Formação da literatura brasileira: Momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. v. 1, cap. 1, p. 23 - 40.

CANDIDO, Antônio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In:_____. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul. 2006. 6 ed.

CONNELL, Raewyn. O Império e a criação de uma Ciência Social. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*: Dossiê Saberes Subalternos. São Carlos, v. 2, n. 2, p. 309 - 336, Jul. – Dez. 2012. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/85>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CONNELL, Raewyn. Part I: Northern theory. In:_____. *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social Science*. 2 ed. Oxon: Routledge, 2020. p. 1 – 68.

CORREIA, Romualdo dos Santos. *Espaços homosociais e a representação do sujeito homoerótico em Bom-Crioulo e o Ateneu*. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) - Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual da Paraíba, 2010.

DE PAULA, Raí Carlos Marques; DA ROCHA, Fátima Niemeyer. Os impactos da masculinidade tóxica no bem-estar do homem contemporâneo: uma reflexão a partir da Psicologia Positiva. *Revista Mosaico*, [s. l.], v. 10, ed. 2, p. 82 - 88, jul. / dez. 2019. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1835/1336>. Acesso em: 7 ago. 2020.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Horizonte, 2012.

DALCASTAGNÈ, Regina. Uma voz ao sol: Representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, nº. 20, p. 33 - 87, jul. - ago. 2002.

DIAS, Ângela Maria. A estratégia da revolta: literatura marginal e construção da identidade. In: DALCASTAGNÈ, Regina e EBLE, Laeticia Jensen (org.). *Literatura e exclusão*. Porto Alegre: Zouk, 2017, p. 251 – 261.

DORLIN, Elsa. *Sexo, gênero e sexualidades – introdução à teoria feminista*. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Crocodilo / Ubu editora, 2021.

DUBAR, Claude. *A crise das identidades: A interpretação de uma mutação*. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

EDITORA TODAVIA. *Por que publicamos*. 2017. Disponível em: <https://todavialivros.com.br/livros/enquanto-os-dentes>. Acesso em: 8 set. 2022.

FACCHINI, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBTI. In: GREEN, James *et. al.* (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 311 - 329.

FEDERICI, Silvia. Introdução. In:_____. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017, p. 23 – 38.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiana*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115 - 116, 1º sem. 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução: Roberto Machado. 10. ed. Rio de Janeiro | São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

FREITAS, Angela. Mulher depressa. In:_____. *Um útero é do tamanho de um punho*. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017. p. 37.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista da ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico. Tradução: Fábio Fonseca de Melo. *Revista USP*: São Paulo, n. 53, p. 16 – 182, mar. – mai. 2022. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4108842/mod_resource/content/1/Friedman%20O%20ponto%20de%20vista%20na%20fic%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022

FRIGHETTO, Gisele N. e TRIMER, Beatriz P. Identidades nacionais em transmutação: uma literatura da diferença em Todos nós adorávamos caubóis e Enquanto os dentes. *Olho d'água*. São José do Rio Preto, v. 12, n. 2, jun. – dez. 2020. p. 102 – 117.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempo de violência*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

HABERMAS, Jurgen. *A inclusão do outro: Estudos de teoria política*. Tradução: Denilson Luís Werbe. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

HAESBACRT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 29, p. 12 - 24, 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>. Acesso em: 24 set. 2021.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Apicuri & Editora PUC-Rio, 2016.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu Da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103 – 133.

HALL, Stuart. *The fateful triangle: race, ethnicity, nation*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2017.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Cella Paoll e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.

HUTCHEON, Linda. Teorizando o pós-moderno: rumo a uma poética. In:_____. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991. cap. 1, p. 19 - 42.

IANNI, Octávio. Nacionalismo, regionalismo e globalismo. *Novos Rumos*, Marília, n. 25, p. 5 - 8, 1996. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2044> . Acesso em: 20 fev. 2020.

JUSTINO, Luciano Barbosa. Literatura de multidão como estratégia de leitura da narrativa brasileira. In:_____. *Literatura de multidão e intermedialidade: ensaios sobre ler e escrever o presente*. Campina Grande: EDUEPB, 2015. p. 1524 – 1827.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 8ª ed. São Paulo: Editora Unesp., 2017.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos avançados*, [s. l.], v. 22, n. 62, p. 237 - 256, nov. 2008.

LITERA TAMY. *Enquanto os dentes, por Carlos Eduardo Pereira (entrevista)*. YouTube, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k_V2Z03NxKA. Acesso em: 19 jul. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MACHADO, Tainara. [Resenha] Enquanto Os Dentes. *Achados e Lidos*, [S. l.], p. -, 4 out. 2018. Disponível em: <https://www.achadoselidos.com.br/2018/10/04/resenha-enquanto-os-dentes/>. Acesso em: 8 set. 2022.

MACIEL, Maria Esther. Obra emaranha o passado e o presente de homem marginalizado. *Folha de São Paulo*, [S. l.], p. -, 6 dez. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/12/1940930-obra-emaranha-o-passado-e-o-presente-de-homem-marginalizado.shtml>. Acesso em: 8 set. 2022.

MARQUES FILHO, Adair e CAMARGO, Flávio P. Identidade homossexual e homoerotismo em ‘Terça-feira gorda’, de Caio Fernando Abreu. *OPISIS*, Goiânia, v. 7, n. 8,

jan.-jun. 2007. p. 69 – 85. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9400>. Acesso em: 8 nov. 2021.

MORA, Marcelo. Manifestantes jogam tinta e picham o Monumento às Bandeiras: Grupo participava de protesto dos índios que ocorreu na Avenida Paulista. Escultura já havia sido pichada durante a manifestação nesta terça-feira (1º). *G1*. São Paulo, 2 out. 2013. p. -. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/manifestantes-jogam-tinta-vermelha-no-monumento-bandeiras.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.

NUTO, Isadora Bonfim. Das formas dos corpos indóceis: ‘corpo estranho’, corpo político. *Garrafa*, vol. 18, n. 51, 2020. p. 174 - 201. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/garrafa/article/view/34071>. Acesso em 08 ago 2021.

OLIVEIRA, Geovana Quinalha de e MARKENDORF, Marcio. Ficções queer brasileiras: anotações para um dossiê. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 13 - 21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2020v25n1p13>. Acesso em: 8 mai. 2021

OLIVEIRA, Regiane. Por que nos importamos com símbolos escravagistas dos EUA e ignoramos os do Brasil?: O debate sobre a permanência de monumentos em homenagem aos bandeirantes ainda passa ao largo do que se discute pelo mundo. *El país*, São Paulo, 4 set. 2017. História brasileira, p. -. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/02/politica/1504310652_774711.html. Acesso em: 22 fev. 2022.

PAVANELO, Luciane Marie. Soares de Passos, Álvares de Azevedo e as diversas faces do ultrarromantismo. *Revista Crioula*, [S. l.], n. 5, p. 1 - 11. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/54945>. Acesso em: 25 out. 2021.

PEREIRA, Carlos Eduardo. *Enquanto os dentes*. São Paulo: Todavia, 2017.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das letras, 2016. *E-book*.

POLESSO, Natália Borges. Geografias lésbicas: literatura e gênero. *Revista Criação & Crítica*, [S. l.], n. 20, p. 3 - 19, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/138653>. Acesso em: 27 set. 2019.

POLITIZE. LGBTfobia no Brasil: fatos, números e polêmicas. *Politize!*, [S. l.], p. n.p., 5 out. 2018. Disponível em: https://www.politize.com.br/lgbtfobia-brasil-fatos-numeros-polemicas/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjwrfCRBhAXEiwAnkmKmt0k15Y-Upl6CsfgiTvvZ3yH3qTk6yicOWXMrqdDfDeAs4CFbvdpdGhoCYr4QAvD_BwE. Acesso em: 24 mar. 2022.

RESINA, Joan Ramon. *Pós-nacionalismo: a nova palavra da moda*. Argumento em defesa das nações na era dos mercados globais. *Revista USP*, São Paulo, n. 61, p. 174 - 195, mar. / mai. 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. *A boa política: Ensaio sobre a democracia na Era da Internet*. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

SANTANA, Paulo V. [Resenha] Todos nós adorávamos caubóis, de Carol Bensimon. *Conversa Cult*, [S. l.], p. -, 22 jan. 2014. Disponível em: <http://www.conversacult.com.br/2014/01/resenha-todos-nos-adoravamos-caubois-de.html>. Acesso em: 8 set. 2022.

SANTIAGO, Silviano. *35 ensaios de Silviano Santiago*. São Paulo: Companhia das letras, 2019 a.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura dos trópicos*. Recife: Cepe, 2019 b.

SANTOS, Josiane A. dos & SALES, Karina L. No balanço de Oxum e Iansã: mulheres que amam outras mulheres. *Revista linguagem em (re)vista*, Niterói, v. 15, n. 30, p. 180 – 196, ago/dez, 2020.

SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Penguin, 2014. *E-book*.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCRAMIM, Susana. Cânone e liberdade. *Revista brasileira de literatura comparada*. [S. l.], n. 6, p. 239 – 250, 2002. Disponível em: <https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/96>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SILVA, Elisabete Costa. Geografias negro-lésbicas em Cidinha da Silva. *Revista de literatura brasileira*. [S. l.], v. 33, n. 61, p. 113 – 123, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/brasilbrazil/article/view/103526>. Acesso em: 27 dez. 2021.

SOUSA, Juliana Moreira de. *Censura e erotismo na literatura de Cassandra Rios*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Departamento de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

SÜSSEKIND, Flora. Desterritorialização e a forma literária. Literatura brasileira contemporânea e a experiência urbana. *Literatura e Sociedade*, [S. l.], v. 10, n. 8, p. 60 - 81, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/l/article/view/19619>. Acesso em: 10 nov. 2021.

TEZZA, Cristóvão. [Orelha do livro]. In: PEREIRA, Carlos Eduardo. *Enquanto os dentes*. São Paulo: Todavia, 2017.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TRINDADE, Ronaldo. A invenção do ativismo LGBT no Brasil: intercâmbios e ressignificações. In: GREEN, James *et. al.* (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 227 – 236.

VALENTIN, Leandro Henrique Aparecido. Representações da Homossexualidade nos

romances O Ateneu e O Cortiço. *Revista Rascunhos Culturais*, Coxim, v. 4, ed. 8, p. 179 - 199, jul./dez. 2013.

VOIGT, Rafael. Crítica | "Enquanto os dentes": um realismo de experiência. *Voz da literatura*, [S. l.], p. n. p., 1 jul. 2018. Disponível em: <https://www.vozdaliteratura.com/post/cr%C3%ADtica-enquanto-os-dentes-um-realismo-de-experi%C3%A2ncia>. Acesso em: 11 ago. 2022.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019. p. 43 – 104.

ZACCHI, Vanderlei J. e ALMEIDA, Sandra G. Cantar a nação, encerrar a teoria crítica. In: BUTLER, Judith & SPIVAK, Gayatri C. *Quem canta o Estado-nação?: Língua, política e pertencimento*. Tradução: Vanderlei J. Zacchi e Sandra Goulart Almeida. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2018. p. 7 – 13.

ZILBERMAN, Regina. O romance brasileiro contemporâneo conforme os prêmios literários. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, Brasília, n. 50, p. 424 – 443, jan. / abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-40185025> Acesso 25 mar. 2022.